

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO
E INOVAÇÃO

RICARDO MARTINS

**Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da municipalização dos anos
iniciais na territorialidade de São José do Rio Preto**

ARARAQUARA
2023

RICARDO MARTINS

**Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da municipalização dos anos
iniciais na territorialidade de São José do Rio Preto**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de pesquisa: Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui

ARARAQUARA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

M345m Martins, Ricardo

Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da municipalização dos anos iniciais na territorialidade de São José do Rio Preto/Ricardo Martins. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2023.

274f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui

1. Acconuntability. 2. Avaliação externa. 3. IDEB. 4. Indicadores de Qualidade. 5. Municipalização. I. Título.

CDU 370

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MARTINS, Ricardo. **Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da municipalização dos anos iniciais na territorialidade de São José do Rio Preto**. 2023. 274f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

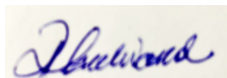
ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Ricardo Martins.

TÍTULO DO TRABALHO: Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da municipalização dos anos iniciais na territorialidade de São José do Rio Preto.

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2023.

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.



Ricardo Martins

Rua Alameda Atlântica, 99 – Jardim Roseiral – São José do Rio Preto - SP.

ricamart@uol.com.br



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

Área de Concentração: **Educação e Ciências Sociais**.

Nome do autor: **Ricardo Martins**.

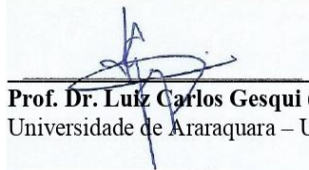
Código de aluno: **15022-019**

Data: **1 de dezembro de 2023**

Título Do Trabalho: **“Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da municipalização dos anos iniciais na territorialidade de São José do Rio Preto”** .

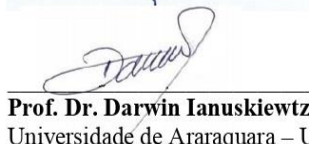
Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:



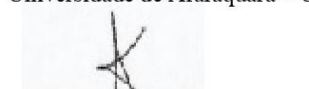
Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui (orientador)
Universidade de Araraquara – UNIARA

(X) Aprovado () Reprovado



Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz
Universidade de Araraquara – UNIARA

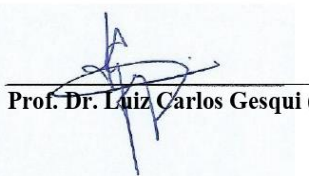
(X) Aprovado () Reprovado



Prof. Dr. Anael Fernandes
Faculdade Anhanguera de Campinas

(X)Aprovado () Reprovado

Versão definitiva revisada pelo orientador em: 19/01/2024.



Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui (orientador)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, saúde e sabedoria, permitindo-me realizar e concluir esta etapa de formação acadêmica, sobretudo em época pandêmica. A ti, Senhor, toda honra e toda a glória.

Ao incentivo e apoio do meu orientador, Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui, que acreditou no meu trabalho e me acolheu nesta Instituição de Ensino, proporcionando a realização desta pesquisa. Aos demais membros da banca examinadora, Prof. Dr. Anael e Prof. Dr. Darwin, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

À minha esposa Virgínia, que me estimulou e apoiou na realização deste curso e desde o primeiro dia demonstrou o seu entusiasmo, carinho e cuidados ao providenciar cafezinhos e pães de queijo, nos momentos de aulas remotas e nos de aulas presenciais com o seu companheirismo nas viagens até Araraquara.

A minha filha Beatriz, que neste período, cursava sua primeira pós-graduação em gestão da educação, na USP.

Aos meus pais, Neide e Teodoro, pela educação, ensino, convivência, carinho, exemplos de vida e pelo cuidado que até hoje me dispensam. Aos meus irmãos Carlos e Neide, ambos também professores da educação básica, pelo incentivo e entusiasmo nesta jornada.

Aos meus cunhados, Eliseu e Luciana, pelos momentos agradáveis e de convivência, possibilitando, neste período, várias oportunidades de estudo em sua casa de campo, na fazenda Aerovilas. E ao querido casal Marcelo e Josiane, importante em nossos relacionamentos familiares, na fé cristã, pelo apoio e companheirismo constante.

À equipe de supervisão da rede municipal de São José do Rio Preto, por compartilhar conhecimentos e experiências. Às supervisoras Andréia e Eliani que juntos participamos de aulas remotas na UNESP-Araraquara, no início desta jornada. Ao encorajamento e motivação da supervisora Elza. Pela colaboração, troca de ideias, revisão e correções ortográficas das supervisoras Flavia e Mirian, durante esta caminhada acadêmica, a quem agradeço.

Aos colegas e amigos da Secretaria de Educação, em especial a Eliana, Fabio, Luini, Marcus G., Marcus V. e Matilde, pelas contribuições nesta pesquisa.

Aos companheiros de turma, que compartilharam as dúvidas e incertezas no decorrer do curso.

Aos Secretários Municipais entrevistados, Gentil, Duda, Telma e Sueli, pela acolhida e participação nesta pesquisa, e, pelo trabalho desenvolvido em suas gestões, as quais deixaram marcas em minha carreira profissional, na de outros profissionais na educação, nos alunos e nas políticas educacionais da rede municipal.

Resumo

Políticas públicas educacionais são fundamentais para a efetivação de direitos sociais, entretanto, em algumas delas são observadas estreitas relações e desdobramentos entre suas ações como a da política de descentralização das escolas, identificada como municipalização e a de qualidade da educação básica nacional expressa nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB). A pesquisa tem como objetivo central historiar, mapear, cotejar e analisar os resultados destas duas políticas educacionais, nas diversas regiões de São José do Rio Preto (SJRP), desde o início da municipalização (1997) até o último ano com indicadores IDEB disponíveis (2019). Justifica-se tal objetivo pelo fato de o mapeamento bibliográfico realizado apontar os modos como as redes públicas municipais efetivam as políticas de qualidade da educação expressas no IDEB e a política de municipalização. Entretanto, uma lacuna observada foi a inexistência de produções acadêmicas que investiguem as possíveis relações entre as duas políticas no âmbito da gestão das redes públicas municipais. A hipótese central é a de que o cotejamento dos indicadores destas duas políticas produza informações que contribuam para a eficiência dessas e demais políticas públicas municipais. A pesquisa é qualitativa, com base em um estudo de caso explicativo, sendo o campo empírico as escolas da rede pública municipal de SJRP; a coleta de informações se deu por meio de entrevistas com os ex-Secretários Municipais de Educação e os procedimentos de análise foram baseados no conceito de *accountability* (Afonso, 2012; 2019), uma vez que a hipótese central sugere que a sustentação legal dessas políticas públicas, as atribuições legalmente estabelecidas aos gestores municipais, bem como o contexto local e suas condições objetivas interferem diretamente nos resultados do IDEB. Os resultados apontam que a municipalização e o IDEB no âmbito municipal têm por base o espelhamento das políticas legalmente estabelecidas nos âmbitos federal e estadual e ocorreu via transferência de escolas da rede estadual para a rede municipal ou por ampliação da rede própria. Ao historiar, mapear, cotejar e analisar os resultados, observou-se a melhoria do IDEB, das taxas de aprovação dos alunos e avanço modesto na aprendizagem dos alunos. Entretanto, percebeu-se estreitas relações com as políticas públicas relacionadas a finanças, obras, saúde e assistência social que se efetivam de diferentes modos em cada região do município exigindo dos Secretários Municipais de Educação articulação com outras políticas públicas municipais, ampliando sua responsabilidade na definição de ações, prestação de contas, transparência de sua gestão e, conseqüente, pressão por resultados e cumprimento de metas. Ainda assim, consideram que a municipalização foi vantajosa para município e munícipes, pois possibilitou maior número de alunos atendidos e mais recursos financeiros, apesar de ter apresentado conflitos entre profissionais da educação nos primeiros anos, o IDEB, mesmo possuindo limitações, é confiável para subsidiar políticas públicas educacionais. Além disso, a municipalização favoreceu a criação de um grupo gestor intersetorial (GGI), no final de 2018. Com base nesses resultados, elaborou-se como produto desta pesquisa a ser oferecido para o campo empírico investigado uma oficina de formação para os gestores, técnicos de secretarias e secretários municipais.

Palavras-chave: *Accountability*, Avaliação externa, IDEB, Indicadores de qualidade, Municipalização.

Abstract

Public educational policies are fundamental for the realization of social rights, however, in some of them close relationships and developments between their actions are observed, such as the policy of decentralization of schools, identified as municipalization and the quality of national basic education expressed in the indicators of the Basic Education Development Index (IDEB). The research's central objective is to history, map, compare and analyze the results of these two educational policies, in the different regions of São José do Rio Preto (SJRP), since the beginning of municipalization (1997) until the last year with IDEB indicators available (2019). This objective is justified by the fact that the bibliographic mapping carried out points out the ways in which municipal public networks implement the education quality policies expressed in the IDEB and the municipalization policy. However, a gap observed was the lack of academic productions that investigate the possible relationships between the two policies within the scope of the management of municipal public networks. The central hypothesis is that comparing the indicators of these two policies produces information that contributes to the efficiency of these and other municipal public policies. The research is qualitative, based on an explanatory case study, with the empirical field being schools in the municipal public network of SJRP; information was collected through interviews with former Municipal Education Secretaries and the analysis procedures were based on the concept of accountability (Afonso, 2012; 2019), since the central hypothesis suggests that the legal support of these policies public, the legally established responsibilities of municipal managers, as well as the local context and its objective conditions directly interfere with the IDEB results. The results indicate that municipalization and IDEB at the municipal level are based on the mirroring of policies legally established at the federal and state levels and occurred via the transfer of schools from the state network to the municipal network or by expanding the own network. By historicizing, mapping, comparing and analyzing the results, an improvement in IDEB, student approval rates and modest progress in student learning were observed. However, close relations were noticed with public policies related to finance, works, health and social assistance that are implemented in different ways in each region of the municipality, requiring Municipal Education Secretaries to articulate with other municipal public policies, expanding their responsibility in defining of actions, accountability, transparency of its management and, consequently, pressure for results and achievement of goals. Even so, they consider that municipalization was advantageous for the municipality and citizens, as it allowed for a greater number of students served and more financial resources, despite having presented conflicts between education professionals in the early years, IDEB, despite having limitations, is reliable to subsidize educational public policies. Furthermore, municipalization favored the creation of an intersectoral management group (GGI), at the end of 2018. Based on these results, a training workshop for managers was prepared as a product of this research to be offered to the empirical field investigated, department technicians and municipal secretaries.

Keywords: *Accountability*, External evaluation, IDEB, Quality indicators, Municipalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de São José do Rio Preto	102
Figura 2 - Divisão geográfica de São José do Rio Preto	103
Figura 3 -Nota Prova Brasil – Língua Portuguesa.....	107
Figura 4 -Nota Prova Brasil – Matemática.....	108
Figura 5 - Prova Brasil – Nota Média Padronizada.....	108
Figura 6 - Evolução do nº de atendimento de alunos no EF	109
Figura 7 - Nº Alunos Matriculados EF- Anos Iniciais de 2006 a 2021.....	110
Figura 8 – Número Total de alunos por Região – 2021	111
Figura 9 - Distribuição da população rio-pretense pelas regiões	112
Figura 10 - Índice de extrema pobreza de São Jose do Rio Preto	113
Figura 11 – Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.....	114
Figura 12 - Região Bosque	115
Figura 13 – IDEB municipal e IDEB médio da Região do Bosque (2005-2019).....	116
Figura 14 - Região Central	118
Figura 15 –IDEB municipal e IDEB médio da Região Central - (2005 a 2019).....	119
Figura 16 - Região Céu	121
Figura 17 –IDEB municipal e IDEB médio da Região do Céu - (2005 a 2019).....	122
Figura 18 - Região Cidade da Criança	124
Figura 19 –IDEB municipal e IDEB médio da Reg. Cidade da Criança (2005 a 2019)	126
Figura 20 - Região do HB	128
Figura 21 –IDEB municipal e IDEB médio da Região do HB - (2005 a 2019).....	129
Figura 22 - Região Pinheirinho	131
Figura 23 –IDEB municipal e IDEB médio da Região Pinheirinho - (2005 a 2019)..	132
Figura 24 - Região Represa	134
Figura 25 –IDEB municipal e IDEB médio da Região Represa - (2005 a 2019)	135
Figura 26 - Região Schmitt.....	137
Figura 27 –IDEB municipal e IDEB médio da Região Schmitt - (2005 a 2019).....	138
Figura 28 - Região Talhado	141
Figura 29 –IDEB municipal e IDEB médio da Região Talhado - (2005 a 2019)	142
Figura 30 - Região Vila Toninho	144
Figura 31 –IDEB municipal e IDEB médio da Região V. Toninho - (2005 a 2019)..	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Matrícula no EF por série /ano – Rede Estadual-SJRP (2010 -2021).....	42
Quadro 2 – Síntese das informações da Região do Bosque	117
Quadro 3 – Síntese das informações da Região Central	120
Quadro 4 – Síntese das informações da Região Céu.....	123
Quadro 5 – Síntese das informações da Região da Cidade das Crianças.....	126
Quadro 6 – Síntese das informações da Região do HB.....	130
Quadro 7 – Síntese das informações da Região do Pinheirinho	133
Quadro 8 – Síntese das informações da Região da Represa	136
Quadro 9 – Síntese das informações da Região de Schmitt.....	139
Quadro 10 – Síntese das informações da Região de Talhado	143
Quadro 11 – Síntese das informações da Região da Vila Toninho.....	146
Quadro 12: Síntese dos indicadores das dez regiões administrativas de SJRP.....	147
Quadro 13: Secretário de Educação de São José do Rio Preto (1997 a 2019).....	150
Quadro 14: Agrupamentos dos itens do instrumento de coleta	153
Quadro 15: Formação acadêmica dos entrevistados	154
Quadro 16: Atuação profissional dos entrevistados.....	154
Quadro 17: Devolutiva do item 3 da entrevista	156
Quadro 18: Devolutiva do item 4 da entrevista	157
Quadro 19: Devolutiva do item 5 da entrevista	159
Quadro 20: Devolutiva do item 6 da entrevista	160
Quadro 21: Devolutiva do item 7 da entrevista	161
Quadro 22: Devolutiva do item 8 da entrevista	162
Quadro 23: Devolutiva do item 9 da entrevista	163
Quadro 24: Devolutiva do item 10 da entrevista	164
Quadro 25: Devolutiva do item 11 da entrevista	165
Quadro 26: Devolutiva do item 12da entrevista	166
Quadro 27: Devolutiva do item 13 da entrevista.	168
Quadro 28: Devolutiva do item 14 da entrevista	169
Quadro 29: Devolutiva do item 15 da entrevista.	170
Quadro 30: Devolutiva do item 16 da entrevista.	171
Quadro 31: Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de escolas municipalizadas em SJRP.	42
Tabela 2 - Orçamento anual inicial da SME-SJRP e repasse FUNDEF.....	52
Tabela 3 - Orçamento inicial anual Sec. Educação / repasse FUNDEB -	54
Tabela 4 - IDEB dos anos iniciais do EF de SJRP	62
Tabela 5 - Mapeamento bibliográfico na base Capes	68
Tabela 6 - Mapeamento bibliográfico na base SciELO.....	69
Tabela 7 - Síntese do mapeamento bibliográfico	69
Tabela 8 - IDEB município SJRP – Resultados –Anos Iniciais e Anos Finais	106
Tabela 9 – Fluxo de aprovação no município SJRP – Resultados –Anos Iniciais	109
Tabela 10 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Bosque SJRP.....	116
Tabela 11 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Central SJRP.....	119
Tabela 12 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Céu SJRP.....	122
Tabela 13 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Cidade da Criança SJRP	125
Tabela 14 - IDEB médio dos anos iniciais da Região HB SJRP	129
Tabela 15 -IDEB médio dos anos iniciais da Região Pinheirinho SJRP.....	132
Tabela 16 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Represa SJRP.....	135
Tabela 17 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Schmitt SJRP	138
Tabela 18 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Talhado SJRP	142
Tabela 19 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Vila Toninho SJRP.....	144

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AM – Amazonas.

ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.

CERES -ISE - Instituto Superior de Educação

CME - Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto

CNS - Conselho Nacional de Saúde.

COMDEPHACT - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Rio Preto

D.O.E – Diário Oficial do Estado

EE - Escola Estadual

EEI Escola de Educação Infantil

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EM - Escola Municipal

ESEFIC - Escola Superior de Educação Física e Desportos de Catanduva

FACERES - Faculdade Ceres

FACTERP - Faculdade Uniterp

FAMERP -Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto

FARFI- Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto

FATECRP - Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto

IBILCE. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDGM - Índice dos Desafios da Gestão Municipal

IDHM -Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IEP- Índice de Extrema Pobreza

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MQO- Mínimos Quadrados Ordinários

OCDE- Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico.

PNE -Plano Nacional de Educação

PA -Pará

PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático -

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RMSJRP- Região Metropolitana de São José do Rio Preto

SAEP - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

SciELO- *Scientific Electronic Library Online*.

SME-SJRP – Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto

SP – São Paulo

TCI – Termo de Consentimento Institucional.

TCLE – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

TCPR – Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável.

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora.

UFPA- Universidade Federal do Pará

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

UNIARA - Universidade de Araraquara.

UNILAGO - União das Faculdades dos Grandes Lagos.

UNIP - Universidade Paulista

UNIRP - Centro Universitário de Rio Preto

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

UNORTE - Centro Universitário do Norte de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo.

Sumário

Introdução.....	14
Mapeamento bibliográfico inicial.....	14
O Problema.....	23
Justificativa.....	23
Hipótese.....	23
Objetivo Geral.....	24
Objetivos Específicos.....	24
Método.....	24
Campo empírico.....	24
Procedimentos de coleta.....	25
Procedimentos de análise.....	26
Seção 1. A municipalização do ensino no Brasil e as avaliações externas: histórico e sustentação legal.....	27
1.1 Histórico e sustentação legal da municipalização do ensino no Brasil.....	27
1.1.1 Período que antecede a atual Constituição Federal do Brasil.....	28
1.1.2 Período posterior a atual Constituição Federal do Brasil.....	30
1.2 Histórico e sustentação legal da municipalização do ensino no Estado de São Paulo.....	32
1.3 Histórico e sustentação legal da municipalização do ensino em São José do Rio Preto.....	37
1.4 Histórico das avaliações educacionais em larga escala no Brasil.....	55
1.5 Histórico e sustentação legal do SAEB/Prova Brasil.....	57
1.6 Histórico e sustentação legal do IDEB.....	61
Seção 2: Perspectivas, Produção acadêmica, apoio teórico e referencial teórico.....	67
2.1 O que o campo educacional brasileiro tem investigado sobre avaliação externa, SAEB, Prova Brasil, IDEB, municipalização e <i>accountability</i>	67
2.1.2 Avaliação Externa.....	69
2.1.3 SAEB.....	73
2.1.4 Prova Brasil.....	75
2.1.5 IDEB.....	77
2.1.6 Municipalização.....	82
2.1.7 <i>Accountability</i>	88

Seção 3: Atribuições legais do Secretário Municipal de Educação de SJRP e o conceito de <i>accountability</i>	95
3.1 Atribuições legais do Secretário Municipal de Educação de SJRP.....	95
3.2 O conceito de <i>accountability</i>	97
Seção 4: O campo empírico e a coleta de dados.....	101
4:1 O campo empírico investigado.....	101
4:1.1 O município de São José do Rio Preto	101
4.1.2 A Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto (SME-SJRP)....	105
4.1.3 O zoneamento, por região, de São José do Rio Preto.....	110
4.1.3.1 Região Bosque.....	114
4.1.3.2 Região Central	117
4.1.3.3 Região Céu	120
4.1.3.4 Região Cidade da Criança	124
4.1.3.5 Região HB	128
4.1.3.6 Região Pinheirinho	131
4.1.3.7 Região Represa.....	134
4.1.3.8 Região Schmitt	137
4.1.3.9 Região Talhado.....	140
4.1.3.10 Região Vila Toninho	143
4.2 A coleta de dados.....	148
4.2.1 O instrumento de coleta.....	149
4.2.2 O contato com a população	149
4.2.3 Definição da amostra.....	149
4.2.4. As entrevistas.....	150
Seção 5: Análises iniciais das entrevistas.....	152
5.1. Texto informativo	152
5.2. Devolutiva das entrevistas	152
Seção 6: Devolutiva ao campo empírico investigado.....	174
6.1 Proposta de formação	174
6.2 Ficha de avaliação	177
Considerações Finais	179
7. Referências Bibliográficas.....	183
Apêndices	214

Introdução

Sou graduado em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física e Desportos de Catanduva (ESEFIC) e em Pedagogia pela Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FARFI), pós-graduado em Parâmetros Curriculares Nacionais pela União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO). Atuo, há mais de trinta e cinco (35) anos, na área da educação como docente, Assistente de Direção, Diretor de escola, Supervisor de Ensino, Chefe de Departamento de Ensino, Chefe da Coordenadoria Administrativa na Secretaria Municipal da Educação de São José do Rio Preto e designado como Secretário Interino da Educação nos anos de 2006 e 2007 nos impedimentos de férias do Titular.

Concursado como PEB-II de Educação Física, na Rede Estadual de São Paulo (1987), onde atuei por 33 anos, e desde o ano 2000 ocupo o cargo de Supervisor de Ensino, concursado, na SME-SJRP, além de participar como Conselheiro no Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto (CME), no Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Rio Preto (Comdephact) e atuar no setor privado como Diretor da Escola Presbiteriana "Estrela da Manhã".

Depois de vários anos atuando no campo educacional, despertou-me o interesse em avançar na área acadêmica para me aprofundar em políticas públicas, tendo como principais inquietações compreender a distribuição do número de vagas em creches com atuação do terceiro setor e entender como a situação socioeconômica e a estrutura organizacional afetam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Dadas as condições objetivas de uma pesquisa de Mestrado, optei por pesquisar sobre o IDEB, visto que o tema detinha pouca notoriedade, sendo discutido apenas em períodos de aplicação e divulgação de resultados pela imprensa. Dessa forma, pesquisar sobre o IDEB e a municipalização nos anos iniciais do ensino fundamental se tornou a opção mais proeminente, já que a avaliação traz consigo vários fatores e possibilidades de intervenções públicas que reverberam, de acordo com sua territorialidade e situação socioeconômica, no cotidiano desde a rotina escolar até a gestão educacional municipal.

Mapeamento bibliográfico inicial

A partir da delimitação da inquietação, foi realizado um mapeamento bibliográfico inicial¹ para verificar o que o campo acadêmico tinha produzido sobre o tema, utilizando-se como palavras-chave, em suas expressões exatas, “IDEB” e “municipalização” nas bases de pesquisa do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022) e do banco de artigos publicados em periódicos científicos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO, 2022).

Nas buscas realizadas no banco de dados da CAPES com a utilização da palavra-chave “IDEB”, foram encontradas 1.009 produções. Em função da quantidade de produções, foram aplicados alguns dos filtros disponíveis na seguinte sequência: 1- delimitação temporal (2019, 2018, 2017 e 2016) totalizando cento e sessenta e quatro (164) produções; 2- área de conhecimento “Educação”, totalizando setenta e oito (78) produções e, 3- As quatro universidades que apresentaram maior produção somadas as duas universidades do estado de São Paulo com maior produção, isto é, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Presidente Prudente), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Marília) totalizando dezenove (19) produções.

Concluída a delimitação “quantitativa”, foi realizada a leitura do título de cada produção com o objetivo de identificar e selecionar possíveis relações com a intenção dessa proposta de pesquisa, resultando na seleção de 14 títulos. As cinco produções desconsideradas não apresentaram, no momento, nenhuma proximidade com o interesse de pesquisa. Após a seleção por títulos, foi realizada a leitura dos resumos das 14 produções selecionadas na busca pela confirmação, ou não, de sua possível relação com o interesse da pesquisa. Com a leitura dos resumos, oito produções foram desconsideradas, pois não apresentavam a relação com os indicadores de qualidade da Educação. Ao término desta busca, foram selecionadas seis produções.

Continuando as buscas na CAPES, agora com a palavra-chave “municipalização” foram encontradas 724 produções. Em função da quantidade de produções encontradas, foram aplicados alguns dos filtros disponíveis na seguinte sequência: 1- delimitação temporal (2016 a 2021) totalizando 61 produções; 2- área de conhecimento “Educação”, totalizando 19 produções e, 3- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),

¹ Com o objetivo de captar, nesse momento, informações referentes aos elementos centrais das produções.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Araraquara), totalizando 16 produções.

Concluída a delimitação “quantitativa”, foi realizada a leitura do título de cada produção com o objetivo de identificar e selecionar possíveis relações com a intenção de pesquisa. Esta leitura permitiu selecionar quatro títulos. As 12 produções desconsideradas não apresentaram, no momento, nenhuma proximidade com o interesse de pesquisa, traziam relação com a questão financeira, outras instituições, coordenação pedagógica, parcerias com setor privado, sistemas apostilados e construção curricular. Após a seleção por títulos, foi realizada a leitura dos resumos das quatro produções selecionadas na busca pela confirmação, ou não, de sua possível relação com a intenção de pesquisa. Com a leitura dos resumos, uma produção foi desconsiderada, pois não apresentava relação com municipalização. Ao término desta busca, foram selecionadas três produções.

Na plataforma SciELO o procedimento foi realizado para as mesmas palavras-chave utilizadas na plataforma da CAPES, no caso, “IDEB” e “municipalização”.

Para a palavra-chave “IDEB” foram encontradas 42 produções. Em função da quantidade de produções encontradas, foram aplicados alguns dos filtros disponíveis na seguinte sequência: 1- delimitação temporal (2021, 2020, 2019, 2018 e 2012) totalizando 16 produções; 2- idioma (português) totalizando 12 produções; 3- área de conhecimento “Educação” totalizando cinco produções. A leitura dos títulos destas cinco produções permitiu selecionar três títulos. As duas produções desconsideradas não apresentaram, no momento, nenhuma proximidade com o interesse de pesquisa, traziam outros focos como o Plano Nacional de Formação de Professores da educação Básica (PARFOR), outros programas, autorregulação e aulas de educação física. Após a seleção por títulos, foi realizada a leitura do resumo das demais produções na busca pela confirmação, ou não, de sua possível relação com a intenção de pesquisa, resultando na manutenção de três produções.

Para a palavra-chave “municipalização”, foram encontradas 43 e foram aplicados alguns dos filtros disponíveis na seguinte sequência: 1- idioma (português) totalizando 22 produções; 2- área de conhecimento “Educação”, totalizando seis produções. Concluída a delimitação “quantitativa”, foi realizada a leitura do título de cada produção com o objetivo de identificar e selecionar possíveis relações com a intenção dessa pesquisa, o que permitiu selecionar quatro títulos.

Dos quatro títulos selecionados, dois foram desconsiderados por não apresentarem, no momento, nenhuma proximidade com o interesse dessa pesquisa,

traziam relação com a qualidade da Educação básica, mas nada próximo aos indicadores gerados pelas avaliações externas e utilizados como parâmetro de qualidade educacional. Com a seleção por títulos, foi realizada a leitura do resumo das quatro produções restantes na busca pela confirmação, ou não, de sua possível relação com a intenção dessa pesquisa. Foi desconsiderada uma produção por estar relacionada à formação de professores. Ao término desta etapa, duas produções foram selecionadas.

Ao término do mapeamento bibliográfico inicial, foram selecionadas 14 produções conforme o Apêndice A e foi possível a elaboração de alguns registros e apontamentos quanto ao modo como o campo educacional brasileiro tem investigado situações relacionadas à minha inquietação inicial, a partir de dois agrupamentos.

O primeiro que reúne nove produções relacionadas mais diretamente às avaliações externas em larga escala (Andrews e Vries, 2012; Chirinéa, 2010; Perboni, 2016; Cavalcante, 2017; Capela, 2018; Cardoso, 2018; Cardozo, 2018; Villani e Oliveira, 2018; e Crozatti, 2021). O segundo agrupamento com o tema municipalização reúne cinco produções relacionadas mais diretamente à municipalização (Martins, 2003; Adrião, 2008; Moraes, 2009; Mello, 2010 e Oliveira, 2011).

Avaliações externas em larga escala

Andrews e Vries (2012) investigaram a questão da pobreza e o IDEB das escolas de mais 5.500 municípios no Brasil, no período de 2005 a 2009 e apontaram que a descentralização da Educação se deu no processo de municipalização, estimulado pela questão financeira, com vistas à universalização no atendimento do ensino fundamental. Os resultados da investigação apresentam duas contribuições importantes. A primeira de que “no caso do Brasil, a partir do surgimento dos indicadores de desempenho, diversos estados e municípios passaram a adotar políticas de responsabilização” (Andrews e Vries, 2012, p. 829) e a segunda ao demonstrar que “os resultados mostram que o maior impacto da pobreza no desempenho escolar acontece nas escolas municipais até a 4ª série, sendo que, em 2005, mais de 60% da variação do IDEB pode ser explicada pela variação no nível de pobreza no município” (Andrews e Vries, 2012, p. 834). As duas afirmações sugerem a necessidade de investigações que permitam estabelecer relações entre o que abarcam, isto é, as políticas públicas relacionadas à Educação e sua relação com a pobreza.

Chirinéa (2010) investigou como as escolas do ensino fundamental do sistema municipal de Bauru se apropriaram dos resultados do IDEB para traçar ações no seu interior e no sistema, em relação à formulação e a implementação de políticas públicas educacionais. Seus resultados destacam que os gestores reinterpretem os dados gerados pelo IDEB, bem como nas políticas instituídas e, embora seja um instrumento significativo para a gestão de escolas e do sistema, não se constitui como o único referencial da qualidade, cujo foco está mais no processo do que no resultado. A autora destaca ainda que os resultados produzidos com o IDEB são utilizados para implementar ações que visam ao alcance das notas dos anos subsequentes, atendendo as prerrogativas legais estabelecidas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2007a) e Plano de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2007b).

Perboni (2016) investigou as avaliações externas e em larga escala das redes estaduais de educação básica, pontuando sobre reformas estruturantes dos Estados Nacionais, nas três últimas décadas, acompanhadas de concepção neoliberal que coaduna com a redução de seu tamanho, surgindo no campo educacional a descentralização² exigindo novas formas de execução de políticas públicas para as escolas ou instâncias administrativas intermediárias. O autor considera que as avaliações externas e em larga escala sejam um dos eixos de controle dessas políticas e identificou pouca interferência dos partidos políticos no poder com a criação das avaliações próprias, demonstrando que se configuram como tendência incorporada às políticas públicas educacionais, com previsão de bonificação e premiação vinculadas aos resultados.

Cavalcante (2017) investigou o trabalho desenvolvido a partir do Plano Municipal de Educação de Itamarati - AM e do Plano Estadual de Educação do Amazonas, em relação à meta 7, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental, visando à melhoria da qualidade da Educação e do IDEB. Identificou o declínio da média do IDEB dos 5º anos do ensino fundamental, a necessidade de ofertar mais formação para os profissionais da Educação; pouca habilidade e dificuldade na análise e leitura dos indicadores educacionais e ausência do instrumento de gestão democrática e participativa.

Cardozo (2018) discutiu a reforma do Estado e a consolidação do Estado avaliador, por meio de avaliações externas, as diretrizes do IDEB, o fluxo e o

² “O princípio da descentralização político-administrativa foi definido pela Constituição de 1988, preconizando a autonomia dos municípios e a localização dos serviços públicos na esfera municipal, próximos dos cidadãos e de seus problemas.” (Caetano, 2019, p. 97).

desenvolvimento escolar na rede municipal de Belém - PA, na edição do ano de 2015. Os resultados deste estudo apontam que:

a) as políticas de avaliação externa que resultam da reforma do Estado conformam, em grande medida, o parâmetro de qualidade a ser avaliado na educação básica; b) tem se estabelecido uma competição entre escolas, professores e alunos para ocupar as melhores posições no ranking do IDEB; c) a responsabilização do professor pelo fracasso o sucesso escolar; d) o currículo e o plano de ensino estão submetidos às avaliações externas, pois estas passaram a referenciá-los; e) a adequação da formação docente nem sempre representa elevação dos índices educacionais, visto que a escola com maior adequação de formação demonstra menor desempenho no IDEB; f) as práticas pedagógicas que garantem boa taxa do fluxo escolar estão voltadas para o acompanhamento pedagógico ao aluno, parceria com as famílias, desenvolvidas a partir de um trabalho colaborativo, movido pelo compromisso com a aprendizagem dos alunos; g) o compromisso imputa responsabilização aos profissionais da escola pela efetivação da aprendizagem dos alunos (Cardozo, 2018, p. 5).

A pesquisa de Cardozo (2018) além de apresentar diversos desdobramentos das políticas públicas de avaliação externa destaca que a aproximação da escola com a realidade do contexto econômico, social e cultural dos alunos, aqui enfatizado pela participação com as famílias, é positiva.

Villani e Oliveira (2018) alertaram sobre os programas de avaliações externas nacional e internacional para os sistemas de Educação, resultantes da Nova Gestão Pública³, cujas estatísticas assumem papel relevante neste contexto. Há uma relação entre o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na concepção e implementação de dispositivos de avaliação. Para os autores, “na prática diária, esse modelo quase não aparece no debate, mas que se inscreve no instrumento de avaliação e constitui-se em referência maior, pelo menos entre os que estão imersos no processo”. (Villani e Oliveira, 2018, p. 1.358).

Capela (2018) investigou o IDEB das escolas no município de Cametá – PA, no período de 2007 a 2015, com foco nas implicações no interior dessas escolas a partir das orientações da Secretaria de Educação Municipal. Seus resultados destacam que o IDEB, enquanto parâmetro de qualidade é referendado nas orientações oficiais e acatado como constatado nas ações político-pedagógicas da escola e que as escolas seguem as orientações da Secretaria Municipal de Educação, frente às exigências de melhoria dos

³ “detectar três formas de administração do Estado: patrimonial, burocrática e a emergente administração gerencial (ou nova gestão pública).” (Bresser-Pereira, 2002, p. 6) e “A descentralização e a *accountability* social são partes da reforma gerencial, mas devem ser distintas dela. A reforma gerencial, ou a reforma da gestão pública, envolve mais do que a descentralização política: envolve também a descentralização dentro de cada esfera de governo”. (Bresser-Pereira, 2002, p. 7).

índices educacionais, constantes das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014). O autor aponta que o IDEB se insere numa política produzida sob os princípios do mercado, possuindo assim um viés predominantemente técnico, focado na maximização dos resultados e é fortemente influenciada pela classe empresarial do país, com o papel de regular os resultados educacionais e o trabalho docente.

Cardoso (2018) investigou a relação do IDEB e os indicadores socioeconômicos dos municípios, da associação dos municípios da Foz do Rio Itajaí e utilizou como indicadores

o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), a taxa de alfabetização, o percentual de pessoas com 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) e o Índice de Gini dos municípios estudados (Cardoso, 2018, p. 6).

Os resultados sinalizam que o IDEB obtido por escolas e sistemas escolares não são resultados apenas dos esforços da gestão escolar e dos profissionais que atuam na escola, mas de todo um contexto socioeconômico com o qual escola, profissionais e alunos estão envolvidos.

Crozatti (2021) apontou a necessidade de melhorar a condição da Educação brasileira, quando se aproximava a renovação do FUNDEB (Brasil, 2020b) buscando identificar as variáveis no contexto educacional dos municípios paulistas, com redes de ensino fundamental, e a correlação do IDEB de 2017. Concluiu que as ações necessárias são as mesmas que as literaturas nacionais e internacionais apontam; para a figura do professor, sinaliza que sua remuneração e a gestão do processo escolar são fundamentais para o desenvolvimento da Educação e para as redes são necessários melhores investimentos, observando o contexto social e econômico, atenção aos espaços escolares, recursos financeiros e aos profissionais da educação.

Este conjunto de produções contribuiu com esta etapa da pesquisa, uma vez que evidencia alguns dos problemas, benefícios, história e os desdobramentos desta política na qualidade da educação e no contexto escolar, pois o IDEB trouxe uma nova perspectiva para a Educação brasileira, mensurando, a partir de seus parâmetros, a qualidade da educação básica nacional. Esta política se fortalece nos marcos legais, como no PNE (Brasil, 2014) e os alinhamentos com os Planos Municipais de Educação. O IDEB se torna um indutor no processo educacional e com isso, muitas críticas surgem, entre elas,

a de tratar apenas de duas vertentes, no caso o fluxo escolar e o desempenho dos alunos em testes padronizados, não considerando outros aspectos que possam interferir para a obtenção qualidade da Educação a partir de seus parâmetros IDEB, o que resulta nas mais variadas críticas como seu alinhamento com o mercado de trabalho, com instituições internacionais ou ainda que atua como forma de controle do campo educacional.

Municipalização

Martins (2003) analisou alguns resultados da implementação do convênio⁴ estado-municípios do ensino fundamental, tomando como base dois municípios. Apontou dados de transferência da administração de escolas estaduais para o nível local, o contexto político-administrativo, as políticas de formação continuada e o perfil de arrecadação fiscal. Discutiu, as características do processo de transferência de escolas, alunos e professores para as redes municipais de ensino. Concluiu que o processo de municipalização parece facilitar a superação dos problemas dos diferentes níveis da burocracia, delimitadas territorialmente e beneficiadas pela proximidade do poder.

Adrião (2008) discutiu a oferta do ensino fundamental no estado de São Paulo, com duas medidas implantadas no período de 1995 a 1998, no caso, a municipalização das escolas estaduais em que

Complementarmente, apresentam-se os mecanismos adotados para a indução dos convênios entre o governo do estado e os municípios, genericamente denominados de *parcerias*, que redundaram na municipalização do ensino fundamental, inaugurando um novo padrão de atendimento a esta demanda (Adrião, 2008, p. 80).

E a reorganização das escolas estaduais em que “Dividiram-se as escolas e os níveis de ensino; quebrou-se, ao meio, a escola de oito anos e pulverizou-se, pelo interior do estado, uma infinidade de arranjos institucionais para garantir a oferta, pelos municípios, do ensino fundamental” (Adrião, 2008, p. 94). Nesse sentido, o Governo Estadual se viu livre da obrigação da oferta de significativa parcela da educação básica, contudo, ainda exercia o controle dessas políticas, uma vez que definia seus parâmetros básicos de funcionamento.

⁴ Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental através de ação conjunta dos Executivos Estadual e Municipal. (São Paulo, 1996a).

Moraes (2009) analisou o processo de municipalização do ensino no município de Itirapina - SP, por um período de dez anos, com início em 1997, quando era gestora municipal, e as consequências do que a municipalização representou para o município. Dentre as conclusões apresentadas, destaca que “a descentralização proporciona maior agilidade, mais eficácia, maior racionalização nos gastos e menor burocracia do que no sistema estadual”. (Moraes, 2009, p. 153).

Mello (2010) investigou as mudanças dos padrões de gestões dos sistemas públicos de ensino fundamental implantadas pelas reformas educacionais do Estado de São Paulo, pelo governo de Mario Covas de 1995 a 1998, que resultaria no processo de municipalização. Constatou que “foram fundamentadas na concepção de gerenciamento de resultados, cujas principais características são a racionalização, descentralização e avaliação do sistema”. (Mello, 2010, p. 11) e que “um dos aspectos favoráveis da municipalização parece ter sido o fato de ter possibilitado uma revitalização e modernização dos equipamentos escolares”. (Mello, 2010, p. 89).

Oliveira (2011) investigou em sete municípios no litoral sul de São Paulo as relações de poder dentro das instituições escolares e com as Secretarias Municipais de Educação, após a municipalização. Constatou que

as representações sociais apresentadas pelos gestores sobre o sistema de ensino, a hierarquização e a burocratização são representações das práticas de dominação tradicional e racional, as quais emaranhadas nas relações sociais e profissionais que integram a realidade de cada instituição escolar (Oliveira, 2011, p. 105).

Os gestores refletem a estrutura organizacional em que as decisões são tomadas de cima para baixo e a adoção de procedimentos com regras formais são tidas como esperadas e dentro da normalidade, contudo, as peculiaridades das escolas são desconsideradas.

Este conjunto de produções contribuiu com esta etapa da pesquisa, uma vez que evidenciam os problemas, os benefícios, a história e os reflexos da política na municipalização do ensino fundamental dos anos iniciais, contudo, nas produções aqui selecionadas, não destacam suas possíveis relações com outras políticas públicas, ainda que no âmbito municipal.

O mapeamento bibliográfico inicial contribuiu para a investigação do que o campo acadêmico tem produzido sobre minha inquietação inicial e diz muito sobre o IDEB e sobre a Municipalização, duas políticas que interferem diretamente nos anos iniciais do

ensino fundamental e, em especial, para as redes públicas municipais de ensino. Uma inicia-se no ano de 1997, a outra a partir de 2005 e perduram até o momento, mas, é necessário destacar que, apesar de os trabalhos aqui citados serem importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, observou-se ainda a quase inexistência de produção que discuta ou ao menos estabeleça relações entre o IDEB e a municipalização.

O Problema

A política de qualidade da Educação básica expressa nos indicadores do IDEB e a política de municipalização ocupam centralidade na gestão das redes públicas municipais e, neste sentido, o problema de pesquisa aqui apresentado pode ser sintetizado na seguinte questão: quais as possíveis relações dos indicadores do IDEB e da municipalização para a condução de políticas públicas municipais?

Justificativa

O tema pesquisado se faz relevante uma vez que o mapeamento bibliográfico inicial realizado apontou os modos de como as redes públicas municipais de ensino efetivam as políticas de qualidade da educação básica expressas no IDEB e política de municipalização das escolas estaduais; entretanto, uma lacuna observada foi a inexistência de produções acadêmicas que tenham como objeto de investigação das possíveis relações entre as duas políticas no âmbito da gestão das redes públicas municipais de ensino.

Essa pesquisa busca ainda a realização de um anseio pessoal e profissional, além de contribuir para o campo educacional, uma vez que seus resultados poderão subsidiar significativamente a elaboração de estratégias na busca de eficiência nas políticas públicas municipais, em especial, as duas aqui investigadas.

Hipótese

Esta pesquisa tem como hipótese central que o cotejamento dos indicadores de duas políticas públicas educacionais, no caso a de qualidade da educação básica expressa nos indicadores do IDEB e a de municipalização das escolas estaduais, exponha as possíveis relações entre ambas e produza informações que contribuam para a eficiência dessas e das demais políticas públicas, em especial no âmbito dos municípios.

Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é o de historiar, mapear, cotejar e analisar os resultados de duas políticas educacionais a considerar do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental – no caso, a de qualidade da educação básica expressa nos indicadores IDEB e a de municipalização das escolas estaduais - na territorialidade do município de São José do Rio Preto, desde o ano inicial da municipalização das escolas estaduais até o último ano com indicadores IDEB disponíveis, no caso, 2019.

Objetivos Específicos

- Identificar e analisar a sustentação legal do IDEB e da municipalização.
- Mapear e analisar os documentos oficiais relacionados à criação das escolas municipalizadas e de cada edição do IDEB.
- Entrevistar ex-secretários municipais de educação que tenham atuado por mais de um ano no cargo, no período do início da municipalização até o ano de 2019.
- Mapear e analisar o IDEB de cada região do município em todas as edições realizadas até 2019.
- Mapear escolas municipalizadas via transferência da rede estadual, as que já pertenciam à rede municipal e que foram reorganizadas para atender o EF no período de 1996 a 2000 e as municipalizadas via ampliação da rede própria a partir de 2005 em cada região ou território de SJRP.

Método

Esta pesquisa é do tipo qualitativa com base em um estudo de caso explicativo, uma vez que se preocupa com o aprofundamento da compreensão das possíveis relações entre os indicadores do IDEB e da municipalização das escolas estaduais no território do município de São José do Rio Preto -SP.

Campo empírico

O campo empírico é a rede pública municipal de ensino de São José do Rio Preto – SP, com foco nas escolas que atendem os anos iniciais do ensino fundamental.

Procedimentos de coleta

A coleta de informações foi realizada em duas frentes: a primeira, junto aos documentos de domínio público da Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto (SME-SJRP) no que se refere à sua história, sustentação legal e indicadores e, a segunda, por meio de entrevistas presenciais parcialmente estruturadas⁵ com seus ex-secretários municipais de educação (APÊNDICE B). A definição do público a ser entrevistado se deu, em especial, pelo fato de serem os responsáveis pela condução das políticas públicas educacionais no âmbito municipal.

A população estudada é composta pelos ex-secretários de educação do município de SJRP-SP que exerceram o cargo no período do início da municipalização no município (1997) até a edição do IDEB do ano de 2019; entretanto, faz-se necessária a utilização de critérios de seleção, uma vez que no recorte temporal estabelecido, cinco secretários exerceram esse cargo. Desse modo, o critério de inclusão a ser utilizado é que tenha exercido o cargo de secretário de educação do município de SJRP-SP por um tempo mínimo de um ano, no período do início da municipalização no município (1997) até a edição do IDEB no ano de 2019. O critério de exclusão a ser utilizado é o de ter exercido esse cargo por menos de um ano no referido período.

A partir do levantamento dos possíveis entrevistados, estes foram contatados por e-mail ou celular e informados de que sua participação na pesquisa seria voluntária; que a entrevista seria realizada de modo presencial e em local de livre escolha do respondente; da necessidade de assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) que lhe seria apresentado no momento que antecede a realização da entrevista; que o tempo estimado para sua realização seria de aproximadamente cinquenta (50) minutos e da possibilidade de interrupção da entrevista a qualquer momento caso assim desejasse.

Descritos os procedimentos de coleta utilizados, faz-se necessário destacar que, para o início desta pesquisa, foram obtidos todos os termos obrigatórios necessários para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CNS, 2016), resultando na obtenção do parecer “APROVADO” nº 5.788.078, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

⁵Uma entrevista parcialmente estruturada se dá “quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (Gil, 2002, p. 92).

Procedimentos de análise

As informações obtidas foram organizadas, cotejadas e analisadas a partir do conceito de *accountability* (Afonso, 2012; 2019), uma vez que a hipótese central sugere que a sustentação legal das políticas públicas de municipalização das escolas estaduais e de qualidade da educação básica expressa nos indicadores IDEB, as atribuições legalmente estabelecidas aos gestores municipais, o contexto local e suas condições objetivas responsabilizam direta ou indiretamente os gestores das redes públicas municipais e interferem na eficiência das políticas públicas municipais.

Estrutura do texto

O texto apresenta em sua seção 1 - a municipalização do ensino no Brasil e as avaliações externas, histórico e sustentação legal, em sua seção 2 - as perspectivas, produção acadêmica, apoio teórico e referencial teórico, na seção 3 - as atribuições legais do Secretário Municipal de Educação de SJRP e o conceito de *accountability*, em sua seção 4 - o campo empírico e a coleta de dados, na seção 5 - análises iniciais das entrevistas e na seção 6 - devolutiva ao campo empírico investigado.

Seção 1. A municipalização do ensino no Brasil e as avaliações externas: histórico e sustentação legal.

Esta seção tem por objetivos principais: 1) descrever o histórico e a sustentação legal da municipalização do ensino no Brasil, no estado de São Paulo e no município de São José do Rio Preto; 2) descrever o histórico e a sustentação legal das avaliações externas em larga escala no Brasil; e 3) apresentar o histórico e a sustentação legal do Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB), indicador estatístico elaborado a partir das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e que, segundo a meta 7 do atual Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014), é o medidor da qualidade da educação básica nacional.

O conjunto de informações aqui apresentado contribuirá para a compreensão de dois elementos centrais para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas educacionais, no caso, a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, o SAEB e seus índices. Em ambos, a proposta é mensurar e disponibilizar informações que contribuam para melhorar a qualidade da educação básica nacional, subsidiando assim políticas e ações públicas, bem como as bases de uma política pública que teve, como uma de suas premissas, contribuir para a melhoria do ensino.

1.1 Histórico e sustentação legal da municipalização do ensino no Brasil

A municipalização e ou descentralização da educação está vinculada à história dos governos, que com suas convicções se expressam nas legislações de cada período, uma vez que “a História mostra os resultados e a viabilidade ou não de cada lei. O Brasil não priorizou a educação escolar ao longo de cinco séculos(...)” (Ribeiro, 1993, p. 28), entretanto, a Municipalização do ensino é uma importante política educacional com significativos desdobramentos no âmbito da administração pública brasileira e, em especial, no âmbito da administração pública municipal, podendo ocorrer de duas maneiras: por “iniciativa, no âmbito do Poder Municipal, de expandir suas redes de ensino, ampliando o nível de atendimento por parte desta esfera da administração pública; como o processo de transferência de rede de ensino de um nível da Administração Pública para outro”. (Oliveira, 2003, p. 101).

Dada a importância da municipalização do ensino no Brasil e a quantidade de fatos e produções legais e acadêmicas que envolvem esse tema, esta pesquisa estabelece dois

períodos como delimitações temporais, no caso, o período que antecede a atual Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) e o período posterior à atual Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), e apresenta alguns desses fatos e sustentação legal.

1.1.1 Período que antecede a atual Constituição Federal do Brasil.

Faria (2007) relatou que em 1827, cinco anos após a proclamação da Independência e sob a vigência da Constituição Federal de 1824, D. Pedro I expediu a Lei que estabelecia a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas e cidades populosas (Brasil, 1827). A quantidade de escolas e a escolha das localidades ficavam a cargo dos presidentes das Províncias, em conselho e com audiência das respectivas Câmaras Municipais. Definia ainda que as escolas seriam do ensino mútuo⁶ nas capitais das províncias, nas cidades, vilas e lugares populosos em que fosse possível estabelecerem-se. Para dar conta dessa incumbência, apelaram para o auxílio das Câmaras Municipais, iniciando um trabalho conjunto ou em colaboração. Para Garcia, “a descentralização do ensino primário para as províncias no Brasil ocorre mais por desinteresse das elites por esse tipo de educação do que por um reconhecimento da importância dessa decisão para a oferta de mais e melhor educação para a população”. (Garcia, 2002, p. 71).

No que se refere à Constituição de 1891 (Brasil, 1891), Costa (2008) descreve que reforçou a autonomia dos Estados, como uma forma de descentralização das ações da União e no campo educacional ocorre, neste sentido, sua estadualização. Destaca ainda que, em 1924, foi nomeado na Bahia Anísio Teixeira como Inspetor Geral da Educação, que trazia convicções municipalistas e durante sua gestão, foi aprovada a Lei nº1.846/1925 (Bahia, 1925), que reformulou a Instrução Pública do Estado da Bahia, sendo esta uma primeira proposta de descentralização administrativa do ensino estadual aproximando-se daquilo que hoje é conhecido como municipalização do ensino. A mesma lei definiu uma política educacional de governo em relação à administração do ensino primário, que previa uma forma descentralizada de parceria entre estado e município. Esta iniciativa abria a possibilidade de visão para as administrações federal e estaduais na

⁶ “O principal elemento que definia e caracterizava o Método Mútuo era o uso de monitores no ensino. Em sua Didática Magna, Comênius ensina como um único professor pode ser suficiente para qualquer número de alunos fazendo uso de monitores.”. (Neves, 2006, p.1).

potencialidade do município em gerir o ensino básico a ser oferecido a toda população brasileira, haja vista as atribuições do Conselho Escolar Municipal,

Art.32. O Conselho Escolar Municipal tem por função estimular o desenvolvimento do ensino primário, e como órgão da administração, fiscalizar o serviço escolar do município e propor medidas convenientes à melhor adaptação do ensino às condições locais. (Bahia, 1925, p. 8).

Avançando no recorte temporal, Gadotti (1997, p.1) afirma que “os historiadores costumam dividir em três períodos distintos na história da educação brasileira” destacando que “o primeiro, do descobrimento até 1930, período de educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, com visão religiosa e o ensino privado” (p.1), tanto que a questão da municipalização do ensino é retomada e reforçada em 1932 no Manifesto⁷ dos Pioneiros da Educação Nova.

O segundo período compreende de 1930 a 1964 e é descrito como “depois de uma fase de confronto entre o ensino privado e o ensino público, predominam as ideias liberais na educação com o surgimento da ‘escola nova’, centrada na criança e nos métodos renovados, por oposição à educação tradicional” (Gadotti, 1997, p. 1). A Revolução de 1930 produziu importantes transformações no campo educacional, destacando-se a criação, no mesmo ano, do Ministério da Educação”. (Gadotti, 1997, p.3); “O período de 1930 a 1945 foi marcado pela evolução do ensino oficial e pela estagnação do ensino particular no que se refere à instrução primária”. (Gadotti, 1997, p.3).

Gadotti (1997) destaca que a Constituição Federal de 1946 (Brasil, 1946) estabeleceu os parâmetros de financiamento da educação, pois, anualmente, a União deveria aplicar nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e foi marcado pelo período de fechamento do Congresso Nacional e a estagnação do desenvolvimento educacional. O terceiro período definido como pós-64 é apresentado como

iniciado por uma longa fase de educação autoritária dos governos militares, em que predomina o tecnicismo educacional. Depois de 1985, tem início uma

⁷ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi lançado nos jornais de circulação nacional, sob o título “A Reconstrução Educacional no Brasil: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – Ao Povo e ao Governo”, visava uma estratégia de comprometer o governo. É considerado é um dos instrumentos mais importantes história da educação brasileira, comparado a uma certidão de nascimento. (Passos, 2022).

transição que dura até hoje, revelando o enorme atraso em que o país se encontra em matéria de educação para todos. (Gadotti, 1997, p. 1).

O terceiro período denominado pós 64 é marcado pela reforma do ensino básico em 1971 (Brasil, 1971) que passaria a se chamar de 1º e de 2º graus, consagrando a tendência tecnicista e burocrática na educação pública (Gadotti, 1997). Depois de 1985, com o fim do regime militar (1985), tem início uma transição e demonstra o enorme atraso em que o país se encontrava em matéria de educação para todos (Gadotti, 1997).

Um dos movimentos expressivos que culmina com a queda do regime militar foi o “Diretas já” que defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que procurava garantir a realização de eleições presidenciais diretas em 1985 (Jesus, 2011). A manifestação mobilizou campanhas em várias cidades brasileiras por meio de comícios em praças públicas, reunindo milhares de pessoas. Na votação, a proposta foi derrotada e restava aos articuladores do movimento negociarem o fim do regime militar. Em 1986, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte⁸, onde

O processo de municipalização do ensino fundamental não foi apenas antevisto, como desejado pelo legislador constituinte, mas também constou do Relatório final do então deputado Artur da Távola, na Comissão da Família, Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Constituinte de 1987 (Baptista, 2022, p. 8).

A autora acrescenta que a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), nasceu sob a forte marca do municipalismo, e, posteriormente, em 1996, a nova LDB (Brasil, 1996b), em seus artigos 10 e 11, reforçou o projeto constitucional na direção da municipalização.

1.1.2 Período posterior a atual Constituição Federal do Brasil.

A partir da vigência da atual Constituição Federal (Brasil, 1988), o Brasil optou por implantar um modelo de municipalização para as políticas públicas governamentais, como resposta às demandas oriundas da sociedade civil e política no que se refere à maior participação popular na definição das políticas sociais, na oferta de serviços de saúde, assistência social e educação, transformando os municípios em centros estratégicos de gestão local (Vargas; Bizelli; Cruz, 2020), contudo,

⁸ Uma Assembleia Constituinte é um órgão colegial representativo, de caráter extraordinário e temporário, que é investido do poder de elaborar a Constituição, ou seja, o conjunto de regras normativas primárias e fundamentais do ordenamento jurídico estatal. (Cancian, 2018).

a face mais importante do conceito de municipalização, porém, tem a ver com a estratégia de transferência para as cidades da responsabilidade e dos recursos necessários para o pleno exercício das funções de coordenação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria de uma série de serviços e políticas públicas que antes estavam sob responsabilidade federal ou estadual. Nesse sentido, a municipalização combina-se com o princípio da descentralização político administrativa e com o fortalecimento da autonomia dos municípios, sustentando-se muitas vezes na ideia de que a localização dos serviços na esfera municipal faz com que eles fiquem mais próximos dos cidadãos, de seus problemas e de sua capacidade de controle e regulação (Levi, 2018, p. 601).

Nesta perspectiva, a municipalização e a descentralização no campo das políticas públicas educacionais ganham nova formatação e se configuram com os municípios que assumem maiores responsabilidades em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, resultando em mais autoridade e responsabilidades para a esfera municipal.

O ano de 1996 é marcado pelo estabelecimento de três importantes marcos legais que impactam diretamente nas questões relacionadas à municipalização do ensino. São eles: a Emenda Constitucional nº 14 (Brasil, 1996a), a LDB (Brasil, 1996b) e a lei que estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (Brasil, 1996c).

A Emenda Constitucional nº 14 (Brasil, 1996a), no mês de setembro, trouxe para a educação, a base e os princípios da organização dos sistemas Federal, Estadual e Municipal, além de definir um fundo para a distribuição de recursos financeiros de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental (EF).

A LDB foi decisiva para todo o campo educacional brasileiro e indutora para a municipalização, uma vez que o inciso V do Artigo 11 estabelece que os municípios incumbir-se-ão de “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental” (Brasil, 1996b, p. 5).

A lei que estabeleceu o FUNDEF (Brasil, 1996c) possibilitou aos municípios o recebimento de receitas de acordo com as matrículas no EF que detinham, ou dito de outro modo, caso o Estado permanecesse responsável por essa demanda, o município não faria jus à parcela do FUNDEF.

Martins (2003) observou que 1997 foi o primeiro ano das novas gestões municipais eleitas e, já no início de 1998, foi implantado o FUNDEF e, a partir de então, os profissionais da educação começaram a enfrentar novos desafios e inovações nas Secretarias Municipais de Educação e, ao mesmo tempo, a compreender a situação de indefinição profissional a que estariam submetidos. O FUNDEF (Brasil, 1996c) vigorou

a partir do ano de 1998 até 2006, sendo substituído, em 2007, pelo Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB), instituído pela Lei nº 11.494 (Brasil, 2007c). O FUNDEB passou por novas adequações por meio da publicação da Lei nº 14.113 (Brasil, 2020b) que revogou a anterior e é vigente até os dias atuais.

Em 2021, isto é, após vinte e cinco (25) anos do início da municipalização, ainda havia notícias de municipalização do ensino, como o do projeto “De Mãos Dadas”, presente na Resolução SEE nº 4584/2021 (Minas Gerais, 2021), que pretendia dar apoio e incentivo para que os municípios mineiros ampliassem a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental nas unidades escolares, conforme preveem a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a LDB (Brasil, 1996b).

Além da política de municipalização, outra política educacional foi iniciada na década de 1990, no caso, a política de avaliação da qualidade da educação básica nacional por meio das avaliações externas de larga escala, sob responsabilidade do Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP). Ferrarotto (2022) aponta que a avaliação externa ganha destaque em nosso país, por volta dos anos de 1990, como efeito dos acordos estabelecidos com organismos internacionais e os resultados dessas avaliações são monitorados, viabilizando ações de regulação e controle do campo educacional. A partir de então, surgem o SAEB (Brasil, 2016a) e o IDEB (Brasil, 2007b) sobre os quais discutiremos ao longo deste capítulo.

Portanto, a partir desses marcos legais, no caso, a Emenda Constitucional nº 14 (BRASIL, 1996a), a Lei Federal nº 9394/96 (LDB) (Brasil, 1996b) e a Lei Federal nº 9.424 (FUNDEF) (Brasil, 1996c) tem início um movimento nacional na educação pela municipalização do ensino, alardeado desde 1932 pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em favor da descentralização e autonomia das escolas, entre outras. Nesta expectativa, a municipalização vai ocorrendo no Brasil, em cada estado da federação e nos municípios que, diante de tratativas e arranjos estabelecidos em normativas legais, espelham a legalmente estabelecida política de municipalização de ensino.

1.2 Histórico e sustentação legal da municipalização do ensino no Estado de São Paulo

Clark (2006) destacou que no período de 1889 a 1925 ocorreram várias reformas educacionais com o objetivo de melhor estruturar o ensino primário, pois se entendia que era necessário retirar o Brasil do atraso educacional. O governo paulista, por meio do

Decreto Estadual nº 248, de 26 de julho de 1894 (São Paulo, 1894), criou o Grupo Escolar e esta concepção de escola primária criada nasceu ligada ao Projeto Educacional Republicano, que entendia a educação como instrumento importante para se alcançar o progresso nacional. A implantação dos Grupos Escolares alterou o curso de história do ensino público primário no país. O autor afirmou que, ainda em 1920, vários grupos escolares continuaram sendo inaugurados, tanto no interior paulista como na capital e, além deles, as escolas isoladas, escolas preliminares, escolas provisórias, dentre outras; contudo, as escolas criadas não eram em números suficientes para atender a demanda.

Kang (2011) afirmou que, no período de 1930 até 1964, a expansão do ensino primário foi insuficiente para superar o relativo atraso educacional e que houve pouco interesse dos governos em expandi-lo. Além disso, o financiamento da educação primária também foi responsável pela manutenção do atraso. A administração do ensino primário era de responsabilidade estadual, mas o governo federal, que detinha grande parte da receita tributária, não dava suporte necessário aos estados.

Para Gohn (2009), a década de 1970 deixou registros negativos na história brasileira, período da ditadura militar, tecnocracia estatal no planejamento, prisões e perseguições políticas. No entanto, foi também um período de resistência e construção das bases para a redemocratização, surgimento de movimentos das comunidades de base, retomada da organização sindical, reorganização partidária e criação de movimentos sociais importantes no processo constituinte dos anos 1980, como o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública,⁹ que data de 1987.

Em 1989, na vigência da atual Constituição Federal (Brasil, 1988), foi apresentado o primeiro programa de municipalização no Estado de São Paulo com a publicação do Decreto nº 30.375 (São Paulo, 1989), sendo “anterior à implementação nacional do FUNDEF, previa incentivos mais extensos e produziu menor adesão dos municípios em comparação ao segundo pacote de incentivos, que passou a reger o programa de municipalização após o FUNDEF”. (Gomes, 2008, p. 91).

Em 1995, o governo paulista, diante das necessidades de adequações pedagógicas e aprendizagem dos alunos, instituiu por meio do Decreto nº 40.473 (São Paulo, 1995a) o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, pois, conforme o decreto mencionado, o fato de funcionarem em “um único prédio, de classes de Ciclo Básico a 8ª série e, em muitas escolas, também de classes do 2º Grau, comprovadamente

⁹ “O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi lançado oficialmente em Brasília, em 9 de abril de 1987, por meio da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita.” (Pinheiro, 2015, p. 17).

gera problemas pedagógicos sérios,” (p.1). Com a reorganização proposta por esse decreto, a partir de 1996, as escolas passariam por nova configuração, organizadas com classes de: I - Ciclo Básico 1^a à 4.^a série; II - 5.^a à 8.^a série; III - 5.^a à 8.^a série e de 2º Grau; IV-2º Grau. As justificativas foram:

I - um melhor atendimento pedagógico às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos, com a instalação de salas-ambiente, laboratórios e equipamentos diferenciados, mais adequados ao processo de ensino e à faixa etária dos alunos; II - o funcionamento da maioria das escolas em dois turnos diurnos ou em dois turnos diurnos e um noturno; III - a composição, de forma mais adequada, da jornada de trabalho do professor, com maior fixação do corpo docente em uma escola; IV - a adequação dos espaços físicos e equipamentos ao nível de ensino da clientela escolar atendida; V - a racionalização dos investimentos (São Paulo,1995a, p. 1).

Os argumentos apresentados atendiam questões pedagógicas com melhoria no critério de agrupamento de alunos, no atendimento à demanda, a racionalização das necessidades das reformas e de construções, do aumento do quadro de funcionários frente às necessidades educacionais. Esta reorganização das escolas em função da idade dos alunos foi uma importante medida, dentre outras necessárias, para promover um ensino de melhor qualidade.

Adrião (2008) demonstrou que houve o fechamento de salas, pois “de 6.783 unidades existentes em 1995, 5.919 encontravam-se em funcionamento no ano de 1998 e 864 escolas foram fechadas” (Adrião, 2008, p. 85). A autora aponta também que,

houve surpreendentemente redução do número de escolas estaduais (no total, 864), que por sua vez traduziriam a denúncia que tem sistematicamente sido feita de que, ao lado da argumentação positiva da redução dos períodos de funcionamento, deu-se, de forma concomitante, expressivo aumento do número de alunos em cada sala de aula, em todos os períodos de funcionamento escolar, com significativa redução no número de professores (Adrião, 2008, p.86 apud Arelaro,1999, p. 87).

Em 1996, a municipalização no estado paulista ganha impulso acompanhando e espelhando a legislação federal, no caso a Emenda Constitucional nº14 (Brasil, 1996a), a lei nº 9394/96 (Brasil, 1996b) e a lei nº 9.424/96 (Brasil, 1996c); e como afirma Adrião (2008), a reorganização da rede, em 1995, também foi um grande passo dado de forma estratégica rumo municipalização que veio a se materializar em outro Decreto, o de nº 40.673 (São Paulo, 1996a), que instituiu o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao EF, que dispunha, em seus primeiros artigos:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental, através de ação conjunta dos poderes executivos estadual e municipal.

Artigo 2º - O processo de implantação do Programa será gradativo, conforme a adesão dos municípios, para a assunção total ou parcial do ensino fundamental da rede pública estadual e da gestão educacional.

Artigo 3º - Na pactuação serão consideradas as peculiaridades locais e regionais, adequando-se à capacidade técnico-administrativo-financeira de cada município.

Artigo 4º - O Estado cooperará com os municípios parceiros, para instituição do processo de avaliação do sistema de ensino, com a finalidade de proceder às correções necessárias para implantação do Programa (São Paulo, 1996a, p.1).

Nessa perspectiva, com as condições criadas com a reorganização das escolas da rede estadual, as diversas possibilidades de pactuação ofertadas aos municípios, a questão conjuntural das leis federais para políticas públicas do financiamento da educação, que surgiram após a publicação deste ato administrativo do governo estadual fortaleceram o processo de municipalização.

Para Martins (2003, p. 228), “a cobertura do EF era feita pelo setor público, com especial destaque para a maciça participação da Secretaria Estadual da Educação, responsável por 79% das matrículas nesse nível de ensino, até o ano de 1995”.

Com a redefinição de competências entre as esferas de governo a partir de 1996, nos anos seguintes, os municípios passaram a assumir a responsabilidade pelas matrículas de 1ª a 4ª série, saltando de 12% para 44% a sua participação no conjunto da oferta no período de 1996 a 2001, enquanto a rede estadual caía de 77% para 44% (Martins, 2003, p. 228).

Os números demonstram a descentralização das responsabilidades educacionais do governo estadual para os municípios nesse período, com uma redefinição de competências entre as esferas de governo.

Azanha (1991, p.63) apontou algumas preocupações em relação à municipalização, dentre elas: “a municipalização do ensino se transformou muito mais numa bandeira do participacionismo do que num projeto educacional” e precisa, antes de qualquer outra providência, constituir-se numa mobilização social na defesa da escola pública, pois: “A condução da escola é um assunto de educadores. A escola pública paulista não é uma vala comum de instituições falidas”. (Azanha, 1991, p. 67). O autor faz ainda importantes apontamentos sobre os intuitos que devem ocorrer na municipalização:

A municipalização do ensino, nessas condições, deve ter um duplo propósito: 1º) mobilizar a sociedade local no sentido de despertar a consciência de suas responsabilidades com relação à escola pública; 2º) pressionar políticos e governos para que a escola pública tenha apoio técnico e financeiro para assumir sua autonomia pela elaboração e execução de seus próprios projetos pedagógicos, capazes de eliminarem deficiências e falhas da instituição (Azanha, 1991, p.67).

Dessa maneira, é preciso que os atores do interior da escola, os profissionais da educação, alunos e a sociedade superem a perspectiva de matrículas e assumam um projeto de escola autônomo na busca de avanços, com apoio financeiro, reavaliando e corrigindo suas ações no projeto educacional, sendo capazes de superar suas deficiências.

O Censo Escolar (Brasil, 2019a) apresentou informações que revelam o panorama da educação básica no Estado de São Paulo, o que possibilita identificar algumas tendências da área como as matrículas registradas nos anos iniciais do EF. Em relação aos matriculados nos anos iniciais, “57,8% dos alunos estão matriculados na rede municipal, seguida pela rede privada, 21,4%”. (Brasil, 2019a, p. 23-24). Constatou-se, ainda em 2022, a existência de um município, no caso São José dos Campos, dando continuidade à municipalização (São Jose dos Campos, 2022).

A municipalização incentivou a criação dos Conselhos Municipais de Educação (CME), por meio da publicação da Lei Estadual nº 9.143/95 (São Paulo, 1995b), que fixa normas para criação, composição, atuação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, passando a ter "caráter normativo¹⁰, consultivo¹¹ e deliberativo¹²" e a integrar os sistemas municipais criados pelo executivo.

Assim, com a publicação dos dois decretos estaduais, no caso, o Decreto nº 40.473 (São Paulo, 1995a) e o Decreto nº 40.673 (São Paulo, 1996a), a instituição do FUNDEF, normatizado pela Lei Federal n. 9.424 (Brasil, 1996c), e o início das novas gestões municipais eleitas no final do ano de 1996, os municípios foram induzidos à

¹⁰ “Essa função é restrita aos conselhos quando órgãos normativos dos sistemas de ensino, pois, de acordo com a LDB (artigo 11, III), compete ao Município baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. As normas complementares limitam-se à abrangência ou jurisdição do sistema.” (Brasil, 2004, p.19).

¹¹ “Essa função é comum a qualquer conselho. Trata-se de responder a consultas sobre questões que lhe são submetidas pelas escolas, secretaria de educação, câmara de vereadores, Ministério Público, universidades, sindicatos e outras entidades representativas de segmentos sociais, assim como por qualquer cidadão ou grupo de cidadão, de acordo com a lei.” (Brasil, 2004, p.18).

¹² “É desempenhada pelo CME em relação à matéria sobre a qual tem poder de decisão. Essa função é compartilhada com a secretaria de educação, no âmbito da rede ou do sistema municipal de ensino, por meio de atribuições específicas, de acordo com a lei. Assim, a lei atribui a função deliberativa ao órgão – secretaria ou conselho – que tem competência para decidir sobre determinada questão em determinada área.” (Brasil, 2004, p.18).

municipalização das escolas. Diante do arcabouço legal apresentado, Gomes (2008) afirma que:

o papel dos governos estaduais continua central em políticas que envolvam a adesão dos governos municipais, ainda que não sejam um obstáculo à aprovação de uma norma legal na esfera federal, permanecem como atores decisivos para a implementação de políticas. Que o Fundef acabou por gerar melhores condições para os governos estaduais atuarem na transferência de escolas para o atendimento do ensino fundamental a seus municípios. (Gomes, 2008, p. 186).

As três esferas de governos se alinham nas legislações federais e são reproduzidas de maneira espelhada nos âmbitos de atuação; a questão de financiamento educacional influenciou para que as escolas mudassem sua esfera administrativa, alterando sua entidade responsável, uma vez que se localizavam no território municipal.

1.3 Histórico e sustentação legal da municipalização do ensino em São José do Rio Preto

Aqui apresento como se deu a política pública da municipalização do ensino em São José do Rio Preto, que espelha a legislação federal e estadual, em suas decisões expressas em leis e decretos municipais, na condução da educação municipal com a ampliação das responsabilidades do poder local.

A municipalização chegou! Para Gomes (2008), a primeira proposta do estado de São Paulo, em 1989, não foi tão exitosa, porém com a perspectiva e o advento da lei do FUNDEF (Brasil, 1996c), o governo estadual fez nova proposta de municipalização por meio de parcerias e nela considerava a necessidade da parceria de descentralização da gestão educacional, com base no princípio da responsabilização e busca de melhor atendimento da sociedade, apresentando o Decreto nº 40.673 de 1996 (São Paulo, 1996a), ao qual o município de SJRP fez a sua adesão iniciando a transferência de escolas. Porém, seria algo além do que assumir prédios escolares, era preciso adequar-se a novas legislações que dispunham sobre financiamento, programas de ensino, mudanças de faixa etária do ensino fundamental, Plano Municipal de Educação, Conselhos de Educação, Estatuto do Magistério, dentre outros aspectos que exigiriam muito trabalho para dar conta da municipalização.

A transferência das escolas estaduais para a rede pública municipal de SJRP se deu nos termos do Decreto Estadual nº 40.673 de 1996, (São Paulo, 1996a) que instituiu

o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento do Ensino Fundamental, e por meio de Decretos Municipais, Decreto nº 9.353, (SJRP, 1997a), Decreto nº 9775, (SJRP, 1998a), O Decreto nº 10.058 (SJRP, 1999a), Decreto nº 17.991 (SJRP, 2018b). O Decreto nº 9.353, (SJRP, 1997a) desencadeou a necessidade de criação de leis municipais, como a Lei nº 7.030, (SJRP, 1998c), e Lei Complementar nº 089 (SJRP, 1998b), para ir se ajustando às novas responsabilidades assumidas pelos gestores públicos e validadas pelo poder legislativo local, na política educacional municipal. Esta passagem das escolas de âmbito de administração estadual para o municipal é conhecida como municipalização do ensino.

No entanto, a municipalização do ensino poderia ocorrer de duas formas: por “iniciativa, no âmbito do Poder Municipal, de expandir suas redes de ensino, ampliando o nível de atendimento por parte desta esfera da administração pública; como o processo de transferência de rede de ensino de um nível da Administração Pública para outro” (Oliveira, 2003, p. 101). Assim, segue um breve histórico das ações do município antes de 1997, no sentido de expandir ou criar escolas, com legislações e ações municipais que marcaram esta modalidade de ensino.

Segundo Faria, 2007, Silva, 2015 e Pereira, 2019, a municipalização era desejo dos rio-pretenses desde o ano de 1894 e que, já nos tempos do Império, a iniciativa de educação na localidade se tenha se dado pelo próprio Município. Faria afirma que “o que se tentava implantar em 1997 nada mais era do que um resgate do esforço despendido havia um século” (2007, p. 85), assim descrito por Pereira (2019, p.116)

em 1893 o Estado aprovou a criação de duas classes, mas, novamente, sem oferecer subsídios financeiros e recursos humanos para sua implementação. Diante de todas as negativas do Estado em auxiliar financeiramente o ensino em São José do Rio Preto, em 1895 o então vereador Luiz Pinto de Moraes empreendeu esforços altamente significativos para, mesmo com toda carência de recursos humanos e materiais, instalar uma classe que mais tarde seria ampliada para um núcleo de ensino.

Por vezes as leis deixam de ser implementadas por questões de recursos, como no caso estadual, porém o poder local vigente na época forneceu subsídios financeiros e recursos humanos para implementá-las, que conforme Faria (2007), o esforço de um vereador resultou na Lei Municipal nº07/SJRP (1895), na qual foi criada uma escola mista para o ensino de primeiras letras, tornando este ato marcante por ser o primeiro na educação formal do município e com poder público local arcando com as despesas e a

preocupação de alfabetizar as crianças. Esta escola criada era constituída por uma única turma.

Faria (2007) apresentou várias leis no contexto histórico educacional, como a “Lei nº 03 de fevereiro de 1902” (p.37-47) que apresenta em seu “Art. 1º - O ensino primário é obrigatório e compreende três cursos: Preliminar, Complementar e Profissional.”. (p.38), outra é a lei 28, de 1906, que, conforme artigo 1º, “Fica criada uma escola ambulante neste município.” (Faria, 2007, p.49), entretanto, o município continuava a custear as despesas com educação e registra-se que, em 1912, “a Câmara já aprovara a doação de um terreno para o Estado, com a finalidade de construir um grupo escolar.”. (Faria, 2007, p.75) que se efetivou somente com a criação que “ocorreu apenas em 27 de agosto de 1919, por Decreto s/nº.”. (Faria, 2007, p.76) que, em 1942, foi denominado “Artigo 1º- O 1º Grupo Escolar de Rio Preto passa a se denominar Grupo Escolar “Cardeal Leme”. (Faria, 2007, p.78).

Silva (2015) afirmou que, em 1920, a educação estava sob a administração do Estado e o Município desejava o comando da educação de suas crianças,

Embora essa elite letrada local estivesse favorável à administração do Estado frente à educação escolar primária, ela tinha uma perspectiva de municipalização, que era a de que a educação deveria tornar-se, de fato, uma realidade em Rio Preto, bem como um compromisso que cada indivíduo, que ali morava, tinha com o progresso social e com a urbanização que se buscava para a mencionada região. Municipalizar, aqui, era no sentido de fazer com que cada morador da cidade lutasse para que houvesse uma educação formal, de base sólida, no espaço em que conviviam (Silva, 2015, p. 51).

Nessa perspectiva, as camadas populares não participaram ativamente dessa realização, no entanto, a elite letrada local buscava algo além da instalação de escolas pela esfera estadual, como uma educação local mais consistente e de maior qualidade, sem desprezar a questão do espaço físico, além de priorizar a visão do progresso social, como o período que antecedeu a Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

Para Pereira (2019, p.118), “na década de 1930 observaram-se pequenos avanços, frente às demandas existentes. Em 1936, outro Grupo Escolar foi inaugurado” e, ainda em Pereira (2019, p.118 apud Nogueira, 1975, p. 147) “no final da década de 1940,

registrava-se no município a presença de 10 Grupos Escolares e de 34 salas isoladas¹³, um total de 124 unidades mantidas pelo Estado e o ensino primário gratuito”.

Kang (2011) apontou que, no período de 1930 até 1964, a expansão do ensino primário foi insuficiente para superar o relativo atraso educacional e que houve pouco interesse dos governos nesse campo. A administração do ensino primário era de responsabilidade estadual e o governo federal, que detinha grande parte da receita tributária, não dava suporte necessário aos estados. Gohn (2009) registou que a década de 1970 deixou registros negativos na história brasileira, com a ditadura militar, tecnocracia estatal no planejamento, prisões e perseguições políticas.

Na década de 1970, com o advento da Lei 5692/71 (Brasil, 1971), as escolas no Brasil passaram a ser denominadas de 1º e 2º grau, estabelecendo a reestruturação do sistema educacional brasileiro, promovendo mudanças na organização e estrutura das escolas. Em decorrência desta lei, SJRP expediu outra lei em relação ao ensino de primeiro grau, no caso a Lei nº1825/1974, estabelecendo que “fica o poder executivo autorizado a instituir, manter e desenvolver o ensino municipal de 1º Grau, progressivamente e na medida de sua capacidade financeira.” (SJRP,1974, p. 1). Essa estrutura de 1º e 2º grau permaneceu até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996b), que estabeleceu a nova estrutura da educação básica no Brasil, dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Desde então, o Ensino Fundamental está dividido em anos iniciais e anos finais.

Em 1996, no município, ocorreu a autorização de funcionamento da Escola Municipal Amaury de Assis Ferreira e de seu plano de ensino, conforme Portaria do Delegado Ensino, publicada em 27 de abril de 1996, no Diário Oficial do Estado (São Paulo, 1996b, p. 76). No ano seguinte, já nos aproximando do período de início da transferência das escolas estaduais para o município, Faria (2007) assim colocou: “Saltemos no tempo e vamos à municipalização do ensino propriamente dita levada a efeito a partir de 1997”. (Faria, 2007, p.83). Portanto, aqui retornamos a outra maneira de municipalização também descrita por Oliveira (2003) que é a transferência de escolas de âmbito administrativo. Para Pereira (2019, p.119),

¹³ “As Escolas Isoladas segundo o Anuário de 1909 eram salas unificadas, regidas por um professor, com alunos de diversas faixas etárias e múltiplos níveis de desenvolvimento. O curso dessas escolas era de oito anos e seu programa dividido em duas séries, como nos grupos escolares.” (Campos, 2018, p. 30).

Embora o termo municipalização inexistia no ordenamento jurídico vigente, a utilizaremos neste trabalho, assim como outros autores o fazem (Faria, 2007; Callegari, 2010; Militão, 2012), para expressar transferência do Estado para o município da responsabilidade de organizar as atividades educacionais relativas aos cinco primeiros anos do ensino fundamental.

Diante do arcabouço legal apresentado nos subitens anteriores houve um fortalecimento da descentralização do ensino e o município de SJRP iniciou a municipalização por meio da publicação do Decreto nº 9.353/97 (SJRP, 1997a), com a transferência de 10 escolas da rede pública estadual para a rede pública municipal.

Em seguida, a lei Municipal nº 7.030 (SJRP, 1998c) autorizou o município a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo para atendimento ao ensino fundamental; já a Lei Complementar nº 089 (SJRP, 1998b) cria a Rede de Ensino Fundamental Municipal e acrescenta que no processo de municipalização, os servidores estaduais poderiam optar por prestar serviço nas escolas municipalizadas, com direito a uma gratificação mensal, conforme a Lei Complementar nº 089: “Diretor de escola R\$ 600,00, Assistente de Direção R\$ 500,00, Professor Coordenador R\$ 500,00, Professor de Educação Básica I, R\$ 400,00”. (SJRP, 1998b, p.3). Em seu art.3º, contemplava a transferência de bens e equipamentos, recursos da união; no art.5º trazia a carga horária dos profissionais e o § 3º do art.6º coloca que as despesas seriam pagas com a verba do FUNDEF.

O Decreto nº 9775/98 (SJRP, 1998a) transferiu 04 escolas da rede pública estadual para a rede pública municipal. O Decreto nº 10.058 (SJRP, 1999a) transferiu mais 04 escolas da rede pública estadual para a rede pública municipal. Depois dele, transcorreu-se um longo período sem decretos de transferência de escolas, no caso até o ano de 2018 com a publicação do Decreto nº 17.991 (SJRP, 2018b). Bauch (2018, p. 69-70) afirma que

A municipalização do Ensino Fundamental em São José do Rio Preto constituiu-se num processo, que até os dias atuais, ainda não atingiu sua totalidade. O Município ainda conta com cinco escolas pertencentes ao Sistema Estadual de Educação que atendem alunos do primeiro ao quinto ano.

Portanto, considerando a investigação do autor, o processo de municipalização estava em curso e, nesta altura, ele já tinha 18 anos desde o seu início, e a rede estadual ainda atendia alunos dos anos iniciais do EF em 05 escolas estaduais no município.

Poucos anos depois, Pereira (2019, p. 126) afirmou que o “Sistema Educacional Municipal é responsável por 100% das escolas públicas de ensino fundamental de anos

iniciais”, pois, em 2018, publicou-se o Decreto nº 17.991 (SJRP, 2018b), no qual consta a transferência de 03 escolas estaduais para o município e, a partir de 2019, as matrículas dos alunos dos anos iniciais do EF em SJRP deixaram de ser efetivadas pela Rede Estadual (São Paulo, 2023a). O Quadro 1 apresenta esse cenário.

Quadro 1-Matrícula no EF por série /ano – Rede Estadual-SJRP (2010 -2021)

ANO	1º Ano	1ª Série 2º Ano	2ª Série 3º Ano	3ª Série 4º Ano	4ª Série 5º Ano	Total
2010	-	291	389	470	490	1640
2011	168	308	310	416	482	1684
2012	244	250	307	319	383	1503
2013	202	256	269	318	311	1356
2014	197	207	270	283	339	1296
2015	226	212	212	302	300	1252
2016	236	228	225	224	297	1210
2017	212	245	223	211	227	1118
2018	53	1			1	55
2019						
2020						
2021						

Fonte: Autoria própria adaptado de São Paulo (2023a, p.15).

Constata-se a redução de matrículas a partir do ano de 2012, no período compreendido entre 2011 a 2017 e no ano de 2018 ocorreu uma súbita retração de matrículas na Rede Estadual em SJRP, atendendo somente 55 alunos e foi o ano em que foi publicado o Decreto nº 17.991 (SJRP, 2018b), no qual consta a passagem de 03 escolas da Rede Estadual para o município e de 2019 até o ano de 2021 não foram registradas matrículas de alunos nos anos iniciais (1º ao 5º ano) na Rede Estadual em SJRP.

Duas décadas separam a publicação do primeiro Decreto 9.353/97 (SJRP, 1997a) e o último decreto da municipalização, o Decreto nº 17.991 (SJRP, 2018b), que totalizaram, assim, 21 escolas municipalizadas. A Tabela 1 apresenta, ano a ano, a quantidade de escolas municipalizadas em São José do Rio Preto.

Tabela 1 - Quantitativo de escolas municipalizadas em SJRP.

ANOS	1997	1998	1999	2000 a 2017	2018	2019 a 2022	Total
Nº Escolas Municipalizadas	10	4	4	0	3	0	21

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de SJRP (1997a; 1998a; 1999a; 2018b).

São José do Rio Preto está classificada no grupo dos municípios “com alta municipalização; saltou de 0,3% de matrículas municipais de 1ª a 4ª série no ano de 1996, para 73,6% no ano 2000”. (Gomes, 2008, p. 230). Há de se considerar que as escolas municipalizadas passam a ficar sob a administração do poder municipal em 1998, visto que anteriormente a rede pública municipal de SJRP possuía 01 escola, “antes da municipalização havia apenas duas classes com 66 alunos, funcionando na Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Amaury de Assis Ferreira” (Faria, 2007, p. 107), ao passo que em 2019 a rede pública municipal de SJRP possuía 43 escolas que atendiam o ensino fundamental nos anos iniciais (Brasil, 2019).

No ano de 1997, além da Escola Municipal Amaury de Assis Ferreira, autorizada no ano de 1996, D.O.E (São Paulo, 1996b), conforme portaria expedida pela 2ª Delegacia de Ensino, publicada em 11 de junho de 1997, no D.O.E (São Paulo, 1997a, p. 24), foi autorizada a utilização de 12 salas de aulas em 07 escolas estaduais para uso do município, sendo que:

na escola EEPG. Prof. Felipe Caputo, foram 02 salas; EEPG Prof. Antônio Teixeira Marques, 01- sala; EEPG. Dr. José Maria R. Sampaio, 01 sala; EEPG Prof.ª Noêmia Bueno do Valle, 01 sala; na EEPG Dr. José Maria R. Sampaio, 01 sala; EEPG Walfredo de Andrade Fogaça, 01 sala; e na EEPG Prof. James Moore, 05 salas; para abrigar classes municipais de 1ª a 4ª série do ensino Fundamental da Prefeitura de São Jose do Rio Preto (São Paulo, 1997a, p. 24).

Quanto aos discentes, em 1998, SJRP contava com um “número de alunos, 10.269, em 324 classes do ensino fundamental” (Faria, 2007, p.107) e, em 2019, “atendeu 21.218 crianças no ano de 2019, em um total de 43 Unidades Escolares”, em “757, classes” (SJRP, 2020a, p.44).

Outro fato importante no município, em 1996, foi a criação do Conselho Municipal de Educação (CME) e posteriormente o Sistema Municipal de Ensino, conforme descrito por Silva (2018). Nas palavras da autora,

No município de SJRP, o reflexo da redemocratização do país foi sentido já na criação do Conselho Municipal de Educação (CME), por meio da Lei Municipal nº 6.354/96 (cf. Anexo 1), órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino. Tal fato significou a possibilidade de criação de seu sistema municipal de ensino próprio, as diretrizes educacionais de funcionamento das escolas da rede municipal de ensino com supervisão própria e todos os atos normativos que se sucederam.... Tais ações normativas foram o limiar para a composição da equipe de supervisão de ensino na rede municipal de ensino de SJRP. A Lei Municipal nº 8.053/2000 (cf. Anexo 2) ‘dispõe sobre o sistema municipal de ensino e estabelece normas gerais para sua adequada implantação’ e traz em seu bojo a ideia de um sistema educacional autônomo, colaborativo e articulado à esfera estadual e federal,

pautado por princípios constitucionais democratizantes, articulado com o CME e a supervisão de ensino própria (Silva, 2018, p. 22-23).

Estas instituições, como os Conselhos e o sistema municipal, vão se constituindo, fortalecendo e consolidando o processo de municipalização que nesta altura já dispunha também do conselho do FUNDEF, criado pela Lei Municipal nº 6.970 (SJRP, 1997c), revogada pela lei do Conselho do FUNDEB, Lei Municipal nº 9.943/2007 (SJRP, 2007e).

Silva (2018) comenta outra lei municipal que, além da municipalização do EF, estabelece a passagem das creches da esfera assistencial para a educação:

A Lei Complementar nº 89 de 10 de julho de 1998, em seu artigo 1º, cria a rede de ensino fundamental a ser implantada, e nos artigos posteriores estabelece e normatiza a opção pela municipalização do ensino de 1ª a 8ª séries, pela proposta curricular e pela jornada de trabalho e convênio entre estado e município. Inicialmente, a constituição da educação municipal em SJRP foi consolidada por meio do processo de municipalização da rede estadual, passando as escolas de Ensino Fundamental, dos ciclos I a IV, a serem administradas pelo município. Além disso, as creches deixavam de ter o cunho assistencialista e passavam, a cargo da educação municipal, a atuar sob a perspectiva da indissociabilidade do Cuidar e Educar, de acordo com as diretrizes nacionais para a educação infantil (Silva, 2018, p. 78).

Esta integração das creches junto à Secretaria de Educação ocorre de fato a partir do ano 2000, devido ao Decreto nº 10.494 de 1999 (SJRP, 1999b), expedido em 27 de dezembro, pois “até 1996, a Prefeitura mantinha apenas nove creches. Ao final da gestão de Liberato Caboclo, esse número havia sido aumentado para 37” (Faria, 2007, p. 173). Assim, as creches passam a ter uma perspectiva educacional e vão deixando o cunho assistencialista para o alinhamento das práticas pedagógicas com os demais níveis de ensino, como o da pré-escola e culminando nos anos iniciais das escolas municipalizadas.

Porém, com o FUNDEF (Brasil, 1996c), que destinava recursos financeiros somente ao ensino fundamental e com o grande número de alunos na educação infantil, surgiam dificuldades a serem então superadas, uma vez que “estados e municípios veem-se em dificuldades para fazer frente às demandas da educação infantil, substantivas e constitucionalmente tão importantes quanto o ensino fundamental.” (Costa; Duarte, 2008, p. 16). Em relação à educação infantil, colocam que “A exclusão, principalmente, da educação infantil do rateio do FUNDEF, tem sido o grande drama dos municípios mineiros, de acordo com a maioria dos entrevistados” (Costa; Duarte, 2008, p. 17).

Nos anos de 2001 e 2005, o município estabeleceu duas parcerias com o Instituto Ayrton Senna - IAS: Escola Campeã e Rede Vender -Gestão Nota 10, optando por

distribuir as responsabilidades pelos Programas dentre os especialistas que coordenavam seus departamentos: o responsável pela Supervisão de Ensino assumiu o Programa Gestão Nota 10 e a coordenadora do Ensino Fundamental, a coordenação geral da Rede Vencer, que foi negociada com a instituição parceira, evitando-se novas contratações (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 128).

Neste período

a supervisão de ensino, em 2008, produziu um caderno, destinado aos gestores escolares, intitulado ‘Gestão e organização da Educação Básica nas escolas municipais’, do qual constava a legislação já produzida no período anterior, bem como os modelos de registros e orientações mais recentes aos gestores (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 129).

Os depoimentos dos entrevistados, informaram que

a implantação dos Programas propostos pelo Instituto Ayrton Senna-IAS, trouxeram maior organicidade à rede que acabava de municipalizar o Ensino Fundamental, mas que havia críticas de que eram muitos dados a serem registrados e da sobrecarga de trabalho (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 136).

Relata que na entrevista com a gestora, a mesma exemplificou

indicando que o Instituto, no início da parceria, sugeriu o emprego do sistema privado de ensino, proposta que contrariava a proposta pedagógica da SME e a Instituição as acatou. A rede continuou a usar os livros do Programa Nacional do Livro Didático” (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 130).

E, “no ano de 2008, o município de São José do Rio Preto foi agraciado com o prêmio ‘Gestão Nota 10’ entregue pelo IAS aos municípios que alcançaram as metas estabelecidas pelos Programas implementados” (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 131).

Nesse sentido, a parceria não pode ser desconsiderada, já que trouxe uma nova forma de trabalho para a escola (registros) e considerada exitosa pelo Instituto Ayrton Senna – IAS- recebendo prêmio. As autoras, ainda, citam a “ausência de autonomia da comunidade escolar frente as orientações do IAS, uma vez que apesar de todas as críticas, a opção da escola foi a de priorizar a avaliação externa em detrimento de sua própria” (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 139). Outro aspecto observado pelas autoras foi

acúmulo de funções para gestores escolares tendo em vista as exigências formais postas pelo Programa, as quais, na perspectiva de responsabilizar os profissionais, parecem incorrer em equívocos identificados quando refletimos sobre medidas de *accountability* (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019. p. 138).

No ano de 2005, surge o primeiro Plano Municipal de Educação do Município, com a publicação da Lei 9572 (SJRP, 2005e). Em 2006, em decorrência da Lei nº 11.274/06 (Brasil, 2006), ocorreu a implantação do EF de nove anos, ampliando em um ano os anos iniciais, que antes era de quatro anos. Foi então retirado um ano da educação infantil; desse modo, por um determinado período, o primeiro ano do EF foi atendido nos prédios de Educação Infantil. Este movimento ocorreu de 2006 e foi até o ano de 2010, já que o número de “alunos atendidos no EF, do 1º ao 4º, no ano de 2005, foi de 15.252, distribuídos em 487 classes” (SJRP, 2006a, p.28) e em 2006, os matriculados do 1º ao 5º ano, saltou para “18.953, distribuídos em 635 classes,” (SJRP, 2007a, p.28). Logo, houve um incremento de 3701 alunos e de 148 classes de um ano para outro. E a esta altura, em comparação com o “número de alunos matriculados em 1998, no caso 10.269 alunos” (Faria, 2007, p.107) já havia aumentado em 84% nas escolas municipais em apenas 8 anos.

O Conselho Municipal de Educação expediu a Deliberação 02/2007 (SJRP, 2007b), a qual tratava da nova configuração do EF de nove anos, idades dos alunos para matrículas, período de transição e da organização dos tempos e o redimensionamento dos espaços e ambientes escolares e, em especial, àqueles que, sendo compatíveis para crianças de seis anos, garantam-lhes continuidade do contexto sócio afetivo e de aprendizagens anteriormente vivenciadas, a adequação quanto às formas de gestão pedagógica, o estabelecimento de programas de formação continuada de professores e demais profissionais da educação.

Para atendimento dos alunos do primeiro ano, do novo ensino fundamental de nove anos, com ingresso dos alunos com 6 anos de idade, Lei nº 11.274/06 (Brasil, 2006) e em atendimento a Deliberação 02/2007 (SJRP, 2007b), a equipe técnica pedagógica da Secretaria de Educação desenvolveu uma coletânea de atividades, produzindo o primeiro livro de atividades para os alunos do 1º ano do ensino fundamental de nove anos, com base no Programa Ler e Escrever (SJRP, 2009d).

Durante este interstício, várias ações do poder público municipal foram ocorrendo devido às demandas que surgiram com o aumento da população, número de alunos e alterações no ordenamento legal brasileiro, que reverberaram na organização, exigindo respostas dos gestores públicos locais, como a ação da elaboração da coletânea de atividades, em decorrência do compromisso assumido com as políticas públicas educacionais das quais destaco outras.

Em relação ao aumento do número de alunos, para atendimento desta demanda dos anos iniciais do EF, além das escolas municipalizadas, foi necessário a construção de novos prédios. Levantamento efetuado junto à Gerência de Demanda Escolar da SME dão conta de que foram 13 escolas construídas para o EF até o ano de 2019, período recorte desta pesquisa, expressas nos Decretos: Decreto nº 12.578/04 (SJRP, 2004a) - Escola Municipal de Ensino Fundamental no “Jardim Simões”; Decreto nº 12.720/05 (SJRP, 2005a) - Escola Municipal Jardim Gabriela de Ensino Fundamental; Decreto nº 12.938/05 (SJRP, 2005b) - Escola Municipal no Parque da Cidadania; Decreto nº 13.722/07 (SJRP, 2007c) - Escola Municipal do Eldorado; Decreto nº 15.647/11 (SJRP, 2011b) - Escola Municipal no residencial parque da Liberdade, Ensino Fundamental; Decreto nº 15.932/11 (SJRP, 2011d) - Escola Municipal do “Núcleo da Esperança Santa Catarina” Ensino Fundamental; Decreto nº 15.933/11 (SJRP, 2011e) - Escola Municipal do “Parque Nova Esperança” Ensino Fundamental; Decreto nº 15.935/11 (SJRP, 2011f) - Escola Municipal do “Núcleo da Esperança Santa Clara” Ensino Fundamental; Decreto nº 15.937/11 (SJRP, 2011g) - Escola Municipal do Núcleo da Esperança Alvorada – Pousada dos Pássaros” Ensino Fundamental; Decreto nº 15.939/11 (SJRP, 2011h) - Escola Municipal do Núcleo da Esperança - Vila Azul” Ensino Fundamental Decreto nº 17.180/14 (SJRP, 2014b) - Escola Municipal de Ensino Fundamental do Bairro Residencial Lealdade/ Amizade; Decreto nº 17.619/16 (SJRP, 2016b) - Escola Municipal no Bairro Residencial Caetano; Decreto nº 17.844/17 (SJRP, 2017b) - Escola Municipal no Bairro Parque Jaguaré.

O segundo Plano Municipal de Educação se concretiza a partir da Lei 11.767 (SJRP, 2015b), que entrou em vigor em 22 de junho de 2015 e terá a vigência até o ano de 2025. Está atrelado aos princípios enunciados no Plano Nacional de Educação do ano de 2014, Lei 13.005 (Brasil, 2014). Para a sua elaboração, na introdução do anexo da Lei 11.767, (SJRP, 2015b) informa que;

A partir de 2009, a sociedade rio-pretense mobilizou-se por ocasião das CONAEs que, realizadas em 2009 e 2013, essas conferências foram importantes espaços de discussão das diretrizes para o PNE, motivando a constituição de Comissão Organizadora para Elaboração de Documento Base do PME, por meio da Portaria SME nº199/2014, e Portaria Conjunta SME/DRE nº 01/2014, publicada no DOM em 02 de setembro de 2014 e no DOE em 29 de agosto de 2014. Coordenada pela Secretária Municipal da Educação, a Comissão Organizadora convidou representantes dos segmentos da educação, do Legislativo e de entidades de classe para organização de grupos de trabalho (SJRP, 2015b, p. 4).

Portanto, vários segmentos tiveram ciência e participaram da construção, “O documento final do Plano Municipal de educação está estruturado em 20 metas e 203 estratégias e estabelece políticas públicas para o município para os próximos dez anos” (SJRP, 2015b, p. 4).

O Estatuto do Magistério, vigente à época da municipalização, era o da Lei Complementar 68/96 e “A sanção do Prefeito se dá no último dia do seu mandato, isto é, 31 de dezembro de 1996. A publicação ocorreu em 15 de janeiro, já na gestão do novo prefeito” (Faria, 2007, p. 224), porém, em março do ano 2000, ele é revogado pela lei complementar 115/00, cuja “aprovação só ocorreu em 21 de março de 2000, e a lei Complementar nº115 que teve que enfrentar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN)¹⁴” (Faria, 2007, p. 227). Diante do fato, surge o novo estatuto do magistério, no caso a Lei 138/01 (SJRP, 2001a), vigente até os dias atuais, porém, com algumas alterações como a criação do bônus educador presente, em 2011, na Lei Municipal 340/11 (SJRP, 2011j), que está vinculado somente à frequência e não aos resultados do IDEB, e o valor corresponde a cinquenta por cento (50%) da R.10¹⁵, do Nível Superior, da Tabela Geral de Vencimentos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, lei nº 706/2023 (SJRP, 2023b); normatização dos afastamentos dos profissionais para compor a equipe de formação da Secretaria de Educação e se estipula o percentual de gratificação para exercer tal função; implementação da Gratificação de Local de Exercício (GLEX), a ser paga aos docentes e especialistas da educação que atuem em unidades escolares com distância igual ou superior a sete km do marco zero da cidade; a Gratificação de vinte por cento (20%) sobre o vencimento base para o professor que ministra aulas, exclusivamente com alunos de classe especial e a criação de mais uma jornada de professores PEB-I, a Jornada Integral de Trabalho Docente de dedicação Exclusiva, de 40 horas semanais, pois até então só existia a jornada de 35 horas semanais.

Em questões de organização escolar, em 2019, a Secretaria Municipal de Educação apresentou um compêndio de instruções básicas intitulado Orientações para Organização Escolar (SJRP, 2019d). Trata-se de um manual que foi reelaborado pela equipe de Supervisores de Ensino do órgão, a partir de outra publicação, As Orientações

¹⁴ “A Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica, conhecida como ADIN, advém do controle concentrado de constitucionalidade e é promovida mediante ação judicial, e está prevista nos artigos 102 I, “a” e 103 da CF/88”. Normas Legais (2023, p.1).

¹⁵ Conforme lei 138 “art. 50 § 1º A classe de Professor de Educação Básica I - PEB I é composta de 15 (quinze) Referências, cada qual com seu padrão de vencimento, correspondendo a primeira ao vencimento inicial da carreira e as demais à progressão horizontal”. (SJRP, 2001a, p. 21).

para a Gestão da Educação Básica nas Escolas Municipais, (Garcia; Adrião; Arelaro, 2019), produzido no ano de 2008, também elaborada pela equipe de supervisores, o qual serviu de base para os estudos e atualizações destas instruções.

As Orientações para Organização Escolar (SJRP, 2019d) trazem os marcos legais, e foram organizadas em seis tópicos principais: Organização da Educação Básica, Organização da Vida Escolar, Avaliação, Gestão Democrática e Participativa e Elaboração da Documentação Escolar, contendo, em anexo, vários modelos de documentos facilitadores. Assim, este manual “constitui-se material de consulta e apoio aos profissionais responsáveis pela organização e gestão escolar que atuam na Rede Municipal de Educação de São José do Rio Preto”. (SJRP, 2019d, p. 8).

Outro documento elaborado no ano de 2019, que a Secretaria publicou foi o intitulado Projeto Educativo e Plano de Trabalho, no qual consta que:

pela primeira vez na história da Secretaria Municipal de Educação um projeto coletivo é gestado com autonomia e com a participação representativa de funcionários de carreira como Supervisores de Ensino, Diretores e Coordenadores. A interlocução com os departamentos, supervisão de ensino, coordenadorias e setores realizou-se de forma democrática, por meio de processo enriquecedor e de crescimento profissional, superando concepções, posturas e ações autocráticas, gerencialistas, centralizadoras, compartimentadas e verticalizadas ainda muito arraigadas na administração das organizações (SJRP, 2019e, p.11).

Nele constam as concepções, princípios, caracterização dos Sistema de Ensino, equipamentos, avaliações, planos de ação da Supervisão, dos Departamentos, Gerencias, Setores com suas atribuições, demonstrando a complexidade, número de escolas, alunos, funcionários, que, em 2019, havia professores da Rede Estadual prestando serviço na rede municipal “Professor de Educação Básica I (Efetivos Estado) – Quantidade – 17.” (SJRP, 2019e, p. 48) e que a Gerência de Ensino Fundamental tem como ações:

Realizar a logística de distribuição de materiais do programa Ler e Escrever (Coletânea de atividades do aluno e EMAI (Estudos de Matemática dos Anos Iniciais). Oportunizar e auxiliar na análise de Livros Didáticos que estejam dentro da concepção de Ensino que Rede trabalha. Realizar remanejamento e Reserva Técnica de Livros Didáticos – PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) (SJRP, 2019e, p.170).

Quanto à gerência de capacitação e formação continuada, destaca-se que “amplia-se o quadro de formadores e reorganizações para melhorar o fluxo de comunicação e

atender as necessidades organizacionais da Coordenadoria Pedagógica” (SJRP, 2019e, p. 192). Mais adiante traz que:

O projeto de formação tem como base de construção a análise quantitativa e qualitativa das avaliações do percurso de 2018, dos resultados das avaliações externas (IDEB/17 e SARESP/18) e Relatório da Câmara de Formação Pedagógica”, e ainda nela “os resultados de IDEB de 2005 a 2017, mostram uma evolução constante, melhoria significativa dos índices educacionais da rede municipal. Estes avanços ocorreram, justamente, na época em que o processo de formação continuada havia se consolidado (SJRP, 2019e, p. 195).

Nesse sentido, a formação continuada, constitui-se uma atividade fundamental de reflexão, valorização e profissionalização dos educadores. Elas ocorreram, conforme previsto no estatuto do magistério,

semanalmente em 10 (dez) de Horas de Trabalho Pedagógico, sendo: 02 (duas) Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC); 05 (cinco) horas de Trabalho Pedagógico (HTP) distribuídas em preparo de material, recuperação paralela, formação continuada e atendimento a comunidade; e 03 (três) horas em local de livre escolha pelo docente, conforme diretrizes da Secretaria Municipal da Educação e a proposta pedagógica da escola (SJRP, 2001a, p. 9).

Considerando essa necessidade, a Secretaria de Educação transformou o espaço da Swift em complexo Swift de Educação e Cultura, que passou a ser um espaço de formação. O local é composto por edifícios tombados pelo patrimônio histórico do estado de São Paulo e um dos cartões postais da cidade, onde está sediada a equipe de formação pedagógica da Secretaria e ocorre a formação da rede para professores e gestores, conforme normatiza o Decreto 15.783/11 (SJRP, 2011c). No seu regimento interno, (SJRP, 2017j) constam algumas características do local, os espaços do Auditório, teatro Paulo Moura, Prédio da Chaminé, Granelero, área de estacionamento e o ato do tombamento histórico em 04 de novembro de 2008. “O teatro Paulo Moura possui capacidade de 916 lugares” (SJRP, 2011c, p. 3) e o número de profissionais do magistério, no ano de 2019, era superior a 2.300 - “Professor Educação Básica efetivo - 1760, Prof. Educação Básica Temporário -399, diretor de Escola - 92, coordenador Pedagógico - 105”. SJRP (2019e, p. 48).

Nesse mesmo espaço, ocorreram outras formas diversificadas de formação como a 4ª Bienal do livro (SJRP, 2010c), nas Feiras e ou bienais as peças teatrais, palestras com grandes escritores e uma grande quantidade de estandes de livros serviam como formação dos docentes e estimulavam o gosto pela leitura nos alunos. Outro evento a ser destacado

são os Seminários de Boas Práticas, que investem em um percurso de formação que têm como propósito a reflexão sobre a prática em um espaço de Formação Continuada em Contexto de Rede (SJRP, 2016d).

Outro espaço educativo de formação é o do Complexo Integrado de Educação, Ciência e Cultura - CIECC “Dr. Aziz Ab’ Saber” (SJRP, 2012b), uma instituição educativa complementar, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, onde são ofertadas sessões de Planetário (projeção digital do céu na cúpula fechada, contando fatos históricos e científicos a respeito do céu, estrelas, constelações, astros, galáxias); visitas aos Laboratórios de Linguagens, Física, Matemática, Química e Biologia (laboratórios com experimentos e mostras específicos de cada área) e possui um auditório, com 160 lugares, onde ocorrem diversas palestras e reuniões de formação da Secretaria Municipal de Educação (SJRP, 2017i).

O Projeto Educativo e Plano de Trabalho trazem as ações da Gerência de Educação Digital: “propor, implementar e acompanhar a execução de ações, viabilizando o cumprimento da Política Educacional da Rede Municipal de Ensino, promovendo a inclusão digital e o uso das Novas Tecnologias na Educação” (SJRP, 2019e, p. 200). A Informatização e a Educação digital ganharam grande impulso na educação municipal a partir do ano de 2005, conforme relatam Levy (2005) e Gardenal (2010).

Foi desenvolvido um projeto pelo Departamento de Comunicações da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp, que “permitiu à prefeitura de São José do Rio Preto implantar uma infovia para interligar por fibra ótica os órgãos municipais no perímetro da cidade, que conta com cerca de 400 mil habitantes” (Levy, 2005, p.2). Ele acrescenta que “A construção da infovia também permitiu a implantação em Rio Preto do projeto Conexão do Saber, cujo objetivo é promover a inclusão digital de professores e alunos da rede municipal de ensino.” (Levy, 2005, p.4) e que em “Rio Preto já foram produzidos mais de 400 módulos educacionais, cobrindo a maior parte do conteúdo previsto para o ensino fundamental” (Levy, 2005, p.5) apresentando “Parte deste trabalho foi feita pelos próprios professores, que se apropriam da tecnologia e aprendem a usá-la em seu benefício e no dos alunos” (Levy, 2005, p.5). Segundo Gardenal, “Em 2004, foi fechada uma parceria da Unicamp com a Prefeitura de São José do Rio Preto, a primeira cidade a encampar a ideia. Todas as escolas municipais utilizaram módulos do Conexão do Saber por cerca de cinco anos”. (Gardenal, 2010, p. 2).

No ano de 2010, as escolas da rede municipal receberam as lousas digitais (SJRP, 2009e) e, conforme informado no Projeto Educativo e Plano de Trabalho (SJRP, 2019e), elas ainda eram utilizadas, pois a Gerência de Educação Digital “Realiza visitas aos laboratórios de informática e observam a lousa digital para acompanhar o uso, oferecendo apoio técnico e pedagógico.” (SJRP, 2019e, p. 200).

Diante dos fatores percorridos até aqui, a questão do financiamento foi essencial para a municipalização, pois ela é que dará suporte e sustentação aos gastos das políticas públicas educacionais. As leis orçamentárias demonstram como se deu, no município, a evolução dos valores orçamentários, que estimavam as receitas para cada ano, e os valores recebidos do FUNDEF desde o ano de 1998 até o ano de 2006, leis: Lei nº 6.481/96 (SJRP, 1996), Lei nº 6.945/97 (SJRP, 1997b), Lei nº 7.345/98 (SJRP, 1998d), Lei nº 7.805/99 (SJRP, 1999c), Lei nº 8267/00 (SJRP, 2000b), Lei nº 8553/01 (SJRP, 2001b), Lei nº 8821/02 (SJRP, 2002), Lei nº 9151/03 (SJRP, 2003), Lei nº 9397/04 (SJRP, 2004b), Lei nº 9.562/05 (SJRP, 2005c). A Tabela 2 apresenta, o orçamento inicial da Secretaria de Educação nos anos de 1997 a 2006 e os valores dos repasses FUNDEF, ao município.

Tabela 2 - Orçamento anual inicial Sec. Educação– repasse FUNDEF

Ano	Outras fontes		FUNDEF		Orçamento inicial (\$ em milhões)
	\$ (em milhões)	%	\$ (em milhões)	%	
1997	32,6	100,00	0	0,00	32,6
1998	39,6	89,59	4,6	10,41	44,2
1999	50,1	85,93	8,2	14,07	58,3
2000	45,7	80,32	11,2	19,68	56,9
2001	45,2	75,84	14,4	24,16	59,6
2002	37,1	67,21	18,1	32,79	55,2
2003	42,6	67,19	20,8	32,81	63,4
2004	52,6	68,13	24,6	31,87	77,2
2005	62,8	68,94	28,3	31,06	91,1
2006	65,9	67,66	31,5	32,34	97,4
	474,2	74,57	161,7	25,43	635,9

Fonte: Adaptado pelo próprio autor a partir de (Brasil, 2023).

Constata-se o crescimento ano a ano, tanto no orçamento inicial, como nos valores do FUNDEF. Os repasses do FUNDEF durante os 9 anos de vigência evoluíram aproximadamente em 7 vezes, totalizando no período de repasses de 161,7 milhões. Já o orçamento inicial no período de 1998 a 2006 evoluiu um pouco mais do que o dobro. Até o ano de 2006, os municípios só recebiam os valores referentes aos alunos matriculados

no ensino fundamental. Destaco aqui o acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), que

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) desprezaram na última terça-feira o recurso do prefeito Edinho Araújo (PPS) e mantiveram o parecer que considerou irregular a prestação de contas da Prefeitura de Rio Preto do ano de 2004. Nesse ano os investimentos feitos pelo prefeito na área da Educação, especialmente no Ensino Fundamental – período 1ª a 8ª série – ficaram abaixo do percentual determinado pela Constituição Federal (...) Edinho destinou apenas 12,3% dos recursos da Educação para o Ensino Fundamental, índice inferior aos 15% exigidos” (Faria, 2007, p. 243).

Embora tenha ocorrido aplicação e investimentos na área da Educação, especialmente no ensino fundamental na época, ocorreram falhas e para evitar irregularidades, é desejável que as prefeituras adotem meios de acompanhamentos mais rigorosos, quer sejam mensais e ou trimestrais dos recursos financeiros destinados à educação, para o devido cumprimento legal. Neste sentido, já se tem medidas adotadas, como o caso da Lei Complementar nº 474, de 2015- que institui o Controle Interno do poder executivo – SJRP (2015c) e revogada pela Lei Complementar nº 705, SJRP (2023a), que dispõe sobre o Controle Interno do Poder Executivo, as quais ajudarão no acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros dos percentuais estabelecidos em lei.

A partir de 2007 surge o FUNDEB, Lei nº 11.494 (Brasil, 2007c) que agora irá repassar verba considerando os alunos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em agosto de 2020, surge um Novo FUNDEB, Lei 14.113 (Brasil, 2020b), agora de modo permanente. As leis orçamentárias, relacionadas a seguir, demonstram como se deu, no município, a evolução dos valores orçamentários, que estimavam as receitas para cada ano e os valores recebidos do FUNDEB, desde o ano de 2007 até o ano de 2020, Lei nº 9.784/06 (SJRP, 2006b), Lei nº 10.019/07 (SJRP, 2007d), Lei nº 10.259/08 (SJRP, 2008b), Lei nº 10.529/09 (SJRP, 2009b), Lei nº 10.845/10 (SJRP, 2010b), Lei nº 11.069/11 (SJRP, 2011k), Lei nº 11.274/12 (SJRP, 2012c), Lei nº 11.405/13 (SJRP, 2013b), Lei nº 11.683/14 (SJRP, 2014c), Lei nº 11.850/15 (SJRP, 2015d), Lei nº 12.581/16 (SJRP, 2016c), Lei nº 12.880/17 (SJRP, 2017c), Lei nº 13.064/18 (SJRP, 2018d), Lei nº 13.369/19 (SJRP, 2019c), Lei nº 13.684/20, (SJRP, 2020b, quando então foi substituída pela lei do Novo FUNDEB, Lei nº 14.113 (BRASIL, 2020b), que se expressam nos anos de 2021 e 2022, Lei nº 13.684/20 (SJRP, 2020b), Lei

nº 14.046/21, (SJRP, 2021b). A Tabela 3 apresenta o orçamento inicial da Secretaria de Educação nos anos de 2007 a 2022 e os valores dos repasses FUNDEB, ao município.

Tabela 3 - Orçamento inicial anual Sec. Educação / repasse FUNDEB

Ano	Outras fontes		FUNDEB		Orçamento inicial (\$ em milhões)
	\$ (em milhões)	%	\$ (em milhões)	%	
2007	80,7	65,56	42,4	34,44	123,1
2008	85,3	60,46	55,8	39,54	141,1
2009	87,8	57,43	65,1	42,57	152,9
2010	83,5	50,89	80,6	49,11	164,1
2011	87,6	48,64	92,5	51,36	180,1
2012	109,4	51,58	102,7	48,42	212,1
2013	132,7	52,09	122,1	47,91	254,8
2014	147,8	53,21	130	46,79	277,8
2015	179,9	56,60	138	43,40	317,9
2016	194,2	57,63	142,8	42,37	337
2017	181,2	54,60	150,7	45,40	331,9
2018	191,7	56,66	165,6	43,34	357,3
2019	166,7	46,78	189,7	53,22	356,4
2020	193,9	50,61	189,3	49,39	383,2
2021	173,5	42,30	236,7	57,70	410,2
2022	220,9	46,50	254,2	53,50	475,1
	2.316,8	51,77	2.158,2	48,23	4.475

Fonte: Adaptado pelo próprio autor a partir de (Brasil, 2023).

Quanto ao repasse do primeiro FUNDEB, de 2007 a 2020, houve evolução ano a ano, exceto no ano de 2020, último de sua vigência e início da Pandemia do Covid-19, mas permaneceu na casa dos 189 milhões. Em 2021, com o novo FUNDEB (Brasil, 2020b), o valor ultrapassa os 200 milhões de reais, atingindo 236 milhões, e em 2022, chegou aos 254 milhões recebidos, ou seja, mesmo durante a pandemia do Covid-19, os repasses evoluíram.

Dessa forma, a municipalização em SJRP, inicia-se antes do ano 1998, e na questão desta etapa de passagem das escolas para outro nível de administração pública, ela foi antecedida com a criação do Conselho Municipal de Educação e da vigência do FUNDEF, e foi se constituindo com a chegada das primeiras escolas municipalizadas. Ela foi se fortalecendo juntamente com as escolas que já pertenciam ao município, exigiu o aumento do número de profissionais e a realização de concursos públicos de profissionais do magistério e contratação de outros funcionários.

Neste movimento, ela também possibilitou, induziu e desencadeou a criação do sistema municipal de ensino, que já era uma premissa da municipalização desde 1995,

conforme Lei Estadual nº 9.143/95 (São Paulo,1995b) e Decreto Estadual nº. 40.673/96 (São Paulo,1996a), respaldados pela LDB (Brasil, 1996b) e pelo financiamento do FUNDEF (Brasil, 1996c). As matrículas dos alunos nos anos iniciais foram evoluindo na rede municipal, pois o município “atendeu no ensino fundamental 19.657 crianças no ano de 2017, em um total de 40 Unidades Escolares” (SJRP, 2018a, p.44), já no ano de 2019 “atendeu 21.218 crianças, em um total de 43 Unidades Escolares”. (SJRP, 2020a, p.44), pois no ano de 2018, ocorreu a transferência de mais três escolas para o município, com a publicação do Decreto nº 17.991 (SJRP, 2018b), sendo este o último Decreto publicado, encontrado até o presente momento, no que diz respeito a passagem de escolas para outra esfera administrativa, no caso do Estado para o município de SJRP, nesta modalidade ou maneira de municipalização.

Logo, é preciso estar atento às políticas públicas, pois elas moldam e formatam a vida dos municípios, em contrapartida, exigem cada vez mais dos gestores públicos, na melhoria da qualidade do ensino, transparência e rigor dos gastos públicos, com possibilidade de judicialização de seus atos, nas fiscalizações do tribunal de contas, contratos de licitações e questões da vara da infância e juventude e direitos das crianças.

1.4 Histórico das avaliações educacionais em larga escala no Brasil

Neste item, apresento uma nova visão de avaliação que ocorre em nosso país e influenciará na política educacional das três esferas de poder, ou seja, Federal, Estadual e Municipal, até os dias atuais.

Segundo Basso, Ferreira e Oliveira (2022), surgiu, na agenda brasileira, no final da década de 1980, esse tipo de avaliação na educação, a de larga escala. Ela se iniciou nos anos 90 para mensurar a qualidade do ensino ofertado e, nessa época, o Brasil foi deixando o modelo de administração pública burocrático e assumindo o modelo gerencial, com características baseadas na eficiência, eficácia e competitividade.

Ferrarotto (2022) apontou que a avaliação externa ganhou destaque em nosso país, por volta dos anos de 1990, como efeito dos acordos financeiros estabelecidos com organismos internacionais. A avaliação externa em larga escala, iniciada em âmbito nacional, pelo MEC e INEP, logo proliferou nos estados e municípios que desenvolviam seus próprios sistemas avaliativos.

As avaliações vêm ganhando destaque e se intensificando nas políticas públicas para a educação brasileira. O endereço eletrônico oficial do INEP (Brasil, 2020a)

apresenta sete avaliações e exames educacionais: 1-Avaliação in loco, para Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação; 2- Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras); 3- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); 4-Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); 5-Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); 6-Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) e 7-SAEB. Dentre elas, destaco o SAEB.

Para Riscal e Luiz (2016), um possível entendimento do que são as avaliações externas e de larga escala em educação poderia ser um estudo ou análise, por alguém ou uma instância exterior que esteja fora daquilo que está sendo avaliado e é geralmente feito por consultoria. Nesta perspectiva, podemos verificar que em 2021, o “MEC, em parceria com a Unesco, publicou, no âmbito do projeto 914BRZ1094.5, os editais nº 01 ao nº11/2021” (Brasil, 2021, p.5) e, conforme o item “2.3.1 Editais nº 01 a nº 09/2021: contratação de 18 consultores para elaboração de itens de avaliação formativa” (Brasil, 2021, p.5), no item “2.3.2 Editais nº10 e nº 11/2021: contratação de 02 consultores, para elaboração de recomendações do SAEB” (Brasil, 2021, p.5), porém houve questionamento por parte de um Deputado Federal e as devidas respostas se encontram no ofício nº 1268/21 do MEC (Brasil, 2021), ao requerimento 664/21. O autor aponta também que,

o trinômio básico para as avaliações externas é constituído por abrangência, metodologia e comparabilidade. Esses três elementos permitem inferir que a avaliação externa constitui um instrumento objetivo de aquisição de informações sobre um universo (seja por meio de um levantamento censitário, seja pela utilização de técnicas de amostragem que permitam a inferência dos parâmetros sob investigação com precisão estatística) e que permite a identificação, classificação das unidades investigadas por meio de indicadores de desempenho (Riscal; Luiz, 2016, p. 64).

Fica evidenciado que o MEC manterá a política de avaliações externas e a partir delas formulará indicadores que permitem visualizar ao longo do tempo os dados de desempenho, monitorando-os e traçando metas para as políticas educacionais, alicerçado nas orientações e perspectivas de órgãos internacionais e na contratação de consultorias externas.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) analisaram a utilização de avaliações de larga escala na gestão de redes de ensino e a responsabilização dos trabalhadores em educação. Os autores reconhecem a utilidade dessas avaliações e seu entendimento como indicador

único e principal de qualidade de ensino, embora admitam os questionamentos de seus usos para a definição de bônus para professores, a construção de rankings estimulando a competição entre escolas e redes de ensino, entre outros, que acabam gerando discordância sobre tais avaliações. Basso, Ferreira e Oliveira (2022, p. 514-515) afirmam que

Sob a ótica social, sua contribuição consiste em mostrar que o uso tem sido feito com as avaliações de larga escala. Identifica-se que os princípios gerenciais da administração pública, que pressupõem maior controle social e monitoramento das políticas públicas, ganharam espaço no cenário educacional. Nesse sentido, a avaliação passa a ser um instrumento da melhoria do processo educacional quando ela é analisada e se traduz em uma reflexão acerca do processo pedagógico desenvolvido nas escolas, fato que pode ser atingido apenas se os instrumentos disponibilizados dialogarem mais com os agentes escolares.

Estas avaliações repercutem em várias perspectivas, como o uso dos seus resultados para divulgação, investimentos financeiros, nos projetos de cada instituição escolar e como eles deverão ser ajustados nas políticas educacionais para caminhar na melhoria do ensino ofertado.

Mello (2020) apontou que avaliações são caracterizadas por testes cognitivos, voltados às áreas de linguagem e de matemática, aplicados em nível internacional, nacional, estadual e/ou municipal e são publicizadas como indicador de qualidade de unidades escolares e sistemas de ensino. Destacou que o Banco Mundial (BM) tem divulgado relatórios sobre educação, na perspectiva de que é necessário minimizar custos e melhorar os resultados e, para tanto, é essencial um bom gerenciamento e, assim, as avaliações de sistemas em larga escala têm sido utilizadas como meio de regulação nas políticas educacionais globalizadas.

Portanto, a utilização das avaliações de larga escala e o acompanhamento das políticas públicas surgiram como tendência no final do século passado, em virtude das mudanças administrativas, econômicas e sociais que influenciaram a vida da sociedade, geraram repercussões na política educacional. Os governos passaram a utilizar mais este modelo de avaliação, com o discurso que objetiva melhorar os investimentos, acompanhar e obter melhores resultados nas políticas educacionais.

1.5 Histórico e sustentação legal do SAEB/Prova Brasil

Diante da cultura das avaliações externas em larga escala, apresento o SAEB/ Prova Brasil, que vão espelhando estas novas concepções avaliativas chegando até o interior das escolas.

Basso, Ferreira e Oliveira (2022) apontam que no Brasil, as avaliações educacionais de larga escala surgiram na agenda da política brasileira no final dos anos 1980, com o advento da redemocratização e tendências internacionais. Com a obrigatoriedade da garantia de atendimento ao educando no EF, constante do artigo 208 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), deu-se um avanço nas matrículas, e o acesso ao EF foi praticamente universalizado. Em virtude disso, as políticas educacionais passaram a problematizar e debater a qualidade da Educação e, diante da tendência internacional, foi reforçada a ideia de aferição dessa qualidade, por meio das avaliações de larga escala, aliada ao discurso, naquele contexto social e econômico, de que se exigia maior qualificação dos trabalhadores. Dessa forma, a questão educacional passou a ter de medir a eficiência dos processos de ensino-aprendizagem realizados nas escolas. Bonamino e Franco (1999, p.110) evidenciaram que:

A origem do SAEB relaciona-se com demandas do Banco Mundial referentes à necessidade de desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do Projeto Nordeste, segmento Educação, no âmbito do VI Acordo MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD (Brasil, 1988). Tal demanda, aliada ao interesse do MEC em implementar um sistema mais amplo de avaliação da educação, levou a iniciativas que redundaram na criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau SAEP. Já em 1988, houve uma aplicação piloto do SAEP nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, com o intuito de testar a pertinência e adequação de instrumentos e procedimentos. No entanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto, que só pôde deslanchar em 1990, quando a Secretaria Nacional de Educação Básica alocou recursos necessários à viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico.

A questão de recursos financeiros é uma problemática constante nas políticas educacionais e para esta política de avaliações. A falta de recursos dificultou a implementação de algumas medidas, como no caso do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP) e, posteriormente, nos desdobramentos, seguindo organismos internacionais que se estabeleceram legalmente nas políticas nacionais.

A Portaria nº 1.795 (Brasil, 1994), em seu artigo 1º, cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Desse modo, a partir de 1995, ocorrem as primeiras avaliações. A Portaria nº 1.795 (Brasil, 1994) foi revogada em 1999 pela Portaria 839

(Brasil, 1999) e posteriormente revogada em 2005, pela Portaria nº 931 (Brasil, 2005) que trouxe modificações e resolve o seguinte:

Art. 1º-Instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC ou, como é mais conhecida, Prova Brasil, cujas diretrizes básicas são estabelecidas a seguir.

§ 1º A ANEB manterá os objetivos, características e procedimentos da avaliação da educação básica efetuada até agora pelo SAEB realizado por meio de amostras da população, quais sejam: a) a ANEB tem como objetivo principal avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira; b) caracteriza-se por ser uma avaliação por amostragem, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público e particular, de periodicidade bianual; c) ... d) as informações produzidas pela ANEB fornecerão subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade da educação, e buscarão comparabilidade entre anos e entre séries escolares, permitindo, assim, a construção de séries históricas; e) as informações produzidas pela ANEB não serão utilizadas para identificar escolas, turmas, alunos, professores e diretores;

§ 2º A Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar –ANRESC ou prova Brasil, tem os seguintes objetivos gerais: a)avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global; b) contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados; c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional; d) oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual pertencem.

Art. 2º - A ANRESC irá avaliar escolas públicas do ensino básico (Brasil, 2005).

A Portaria nº 1.795 (Brasil, 1994) dá os primeiros passos na estruturação e composição das equipes para a construção do Sistema de Avaliação da Educação Básica e objetivou o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimulasse a melhoria dos padrões de qualidade e equidade, além de adequados controles sociais de seus resultados; já a Portaria nº 839 (Brasil, 1999) avança denominando o SAEB e traz como objetivo geral monitorar a qualidade do ensino, a equidade e a eficiência do sistema de educação básica e também trata da estruturação; a Portaria nº 931 (Brasil, 2005) diz que o SAEB será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, e estabelece as diretrizes básicas.

Estes documentos legais se consolidaram e implantaram uma nova cultura avaliativa, para além das praticadas anteriormente no interior das escolas. Embora estes

novos tipos de avaliação ocorram dentro delas, são elas, as escolas, é que passam a ser avaliadas periodicamente. Desse modo, a cada novo resultado, cria-se uma base de dados comparativos, que por sua vez, exige das instituições escolares reflexões e inovações acerca de sua prática pedagógica, buscando a melhoria do ensino.

Em 2013, é publicada a Portaria MEC nº 482, a qual cita, em seu Art. 1º.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB passa a ser composto por três processos de avaliação: Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC ou, como é mais conhecida, Prova Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização ANA, cujas diretrizes básicas são estabelecidas nesta Portaria (Brasil, 2013).

Nota-se que por meio da publicação das Portarias nº 1.795 (Brasil, 1994), nº 839 (Brasil, 1999), nº 931 (Brasil, 2005) e nº 482 (Brasil, 2013) e o decorrer dos anos, a cultura de avaliações externas, desde o SAEP e as expressas no SAEB, vão se fortalecendo e, ao mesmo tempo, ampliando-se. A esta altura, já eram três na Educação Básica.

Destaco aqui a Prova Brasil, que foi criada em 2005 via Portaria 931/05 (Brasil, 2005) e inovou ao possibilitar a divulgação dos resultados por escola. Após a aplicação e a finalização do processamento e da análise dos dados, cada escola, município e unidade federativa (UF) recebia os resultados da avaliação por meio de boletins ou de sistemas informáticos específicos. No entanto, esta última portaria, a nº 482 (Brasil, 2013), foi revogada por outra, a de nº 458 (Brasil, 2020c), vigente até o presente momento, a qual declara em seu Art. 3º:

Os exames e as avaliações que integram a Política nacional de Avaliação da Educação Básica serão realizados, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, e são eles:
I- Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB;
II- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e adultos – Enceja; e
III- Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (Brasil, 2020c).

Nessa portaria, observa-se que além das avaliações que fazem parte do SAEB, o INEP possui outros dois instrumentos de avaliações externas, por meio de exames, na Educação Básica, ou seja, as avaliações externas se tornaram uma política consistente do MEC, para acompanhamento e monitoramento da educação nacional.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) afirmam que não podemos desprezar as avaliações e seus resultados, cabendo analisar os processos avaliativos, compreender seus limites e ressaltar as suas potencialidades. Elas devem propiciar medidas políticas de

melhoria dos sistemas educacionais sem deixar de lado garantia do direito à educação para todos, pois a população tende a ver a escola positivamente; os resultados devem gerar condições para a redução da desigualdade e o aprendizado de todos. Caso contrário, podem levar a resultados perversos, como a exclusão das populações que se supõe que terão os piores resultados. No entanto, as avaliações têm potencial para produzir avanços e podem contribuir para a oferta de uma educação pública de qualidade.

Dessa maneira, o SAEB apresenta uma caminhada próxima de completar três décadas, período no qual passou e continua passando por adequações, críticas, aceitação e tem influenciado, com seus indicadores e monitoramentos, a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação dos recursos públicos alocados aos programas e projetos da Educação Básica e, conseqüentemente, a criação e efetivação de políticas públicas na área da educação.

1.6 Histórico e sustentação legal do IDEB

Apresento aqui o IDEB, legalmente instituído e referendado em outras legislações, como indicador para a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo o INEP (Brasil, 2007b), o IDEB foi criado em 2007 e funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação. Ele é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) a partir do Censo Escolar e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, com ênfase aqui na Prova Brasil dos alunos do 5º ano, objeto deste trabalho. Ele passa pelo enfoque pedagógico das avaliações em larga escala e traz a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas, expressas em valores de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem possibilita verificar que se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria. Se apressar a aprovação do aluno sem conhecimentos adequados, o resultado das avaliações indicará a necessidade de melhoria. Ele é uma ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a Educação Básica.

Gesqui (2016) apontou que, com o crescimento da comunicação e do acesso à informação, no final século passado, o cenário internacional exigiu várias mudanças e transformações na sociedade, tanto por parte das empresas, quanto das pessoas que começavam experienciar as condições para um mundo globalizado. No entanto, apontou

que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco identificou centenas de milhões de analfabetos no mundo, muitos deles no Brasil, e eram necessárias ações para superar o analfabetismo, entre as implantadas, citou a política de municipalização e descentralização, a de financiamento e implantação de avaliações de larga escala pelo MEC/INEP, chegando posteriormente ao IDEB.

Quanto ao IDEB, afirma que “O Estado abandona seu papel de provedor e assume o papel de regulador das políticas públicas, uma vez que estabelece metas – no Brasil, representado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no campo educacional” (Gesqui, 2016, p. 91) e, em suas considerações aponta que,

A utilização de indicadores estatísticos no campo educacional tem ocupado, principalmente a partir das duas últimas décadas, papel central na definição de políticas educacionais de nosso país, em especial com a justificativa de contribuir, direta ou indiretamente, para a melhoria da qualidade de ensino, tanto que seus desdobramentos são facilmente perceptíveis em diferentes âmbitos do campo: a definição de programas e projetos educacionais bem como a destinação de recursos financeiros pelos órgãos centrais; a seleção de práticas escolares e de modelos de gestão escolar; os procedimentos utilizados em sala de aula são exemplos desses desdobramentos (Gesqui, 2016, p.97).

Ramos *et al.* (2023) analisaram os resultados do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental, desde o seu início, no ano de 2007, até o ano 2019, de 49 municípios paulistas de porte médio. Neste período, ocorreram 7 edições e se verificou as taxas de crescimento médio de uma edição do IDEB para outra e o cumprimento de metas para cada edição. Os autores chamam-nos a atenção para os resultados e a existência de um platô de 2017 a 2019 no IDEB. Estes índices vêm inspirando políticas públicas nos estados e nos municípios brasileiros e se observa que o país, de modo geral, tem melhorado, sistematicamente, no Ensino Fundamental, mas alerta uma certa estagnação ou certo retrocesso (platô) nos municípios que mais evoluíram até 2019.

Diante dessa perspectiva, a Tabela 4 apresenta os resultados do indicador dos anos iniciais do EF no município de SJRP, nas 07 edições do IDEB, até o ano 2019, período de recorte desta pesquisa:

Tabela 4 - IDEB dos anos iniciais do EF de SJRP

IDEB	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Meta		5,3	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
Resultado	5,2	5,5	5,9	6,1	6,3	6,7	6,9	6,7
Nº Escolas	24	27	27	28	35	37	36	42

Fonte: Autoria própria adaptado de Ramos *et al.*, (2023, p. 8) e QEDU (2019).

Assim, observa-se o aumento do número de escolas participantes e que o município alcançou as metas, exceto no ano de 2019. No bojo dessas transformações, foi intensificado e difundido o uso do termo inglês *accountability*¹⁶, na administração pública. Jacomini *et al.* (2021), ao analisarem o currículo da rede estadual paulista, apontam que

essa avaliação diagnóstica da rede combina elementos de responsabilização (*accountability*) e de escolhas muitas vezes reduzidas aos padrões de qualidade previamente estabelecidos e alheios às demandas da própria localidade da escola. Desde o ranking, carimbam-se identidades perigosas de “escolas malsucedidas” e, em alguns casos, de “professores malsucedidos”. No descompasso dessa responsabilização, diretores e professores em defesa da escola e suas práticas acusam “pais desinteressados”, “alunos problemas” ou diagnosticados com algum tipo de “déficit de aprendizagem” (Jacomini *et al.* 2021, p.3).

Percebe-se que estas avaliações trazem para as unidades escolares outras perspectivas e demandas que podem gerar também transtornos e desconfortos para os membros da comunidade escolar.

O atual Plano Nacional de Educação corrobora com a questão das avaliações externas em exames nacionais e indicadores de rendimento escolar, conforme estabelece o seu artigo Art. 11,

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos:

I - Indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurados em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

§ 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 4º Cabem ao Inep a elaboração e o cálculo do IDEB e dos indicadores referidos no § 1º, em seu anexo na meta 7: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB”, trazendo a tabela com as metas estipuladas para o Brasil até o ano de 2021, e estratégias como: estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da

¹⁶ “o termo inglês *accountability* foi traduzido ou usado como fiscalização, responsabilização ou controle, embora o uso mais aceito e, por conseguinte, mais difundido, seja o da prestação de contas”. (Espinoza, 2012, p. 16).

direção e da comunidade escolar; fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação (Brasil, 2014).

Portanto, a questão da melhoria da qualidade da educação brasileira passou a ter a perspectiva das avaliações realizadas pelo INEP/MEC, em que seus resultados são transformados em metas estabelecidos pelo MEC, por meio do IDEB, para Estados, Municípios e escolas. Soares, Soares e Santos (2020), neste sentido, ao analisarem 20 trabalhos em relação ao IDEB, trazem que ele é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Já em relação às escolas com mau desempenho no indicador, o fator pobreza está altamente correlacionado ao desempenho dos estudantes e as consideradas com bom desempenho estão relacionadas às boas práticas adotadas, por isso a necessidade de refletir sobre elas. Os autores destacam a relevância de compreensão da estatística em indicadores educacionais, que é fundamental para que os agentes de base em educação consigam lidar com as informações por eles trazida.

Para Chirinéa (2010), o IDEB se constitui no principal indicador utilizado para monitorar a qualidade da educação básica e sua proposta oficial é coibir a reprovação indiscriminada e estabelecer metas para os sistemas de ensino e as escolas. Ele é preconizado por políticas neoliberais, sob a perspectiva de fornecer condições iguais para que todos aprendam e cabe às políticas públicas exercerem certa pressão nas escolas e sistemas de ensino, a fim de aumentar a eficácia e a eficiência dos processos educativos; e que para à gestão escolar, ficou a responsabilização da escola pela qualidade da educação, considerando a estratégia do Estado, na divulgação dos resultados, expondo à sociedade às metas alcançadas; e posteriormente, uma ferramenta da gestão, do ponto de vista da articulação e mobilização de ações da própria escola para suprir as deficiências e melhorar não a qualidade de ensino, mas a nota do índice.

No decreto nº 6.094 (Brasil, 2007a) é possível verificar como esse indicador vai se tornando referenciado e validado; ele se estabeleceu como um indicador importante, tornando-se uma forma privilegiada e, frequentemente, a única de se analisar a qualidade da Educação Básica brasileira, além de seus resultados serem facilmente assimiláveis e permitirem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas, expressas em valores de 0 a 10, de fácil entendimento, (Brasil, 2007b). Segundo Mello (2020), O IDEB é

plenamente acatado pelos gestores municipais, que o têm como norteador de suas políticas; e na perspectiva econômica, é tido como uma modalidade de *accountability* (ou responsabilização) apropriada ao sistema educacional descentralizado vigente no país, induzindo que escolas e gestores se esforcem para melhorar o desempenho e o rendimento dos alunos, visando à qualidade da educação.

Assim, em relação ao IDEB, Freitas (2007, p. 978) sugere que “A avaliação em larga escala de redes de ensino precisa ser articulada com a avaliação institucional e de sala de aula” e continua com a afirmação de que o IDEB “poderá estimular no curto prazo a liberação do fluxo para reduzir a reprovação, regularizando o tempo de permanência do aluno na escola e aumentando o valor do IDEB, sem que isso necessariamente signifique aumento do desempenho do aluno.”. (Freitas, 2007, p.980).

Conforme aqui apresentado, foram colocadas em curso várias legislações e políticas públicas com o objetivo de sanear as dificuldades. Dentre elas, destaco a política de municipalização, que ocorre com a transferência da responsabilidade para as cidades, diante da legislação da época, que estavam sob responsabilidade da esfera federal ou estadual, entre elas, a educação, e, ao mesmo tempo, o controle, avaliação e monitoramento de uma série de serviços e políticas públicas. Esse processo ajudou na ampliação da oferta de vagas, preconizada pela Constituição de 1988 (Brasil,1988), induzida pelo financiamento com o FUNDEF (Brasil, 1996c), que posteriormente se tornou FUNDEB (Brasil, 2007c).

A outra política abordada por este trabalho é a do IDEB, parte integrante das políticas de avaliações da Educação Básica, com grande notoriedade no cenário educacional brasileiro. No entanto, a qualidade da educação tem sido objeto de debate e críticas, especialmente por parte de pesquisadores, e a questão da regulação ou (*accountability*) pelo poder público federal. Quanto às críticas, Figueiredo *et al.* (2018, p. 558) apontam várias atribuídas ao IDEB, dentre elas:

1º) há redes de ensino que fazem preparações nas escolas selecionadas para a Prova Brasil, eliminando assim o sentido de aleatoriedade da amostra e a confiabilidade na generalização dos resultados; 2º) a divulgação do Índice adquire um formato de classificação que expõe e cobra resultados de professores e estudantes; 3º) nem todos os estudantes que deveriam realizar as provas participam do exame, levantando a suspeita de que estudantes mais fracos são orientados a não participar do processo; 4º) a proficiência em matemática tem peso diferenciado, o que pode levar algumas escolas a investir no trabalho em sala de aula com a máxima valorização dessa disciplina, em detrimento das demais; 5º) o sentido da nota empregada no IDEB se diferencia do conceito de nota comumente empregado nas escolas; e 6º) o Índice compreende o desempenho dos estudantes, sem considerar as questões

extraescolares que interferem na vida desses discentes, como as questões socioeconômicas e o capital cultural.

Nesse contexto, em relação à qualidade da educação, desde o âmbito nacional até o municipal, chama-se a atenção para a responsabilidade dos ocupantes de cargos das redes (municipal e estadual) e para os gestores (das redes ou das escolas), haja vista a publicização de informações e resultados associados às atribuições pertinentes a eles.

Seção 2: Perspectivas, Produção acadêmica, apoio teórico e referencial teórico

Nesta seção, apresento o que o campo educacional brasileiro tem investigado sobre avaliação externa, SAEB, Prova Brasil, IDEB, municipalização e *accountability*, por meio de um mapeamento bibliográfico adensado se comparado ao mapeamento bibliográfico inicial, com o objetivo de ampliar o apoio teórico para subsidiar a análise dos dados encontrados.

A considerar a finalidade e resultados obtidos com o mapeamento bibliográfico inicial realizado, optou-se, novamente, pela utilização das bases de pesquisa da CAPES (CAPES, 2022) e da SciELO (SciELO, 2022), acrescidas de periódicos científicos indicados ou encontrados durante o itinerário de pesquisa.

2.1 O que o campo educacional brasileiro tem investigado sobre avaliação externa, SAEB, Prova Brasil, IDEB, municipalização e *accountability*.

Com o objetivo de captar como o campo educacional brasileiro tem investigado questões relacionadas à avaliação externa, SAEB, Prova Brasil, IDEB, municipalização e *accountability*, foram selecionadas palavras-chave que permitissem identificar produções relacionadas ao objeto desta pesquisa. Quanto às bases de pesquisas, optou-se pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CAPES, 2022), pela biblioteca digital de livre acesso da SciELO (SciELO, 2022) e por periódicos científicos indicados.

A incursão inicial na CAPES (CAPES, 2022), a partir da utilização em sua expressão exata das palavras-chave avaliação externa, SAEB, Prova Brasil, IDEB, municipalização e *accountability*,¹⁷ identificou-se tamanha quantidade de produções que resultou no estabelecimento de algumas delimitações para cada palavra-chave em específico: o recorte temporal de 2018 a 2022¹⁸ por captar as produções mais recentes e que constam na plataforma Sucupira; todos os tipos de produção, no caso Doutorado, Doutorado Profissional, Mestrado e Mestrado Profissional da área de Educação, pelo enquadramento do tema e pelas instituições Unesp,¹⁹ em função da quantidade de

¹⁷ No banco da Capes a palavra-chave *accountability* disponibiliza produções diferentes das palavras-chave responsabilização e responsabilidade utilizadas em algumas produções no mesmo sentido de *accountability*.

¹⁸ O mapeamento bibliográfico inicial abarcou o período que compreende 2018 a 2021.

¹⁹ A delimitação Unesp não foi utilizada para as palavras SAEB, IDEB e Municipalização, uma vez que o total de produções disponíveis permitia a leitura de todos os títulos.

produções disponíveis. Quanto ao processo de seleção das produções listadas, foram realizadas as leituras minuciosas dos títulos para verificar a proximidade da produção com o objetivo da pesquisa, uma leitura inicial do resumo de cada produção para a confirmação, ou não, dessa proximidade e, em seguida, outras leituras dos resumos que sugeriam proximidade do objeto de pesquisa com o objetivo de identificar os elementos centrais da produção para definir por sua inclusão, ou não, nas produções que seriam analisadas de forma adensada. A Tabela 5 apresenta os resultados desse itinerário.

Tabela 5 - Mapeamento bibliográfico na base Capes.

Palavra-chave	Expressão exata	2018 a 2022	Área de Conhecimento (Educação)	UNESP	Selecionados		
					Títulos	Resumos	Final
Avaliação externa	239.798	52.678	2.175	39	8	4	1
SAEB	311	76	20	0	0	0	0
Prova Brasil	190.206	29694	2002	47	5	2	1
IDEA	455	144	73	2	2	2	1
Municipalização	772	46	13	1	1	1	1
<i>Accountability</i>	1241	392	50	2	2	1	1
Responsabilização	1.725	305	45	1	0	0	0
Responsabilidade	15.358	2312	55	3	1	1	0
Total	449.866	85.647	4.433	95	19	11	5

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de Capes (2022).

A incursão na Scielo (SciELO, 2022) a partir da utilização, em sua expressão exata, das palavras-chave avaliação externa²⁰, SAEB, Prova Brasil, IDEA, municipalização²¹ e *accountability*,²² identificou uma quantidade de produções para cada palavra-chave, que permitiu que fossem realizadas as leituras minuciosas de todos os títulos para verificar a proximidade da produção com o objetivo da pesquisa, além da leitura dos resumos das produções selecionadas pelos títulos com o objetivo de identificar os elementos centrais da produção para definir por sua inclusão, ou não, nas produções que seriam analisadas na íntegra. A Tabela 6 apresenta os resultados desse itinerário.

²⁰ Para a palavra-chave avaliação externa, a inclusão da variação avaliação externa em larga escala se mostrou produtiva.

²¹ Para a palavra-chave municipalização, a inclusão de algumas variações disponíveis se mostrou produtiva.

²²No banco da SciELO a palavra-chave *accountability* disponibiliza as mesmas produções das palavras-chave responsabilização e responsabilidade.

Tabela 6 - Mapeamento bibliográfico na base SciELO

Palavra-chave	Expressão exata	Selecionados			
		Títulos	Resumos	Íntegra	Final
Avaliação externa	68	22	12	6	4
Avaliação externa em larga escala	5	5	4	3	2
SAEB	38	11	5	5	3
Prova Brasil	152	24	5	2	2
IDEB	38	14	8	8	7
Municipalização	46	9	5	5	4
Municipalização da educação	31	4	2	1	1
Municipalização do ensino	26	5	3	1	1
Municipalização de ensino	26	4	1	1	0
Municipalização do sistema de ensino	8	3	1	1	1
<i>Accountability</i>	473	13	5	4	3
Responsabilização	335	5	1	1	1
Responsabilidade	1651	6	3	2	0
Total	2.897	125	55	41	29

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de SciELO (2022).

A busca nas bases acadêmicas resultou um total trinta e quatro produções²³, cujo resultado quantitativo é apresentado na Tabela 7 seguido das informações centrais dessas produções agrupadas por palavras-chave e algumas inferências.

Tabela 7 - Síntese do mapeamento bibliográfico

Palavra-chave	Banco de dados		Total
	Capex	SciELO	
Avaliação externa	1	6	7
SAEB	0	3	3
Prova Brasil	1	2	3
IDEB	1	7	8
Municipalização	1	7	8
<i>Accountability</i> /Responsabilização/ Responsabilidade	1	4	5
Total	5	29	34

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

2.1.2. Avaliação Externa

²³ A última visita aos bancos da CAPES e da SciELO para atualização do mapeamento foi realizada em 31 de março de 2023.

Freitas (2007) faz alerta, críticas e proposições ao Ministério da Educação e Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Educacionais (MEC – INEP) na forma de efetivar políticas de avaliação com base na proposta neoliberal de “responsabilização”. Ele alerta que muitos alunos oriundos das camadas populares que estão no interior das escolas, no sistema de progressão continuada e/ou automática, descredenciados, cuja eliminação da escola foi protelada e, ao chegar no final dos ciclos, saem das estatísticas de reprovação. Admoesta para o perigo das políticas de sistemas de avaliação externa centralizados na Federação, que podem esconder as dificuldades de aprendizagem destes alunos nos indicadores estatísticos e que tais indicadores terão evidência para fins de reflexão somente quando as médias de desempenho começarem a cair. Sua proposição para enfrentar o problema é baseada numa negociação com envolvimento bilateral, da escola e do Estado, para uma política de Estado para avaliação e o processo de avaliação institucional da escola como o elo entre a avaliação externa de sistema e a escola e seus profissionais.

Werle (2011) analisou a estruturação e consolidação da política de avaliação em larga escala no Brasil, a qual passa de um nível de diagnóstico para o pragmatismo e operacionalização. Ela afirma que em 1988 foram ensaiadas as experiências de avaliação em larga escala na Educação Básica com o projeto piloto denominado Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (SAEP) de 1º grau, nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte e relata que em 2005 foi criada a Prova Brasil, com aplicação de dois em dois anos, com abrangência universal a todos os alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental de escolas públicas e expande o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB (Brasil, 2009), com a vantagem de apresentar informações que discriminam os resultados para cada estado, município e escola participante que resultaram no IDEB.

Machado e Alavarse (2014) demonstraram que, após o acesso e inclusão dos alunos que antes estavam fora da escola, questões sobre qualidade na educação passam pelas políticas de avaliação de sistemas com provas padronizadas. E elas se expandiram a partir de 1990, com a criação, no mesmo ano, do SAEB, sofrendo alterações e reestruturação no decorrer dos anos. Nesse sentido, houve o acréscimo da Prova Brasil em 2005 e, posteriormente, em 2007 foi criado o IDEB. Os autores relatam que diante desse novo contexto, com o incremento das avaliações externas, a visão e a discussão sobre a qualidade da educação brasileira avançaram e passam ganhar importância como apoio para o acompanhamento do desenvolvimento de alunos e escolas, e nas tomadas de decisões. Por fim, apontaram algumas tensões sobre a política de avaliação na rotina

escolar e concluíram que a avaliação externa pode ser um instrumento significativo para o desenvolvimento da qualidade da educação pública.

Bauer (2019) observou que surgiu a preocupação de melhoria dos indicadores educacionais de rendimento e desempenho, pois ao final do século XX, ocorreu um forte crescimento e expansão das avaliações externas no âmbito federal ou nas redes de ensino estaduais, ou municipais, devido ao surgimento do IDEB. Destacou que nos Planos Nacionais de Educação de 2001 (Brasil, 2001) e 2014 (Brasil, 2014), a avaliação aparece em um papel central, fazendo referência ao SAEB como orientador para políticas públicas educacionais, isto é, o IDEB, que em 2007 inaugurou uma nova forma de relacionar avaliação e gestão. O papel conferido ao IDEB, indicador de qualidade da educação, sintetiza informações para o monitoramento do alcance das metas propostas no documento, que é crucial, como se verifica na meta 7 do plano nacional (Brasil, 2014). A autora confirmou que diversos estudos acadêmicos que têm analisado as relações existentes entre avaliação em larga escala e gestão educacional, surgiu a preocupação de que, com raras exceções, a produção sobre temática não tem propiciado avanços significativos na compreensão das relações complexas que se estabelecem entre a avaliação e a gestão educacional.

Almeida (2020) argumentou que, nos anos de 1980, já havia a aproximação entre gestão educacional e as políticas públicas de avaliação em larga escala e, em meados da década de 1990, a avaliação da educação básica se consolida, com o SAEB, dadas as possibilidades de comparação em diferentes perspectivas com o uso da Teoria de Resposta ao Item – TRI²⁴ e em um perfil com viés gerencialista²⁵. A autora apresenta que, no ano de 2016, dos 27 estados da federação, 21 dispunham de suas próprias propostas de avaliação externa, proporcionando informações e dados para o gerenciamento administrativo e uso pedagógico, e influenciando muitos municípios que estavam adotando a mesma prática. Ela considera que as discussões são controversas acerca das avaliações de sistemas educacionais, a maior parte de natureza qualitativa, com foco em casos isolados, mas que aparece partir delas o estabelecimento de outras políticas voltadas à gestão do sistema, como bonificação, distribuição de recursos às escolas e publicização

²⁴ TRI é uma modelagem estatística. “O uso da TRI em avaliações educacionais teve início no Brasil com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1995 e, posteriormente, foi implementado também no ENCCEJA, Prova Brasil e ENEM”. (Karino; Andrade, 2011, p. 2).

²⁵ “Basicamente o gerencialismo tem como características principais: controle por resultados “*a posteriori*”, maior autonomia e flexibilidade, descentralização, responsabilidade (*accountability*), orientação para o cidadão, participação social, transparência e eficiência.”. (Santos, 2018, p. 4).

dos resultados. Para a autora, os resultados mostram não apenas as ações adotadas na rede, mas sinais de uma subordinação dos profissionais da educação à lógica gerencialista que coloniza a política educacional na atualidade.

Ferrarotto (2022) observou a temática na perspectiva dos estagiários do curso de matemática do Instituto Federal de Educação de Bragança Paulista (IFSP-BRA), de que a avaliação em sala de aula é de responsabilidade do docente, a avaliação externa em larga escala realizada pelo governo federal ou, ainda, por estados e municípios; e a avaliação institucional, desenvolvida pela própria comunidade escolar. A autora demonstrou que, em razão das avaliações externas, houve alterações nas ações dos docentes em seu plano de ensino, metodologia e na avaliação da aprendizagem, com o emprego de mais provas e simulados, demonstrando que este tipo de avaliação possui forte caráter regulador e indutor, demarcando o que deve ser ensinado aos estudantes, e que os professores ainda estão presos somente à avaliação da aprendizagem; já a avaliação institucional e a externa em larga escala, mesmo existindo dentro da escola, não costumam ser pauta nas informações e opiniões divulgadas pela mídia.

A avaliação externa em larga escala passou a proliferar nos estados e municípios que também desenvolveram seus próprios sistemas avaliativos. Eles geram impactos possibilitando o estabelecimento de *rankings*, e que em determinados sistemas existe a recompensa financeira pelos resultados obtidos. Diante disso, conclui-se haver uma sinalização da tendência de intensificação da presença das avaliações externas no cotidiano das escolas, por isso é importante que os futuros professores percebam como essas avaliações podem guiar as ações, tanto no âmbito da gestão, como na sala de aula.

Malta (2022) investigou a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que visava verificar o desempenho dos alunos ao final do 3º ano do ensino fundamental com relação à aprendizagem em leitura, escrita e matemática, tema de relevância para o campo educacional, uma vez que as atuais políticas voltadas para a alfabetização estão associadas à contínua aplicação de avaliações externas nas políticas públicas. Os resultados desta pesquisa apontam que, nas últimas décadas, as ações públicas de alfabetização, no Brasil, são de caráter regulatório e de monitoramento, com políticas de metas e as avaliações externas, decorrentes do modelo de política neoliberal, com forte tendência internacional; e no panorama da alfabetização, mostra avanços quanto ao acesso e permanência das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. Esta avaliação, embora tenha sofrido críticas, cumpriu seu papel de fornecer dados sobre a alfabetização do país. Porém, constatou-se que a partir de 2018, houve uma desvalorização desses dados pelas políticas

propostas em esfera federal e a não consideração de uma agenda de Estado para subsidiar as políticas de alfabetização.

O conjunto das produções aqui apresentado revela que, diante do ingresso e acolhimento das camadas populares nas escolas desencadeada pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e confirmada pela LDB (Brasil, 1996b), o foco das políticas educacionais passou a ser a qualidade na educação, com destaque para o surgimento das avaliações externas. Nesse sentido, surgiu a política de avaliações, como um instrumento e possibilidade para ajudar a solucionar a desejada melhoria do ensino. Os instrumentos adotados vão se fortalecendo e sendo estabelecidos em legislações, apoiados por viés econômico vigente, que exigem melhores resultados dos sistemas educacionais e das escolas.

Diante desse cenário, o Ministério da Educação iniciou sua trajetória nos sistemas de avaliações externas que vão avançando e se constituindo também em outras legislações educacionais. Porém, sofreu críticas e questionamentos, como os apontados feitos pelos autores aqui citados, tais como aqueles direcionadas ao MEC-INEP na forma de efetivar políticas de avaliação com base na proposta neoliberal de "responsabilização", sendo de caráter regulatório e de monitoramento, sinais de uma subordinação dos profissionais da educação, à lógica gerencialista, e a instituição de ranking na divulgação dos resultados. Porém, admitem alguns avanços, como de fornecer dados sobre a educação no país, mas destacam a necessidade de aprimorar esta política de avaliações.

2.1.3. SAEB

Para Coelho (2008), a avaliação, a partir dos anos oitenta, assumiu uma nova centralidade como um dos eixos estruturantes das políticas públicas educacionais e é vista como um dos meios de controle. A partir da metade dos anos 90, ocorreu a implantação do SAEB, que é um instrumento das políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação e serve como monitoramento e parâmetro para os ajustes necessários. As avaliações externas vão se enraizando e se tornam um elemento de regulação do Estado-Avaliador por mais de vinte anos. O SAEB é sucessor do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau - SAEP, criado em 1987. Em 1990, com a introdução do SAEB e com auxílio internacional, ocorre a primeira aplicação de provas e o levantamento de dados em nível nacional e, três anos após dela, acontece a segunda. A terceira aplicação ocorre

em 1995, com técnicas mais modernas de medição do desempenho dos alunos e com levantamento de dados sobre as características socioeconômicas.

Baron (2021) analisou os tipos textuais das avaliações internas e as externas que compõem o SAEB, com posições e ideologias produzidas pelos poderes políticos e sociais dominantes, gerando efeitos de dominação ou libertação. Na escola, onde ocorrem as avaliações e os exames de larga escala, é também exigida, na preparação e formação do cidadão para o mercado de trabalho, as questões econômicas, dos direitos humanos, nas áreas do conhecimento e promoção humanística, científica e tecnológica do país, além dos direitos de aprendizagem. Diante das políticas educacionais, surge a indagação das avaliações e o questionamento se elas realmente se destinam a mensurar se o estudante tem competências e conhecimentos linguísticos necessários e suficientes ou de selecionar para atuar nas empresas, governos empresariais, ensino superior ou mercado neoliberal.

O autor apontou as incongruências nas avaliações internas na escola e os exames de larga escala com a linguagem autoritária/colonizadora subentendida nos processos de avaliação escolar e nas avaliações externas de larga escala, chamando a atenção para a comparação de resultados divergentes ao demonstrar que nas avaliações escolares têm alunos com desempenho satisfatório e nas de larga escala, insuficientes; essas diferenças levam à reflexão do autoritarismo nas provas externas. Ele também nos mostra que os alunos que se saem bem nas duas avaliações contribuem para o efeito do conformismo dos que possuem desempenho insuficiente e da continuidade da manutenção das desigualdades sociais, e responsabiliza os estudantes pelas notas baixas, por não estudarem e os docentes por não saber ensinar.

O autor expôs que o INEP é responsável pelas avaliações externas do SAEB, desde sua concepção, elaboração, aplicação e divulgação dos resultados, que acabam gerando controle, incitando a fiscalização, ranqueamento, formação de opinião por meio dos principais veículos de comunicação, com validação pelos órgãos internacionais que conferem relevância aos exames de larga escala e, desse modo, vão imprimindo esta visão na sociedade, onde alunos e seus pais passam a fazer cobranças e exigências de aulas voltadas para a aprovação nos exames de larga escala. Devido a essas cobranças, os órgãos gestores de instituições mantenedoras das escolas, como as secretarias municipais e estaduais de educação, passam a atuar na regulação e no controle das políticas educacionais. Ele sugere a urgência de expandir as reflexões e as ações de intervenção social nos processos de avaliação escolar e dos exames de larga escala, apontando para uma educação humanizadora e transformação social.

Basso, Ferreira e Oliveira (2022) apontaram que, no final da década de 1970, surge internacionalmente a tendência de acompanhamento das políticas públicas, em decorrência das crises econômicas e sociais vividas na época, iniciando indagações sobre a organização e funcionamento dos Estados, gerando tensões nas relações de poder. Com o avanço das matrículas e acesso ao Ensino Fundamental, as políticas educacionais passam a problematizar e debater a qualidade da Educação e, diante da tendência internacional, é reforçada a ideia de aferição dessa qualidade por meio das avaliações de larga escala, aliada ao discurso naquele contexto social e econômico que exigia maior qualificação dos trabalhadores e, com isso, a questão educacional passou a ter que medir a eficiência dos processos de ensino-aprendizagem realizados nas escolas.

Por meio do SAEB, os sistemas de ensino seriam avaliados em três dimensões: indicadores educacionais, indicadores da escola e indicadores do sistema de gestão educacional. O Sistema de Avaliação na época tinha como público-alvo os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio e contava com três avaliações: as avaliações realizadas em diferentes etapas possuem objetivos específicos, mas, de maneira geral, são aplicados testes de Língua Portuguesa e de Matemática e questionários a alunos, professores, diretores e o da escola.

O estudo destacou uma das avaliações desse sistema, a Prova Brasil criada em 2005 que inovou ao possibilitar após a aplicação e a finalização, o processamento e a análise dos dados individuais de cada escola, município e unidade federativa (UF). Os autores apontam que, na análise dos Planos Estaduais de Educação, os termos SAEB, Prova Brasil e IDEB registraram algum tipo de informação e, em 21 estados, estabeleceu-se alguma estratégia em que o IDEB ou o SAEB foram mencionados. Diante da investigação, aponta-se a relevância dada ao IDEB como indicador de qualidade da Educação Básica.

O conjunto das produções aqui apresentadas revelam como o campo educacional tem investigado a compreensão do SAEB nos aspectos do seu surgimento e percurso histórico, com suas adequações e reestruturações, a percepção e o entendimento no âmbito escolar e, ainda, na atuação dos gestores escolares.

2.1.4. Prova Brasil

Bauch (2018) apontou que a Prova Brasil é uma das avaliações externas em larga escala do SAEB, criado em 1990. O autor demonstrou o resultado de uma escola que

passou por duas edições da Prova Brasil e IDEB no período de 2012 a 2016, com a participação dos alunos do quinto ano. Mostrou ainda que este sistema de avaliação fornece informações sobre o desempenho de cada escola que possui mais de 30 alunos, da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.

Vidal *et al.* (2019) apresentaram que a Prova Brasil é aplicada em todas as escolas públicas com, pelo menos, 20 estudantes matriculados nos 5º e 9º anos do ensino fundamental, localizadas nas zonas urbanas e rurais. Estudaram as redes de ensino de três cidades brasileiras, em relação ao IDEB no 5º ano do ensino fundamental e identificaram as impressões dos professores, quando da aplicação da Prova Brasil- 2015, a partir do questionário da prova. Os autores apontaram que o fracasso da aprendizagem dos estudantes está relacionado a fatores externos à escola.

Informaram também que a partir de 2005, com as alterações da Prova Brasil e SAEB, há possibilidades de construir séries históricas, possibilitando recortes espaciais e temporais os mais variados, considerando que as bases de dados permitem estratificar amostras, por dependência administrativa, estado, cidade, localização e série de aplicação das provas e que um grupo de pesquisadores estudou sobre as implicações das avaliações de larga escala no chão da escola e analisaram os usos dos resultados na dinâmica escolar e a concepção ou percepção de gestores e professores acerca desses processos. As investigações referentes ao desempenho de estudantes em avaliação de larga escala revelam que os fatores socioeconômicos são responsáveis por significativos impactos, respondendo por parte expressiva das disparidades de desempenho entre os alunos e há forte crença por parte dos docentes quando responderam sobre os possíveis problemas extraescolares na aprendizagem dos alunos.

Lacruz, Américo e Carniel (2019, p.2), apontaram que,

a partir de 2005, com a criação da Prova Brasil, e de 2007, com a formulação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o SAEB foi ampliado e redimensionado para se adequar às prerrogativas internacionais de “competitividade” e de “eficiência” na formação escolar.

Desde a criação desses instrumentos, eles passaram a influenciar fortemente a Educação Básica brasileira e a questão de índices e metas na educação trazem novas perspectivas. Mostram que o SAEB,

se consolidou não apenas enquanto o principal exame do desempenho educacional no país, mas também como uma poderosa ferramenta analítica que

pauta políticas públicas e estabelece parâmetros oficiais para definir o que convencionou chamar de “qualidade” na educação” (Lacruz; Américo; Carniel, 2019, p.2).

Portanto, o bom resultado nessas avaliações transformou-se em sinônimo de qualidade educacional e os índices oficiais favoreceram o surgimento de estudos acadêmicos. Os autores identificaram as variáveis que melhor distinguem as escolas com desempenhos diferenciados e desenvolvem funções discriminantes que representem tais diferenças a partir dos próprios critérios de eficácia atualmente utilizados na Prova Brasil. Apesar disso, as notas do exame não explicam em que medida seus índices colaboram para estabelecer os resultados alcançados, compreender os fatores contextuais que melhor discriminam o desempenho das escolas e que oferecem novos caminhos para o debate atual em torno da eficácia e da qualidade na educação básica possam ser aprimoradas. “Os resultados demonstraram que a distorção idade-série, o índice de regularidade docente e a taxa de abandono formaram um conjunto ótimo de variáveis para distinguir as escolas com “melhores” e “piores” (Lacruz; Américo e Carniel, 2019, p.1).

Esse conjunto de produções revela o que o campo educacional tem investigado e auxilia na compreensão da Prova Brasil, desde seu nascedouro, o percurso histórico, seus reflexos até o entendimento no âmbito escolar. Ela se consolidou não apenas enquanto o principal exame do desempenho educacional no país, mas também como uma ferramenta analítica que pauta políticas públicas e estabelece parâmetros oficiais para definir o que se convencionou chamar de “qualidade” na educação básica, e o bom resultado nestas avaliações transformou-se em sinônimo de qualidade educacional. As investigações referentes ao desempenho de estudantes em avaliação de larga escala, como a Prova Brasil, revelam a crença por parte dos docentes de que os problemas na aprendizagem dos alunos tem origem extraescolares e que os fatores socioeconômicos são responsáveis por significativos impactos, como a distorção idade-série e a taxa de abandono, mas que os critérios como o índice de regularidade docente, permanência, dentre outros, podem formar um conjunto de variáveis para além da prova de testes padronizados, na definição do convencionado padrão de qualidade educacional escolar, que ele se tornou.

2.1.5. IDEB

Duarte (2013) utilizou o IDEB como indicador de vulnerabilidades sociais que deve acionar apoio, ao mesmo tempo que pode enfrentar a lógica de responsabilização

individual do fracasso escolar, sem a necessidade de ser apenas um indicador de qualidade da educação. Há vários anos, a educação tem associado resultados educacionais às condições socioeconômicas dos alunos e às condições de infraestrutura das escolas, pois juntamente com as desigualdades sociais, têm implicações diretas sobre a educação, e a responsabilização pelo fracasso da escola em territórios de vulnerabilidade recai sobre o professor, deixando de lado e mascarando as desigualdades gritantes e a precariedade recorrente das escolas, que poderão configurar escolas para pobres e escolas para ricos.

Segundo o autor, algumas pesquisas têm colaborado para o entendimento da nova função da escola, pois a incorporação das camadas populares e em situação de pobreza exige novas posturas dessa instituição, com funções que ela passa a executar para o Estado, impondo o gerenciamento de programas como saúde escolar, programas assistenciais de caráter compensatório, bolsa escola, bolsa família, em prejuízo dos aspectos fundamentais da educação, desviando o foco do ensino ao mesmo tempo em que há a necessidade do resgate do pedagógico na instituição de ensino, para superar o fracasso escolar. Após relacionar outros indicadores e estabelecer relações com o IDEB, os resultados mostram que a ligação da política social de educação e “a presença de alunos em situação de pobreza tem efeito negativo bastante considerável no IDEB da escola” (Duarte, 2013, p.1).

O autor afirmou que a desigualdade da qualidade educacional entre escolas fere o caráter democrático da educação pública determinada pela Constituição Federal e incentiva novas investigações mais minuciosas sobre os indicadores educacionais que permitirão, para além da constatação do impacto da condição econômica na situação de fracasso escolar, buscar caminhos e soluções na superação da pobreza e fracasso escolar.

Soares e Xavier (2013) apontaram que, antes do IBEB, a valorização dos resultados era centrada na questão de expansão dos sistemas. Ele tornou-se a forma privilegiada de analisar a qualidade da educação básica brasileira e, por isso, tem tido grande influência nas políticas públicas e no debate educacional, sem indagar a necessidade de novos recursos ou expansões. Os autores abordam o aprendizado e a regularidade na trajetória escolar dos alunos como elementos essenciais de um sistema educacional. Com a publicação do Decreto n. 6.094 (Brasil, 2007a), cuja primeira diretriz é "estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir", em seu artigo 3º destaca a importância da consideração de resultados para a análise dos sistemas educacionais, pois nos estudos, os dados censitários mostravam que a repetência era a grande característica do sistema brasileiro de educação básica e não a evasão.

Alves e Soares (2013) abordaram a relação entre o valor do IDEB da escola e suas características contextuais definidas pelo perfil de seus alunos e pelas condições da oferta escolar, juntamente com os dados da Prova Brasil e do Censo Escolar. Por intermédio desses resultados, o governo dá indícios para toda a sociedade de que um sistema de ensino, para ter qualidade, deve garantir o aprendizado dos discentes com uma trajetória educacional regular, sem reprovações, pois o fracasso escolar e a repetência escolar incomodavam parte da sociedade.

Os autores apontaram que o IDEB ganhou notoriedade no debate educacional, conquistou legitimidade junto a uma parte do público acadêmico, em especial da área econômica e, ao mesmo tempo, recebeu fortes críticas de pesquisadores do campo educacional. Na perspectiva econômica, é tido como uma modalidade de *accountability* apropriada ao sistema educacional descentralizado vigente no país, induzindo escolas e gestores a se esforçarem para melhorar o desempenho e o rendimento dos alunos, visando à qualidade educação. Eles criticam o IDEB como uma medida de qualidade da educação e questionam suas consequências para as escolas, como uma política de responsabilização unilateral que exclui as escolas ao mesmo tempo em que as estigmatiza, visto que ele não reflete a relação custo aluno/qualidade e não é sensível às desigualdades sociais, considerando contextos territoriais, diferenças sociais e econômicas.

Enfim, concluíram que o IDEB é plenamente acatado pelos gestores municipais, que o têm como norteador das políticas de educação, que mostram que geralmente as instituições escolares que atendem estudantes de menor nível socioeconômico possuem notas inferiores no IDEB e terão maiores dificuldades em aumentar essa nota, pois isso só ocorrerá na medida em que políticas sociais tenham sucesso. Outros aspectos relevantes que impactam a qualidade da educação, especialmente até o quinto ano do ensino fundamental, são as condições de infraestrutura e de complexidade da escola, já “que são necessárias políticas de superação dessas limitações e que tais condições não podem ser ignoradas na análise do IDEB.” (Alves; Soares, 2013, p. 177)

Chirinéa e Brandão (2015) discutiram a qualidade da educação básica legitimada pelo IDEB. Eles trazem que “a ineficiência do sistema escolar, bem como as novas exigências de qualificação e formação, aliadas à reestruturação do Estado brasileiro, foram os alicerces da implantação das avaliações externas no Brasil.” (Chirinéa; Brandão, 2015, p. 463). As notas do IDEB, obtidas por meio das avaliações externas (Prova Brasil) e da taxa de aprovação, cujas metas são mensuradas a cada dois anos para cada escola, município, estado e união vão proporcionar o monitoramento e a busca da melhoria da

qualidade educação, pois a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), nos artigos 206 e 209, traz a questão da qualidade educacional e a estratégia de avaliar os processos educativos, e determina que o Poder Público deve realizar avaliações dos seus respectivos sistemas de ensino, com o intuito de mensurar a qualidade dos mesmos.

Porém, os fatores considerados qualitativos são os recomendados pelas políticas neoliberais, em que as escolas e sistemas de ensino devem formar e qualificar o “capital humano”, sob o ponto de vista de qualificação para o mercado, cabendo às políticas públicas exercerem certa pressão, a fim de aumentar a eficácia e a eficiência dos processos educativos. Chirinéa e Brandão (2015) ressaltam que,

para além do aspecto pedagógico e dos saberes cognitivos mensurados na avaliação externa e demonstrados pelo IDEB, há outros fatores que, quando mobilizados e direcionados para a melhoria da qualidade de ensino e, consequentemente, dos resultados do IDEB. (Brandão, 2015, p. 478).

Villani e Oliveira (2018) analisaram os programas de avaliações externas em nível nacional e internacional para os sistemas de educação, resultante da nova gestão pública e que as estatísticas assumem papel relevante neste contexto, fazendo citações ao IDEB e ao *Program for International Student Assessment (PISA)*. Os autores ainda apontam que “parece caracterizar a relação entre a OCDE e o INEP na concepção e implementação de dispositivos de avaliação”. (Villani; Oliveira, 2018, p. 1.358). Porém, “Na prática esse modelo quase não aparece no debate, mas que se inscreve no instrumento de avaliação e constitui-se em referência maior, pelo menos entre os que estão imersos no processo.” (Villani; Oliveira, 2018, p. 1.358).

Nosso país “parece apresentar um cenário particular, no que se refere ao contexto das políticas de avaliação em escala mundial, justamente pelo fato de implementar como referência para a qualidade da educação um indicador nacional e um internacional”. (Villani; Oliveira, 2018, p. 1.357).

Considerando que os indicadores têm por função padronizar procedimentos, ações e valores em um contexto bastante diverso e desigual, a padronização de metas de qualidade pode estar produzindo outros desequilíbrios e mascarando problemas e dificuldades inerentes aos contextos locais. Devido à consolidação do IDEB em nível nacional, ele tem influenciado vários estados e municípios nas definições e monitoramento das políticas educacionais.

Moreno (2019) analisou o IDEB apontando que a complexidade das sociedades na atualidade tem evidenciado a necessidade do uso de indicadores em diferentes setores econômicos e sociais, incluindo sua contribuição para o planejamento de políticas por parte dos administradores públicos, nas quais se encontram as políticas educacionais, que foram intensificadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A utilização de indicadores tem sido importante instrumento de gestão, possibilitando atuações nas redes de ensino, em programas e projetos, identificando situações que necessitam de mudanças, incentivos ou aprimoramentos, favorecendo a tomada de decisões mais adequadas na busca da efetivação de melhores resultados. A autora concluiu que o IDEB é um indicador importante e, apesar de ser considerado indicador da qualidade da educação, é insuficiente para realmente avaliar a qualidade da educação, apesar de que, nesse contexto, a qualidade está definida pelos resultados do fluxo escolar e do desempenho nas avaliações externas e, ao associá-lo a outros indicadores, podem ser obtidos diagnósticos mais cuidadosos da educação que podem servir de referência na reconfiguração das políticas públicas.

Crozatti (2021) investigou as variáveis que influenciaram o IDEB do ensino fundamental das redes públicas municipais paulistas em 2017 e a necessidade de melhorar a condição da educação brasileira, quando se aproximava a renovação da principal lei de financiamento da educação (Brasil, 2007a), no ano de 2020. O autor indica que a academia possui significativo interesse em estudos sobre este indicador de qualidade, e relacioná-lo com a eficiência do gasto, foi um dos objetivos do autor. Reitera que,

os fatores relacionados às características pessoais e familiares dos alunos, das estruturas macroeconômicas e sociais até àquelas que se podem identificar com as estruturas da oferta do serviço público, presentes nas localidades onde as atividades são desenvolvidas, estão entre as mais indicadas como influenciadoras nos resultados dos sistemas educacionais (Crozatti, 2021, p. 3).

Estes aspectos apontados precisam ser evidenciados nos resultados das avaliações e indicadores educacionais. E afirma que diminuir “a quantidade de alunos por turma são evidências de que a qualidade no atendimento educacional em ambientes de mais fácil gestão e atuação docente são aspectos determinantes para a qualidade do aprendizado e da permanência do aluno na rede.” (Crozatti, 2021, p. 14).

Ramos *et al.* (2023) analisaram os resultados do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental, desde o seu início no ano de 2007 até o ano 2019, de 49 municípios paulistas

verificando as taxas de crescimento médio de uma edição do IDEB para outra e o cumprimento de metas para cada edição. Para os autores,

o melhor resultado foi em 2007 com 94% das metas alcançadas pelos municípios. Dois resultados chamaram a atenção, a importância do ano de 2013, em relação aos demais, com o pior resultado onde somente 65% dos municípios alcançaram as metas estabelecidas pelo IDEB” (Ramos *et al.* 2023, p. 15).

Os autores destacaram ainda a existência de um platô ou estagnação de 2017 a 2019 nos municípios que mais evoluíram até 2019. Apontaram que cerca de 19 municípios atingiram as notas ou medias projetas em todas as edições do IDEB.

Este conjunto de produções revela o que o campo educacional tem investigado e auxilia na compreensão do IDEB, desde o seu nascedouro, seu percurso até seus reflexos nas políticas públicas. O IDEB foi instituído pelo INEP em 2007, com base na aplicação de um mecanismo de avaliação com características da Prova Brasil de 2005. Tinha como a primeira diretriz estabelecer como foco a aprendizagem, pois os estudos mostravam que a repetência era a grande característica do sistema brasileiro de educação básica e não a evasão.

O IDEB tem grande influência no debate educacional, é acatado pelos gestores, tornou-se norteador das políticas educacionais. Na perspectiva econômica, é tido como uma modalidade de *accountability*, exigindo que escolas e gestores se esforcem para melhorar o desempenho e o rendimento dos alunos, visando à qualidade educação. Ele é criticado por pesquisadores, e se questiona suas consequências para as escolas, como uma política de responsabilização unilateral que exclui as escolas ao mesmo tempo em que as estigmatiza; não reflete a relação custo aluno/qualidade e nem é sensível às desigualdades dos contextos territoriais, diferenças sociais e econômicas.

As questões estatísticas assumem papel relevante neste contexto, apresentando interpretação de dados e análises para tomadas de decisões mais adequadas, e há necessidade de aprofundamento de gestores e profissionais da educação em sua utilização, pois podem esconder as dificuldades de aprendizagem dos alunos nos indicadores estatísticos. As políticas educacionais o têm referendado, tornando-o mais consistente legalmente no decorrer dos diversos governos, que pouco o atacaram ou criticaram.

2.1.6. Municipalização

Aqui apresento como se deu a municipalização por meio dos trabalhos de pesquisadores que buscaram entendê-la sob várias perspectivas e em diferentes municípios brasileiros com a ampliação das responsabilidades do poder local.

Azevedo (2002) relatou o aumento das matrículas do ensino fundamental, afirmando que “a taxa líquida de escolarização tem abrangido cerca de 95% deste contingente” (Azevedo, 2002, p. 50). Com isso, aponta a precariedade da qualidade do ensino, comprovada nas médias do SAEB e que, a partir de meados da década de 1990, os municípios passaram a assumir o ensino fundamental. “Em 1996 as redes municipais efetuaram 33% das matrículas neste nível e em 2001 este porcentual aumentou para 48,6%. Nesse mesmo período, a oferta das redes estaduais diminuiu de 55,7% para 42,3%” (Azevedo, 2002, p. 53). Esta transferência ocorreu pela lógica economicista, pois

as medidas de política deixam de considerar os graus de desarticulação social existentes nos espaços locais e o arcaísmo remanescente em muitas das suas estruturas de poder, em face mesmo da situação de pobreza que caracteriza a maior parte da nossa malha municipal. Nesse contexto, incidem os poucos recursos financeiros destinados aos níveis essenciais de ensino para que se efetivem processos de escolarização com qualidade (Azevedo, 2002, p. 66).

A questão de recursos financeiros é fator importante para a qualidade da educação, precisa ser melhorada e ampliada e não apenas permanecer com os mesmos valores quando da troca de mantenedores ou transferência de esferas administrativas, considerando que a questão da pobreza está presente em muitos municípios.

Tavares (2003) apontou que, desde a década de 1970, há estudos clássicos que mostram a inexistência de um sistema nacional de educação. As análises posteriores à promulgação da Lei 9394/96 (Brasil, 1996b) apontaram que ela substituiu a ideia de um sistema nacional de educação pela ideia de um sistema nacional de avaliação. Os estados municipalizaram a primeira fase do Ensino Fundamental em nome do cumprimento da LDB, mas boa parte das suas escolas tem necessidades de manutenção supridas pelos municípios. O autor concluiu que a municipalização do ensino fundamental tem sido instrumento de descentralização. Por outro lado, descentralizou a oferta da educação básica, mas manteve seus próprios projetos de presença junto aos municípios e às

unidades escolares, como a Alfabetização Solidária²⁶ ou o Dinheiro Direto da Escola²⁷; porém, férteis experiências no âmbito da gestão municipal têm apresentado alternativas democráticas, particularmente no que se refere à gestão educacional.

Martins (2003) estudou a implementação do convênio estado-municípios, em relação à oferta do ensino fundamental no Estado de São Paulo e as discussões de transferência de escolas, alunos e professores para as redes municipais, no período de 1996 a 2001. Historicamente, a agenda política na educação paulista centrada no discurso da descentralização e da autonomia da escola foi se constituindo lentamente como um dos principais instrumentos para instaurar uma gestão democrática, até meados dos anos de 1990. Nos anos seguintes, com um projeto de modernização administrativa e de processos descentralizadores, surge a transferência de escolas, professores e alunos de 1ª a 4ª séries aos municípios. O autor salienta ainda que a cobertura do ensino fundamental

tem sido feita pelo setor público, com especial destaque para a maciça participação da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, responsável por 79% das matrículas nesse nível de ensino, até o ano de 1995. Com a redefinição de competências entre as esferas de governo a partir de 1996, intensificada nos anos seguintes, os municípios passaram a assumir a responsabilidade pelas matrículas de 1ª a 4ª série, saltando de 12% para 44% a sua participação no conjunto da oferta no período de 1996 a 2001, enquanto a rede estadual caía de 77% para 44% (Martins, 2003, p. 228).

Aprovado o FUNDEF em dezembro de 1996, no ano seguinte, “ocorreu a maior proporção de municipalizações, período em que um terço dos municípios assinaram o convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Educação, antecipando-se, dessa forma, à implantação do Fundef” (Martins, 2003, p. 229).

A considerar que “Coincidentemente, 1997 foi o primeiro ano das novas gestões eleitas, e em 1998, finalmente foi implantado o Fundef” (Martins, 2003, p. 229). Com efeito, os profissionais que participam do meio educacional começam a lidar com os obstáculos e tecnologias nas Secretarias Municipais de Educação, concomitantemente ao

²⁶ “O Programa Alfabetização Solidária manifestava como objetivo reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando nos jovens de 12 a 18 anos. Em 1997, priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste. Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste (Barreyro, 2010, p. 176).

²⁷ “(PDDE) destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais.” (Brasil, 2016b, p.1).

compreenderem sobre a indefinição profissional em que estavam inseridos. Diretorias de Ensino Regionais e Secretarias Municipais de Educação têm suas relações com base na racionalização quanto às matrículas atendidas, já que eram organizados pelos municípios independentemente da rede estadual, onde o problema da demanda e otimização dos equipamentos públicos foi contornado pela municipalização. O autor também apontou que o atendimento municipalizado aproxima mais os profissionais da educação, os alunos e seus pais do centro de decisão, facilitando as reivindicações e os atendimentos possíveis diretamente com os gestores municipais.

Souza e Faria (2004) apontaram que na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) a tese da descentralização da educação se torna efetivamente lei e que a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, pela via do chamado Regime de Colaboração, mais tarde foi reformulado pela Emenda Constitucional (EC) nº 14, de 1996 (Brasil, 1996a), que viabilizou, no ano seguinte, a implantação do FUNDEF (Brasil, 1996c). Naquele momento, marcado por fortes reações ao centralismo do regime autoritário, por uma grande revalorização da instância local, e apesar da pluralidade de interesses, definiu-se a tendência de atribuição de uma maior autonomia aos Municípios, confirmada, no campo da educação, alguns anos após, pela nova LDB a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996b).

A municipalização da educação em nosso país “vem sendo marcada por uma racionalidade econômico-financeira excludente, de inspiração neoliberal, torna-se difícil negar o caminho da descentralização como uma estratégia potencialmente capaz de facilitar o exercício da experiência democrática” (Souza; Faria, 2004, p.936). Recente, a descentralização da educação via municipalização e com a necessidade de formulação de um Plano de Educação, convoca os municípios a participar da sua elaboração e mesmo tempo faz os encaminhamentos para a construção de seus respectivos Planos Municipais de Educação (PME), considerados de grande importância para a implantação e gestão dos sistemas municipais de ensino.

Adrião (2008) analisou duas propostas e suas consequências para a oferta da educação básica no Estado Paulista. A primeira é a reorganização das escolas da rede estadual. No ano de 1995, foi apresentado um novo perfil organizacional da Secretaria Estadual da Educação (SEE) para remodelar o padrão de oferta da educação básica e alterar a organização das escolas. Na nova configuração ou reorganização das unidades escolares estaduais, haveria a separação em prédios diferentes das séries iniciais (1ª a 4ª) e das quatro últimas séries (5ª a 8ª) do ensino fundamental e a separação do ensino médio,

quando possível. Tal reorganização era divulgada como medida pedagógica e que os equipamentos não eram adequados a toda essa clientela junta, em função das diferentes faixas etárias e tamanho deles, mas o que se observou foi diminuição do número de salas e aumento de alunos nas mesmas. Porém, ampliou o período de aulas para 5 horas diárias.

Quanto à segunda medida, que é a política de municipalização do ensino fundamental mediante a adoção de convênios, foi institucionalizada com a publicação do Decreto nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996 (São Paulo, 1996a), que instituiu o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento do ensino municipal. Com o discurso de buscar a eficiência e a eficácia da rede estadual, defendiam-se as medidas de descentralização adotadas pela Secretaria que provocaram o processo de transferência do ensino fundamental para muitos municípios paulistas. Assim, neste período, intensificou-se o processo de descentralização do ensino, particularmente de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, impulsionado com a criação do FUNDEF e acompanhado do discurso do fortalecimento da autonomia do Poder Municipal implementando o princípio da responsabilização.

Araújo (2010) discutiu a organização do ensino e afirmou que,

o fenômeno de municipalização das matrículas na etapa elementar de escolarização é recente, com uma aceleração notável a partir da segunda metade da década de 1990. Em menos de cinco anos (a partir da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério FUNDEF), a tendência estadualista da oferta de instrução elementar, com mais de um século de vigência, foi invertida. [...] Essa inversão tem estreita relação com a descentralização propugnada pelo movimento Reforma do Estado brasileiro (Araújo, 2010, p.3).

O autor expõe que, após a Proclamação da República, vai ocorrer a implantação do federalismo e a descentralização caracterizou-se pela feição estadualista, com as restrições da autonomia municipal. Afirma que a tradição de pensamento liberal no Brasil não foi municipalista, apesar de considerar relevante a organização municipal nos moldes equivocadamente comunais e indica a urgente necessidade de “formulação de políticas educacionais que permitam constituir um sistema verdadeiramente nacional e articulado de educação.” (Araújo, 2010, p.12).

Andrews e Vries (2012, p.843) afirmaram que “o Fundef foi bem-sucedido em seu objetivo de promover a universalização da educação, mas quanto à qualidade da educação não foi igual” e que “isso tem implicações para a municipalização da educação: por si mesma, ela não poderá promover a melhoria do desempenho escolar”. No estudo

com mais de 5.500 municípios brasileiros, Andrews e Vries (2012) apontaram que as escolas municipais “responderam pela maior parte da expansão das matrículas no ensino fundamental no período considerado, são mais afetadas pela pobreza do que as escolas estaduais”. (p. 843). Tal fator se deve “ao fato de que o Fundef criou incentivos para que os municípios abrissem novas escolas, aumentando o número de matrículas e trazendo as crianças das famílias mais pobres para dentro do sistema escolar” (p. 843). Considerando que fizeram a análise dos resultados do IDEB (2005-2009) afirmaram que “os indicadores de desempenho devem ser encarados como instrumentos auxiliares das políticas educacionais e não como parâmetros a que as políticas devem se submeter irrefletidamente” (p. 844).

Vargas (2019) investigou a municipalização no município de Araraquara. Apontou que a municipalização do ensino fundamental, no Brasil, ocorreu após a promulgação da última Constituição Federal (Brasil, 1988), em resposta a demandas oriundas da sociedade civil no que se refere à maior participação popular, transferindo aos municípios a gestão da educação, saúde e assistência social. Apontou que

O argumento central para a realocação das responsabilidades residia na proximidade entre a formulação e a execução das políticas: estando mais perto da população, o administrador municipal estaria mais preparado para canalizar os desejos e expectativas daquela localidade (Vargas, 2019, p. 16).

Diante de tais alegações e perspectivas, na área educacional é promulgada LDB (Brasil, 1996b), que define a cada esfera federativa qual o nível de ensino de sua responsabilidade a ser ofertado, o regime de colaboração da União, estados e municípios, e como arcar com os custos pelas diferentes esferas da administração pública.

Este conjunto de produções contribuiu com esta etapa da pesquisa, uma vez que evidenciaram os problemas, os benefícios, a história e os reflexos desta política na qualidade da educação, nos municípios e no contexto escolar.

A municipalização é iniciada a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que possibilitou a ideia de descentralizar a educação, em que no seu artigo 211, apresenta a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, e Municípios, em regime de colaboração; posteriormente com a Emenda Constitucional (EC) nº 14, de 1996 (Brasil, 1996a), surgiu a implantação do FUNDEF (Brasil, 1996c). Esta tendência foi confirmada pela nova LDB (Brasil, 1996b). A municipalização no Estado de São Paulo se deu pela implementação do convênio estado-municípios e com a publicação do

Decreto Estadual nº 40.673 (São Paulo, 1996a), quando se iniciam as transferências de escolas, professores e alunos da 1ª a 4ª séries para a redes municipais.

A municipalização do ensino no Brasil contribuiu para maior autonomia local, participação da comunidade, ampliação do acesso à educação, especialmente em áreas mais distantes e desfavorecidas, onde a presença do poder público local pode ser mais efetiva na oferta de escolas e descentralização administrativa. No entanto, a municipalização pode apresentar desafios e dificuldades, tais como: desigualdades regionais, falta de recursos, dificuldades de gestão e descontinuidade de políticas públicas e a centralização de decisões na esfera municipal com pouca participação e controle social. Diante destes marcos legais e históricos e dos encaminhamentos políticos, vão se alterando os diversos tipos de Estado e de governo, definindo-se quanto ao papel da localidade na administração pública brasileira e repercutindo em âmbito estadual e municipal na questão educacional.

2.1.7. *Accountability*

Afonso (2012) apresentou uma crítica à utilização da *accountability* na educação, argumentando que ela tem sido aprisionada pelas lógicas do pensamento único, neoconservador e neoliberal. Afirma que a visão predominante é a de que a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização são capazes de resolver os déficits de qualidade na educação pública e “o significado do vocábulo *accountability* indica frequentemente uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de prestação de contas que, pelo menos implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes” (Afonso, 2012, p. 472).

No contexto dos Estados Unidos e de outros países, a *accountability* em educação é estruturada de forma similar, com base em testes padronizados de alto impacto, gerando sanções e intervenções das autoridades para escolas, professores e estudantes. O autor argumenta que há alternativas, como uma "*accountability* inteligente" fundamentada em valores, que promove a confiança nos professores, nas escolas e se baseia em procedimentos e instrumentos de avaliação mais sofisticados e diversificados, não exclusivamente em exames externos. Neste sentido, a *accountability* em educação, continua a se estruturar como: “avaliação externa baseada em testes standardizados estaduais e/ou nacionais, explicações privadas para superar défices da escola pública,

publicitação dos resultados e *rankings* escolares, responsabilização das escolas, dos gestores.” (Afonso, 2012, p. 474).

Afonso (2012) propõe pensá-la de forma alternativa, fundamentada do ponto de vista teórico-metodológico, político e axiológico, pressupondo relações e conexões abertas, “a participação, o *empowerment*, o direito à informação, a transparência e a justiça, entre outros.” (Afonso, 2012, p. 478). Destaca três dimensões: a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, afirmando que elas devem primar pelos princípios do diálogo, inclusão, deliberação coletiva; da prestação de contas, com a informação e justificação; já a responsabilização faz distinção entre responsabilidade e culpa; sendo que a responsabilidade é partilhada e culpa não deve ser individual, mas ela é de origem estrutural. O autor conclui chamando a atenção para que as configurações sejam mais democráticas e progressistas no conceito de *accountability*, na busca da interação entre avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Em um de seus artigos, Afonso (2019) trouxe que a relação entre regulação, governança e *accountability* é complexa. Ao longo da história, o Estado tem assumido o papel de regulador em diversos setores da vida social, buscando controlar a sociedade e o mercado. No entanto, com o avanço das agendas globais e as mudanças na economia de mercado, muitos países têm redefinido as funções tradicionais do Estado, resultando em uma retração das políticas públicas e em um Estado mínimo²⁸.

Segundo Afonso (2019), a partir do ano 2000, houve um reforço dos investimentos públicos em segurança interna, indústria bélica e mecanismos de vigilância. “Os direitos humanos parecem que deixaram de ser (pelo menos por agora) estrategicamente convocados para justificar decisões de algumas das principais potências mundiais, ao contrário do que foi usual noutras situações” (p. 3). O autor aponta que a democracia tem sido fragilizada em alguns lugares, pois “algo de estranho acontece também quando, lógicas atuais do capitalismo mais agressivo e da simultânea retração e fragilização da democracia representativa são os próprios poderes dominantes que abrem brechas nas regras estruturantes do neoliberalismo” (Afonso, 2019, p. 3). No entanto, setores econômicos como o financeiro ainda têm condições de expansão com “a conivência ou mesmo indução do Estado, ainda que esse poder de regulação possa ser mitigado ou se

²⁸ “Estado Mínimo nada mais é do que o entendimento que o papel do estado na sociedade deve ser o mínimo possível para que o Estado consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando apenas nas mãos de iniciativas privadas funções consideradas não essenciais.”. (Lima, 2020, p.3).

exerça por delegação, como acontece com a proliferação de agências reguladoras.”. (Afonso, 2019, p.3).

A regulação também tem se tornado mais complexa e polissêmica com o surgimento do capitalismo cognitivo e da nova economia do conhecimento. A governança tem se diferenciado da governação tradicional, envolvendo uma diversidade de atores em processos regulatórios que não se referenciam exclusivamente ao Estado nacional. “Há, portanto, articulações e interfaces complexas e contraditórias entre governança e regulação” (Afonso, 2019, p. 5). O autor expõe ainda que a regulação tem se estendido para além da economia, abrangendo bens e serviços coletivos, como saúde e educação. No entanto, a regulação muitas vezes ocorre em contextos políticos ambíguos e com intencionalidades difusas e contraditórias, tornando difícil compreender as verdadeiras motivações por trás de algumas propostas.

Para Afonso (2019, p.7), “o Estado regulador, na medida em que está mais interessado nos resultados do que nos processos, não se distingue, no tocante à avaliação do Estado avaliador. A avaliação é aqui claramente assumida como um instrumento de regulação”. O Estado avaliador exerce a regulação mediante exames ou testes externos estandardizados e com comparação de resultados. Ultimamente, “um dos aspectos mais expressivos dos novos modos de regulação no campo da educação, num número cada vez maior de países, está relacionado à mudança de uma regulação baseada em objetivos definidos a priori para uma regulação fundamentada em resultados” e é nominada “como regulação baseada no conhecimento ou regulação pós-burocrática, de que o *Programme for International Student Assessment (PISA)* é o exemplo mais conhecido e com maior impacto”. (Afonso, 2019, p. 8).

Para Afonso (2019), a *accountability*, entendida como dispositivo de regulação, tem contribuído para transformar os modos de regulação na educação. Com uma amplitude maior do que a avaliação, a *accountability* pode ser eficaz na busca de objetivos convergentes com o funcionamento do sistema capitalista, com concepções específicas de democracia política e com a indução de padrões de coesão social. A relação entre regulação, governança e *accountability* é, portanto, complexa e multifacetada, sendo importante compreender as nuances e dinâmicas envolvidas nesse contexto.

Mello (2020) apresenta o termo *accountability*, suas implicações no contexto das reformas educacionais a partir dos anos 1990, envolvendo a avaliação estandardizada com viés economicista e destaca seu papel nas avaliações em larga escala nacionais, no Uruguai e Brasil. O autor aponta que *accountability* é um termo considerado em

movimento de origem anglo-saxônica e sua tradução não encontra um único termo que se adéqua ao seu significado como um todo. Na busca de entendê-lo, é comum o seu uso como equivalente à prestação de contas, controle ou responsabilização, está mais afeto à ciência política e administração pública e sua recorrência se deu, principalmente, a partir do processo de requerer, democraticamente, as evidências sobre a gestão e seus resultados dos serviços públicos, e que a necessidade de controle de poder e exigência de transparência do poder público são, por muitas vezes, mencionadas como fatores em defesa da *accountability*.

No entanto, sabe-se que a democracia pode ser cooptada como um valor de mercado, em que o cidadão é visto como consumidor e exige a prestação de serviços com eficiência (econômica ou política). A necessidade de controle e evidências de resultados sobre os serviços públicos com iniciativas de desenvolvimento de instrumentos de *accountability*, na educação se nota a evidência de uma obsessão avaliativa a serviço do modelo gerencial. Mello (2020) aponta que Freitas (2007) é um crítico da influência empresarial na educação brasileira, vista como mais uma área lucrativa com a perspectiva para o desenvolvimento do capital, na perspectiva de capital humano e de sua concepção como mercadoria. Assim, “no Brasil, empresários têm tomado a frente das reformas educacionais, induzindo o que e como se deve ensinar, de forma a, muitas vezes, orientar o sistema educacional segundo a lógica do mercado com vistas à privatização.” (Mello, 2020, p. 132). Na questão internacional a autora ainda traz que

O processo de internacionalização ocorre por meio de imposição direta e indireta, geralmente órgão de financiamento, apresenta suas orientações como condicional ou como apoio para a adoção nos países. As influências e implicações por disseminação de investigações e ideias se dão através de estudos que: a) têm o conteúdo premeditado; b) se lançam em um momento oportuno; e c) cujos atores internacionais pregam. (Mello, 2020, p.137).

Assim,

pode-se considerar que os documentos de orientações do Banco Mundial, Preal, Clad, OCDE, BID tendem a seguir essa linha de influenciar e induzir para além de orientar, que podem implicar imposições diretas ou indiretas, principalmente, quando há empréstimos aos países com menor índice de desenvolvimento, embora tais países não tendam a manter linearmente estas diretrizes” (Mello, 2020, p.140).

E autora, com seu estudo em dois países, Brasil e Uruguai, informa que “estes desvelaram os processos de adoção de *accountability* educativo como instrumento integrante de suas reformas educacionais” (Mello, 2020, p.140).

Araújo, Costa e Zientarski (2023) apresentaram uma crítica às políticas de responsabilização e avaliação implementadas em alguns estados do Brasil, como Ceará, Paraíba e Pernambuco, que utilizam testes padronizados para avaliar o desempenho escolar e distribuem prêmios com base nesses resultados. Essas políticas são consideradas *high stakes*²⁹ e têm implicações significativas para os agentes educacionais, como gestores, professores e alunos. Tais iniciativas apresentam ligações com a questão de *accountability* presente nas reformas educacionais em muitos países, efetivando-se como mecanismos de responsabilização, de avaliação e de prestação de contas sobre as escolas. E no cenário nacional foi impulsionado com o advento do IDEB.

Os autores argumentaram que as reformas educacionais baseadas em *accountability*, ou responsabilização, têm levado a uma lógica gerencialista na educação, na qual o mérito pelo sucesso ou fracasso da escola é atribuído aos gestores, professores e alunos. Isso tem levado a uma ênfase na preparação dos estudantes para os testes, em detrimento de uma educação que respeite a maturidade, ritmo e necessidades afetivas das crianças. A preocupação com a formação da subjetividade e identidade dos estudantes é deixada de lado, em prol dos resultados nos testes e *rankings* de desempenho.

A política cearense, “em seus sistemas oficiais, aplica testes ou procedimentos padronizados para avaliar a aprendizagem, e emprega critérios que determinam se as escolas apresentam desempenho desejável ou insuficiente.” (Araújo; Costa; Zientarski, 2023, p. 2). E “a preocupação com a qualidade da Educação, mensurada e creditada por testes avaliativos, marca uma nova era: a era da *accountability* e de propagação de um discurso auspicioso para fins de melhoria no Ensino escolar”. (p. 4). Não há como negar que a lógica gerencialista está enredada nas políticas de responsabilização e avaliação que têm sido implementadas, em detrimento de uma abordagem que considere o desenvolvimento integral e as necessidades das crianças.

Lagares e Bearzi (2023) analisaram uma crescente implantação de medidas de *accountability* na educação básica identificadas com políticas de regulação por resultados, em duas capitais de estados brasileiros. No Brasil, uma das políticas presentes

²⁹ “que funciona como uma responsabilização forte ou responsabilização forte (*high stakes*) que traz consequências materiais.” (Oliveira; Carvalho; Tavares; 2020, p. 2.057).

na escola e sistemas de ensino com divulgação de resultados é a avaliação de desempenho dos estudantes articulada com outras medidas de *accountability*, que traz a prestação de contas e responsabilização. Empreendidas desde os anos de 1990, vem gerando novas formas de gestão educacional, seguindo a pauta da eficiência, eficácia, flexibilidade e transparência na perspectiva de regulação orientada por resultados.

Certificou-se as alterações ocorridas em cada capital, onde grande parte demonstrou e reuniu indícios de algum benefício na participação e controle social, como conselhos escolares e eleição de diretores. No entanto, as político-institucionais, identificadas com políticas de regulação por resultados, tendem a se servir da centralização do poder e provável colisão com a participação social. Diante das medidas de *accountability*, com avaliação e prestação de contas, pavimentam caminho para medidas de responsabilização, especialmente por meio do expediente das premiações.

Os sistemas próprios de avaliação externa ressoam sobre aspectos administrativos, políticos e pedagógicos, indicando o controle educacional exercido via sistema nacional de avaliação, a despeito dos trabalhos formulados por alguns segmentos da sociedade. “Embora distintos, são ângulos de visão que realçam a centralidade da avaliação externa na política educacional das capitais pesquisadas, configurando-se em mecanismo de regulação e controle que tem nos resultados um fim em si mesmos.” (Lagares; Bearzi, 2023, p. 16). Entende-se que as diretrizes e condições institucionais de participação e controle social não têm sido impeditivos para o modelo da política de avaliação externa e das atuais políticas educacionais.

Com base nas produções acadêmicas aqui apresentadas, é possível inferir que *accountability* pode ser entendido como um instrumento de acompanhamento, regulação e responsabilização. Para tais ações, as avaliações são mecanismos para a busca de dados e geração destes resultados, especialmente na área educacional, com influências de organismos internacionais com visão neoliberal. Neste sentido, o IDEB cumpre o seu papel institucional acumulando os dados desde 2007, com edições a cada dois anos e se impõe tanto na credibilidade quanto na qualidade da educação. Porém, a responsabilização recai sobre as escolas, sistemas de ensino e profissionais da educação, sendo que os mesmos não elaboram as provas, não são ouvidos, não as corrigem e os resultados são publicados diretamente pelos órgãos centrais da União, demonstrando o gerencialismo.

Até o momento, foram apresentadas informações com o objetivo de situar o leitor no contexto histórico e na sustentação legal da municipalização do ensino no Brasil, no

estado de São Paulo e no município de São José do Rio Preto e também do IDEB e, alcançado tal objetivo, é possível inferir que a efetivação das políticas públicas de municipalização e de qualidade da educação básica não permitem aos gestores responsáveis por sua efetivação nas redes municipais optar entre aderir ou não aderir a essas políticas, o que remete à possibilidade da utilização do conceito de *accountability* para a análise de outras informações, no caso as coletadas junto ao campo empírico.

Desse modo, apresento aqui a interpretação de *accountability* dada por alguns expoentes do assunto, bem como o conceito que essa pesquisa utilizou para o termo *accountability*.

Seção 3: Atribuições legais do Secretário Municipal de Educação de SJRP e o conceito de *accountability*

Atribuições legais referem-se às responsabilidades, deveres e poderes conferidos a uma pessoa, organização ou entidade por meio de lei. O cargo de Secretário Municipal é de inegável relevância, suas atribuições constam de leis, regulamentos ou documentos legais, que definem claramente o que ele está autorizado a realizar e, no caso de Secretário Municipal de Educação, estão relacionadas à organização da educação e ao apoio às atividades pedagógicas, dentre outras. Quanto ao termo *accountability*, *ele* não tem uma tradução específica para o português, mas é utilizado especialmente no contexto das organizações públicas e é um conceito importante quando se fala em participação democrática.

Desse modo, apresento aqui a sustentação legal para os ocupantes do cargo de Secretário de Educação na Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto (SME-SJRP) e a interpretação de *accountability* dada por alguns expoentes do assunto, bem como a interpretação que essa pesquisa utiliza para *accountability*.

3.1. Atribuições legais do Secretário Municipal de Educação de SJRP

A Lei Orgânica nº 1, de 03 de abril de 1990 (SJRP, 1990), trata da organização do município e fica nela clara a importância dela pelo que consta em seu artigo 1º: “O Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, dotada de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos da Constituição da República, reger-se-á por esta Lei Orgânica” (SJRP, 1990, p.1). Importante observar que não aparece o judiciário na autonomia e aqui discorro sobre o poder executivo, cuja lei citada traz em seu artigo 55 que “O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais e pelos Administradores Regionais e Distritais” (SJRP, 1990, p.20). Em seu artigo 70, expõe que “São auxiliares diretos do Prefeito: I - os Secretários Municipais;” (SJRP, 1990, p.26.). As atribuições e responsabilidades do cargo de Secretário Municipal aparecem nos artigos 73 e 74 que vão nortear e delimitar sua atuação:

Art. 73. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretário:
I - subscrever atos e regulamentos referentes à sua área de atuação; II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos; III -

apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por sua Secretaria; IV - comparecer à Câmara, sempre que convocado pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais. § 1º As leis, atos e regulamentos relativos aos serviços públicos autônomos e às autarquias, serão referendadas pelo Secretário a cuja área de atuação corresponderem. § 2º A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, constituirá falta grave, importando responsabilidade.

Art. 74. Os Secretários são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que referendarem, ordenarem ou praticarem” (SJRP,1990, p.27).

Observa-se aqui a responsabilidade do chefe do executivo ao nomear os seus Secretários, pois eles terão a incumbência de regulamentar e expedir instruções relativas à sua pasta de atuação, que conduzirão a política pública local. Os Secretários poderão ser chamados pelo poder legislativo para explicação e prestação de contas de seus atos e o seu chefe, no caso o prefeito, responde solidariamente. Na mesma lei, em seu artigo 65, consta que “O Prefeito poderá delegar, a seus auxiliares, por decreto, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XIV, XXIII, XXVI e XXXVII, do artigo 64 desta Lei Orgânica” (SJRP,1990, p. 25).

No ano 2000, foi criado o Sistema Municipal de Ensino, conforme Lei 8053/00 (SJRP, 2000a), que trata da constituição do mesmo e, em seu artigo 11, que define as competências da Secretaria Municipal de Educação:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III - baixar normas complementares para as escolas do Sistema de Ensino Municipal; IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental regular e educação de jovens e adultos, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino; VI - homologar os pareceres e deliberações do Conselho Municipal de Educação e aprovar seu Regimento; (SJRP, 2000a, p.5).

Verifica-se a amplitude de ações a serem normatizadas e ou regulamentadas para além das escolas da rede municipal e a observação dos recursos financeiros vinculados pela Constituição Federal (Brasil,1988) e as políticas educacionais integradas aos planos Educacionais Federal e Estadual. Diante deste arcabouço legal, no ano de 2011, foi expedido o Decreto 15.961 (SJRP, 2011i), que aprova o Regimento Interno³⁰ da

³⁰ O último Decreto de alteração do Regimento interno foi o de número N° 18.475 de 17 de dezembro de 2019 (SJRP, 2019b) e quanto as atribuições do Secretário no artigo 4º, não houve alterações.

Secretaria Municipal de Educação. Em seu artigo 4º define as atribuições do Secretário Municipal de Educação:

I-Ordenar as despesas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação;II-Aprovar projetos que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino; III-Definir as ações inerentes à formulação da Política Educacional do Município, em consonância com as diretrizes emanadas dos órgãos integrantes dos sistemas de ensino em níveis federal e estadual; IV-Representar a Secretaria Municipal da Educação, oficial e extra-oficialmente; V-Propor a celebração de convênios, contratos, acordos e ajustes, observando a legislação pertinente; VI-Administrar a Secretaria, praticando os atos necessários a supervisão das ações, serviços e gestão do patrimônio; VII-Assinar quaisquer atos que gerem obrigações e direitos para a Secretaria; VIII-Expedir Resoluções, estabelecendo mecanismos e normas que visem a racionalização e ao ordenamento das atividades e serviços da Secretaria; IX-Criar grupos de trabalho e ou comissões para execução de atividades de caráter transitório; X-Indicar os servidores que serão providos com funções gratificadas e cargos em comissão, para aprovação do Prefeito Municipal; XI-Administrar, controlar e estabelecer diretrizes para o funcionamento das unidades operacionais da Secretaria Municipal da Educação; XII- Delegar competências aos subordinados, dentro de suas atribuições legais, solicitando parecer técnico quando necessário; XIII-Coordenar, orientar e supervisionar as atividades de finanças e administração (SJRP, 2011i, p. 2-3).

O Secretário Municipal de Educação passa a ser também ordenador de despesas a partir de 2011, celebrar convênios, coordenar as atividades de finanças e toda a parte pedagógica consoante às políticas educacionais instituídas a esta altura que, com a municipalização, supera a simples oferta de vagas, exigindo também a melhoria da qualidade da educação, que no caso dos anos iniciais do ensino fundamental, que se expressa principalmente nas metas propostas pelo IDEB.

Diante do exposto, são muitas as atribuições do Secretário de Educação, pois envolvem diversas leis educacionais, administrativas, financeiras, atos de organização das escolas municipais, privadas, conselhos e convênios, além de integrar uma equipe de governo com as outras secretarias de governo local, que deverão estar articuladas para a execução das políticas públicas. Já ao aprovar e propor a celebração de convênios com os órgãos dos sistemas de ensino em níveis federal e estadual ou entidade privada, deve visar à melhoria da qualidade do ensino, como no caso do IDEB e da municipalização do ensino, e estabelecer ações necessárias na implementação das políticas educacionais, que estão sob sua responsabilidade.

3.2. O conceito de *accountability*

Para Pederiva (1998, p.17), “*accountability* do setor público vincula-se, em sentido amplo, ao conhecimento das informações relevantes para tomar decisões. O governo democrático deveria ser passível de fiscalização para assegurar sua integridade, desempenho e representatividade”. Para Bresser-Pereira (2002, p.14) “A descentralização envolve geralmente o aumento da participação política ou o uso do controle social ou de mecanismos sociais de *accountability*” e que “Quando as políticas públicas estão sob a responsabilidade do poder do governo central, a *accountability* social é, por definição, precária”. Para Espinoza, o termo *accountability*

foi traduzido ou usado como fiscalização, responsabilização ou controle, embora o uso mais aceito e, por conseguinte, mais difundido, seja o da prestação de contas. Assim, cumpre fundamentalmente aos governantes e tomadores de decisões, ao assumirem uma responsabilidade pública, a obrigação iniludível de prestar contas da atuação, do manejo dos recursos públicos, ou ainda do cumprimento de programas prioritários para o conjunto ou algum setor da população (Espinoza, 2012, p. 16).

Portanto, fica evidente que as políticas públicas passarão por mecanismos de acompanhamentos e prestação de contas, após a descentralização delas. E haverá a obrigação dos governantes e gestores de prestar contas da atuação no manejo dos recursos públicos e do cumprimento de programas, podendo ser passível de fiscalização e, por conseguinte, podendo ocorrer a responsabilização.

Para Afonso (2012, p.472), “*accountability* indica frequentemente uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de prestação de contas”. Ele aponta ainda para questão da regulação, afirmando que “A entrega das tarefas de regulação a entidades independentes do Estado passou a dirigir-se também a muitos outros domínios para além da economia em sentido restrito, alargando-se a bens e serviços coletivos, como é o caso da saúde e da educação” (Afonso, 2019, p. 6). O mesmo autor demonstra que na área educacional ela se expressa por meio de: “avaliação externa baseada em testes estandardizados estaduais e/ou nacionais, explicações privadas para superar défices da escola pública, publicitação dos resultados e *rankings* escolares, responsabilização das escolas e dos gestores” (Afonso, 2012, p. 474). Neste sentido, o Estado passa a ser um Estado Regulador “na medida em que está mais interessado nos resultados do que nos processos, não se distingue, no tocante à avaliação do Estado avaliador. A avaliação é aqui claramente assumida como um instrumento de regulação.” (Afonso, 2019, p. 7).

Nesta mesma perspectiva de *accountability* na área educacional, Schneider e Nardi (2015, p.72) abordam que:

A adoção de critérios de qualidade pautados em processos de avaliação como o descrito neste texto tem sido sinalizadora de por onde correm as opções nos modos de governação transnacional. Para além dessa problemática, importa aqui chamar atenção para o fato de esses sistemas de avaliação terem se tornado a porta de entrada e o esteio de políticas ou sistemas formais de *accountability*, embora não se trate de um fenômeno estranho ao curso assumido pelas políticas educacionais filiadas à “nova gestão pública”. Na sua fase transitória, alimentada pela lógica capitalista vincada em um novo modelo de administração pública, o Estado confirma sua centralidade no controle da educação pela incorporação de novas funções aportadas na intensificação do controle pelos resultados, sob os auspícios de um Estado que, em seu estágio atual, caracteriza-se como um Estado-avaliador. Esse novo modelo, já consolidado no atual contexto econômico e educacional, permite identificar outra conformação em curso, pautada na maximização das leis do mercado, na legitimação das desigualdades locais, nacionais e internacionais, e na intensificação e diversificação de novas e cada vez mais sofisticadas formas de avaliação educacional.

Pelo exposto, a política avaliativa configurada nos moldes de *accountability*, tornar-se-á uma constante no meio educacional, com respaldo internacional e valorização. Diante deste cenário, Freitas (2013) apresenta algumas reflexões: “Por mais que possamos concordar ou não com as políticas de avaliação associadas à *accountability*, não está nesta sala e nem na Academia o foco das decisões”. (Freitas, 2013, p.348). Ele faz críticas “à *accountability*, não à avaliação – vamos separar bem. Uma coisa é a cultura de avaliação que defendemos, outra coisa é a cultura da auditoria que a *accountability* traz”. (Freitas, 2013, p.350). Mais adiante, faz alguns apontamentos:

Por que a *accountability* chega neste momento com essa força? Por que a cultura da auditoria se sobrepõe à cultura da avaliação, modulando-a, aprisionando-a? Essa mistura de *accountability* com avaliação, a meu ver, vai ser danosa para a área de avaliação, porque, inclusive, não entrará na área da educação. Continuará fora da área da educação se for colocada dessa maneira. Na área da educação não existe ganhador e perdedor. A área da educação é área de direito, e área de direito não tem ganhador e perdedor. A área do mercado, sim. Eu jogo na bolsa, sei que posso ganhar e posso perder. E se perder, não tenho direito de reclamar, assinei até um contrato. Se eu investir 100 e cair para 70, o problema é meu. Faz parte do jogo. O mercado lida dessa forma. Na área da educação, não pode haver perdedor. O problema começa aí: a lógica de funcionamento não se adapta à lógica da área educacional porque não podemos conviver com perdedores. A questão é como evitar os perdedores, como não gerar perdedores. Isso vale para o aluno, para o professor, para a escola, para todo o sistema. O que mais nos choca é levantar uma placa de IDEB na porta da escola (Freitas, 2013, p.360).

As avaliações vão ganhando novas perspectivas para além das de sala de aula e, neste sentido, ao se juntar com os dados de aprovação do censo escolar, temos o IDEB,

já que para Abreu (2010), seria necessário a construção de um indicador, uma forma de *accountability*, conforme afirma:

A criação de um indicador nacional era necessária para que se construísse um sistema de *accountability* não somente da política federal de educação, mas de todos os entes federativos, tornando possível a todos os cidadãos acompanhar o desempenho da educação de sua cidade e até mesmo da escola em que seus filhos estão estudando. No caso do Brasil, o IDEB foi, também, utilizado para estabelecer metas para redes e escolas (Abreu, 2010, p. 137).

Dessa forma, é possível inferir que o IDEB passa a ser visto como mais um mecanismo de *accountability* na educação, uma vez que o IDEB permitiu a possibilidade de a população acompanhar o desempenho da educação em sua cidade e escolas, com a divulgação dos resultados pela imprensa e sites, o que é uma maneira de transparência, mas também de responsabilização dos resultados alcançados no processo educacional. Portanto, o *accountability* está presente nas duas políticas aqui investigadas, considerando que ambas são iniciativas de âmbito federal e elas vão se espelhando nas legislações municipais demonstrando seu alinhamento a elas, e assim os Secretários Municipais de Educação ficam sujeitos aos mecanismos de *accountability*.

Na municipalização ou descentralização, é possível verificar este espelhamento, incumbência dada pelo prefeito ao dar posse para o Secretário de Educação, em 1997, “Na primeira conversa que tivemos, o prefeito me pediu dedicação prioritária a dois projetos que ele tinha em mente para a educação: a municipalização do ensino (que “não caminhava”, segundo ele) e a criação de uma escola do tipo americana”. (Faria, 2007, p.18). Na segunda política, o IDEB, verifica-se também o seu espelhamento, pois foi instituído pelo poder central e posteriormente incluído nos planos de educação. Nas atribuições dos Secretários constam a competência de “Ordenar as despesas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação” (SJRP, 2011i, p. 2) e, conforme o artigo 25 da lei orgânica municipal, “a Câmara Municipal poderá convocar Secretário Municipal para, pessoalmente, em Plenário, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos” (SJRP, 1990, p.10), e sujeitos a acompanhamentos das prestações de contas pelos tribunais de contas e conselhos, especialmente pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e posteriormente do FUNDEB e, com a questão do IDEB, com avaliações a cada dois anos, um suposto e entendido como aferidor da qualidade de ensino.

Seção 4. O campo empírico e a coleta de dados.

Esta seção tem por objetivo principal descrever: 1) as principais características do campo empírico investigado e 2) os principais aspectos relacionados à coleta de dados. O conjunto de informações aqui apresentado contribuirá para contextualização quanto à rede pública municipal de ensino sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto (SME-SJRP), em especial seus indicadores IDEB e sua localização geográfica em função do zoneamento municipal, bem como a compreensão do itinerário para a obtenção da amostra utilizada.

4.1. O campo empírico investigado

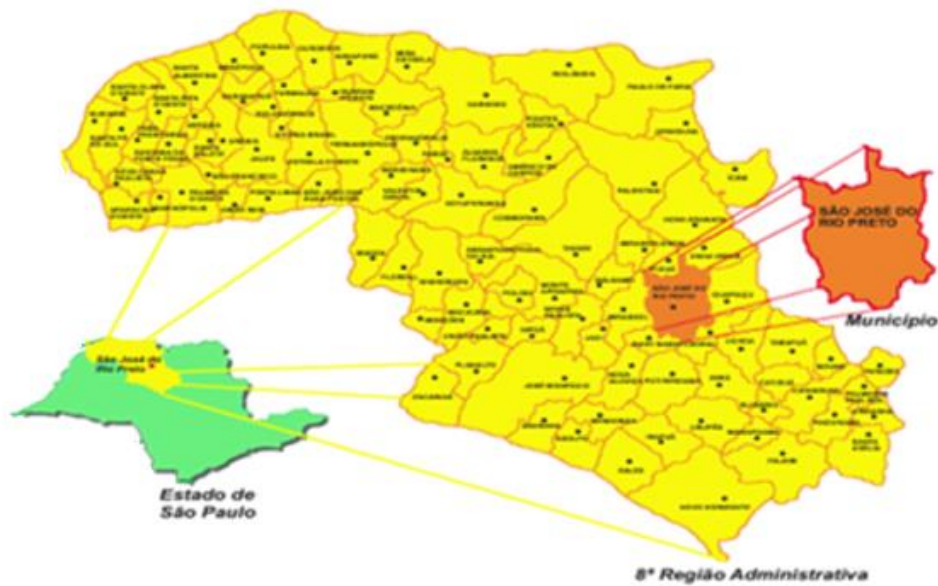
Aqui apresento alguns dados do município como: localização, rodovias, aeroporto, número de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aspectos educacionais referentes a São José do Rio Preto e a criação da região metropolitana.

4.1.1. O município de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto está localizado no interior do Estado de São Paulo, a 442 km da Capital. O município é “Sede da Região Metropolitana³¹ do Noroeste Paulista, é importante entroncamento rodoviário, cortada pelas rodovias Transbrasiliana (BR-153), Washington Luís e Assis Chateaubriand. Ocupa uma área de 431,963 km²”. (SJRP, 2022c). Possui um aeroporto denominado “Aeroporto Estadual Prof. Eriberto Manoel Reino. Por lá circulam, por ano, uma média de 770 mil passageiros e 520 mil quilos de carga” (SJRP, 2020a, p. 86). A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município no Estado de São Paulo.

³¹“Formada por 37 municípios: Adolfo, Bady Bassit, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Ibirá, Icém, Ipiruá, Irapuã, Jaci, José Bonifácio, Macaúbal, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, Sales, São José do Rio Preto, Severínia, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês e Zacarias.”. (São Paulo, 2022, p.1).

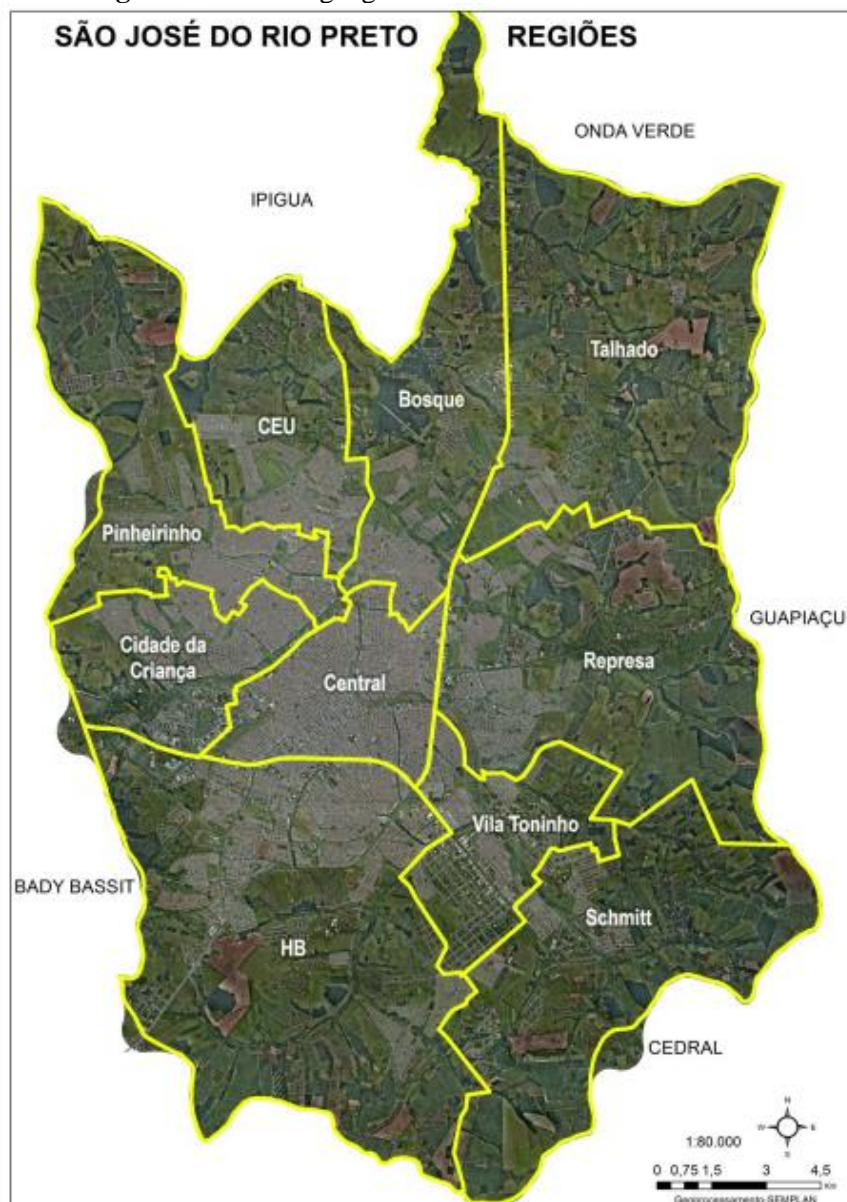
Figura 1 - Localização do município de São José do Rio Preto.



Fonte: Adaptado de SJRP (2020a, p. 15)

A população estimada é de 469.173 habitantes (Brasil, 2021). O PIB per capita de São José do Rio Preto é de R\$ 40.204,08 (Brasil, 2021). O IDH no ano de 2010 era 0,797 (Brasil, 2021). O Decreto nº 18.073 (SJRP, 2018c) institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões. Em seu artigo 1º, “Fica instituída a Divisão Geográfica da Área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e passa a ser referência obrigatória para a Administração Pública Direta e Indireta” (SJRP, 2018c, p.1). No artigo Art. 2º, aparecem as delimitações e os nomes dados às mesmas, “ficam delimitadas conforme segue: Bosque; Central; CEU, Cidade da Criança, Pinheirinho, Talhado, Represa, HB, Vila Toninho e Schmitt” (SJRP, 2018c, p.1). O anexo 1, do Decreto nº 18.073 (SJRP, 2018c, p.2) contempla esta divisão geográfica, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Divisão geográfica de São José do Rio Preto.



Fonte: SJRP (2018c, p. 2)

O portal da prefeitura destaca que “A cidade é um dos principais polos industriais, culturais, educacionais e de serviços do interior de São Paulo” (SJRP, 2022c). Na questão educacional é destaque e demonstra que

Os excelentes resultados da área de educação colocaram Rio Preto como a 2ª melhor entre as maiores cidades do país, de acordo com estudo da consultoria de gestão Macroplan, intitulado “Os Desafios da Gestão Municipal”, divulgado em fevereiro de 2020. O levantamento considerou as 100 maiores cidades brasileiras. Todas com mais de 250 mil habitantes (SJRP, 2022c).

Estes resultados são a aferição de alguns elementos como matrículas e notas dos alunos nas avaliações externas, como destaca o Jornal Diário da Região

O melhor desempenho obtido por Rio Preto foi no segmento educação, na segunda colocação, com índice de 0,677. Essa é a mesma posição do estudo divulgado há dois anos, mas a nota aumentou, já que naquela ocasião era 0,659. As cidades com melhor aferição no IDGM Educação (que reúne indicadores de matrículas em creche; matrículas em pré-escola, IDEB Ensino Fundamental 1 e IDEB Ensino Fundamental 2) são do interior paulista. Em primeiro lugar, aparece, assim como no ranking geral, Piracicaba, com índice de 0,684. As outras cidades são Praia Grande (0,666), São José dos Campos (0,664) e Jundiá (0,663). Para o economista Bruno Sbrogio, é uma boa notícia Rio Preto aparecer em posição de destaque, especialmente quando o assunto é educação. “Existe infraestrutura, distribuição de escolas, vagas e as notas dos alunos – embora ainda existam escolas que precisem melhorar – nos colocam acima da média” (Mirella, 2020, p.3).

Percebe-se que além dos indicadores, o economista também reconhece e aprova os resultados, porém aponta que ainda há necessidade de avanços. A seguir trago os números de alunos atendidos na Educação Básica no município, alocados na rede Municipal, rede Estadual e rede Privada. A Conjuntura Econômica demonstra que no ano de 2019, “a rede municipal atendeu 19.372, crianças na faixa etária de 0 a 05 anos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, 21.218 alunos, sendo que 1.592 alunos pertenciam aos anos finais” (SJR, 2020a, p. 44). Já a rede Estadual “atendeu nos anos finais do EF 13.225 alunos e no Ensino Médio 10.457 alunos e a rede Privada 13.044, alunos no EF e no Ensino Médio 3.192 alunos” (SJR, 2020a, p. 43).

No Ensino superior, há várias instituições, como a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP) Pública Estadual, Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto – FATECRP - Pública Estadual, Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP, - Centro Universitário do Norte de São Paulo- UNORTE, - Faculdade Ceres - FACERES, Faculdade Uniterp - FACTERP, Instituto Superior de Educação CERES -ISE-CERES, União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO (UNILAGO, 2023). Além destas, estão presentes o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Câmpus de São José do Rio Preto – IBILCE – Unesp- (IBILCE, 2023), Universidade Paulista – UNIP/SJR – (UNIP, 2023), o Instituto Federal de São Paulo, Câmpus São José do Rio Preto (IFESP, 2023) e Universidade Aberta do Brasil – UAB – (SJR, 2023d).

Recentemente, ocorreu uma importante medida de ação política estadual, no âmbito regional, quando foi “criada a Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJR), por meio da publicação da Lei Complementar nº 1.359, de 24 de agosto de 2021” (São Paulo, 2022, p.1).

Assim, o município de SJRP demonstra sua importância e influência local, passando a ser polo de região e com a tendência para o desenvolvimento territorial ao longo dos anos, com suas rodovias, aeroporto e destaque na área educacional. Nesse sentido, caminharão neste estudo com foco nos anos iniciais do EF, na rede municipal de ensino, demonstrando como se deu a municipalização e o IDEB, dentro cada uma das 10 regiões geográficas instituídas no território do município.

4.1.2. A Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto (SME-SJRP)

A SME-SJRP organiza, planeja e assegura a execução da Política Pública Educacional do Município, como definido no Decreto nº 15.961 que traz

DA ORGANIZAÇÃO E DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

ARTIGO 2º - A Secretaria Municipal de Educação, órgão integrante da administração pública direta, tem por finalidade, no âmbito do Poder Executivo Municipal: I- Planejar, coordenar e avaliar as atividades educacionais do Sistema Municipal de Ensino assegurando a execução da Política Educacional do Município, em consonância com a política de ação da Administração Municipal e com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, do Conselho Municipal de Educação e em conformidade com o expresso no Plano Municipal de Educação de São José do Rio Preto; II- Administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da Secretaria Municipal de Educação; III- Oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental regular (SJRP, 2011i, p. 1).

O artigo 3º deste decreto descreve que compete:

I-Estabelecer normas pertinentes ao Sistema Municipal de Ensino; II- Controlar a qualidade do ensino público municipal; III- Fortalecer a gestão das unidades escolares, possibilitando graus progressivos de autonomia administrativa, financeira e pedagógica; IV- Prestar assistência técnica, superintendência, supervisão das unidades escolares municipais em parceria com entidades e particulares; V- Promover a atualização permanente dos recursos humanos, visando a contribuir para a melhoria de desempenho na execução das atividades educacionais; VI- Adotar mecanismos com vistas à minimização dos índices de evasão e de repetência; VII- Promover articulação com órgãos e entidades da administração pública e da iniciativa privada, visando à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem; VIII- Desenvolver programas com recursos próprios ou convênios referentes à alimentação escolar, transporte escolar, material didático e biblioteca escolar, visando contribuir para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem; IX- Planejar e promover o reordenamento e a expansão da rede física escolar, em atendimento à demanda, com rede própria ou em colaboração com o Sistema Estadual de Ensino e a Sociedade Civil Organizada; X- Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos para a capacitação dos recursos humanos que atuam na Rede Municipal de Ensino (SJRP, 2011i, p. 2).

Diante destas competências, é notória a importância deste órgão da Administração pública municipal que vai trabalhar e organizar a política educacional, com outros entes federativos, com o Sistema Municipal de Ensino, com os Conselhos, planejar a rede física escolar para a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental para a população. Desse modo, ela atua na Educação Básica e atendeu, em 2019, “116 escolas municipais e 17 escolas em parceria com a Sociedade Civil” (SJRP, 2019e, p. 49). Os alunos e classes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA estavam assim distribuídos:

Na educação infantil de 0 a 03 anos, atendeu 10.443 alunos, em 586 classes (33%); de 04 e 05 anos, atendeu 8.653 alunos, em 399 classes (23%); No EF, do 1º ao 5º ano, atendeu 19.426 alunos, em 705 classes (40%); do 6º ao 9º ano, atendeu 1586 alunos, em 51 classes (3%); Na Educação de Jovens e Adultos - EJA, 460 alunos, em 15 classes (1%); a somatória do número de classes corresponde a 1756 e total do número de alunos 40.568 (SJRP, 2019e, p. 50).

Portanto, o maior número de alunos é o dos Anos Iniciais do EF, pois o “número de alunos correspondia a 48%, o menor número de alunos está na EJA (1%) e os anos finais do EF (4%)” (SJRP, 2019e, p. 51). Assim, o maior número de alunos atendidos na rede municipal é o do EF do 1º ao 9º ano, atingindo 53%. Além destes, a Secretaria ainda supervisiona 21 escolas de Educação Infantil Privadas autorizadas que pertencem ao Sistema Municipal de Ensino, ou seja, “O município de São José do Rio Preto possui 21 Unidades Escolares de Educação Infantil particulares sob sua supervisão, atendendo 608 crianças de 0 a 5 anos, em períodos parcial e integral” (SJRP, 2021, p. 44).

Para atender a demanda de alunos da Educação Infantil e Ensino fundamental matriculados na rede municipal, a quantidade de professores conforme Projeto Educativo (SJRP, 2019e), correspondia a “2.254,” (p. 48). As escolas do Ensino fundamental participaram das avaliações externas promovidas pelo MEC/INEP e os resultados do município no IDEB, até o ano de 2019, constam na Tabela 8.

Tabela 8 - IDEB município SJRP – Resultados –Anos Iniciais e Anos Finais

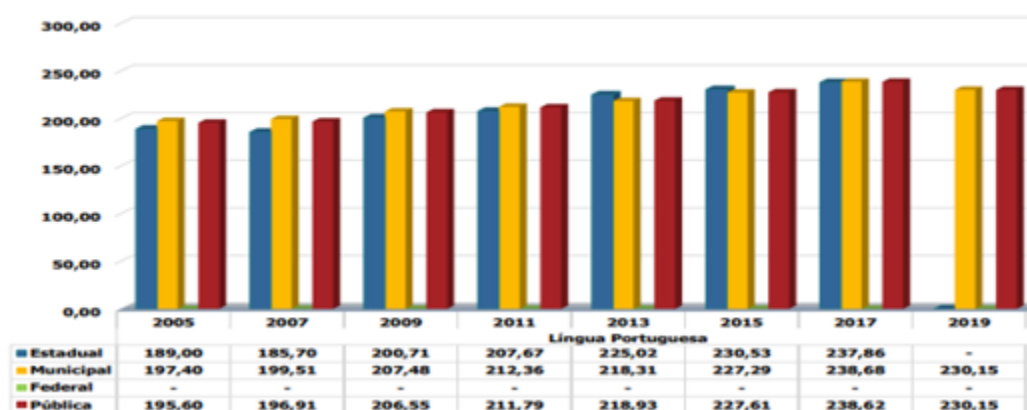
IDEB	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
A. Iniciais	5,2	5,5	5,9	6,1	6,3	6,7	6,9	6,7
A. Finais	3,3	4,1	4,5	4,0	4,0	4,8	4,9	4,7

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados nos anos iniciais demonstram crescimento constante ao longo das edições do IDEB, exceto no ano de 2019 nos iniciais e seu melhor resultado foi no ano de 2017. Sua evolução no período de 2005 a 2019 foi de 1,5 o que significa 29% de avanço. Os anos finais também apresentam evolução, porém, no ano de 2013, o índice ficou no mesmo patamar, ou seja, igual ao ano de 2011; sua evolução no período de 2005 a 2019, foi de 1,4 e nos anos de 2013 e 2019 não se atingiu a meta estabelecida pelo IDEB.

Em relação às notas da Prova Brasil de Língua Portuguesa dos anos iniciais, os resultados a partir do ano de 2005 estão demonstrados na Figura 3. Os dados foram considerados até o ano de 2019, período de recorte desta pesquisa.

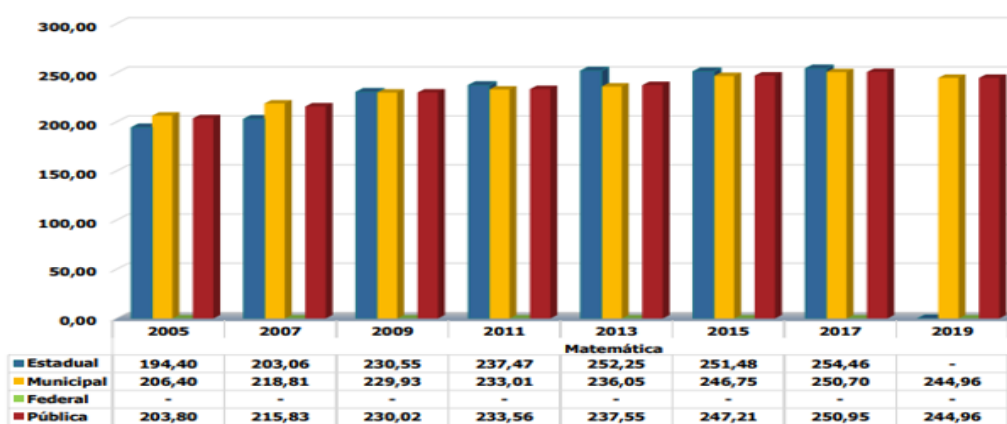
Figura 3 -Nota Prova Brasil – Língua Portuguesa



Fonte: São Paulo (2023a, p. 73).

Os dados apontam que os resultados evoluíram paulatinamente até o ano de 2017, observa-se uma queda no ano de 2019, e que a rede estadual já deixou de apresentar resultados no ano de 2019 e os resultados da rede estadual superaram o município apenas em 2013 e 2015 e tiveram resultados semelhantes em 2017.

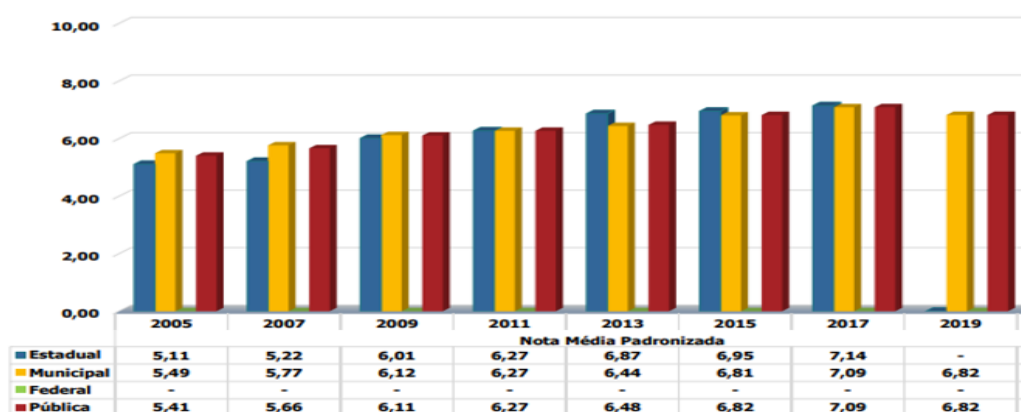
Em relação às notas da Prova Brasil de Matemática dos anos iniciais, os resultados a partir de 2005 estão demonstrados na Figura 4. Os dados foram considerados até o ano de 2019, período de recorte desta pesquisa.

Figura 4 -Nota Prova Brasil – Matemática

Fonte: Fonte: São Paulo (2023a, p. 72).

Os resultados em matemática cresceram paulatinamente até o ano de 2017. No ano de 2019, a nota da rede municipal foi inferior à do ano de 2015, podendo ser este um fator de queda do IDEB em 2019. Outro fato é que a rede estadual já deixou de apresentar resultados nos anos de 2019 e as notas da rede estadual superaram os da rede municipal nos anos de 2009 a 2017.

E ainda em relação às notas da Prova Brasil, na Figura 5, traz os resultados nota média padronizada³², (São Paulo, 2023a, p. 74).

Figura 5 - Prova Brasil – Nota Média Padronizada

Fonte: São Paulo (2023a, p.74).

³² “ N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino”. (Soares, Soares, Santos, 2023, P.5).

As médias padronizadas demonstram uma evolução constante até o ano de 2017, quando atingiu 7,09, demonstrando avanços no desempenho e na aprendizagem dos alunos. O resultado do ano de 2019 regrediu ao padrão de notas do ano de 2015, similar à nota de matemática como demonstrado na Figura 4, quando regrediu ao padrão inferior ao ano de 2015, que também influenciou na queda do IDEB do município.

Considerando que o fluxo dos alunos, ou seja, a aprovação é um dos componentes do IDEB, a Tabela 9 traz a porcentagem de aprovação de alunos nos respectivos anos das Prova Brasil.

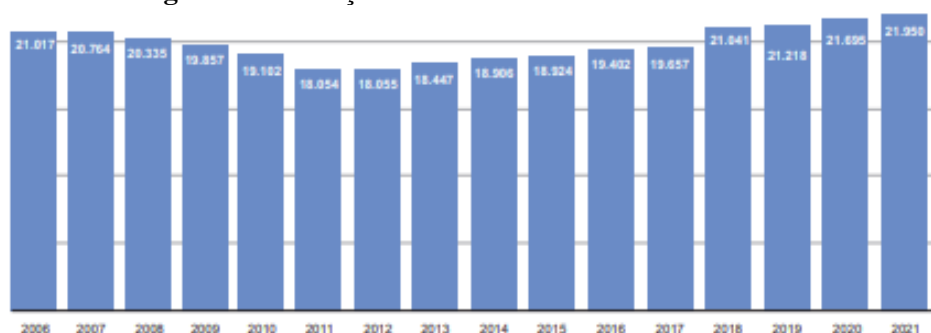
Tabela 9 – Fluxo de aprovação no município SJRP – Resultados – Anos Iniciais

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Aprovação	95%	96%	97%	97%	97%	98%	98%	98%

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os dados demonstram a evolução constante na questão do fluxo de aprovação até o ano de 2009 e se manteve até o ano de 2013, a partir de 2015 subiu e permaneceu com o mesmo fluxo até o ano de 2019 e que nesta questão de fluxo teve boa influência no resultado do IDEB, mantendo-se em 98%. Ao longo deste período, o total do número de alunos matriculados no EF ano a ano, na Rede Municipal de Ensino, aparece na Figura 6, a partir do ano de 2006 até 2021.

Figura 6 – Evolução do nº de atendimento de alunos no EF

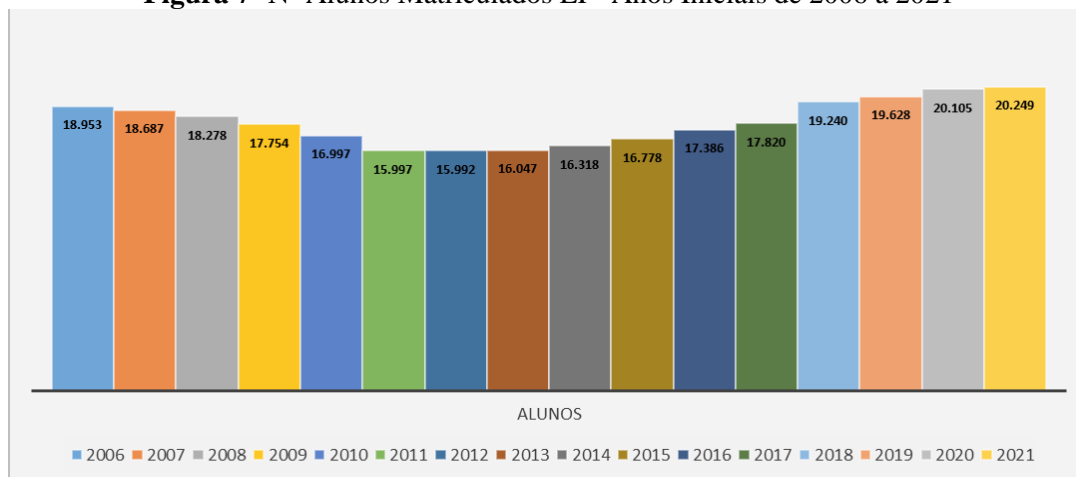


Fonte: SJRP (2022a, p. 45).

Os dados mostram que o número de alunos matriculados a partir do ano de 2018 até 2021, retornaram ao número de 21 mil alunos como o do ano de 2006 e o ano de menor número de matrículas foi no ano de 2011, com 18.054 alunos no atendimento do 1º ao 9º

ano. No entanto, como o foco desta pesquisa são os anos iniciais do EF (1º ao 5º ano), foi necessário trazer os dados de alunos matriculados, conforme a Figura 7.

Figura 7- N° Alunos Matriculados EF- Anos Iniciais de 2006 a 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de (SJRP, 2006a; 2007a; 2008a; 2009a; 2010a; 2011a; 2012a; 2013a; 2014a; 2015a; 2016a; 2017a; 2018a; 2019a; 2020a; 2021a; 2022a).

Os dados mostram que o menor número de alunos matriculados se deu nos anos de 2011 e 2012 e a partir do ano de 2018 atingiu 19 mil alunos, e há um crescimento até o ano de 2021 quando chegou a 20.249 no atendimento do 1º ao 5º ano.³³

4.1.3. O zoneamento, por região, de São José do Rio Preto.

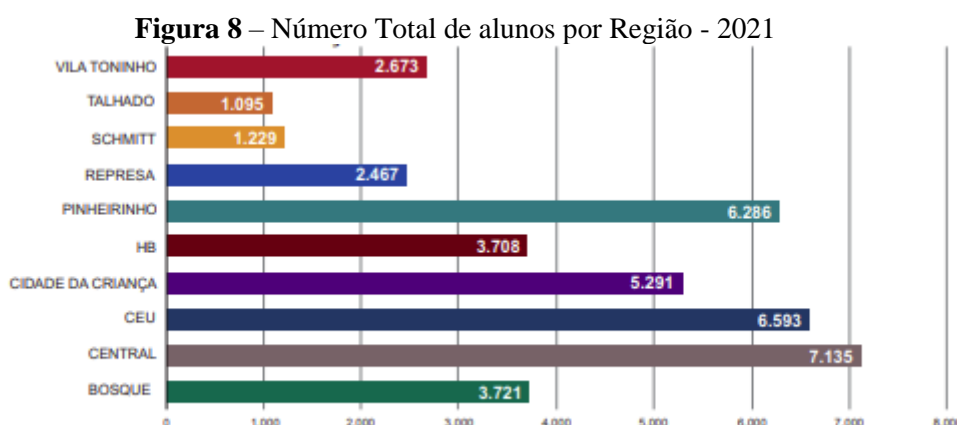
O Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018 (SJRP, 2018c) instituiu a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões. Em suas considerações ele traz:

Considerando a divisão geográfica da área do Município de São José do Rio Preto; Considerando que a regularização da divisão espacial, geográfica e administrativa de suas áreas urbanas e de expansão urbanas constitui importante instrumento de gestão, planejamento e de articulação das políticas públicas, sociais, econômicas e tributárias do Município; Considerando a necessidade de constituir uma única divisão, bem como potencializar o trabalho da Gestão Pública, com objetivo de integrar as ações no território; Considerando a formação dos setores Censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (SJRP, 2018c, p. 1).

³³ Não foi possível encontrar fonte com a divisão do número de alunos do EF por região.

Em termos de políticas públicas, esta divisão poderá levar às articulações das secretarias para levantamento e mapeamento de problemas em cada região e propor soluções, potencializando o trabalho da Gestão Pública, com objetivo de integrar as ações no território, uma vez que ela passou a ser referência obrigatória na administração municipal (SJRP, 2018c).

No ano de 2021, já é possível ter a visão do número de alunos matriculados na Educação Infantil, no Ensino fundamental da rede municipal e na Educação de Jovens e Adultos, nas 10 regiões administrativas do município, constante na Figura 8.

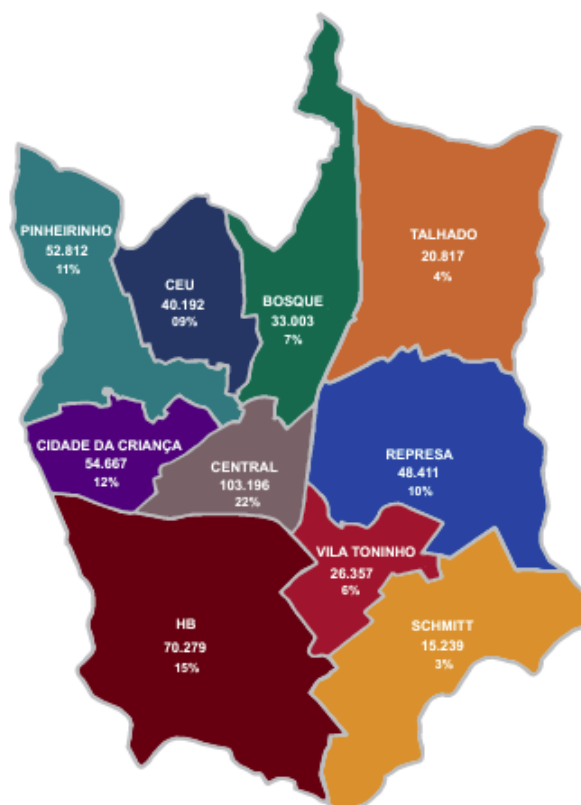


Fonte: SJRP (2022a, p. 46).

Verifica-se que a região com maior número de alunos matriculados é a Região Central, seguida pelas Regiões do Céu e Pinheirinho, já as menores são as Regiões de Talhado e Schmitt. A diferença de número de alunos da Região Central, a qual é a maior em matrículas, para a Região de Talhado, que é a menor em número de alunos matriculados, é de 6.040 alunos, número muito próximo também em relação à diferença da Região de Schmitt, é de 5.906 demonstrando a desigualdade da quantidade de alunos nestas regiões.

Estes são os números da SME-SJRP na atuação da Educação básica, na organização da oferta de vagas e na busca da melhoria da qualidade do ensino da Rede Municipal. A seguir descrevo mais sobre a lei de zoneamento, os dados de cada região e sobre as escolas de EF dos anos iniciais em relação às políticas de municipalização e do IDEB delas. A Figura 9 demonstra a distribuição da população nas 10 regiões do município, instituídas pelo Decreto nº 18.073 (SJRP, 2018c).

Figura 9 - Distribuição da população rio-pretense pelas regiões.



Fonte: SJRP (2021, p. 36)

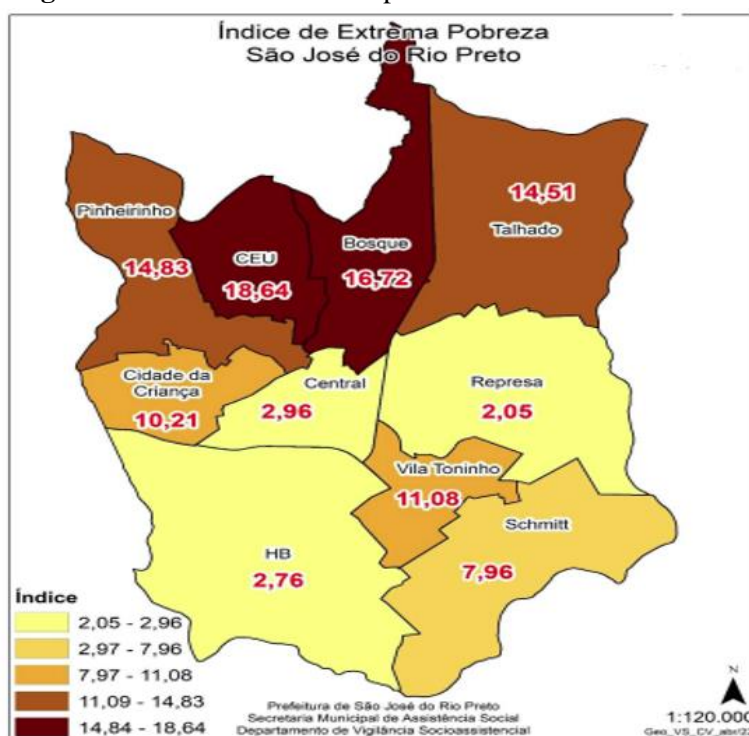
O site da Prefeitura de São José do Rio Preto (SJRP, 2022b) pode-se encontrar o documento de criação do Grupo Gestor Intersetorial:

Em outubro de 2018, a divisão geográfica se tornou parte fundamental de outro decreto, que trouxe em sua ementa: “Dispõe sobre a criação do Grupo Gestor Intersetorial e de Articulação das Políticas Públicas nas Regiões instituídas através da Divisão Geográfica da área do Município.” Assim, o decreto 18.138/2018 não só instituiu o atual Grupo Gestor Intersetorial como determinou sua atuação na articulação das políticas públicas em consideração aos territórios, com um objetivo principal: ampliar a oportunidade de acesso da população das 10 regiões a bens e serviços públicos, buscando soluções que contribuam para essa ampliação. O decreto determina que o GGI adote um modelo de gestão centrado na articulação e integração setoriais e que as políticas públicas considerem os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. A articulação intersetorial deve contribuir também com o planejamento do município e servir de base para a elaboração do PPA (Plano Plurianual), da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da LOA (Lei Orçamentária Anual) (SJRP, 2022b).

À medida que surgem os decretos e que as políticas são executadas, aparecem novas demandas nas ações e implementações das mesmas e elas acabam reverberando na necessidade de serem contempladas também nas leis de diretrizes orçamentárias.

O número de nascimentos é uma importante informação, “número de registros civil de nascimentos, em 2018 - 6.198; 2019 - 5.607, 2020 - 5.484”. (SJRP, 2021, p. 38) e diante desta nova visão, as secretarias elaboram as políticas públicas de atendimento das crianças, como, por exemplo, creches, postos de saúde e de assistência social. No documento denominado Diagnóstico Socioterritorial (SJRP, 2022d) da Secretaria Municipal de Assistência Social, destaco dois dados relevantes dentro desta perspectiva de trabalho. O primeiro é o mapa de extrema pobreza nas regiões, expresso na Figura 10.

Figura 10 – Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: SJRP (2022d, p. 20)

Verifica-se que o maior índice de extrema pobreza³⁴ está localizado na Região do Céu, com índice de 18,64 e a que possui menor número é a Região da Represa, com 2,05, pois os valores apontados nas regiões significam que quanto mais altos, é maior o número de pessoas nesta condição. A Figura 10 apresenta os números de cada região e suas necessidades de atenção para as incidências de extrema pobreza em seis regiões. Este índice supera os 10%; outra próxima a 8% e apenas três se encaixam na faixa de 2%.

³⁴ “O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.” (SJRP, 2022d, p. 18).

O segundo destaque do documento Diagnóstico Socioterritorial (SJRP, 2022d), a Figura 11 traz a extensão territorial de cada uma das regiões.

Figura 11 – Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: SJRP (2022d, p. 31)

A seguir apresento parte dos equipamentos educacionais de EF dos anos iniciais nas 10 regiões de SJRP, objetos deste estudo, e indicadores sociais. Para tanto, os dados na questão social são advindos dos trabalhos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, que participam mais ativamente e integrados do grupo de gestores intersetorial das 10 regiões geográficas da cidade, que dialogam com as comunidades locais, e mais os dados constantes da conjuntura econômica do município.

4.1.3.1. Região Bosque

Figura 12 - Região Bosque

Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região do Bosque possui uma área de “39.667,31 Km²” (SJRP, 2022d, p.31), faz divisa com a área central da cidade e se alonga para a periferia do município; “a estimativa de população residente de 33.003 habitantes” (SJRP, 2021, p.36), o que corresponde a 7% da população de SJRP e seu Índice de Extrema Pobreza (IEP) é de “16,72” (SJRP, 2022d, p.20), isto é, o segundo maior entre as 10 regiões e oito vezes superior se comparado ao da região da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p.20), que é o menor deles. Assim, a cada cem habitantes desta região, aproximadamente 17 estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, a Região do Bosque contava com três escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: duas escolas, no caso, a EM Regina Mallouk Prof.^a e EM Rubens Cintra Damião Prof. foram municipalizadas via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e nesta região a escola EM Ruy Nazareth Dr. foi municipalizada via transferência da rede estadual para rede municipal.

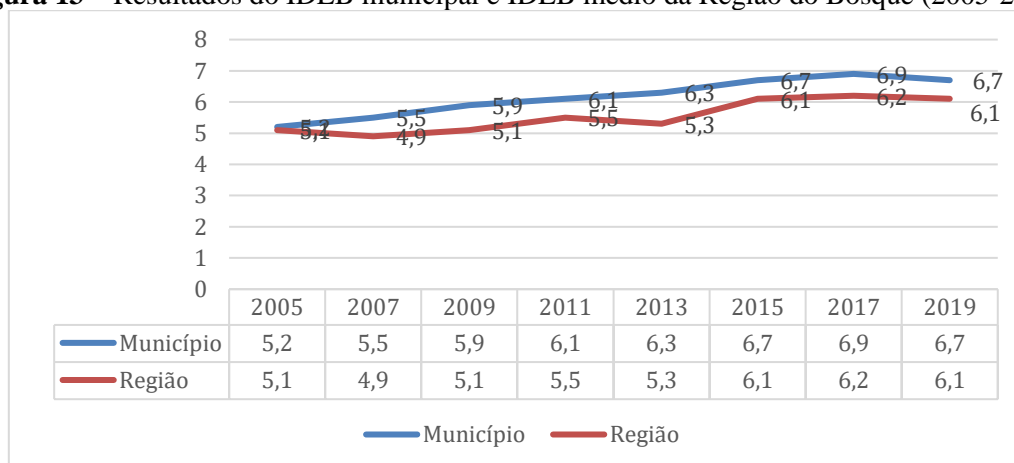
Quanto ao IDEB médio, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região. A Tabela 10 apresenta essas informações.

Tabela 10 – IDEB médio dos anos iniciais da Região Bosque SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	5,1	4,9	5,1	5,5	5,3	6,1	6,2	6,1
Escolas avaliadas	1	1	1	1	2	2	1	3

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram queda na média da primeira para a segunda edição, houve uma redução nos valores e, a partir daí crescimento contínuo até o ano de 2017, quando alcançou 6,2. Entretanto, de 2017 para 2019, recua de 6,2 para 6,1, coincidentemente o ano em que se observa o maior número de escolas avaliadas. A diferença observada entre média IDEB da região em 2005 e em 2019, ou seja, 14 anos, é de mais um ponto, o que corresponde a um avanço de 20% na média IDEB. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, no período de 2005 a 2019, a Figura 13 apresenta os valores.

Figura 13 – Resultados do IDEB municipal e IDEB médio da Região do Bosque (2005-2019).

Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

A considerar que o IDEB observado do município no período de 2005 a 2019 avançou de 5,2 para 6,7, ou seja, um aumento de 1,5 ponto ou 29%, que a diferença entre o IDEB do município e da região do Bosque, no mesmo período foi ampliada de 0,1 para 0,6, que durante todo o período a média IDEB da região esteve abaixo do IDEB do município e que o número de escolas avaliadas foi ampliado, é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e/ou peculiaridades da região impactem na média IDEB da região.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis na região, o Quadro 2 sintetiza as informações da região do Bosque, contendo os dados relativos aos equipamentos disponíveis nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do

Rio Preto (SJRP, 2022d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 2 – Síntese das informações da Região do Bosque

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB			
				Municipalizadas via		Assistência Social		Região		Município				
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal			Educação	Saúde	2005	2019	2005	2019	
					Antes de 2005									2005 a 2019
Bosque	39.667	33.003	16,72	1 em 1997		1 em 2012 1 em 2017	3	EM: 12(03 EF,09 EI)	UBS: 02	CRAS: 01	5,1	6,1	5,2	6,7
								EEI Conveniada: 04	UPA: 01					
								EE: 03	CAPS: 01					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em 24 equipamentos e destes, 19 são escolas e 16 delas estão sob supervisão e responsabilidade do município e apenas três integrantes da rede estadual. Constata-se que, no IDEB de 2019, três escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 6,1 para a região e, portanto, inferior ao do município. “(...) observamos a vulnerabilidade social presente na Região do Bosque, sendo possível destacar a importância de ofertar serviços como Ensino Integral, contraturnos escolares e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (SJRP, 2022d, p.106). A região é “composta por uma ampla extensão geográfica, com menor concentração de pessoas que outras regiões, sendo majoritariamente residencial” (SJRP, 2022d, p. 91); e ela é “constituída por aproximadamente 52 bairros regularizados e 20 estâncias, sendo que, dentre essas, constam também os loteamentos irregulares” (SJRP, 2022d, p. 86).

Assim, é necessário compreender os desafios desta região, cabendo aos gestores públicos agir e estabelecer ações por meio das políticas públicas para atendimento objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos sujeitos mais importantes desse território: seus moradores.

4.1.3.2. Região Central

Figura 14 - Região Central.

Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018).

A região central possui uma área de “21.368,05 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31), só não faz divisa com as regiões Céu, Talhados e Schmidt e, em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p. 36), “a estimativa de população residente é de 103.196, e 22%” da população. O índice de extrema pobreza da região Central (SJRP, 2022d, p. 20) é “2,96” e está praticamente no mesmo nível do da Região da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles.

Em 2019, a Região Central contava com sete escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: as sete escolas, no caso, a EM Francisco Felipe Caputo Prof., E.M. Ezequiel Ramos Prof., E.M. Oscar Arantes Pires Prof., E.M. Lydia Sanfelice Prof.^a, E.M. Antônio Teixeira Marques, E.M. Arlindo dos Santos Dep. e a E.M. Cenobelino de Barros Serra Dr. foram municipalizadas via transferência da rede estadual para a rede municipal.

Quanto ao IDEB médio, para o seu cálculo, foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região. A Tabela 11 apresenta essas informações

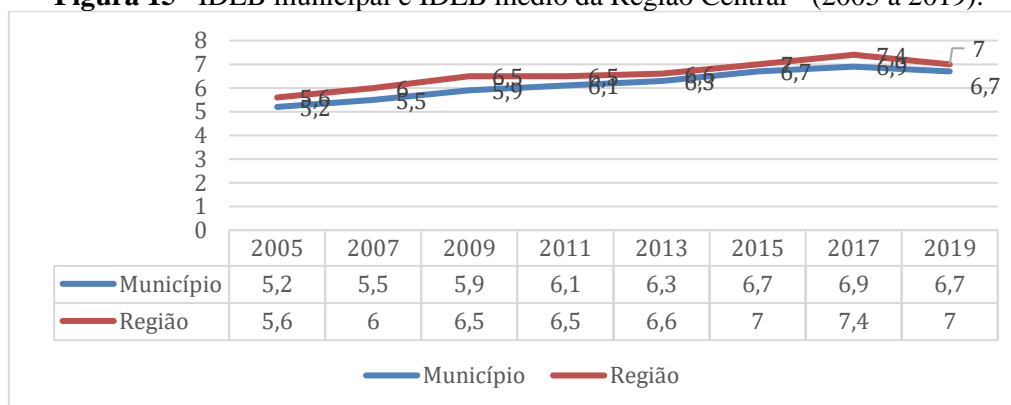
Tabela 11 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Central - SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	5,6	6	6,5	6,5	6,6	7	7,4	7
Escolas avaliadas	6	7	7	7	7	7	7	7

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento contínuo até o ano de 2009, estabilizando-se em 2011, voltando a crescer 2013 a 2017, quando atingiu seu melhor resultado e apresentou uma queda em 2019. A diferença observada entre média do IDEB da região em 2005 e em 2019, ou seja, 14 anos, é de 1,4 ponto, o que corresponde a um avanço de 25% na média IDEB. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, no período de 2005 a 2019, a Figura 15 apresenta os valores.

Figura 15 – IDEB municipal e IDEB médio da Região Central - (2005 a 2019).



Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que o IDEB do município no período de 2005 a 2019 avançou de 5,2 para 6,7, ou seja, um aumento de 1,5 ponto ou 29% e que, embora a região tenha superado os resultados do município em todas as edições, a diferença entre média IDEB de 2005 e 2019, demonstra que a evolução foi inferior à do município. Apesar dos fatores citados, outros elementos e/ou peculiaridades da região podem impactar na média IDEB local.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 3 sintetiza as informações da região da Central, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 3 – Síntese das informações da Região Central

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Equipamentos Sociais da Região			IDEB				
				Municipalizadas via		Com IDEB em 2019	Educação	Saúde	Assistência Social	Região		Município		
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal					2005	2019	2005	2019	
					Antes de 2005									2005 a 2019
Central	21.368	103.196	2,96	3 em 1997 1 em 1998 3 em 1999			7	EM: 33 (07 EF,01 EJA,25 EI)	UBS: 05	CRAS: 01	5,6	7	5,2	6,7
								EEL Conveniada: 03	CA : 05					
								EE: 13	CAPS: 02					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que, quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em um total de 64, destes, 49 são na área educacional, sendo que 36 deles estão sob supervisão e responsabilidade do município e 13 da rede estadual. Constata-se que no IDEB de 2019, sete escolas municipais participaram do processo, alcançando um IDEB médio de 7,0 para a região e, portanto, alcançando média superior à do município. A dificuldade apresentada é em relação aos adolescentes, pois “o levantamento de 2019, 27,07% dos adolescentes relataram ter tido dificuldades para efetivar sua matrícula na escola, tendo destaque alguma forma de embaraço do procedimento escolar (9%), a falta de vagas (3%) e a família não ter comparecido à escola para fazê-lo (6%)” (SJRP, 2022d, p. 136) e dos matriculados “relataram ter tido dificuldade em permanecer na escola 62% dos adolescentes. Em 11% dos casos estudados foi relatada a necessidade, não atendida do adolescente, de passar por uma avaliação pedagógica na escola” (SJRP, 202d, p. 203).

Assim, estes elementos e questões aqui demonstrados, podem ajudar na compreensão dos desafios desta região, cabendo aos gestores públicos agir e estabelecer ações por meio das políticas públicas para atendimento necessário ao seu desenvolvimento e objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos sujeitos mais importantes deste território: seus moradores.

4.1.3.3. Região Céu

Figura 16 - Região Céu.

Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região Céu possui uma área de “26.704,99 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31) e faz divisa com a região do Bosque e Pinheirinho e se alonga para a periferia do município. Em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente é de 40.192 e 9%”. O índice de extrema pobreza da região Céu (SJRP, 2022d, p. 20) é “18,64” o maior de todas as regiões, e possui índice nove vezes maior que o da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles, o que evidencia a grande desigualdade entre as Regiões. Assim, a cada 100 pessoas, aproximadamente, 19 estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, a Região Céu contava com cinco escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: uma escola, no caso a EM Silvio Benito Martini Dep., foi reorganizada em seu atendimento em 1998 via Portaria nº1126/98 (São Paulo, 1998 a); quatro escolas, no caso, a EM Olga Mallouk Lopes da Silva Prof.^a, a EM Paul Percy Harris, a EM Cyrino Vaz de Lima e a EM Antônio de Souza foram municipalizadas via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e nesta região nenhuma escola foi municipalizada via transferência da rede estadual para rede municipal.

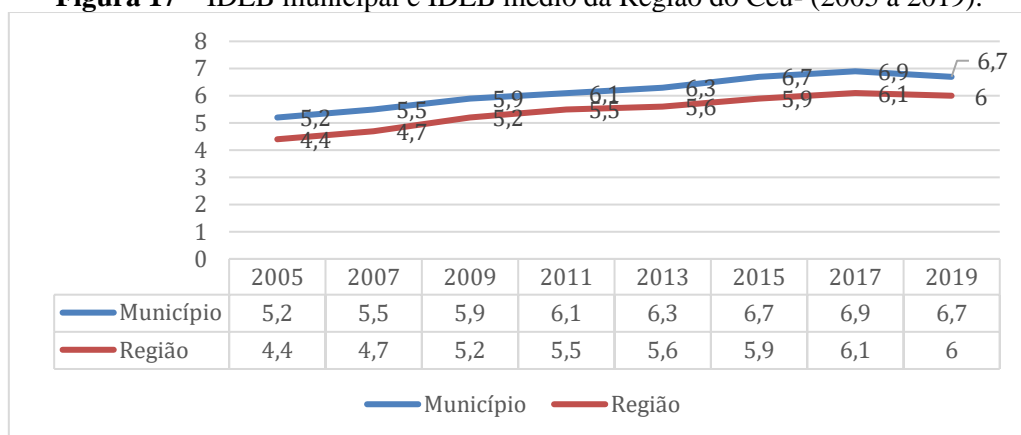
Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo, foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região. A Tabela 12 apresenta essas informações.

Tabela 12 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Céu – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	4,4	4,7	5,2	5,5	5,6	5,9	6,1	6
Escolas avaliadas	3	3	3	3	4	4	5	5

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento contínuo até o ano de 2017, partindo de 4,4 e atingindo 6,1 no ano de 2017, porém, com uma pequena redução em 2019. A diferença observada entre a média do IDEB da região em 2005 e em 2019, ou seja, 14 anos é de uma evolução de 1,6, o que corresponde um avanço de 36%. Quanto ao IDEB desta região em relação ao do município, no período de 2005 a 2019, a Figura 17 apresenta os valores.

Figura 17 – IDEB municipal e IDEB médio da Região do Céu- (2005 a 2019).

Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

A considerar que o IDEB observado do município no período de 2005 a 2019 avançou de 5,2 para 6,7, ou seja, um aumento de 1,5, ou 29%, que a diferença entre o IDEB do município e da região do Céu, no mesmo período, era 0,8 e diminuiu para 0,7; que durante todo o período o IDEB da região esteve abaixo do IDEB do município, porém obteve uma evolução superior ao do município, com 1,6 ponto, ou 36%. O número de escolas avaliadas foi ampliado e é possível inferir que a despeito dos aspectos citados, outros fatores e/ou peculiaridades da região impactem na sua média IDEB.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 4 sintetiza as informações da região Céu, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e),

Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 4 – Síntese das informações da Região Céu

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB					
				Municipalizadas via		Assistência Social		Educação	Saúde	Região		Município				
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal					2005	2019	2005	2019	2005	2019	
					Antes de 2005											2005 a 2019
Céu	26.705	40.192	18,64	1 em 1998	1 em 2005	5	EM: 17 (06 EF, 11 EI)	UBS: 04	CRAS: 02	4,4	6	5,2	6,7			
					1 em 2006		EEI Conveniada: 0	UPA: 01								
					1 em 2012		EE: 03	CAPS: 01								
				1 em 2016												

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que, quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região resultam em um total de 28. Em relação aos trabalhos nos equipamentos da Assistência, conclui-se que “É um território com perfil predominante de mulheres chefes de família. Possui 37% de sua população inscrita no Cadastro Único, sendo 14.861 indivíduos e 5.726 famílias, em sua maioria mulheres com idades entre 30 e 59 anos” (SJRP, 2022d, p. 244) e relatam que “a insegurança alimentar, identificada pela equipe técnica nos atendimentos se apresenta por meio de busca por cesta básica, sendo a demanda mais evidente das expressões da questão social vivenciada no território do CRAS Cidadania” (SJRP, 2022d, p. 274). Na Saúde, há seis equipamentos e a população relata que “Em relação à saúde, muitos reclamaram da falta de médicos pediatras nas unidades de saúde, em especial, os usuários PAEFI 1 (Residencial Caetano) e PAEFI 3 (Santo Antônio)” (SJRP, 2022d, p.292).

Na educação, há 20 equipamentos, 17 deles estão sob supervisão e responsabilidade do município e apenas três da rede estadual. Constata-se que no IDEB de 2019, cinco escolas municipais participaram do processo, alcançando um IDEB médio de 6,0 para a região e, portanto, inferior ao do município. Os serviços públicos para criança e adolescentes, na visão da população da região, segundo

os moradores entrevistados, quase que de forma unânime, se queixaram da dificuldade de acesso à escola, ausência de espaços e atividades de cultura e lazer, cursos profissionalizantes e falta de médicos pediatras na rede de saúde da Região. Sobre a rede de educação, muitos dos usuários entrevistados relataram falta de vagas nas escolas para seus filhos, fazendo com que tenham que se deslocar de seus bairros para outros em busca de estudo. Esse percurso, muitas vezes, é longo e demorado devido à falta de ônibus escolares, poucos horários das linhas comuns de transporte ou há necessidade de embarque em dois ônibus para chegar até o destino (SJRP, 2022d, p. 291).

Portanto, embora haja equipamentos públicos na região, eles se mostram, segundo os moradores entrevistados, insuficientes devido à falta de vagas nas escolas próximo da residência dos alunos, nos serviços, falta de profissionais de saúde, má qualidade do transporte público e carência de vagas em contraturno escolar.

Assim, este olhar mais detalhado por região e dentro de cada uma delas, permitirá aos gestores das políticas públicas agilizar as ações mais necessárias e efetivas para a população desse território.

4.1.3.4. Região Cidade da Criança

Figura 18 - Região Cidade da Criança.



Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região da Cidade da Criança possui uma área de “22.001,78 Km²” (SJRP, 2022d, p.31) e faz divisa com a região Pinheirinho, Central e HB. Em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente é de 54.667, 12%” da população. O índice de extrema pobreza da região Cidade das Crianças (SJRP, 2022d, p. 20) é “10,21” é o quinto maior das regiões e possui índice cinco vezes maior que o da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles, o que evidencia a grande desigualdade entre as Regiões. Assim, a cada 100 pessoas, aproximadamente, 10 estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, a Região da Cidade das Crianças contava sete escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: duas escolas, no caso a EM Amaury de Assis Ferreira Prof. e EM Roberto Jorge, foram reorganizadas em seu atendimento em 1996 via Portaria nº 27/96 – (São Paulo,1996b), e em 2000 pela Portaria nº 1318/99 (São Paulo,2000a); outras duas escolas, no caso, EM Oldemar Stobbe Prof., EM. Silvio de Melo Prof. foram municipalizadas via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e três escolas foram municipalizadas via transferência da rede estadual para rede municipal, no caso, a EM Halim Atique Dr. Prof., EM José Maria Rollemberg Sampaio Dr., e a EM Walfredo de Andrade Fogaça Prof.

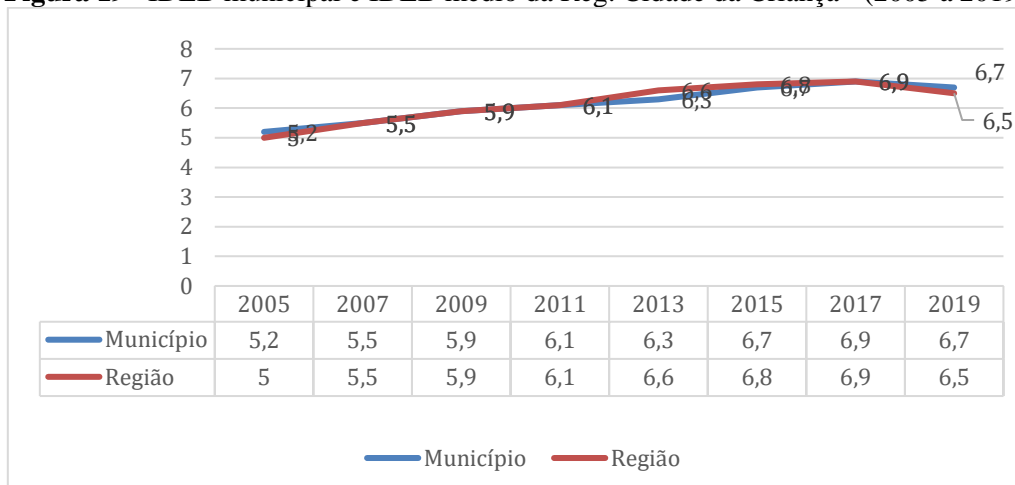
Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região e a Tabela 13 apresenta essas informações.

Tabela 13 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Cidade da Criança – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	5	5,5	5,9	6,1	6,6	6,8	6,9	6,5
Escolas avaliadas	4	5	5	5	5	6	6	7

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento contínuo até o ano de 2017, partindo de 5,5 e atingindo 6,9 no ano de 2017, representando uma evolução, porém, recua em 2019 para 6,5, demonstrando que houve evolução de 1,5 ponto, o que corresponde a um avanço de 30% do ano de 2005 a 2019. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, a Figura 19 apresenta os valores.

Figura 19 – IDEB municipal e IDEB médio da Reg. Cidade da Criança - (2005 a 2019).

Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que a região apresenta resultado inferior ao do município em 2005 e no período de 2007 a 2011, foi igual ao do município, superando-o nos anos de 2015 e 2017, porém, em 2019 ficou abaixo. Quanto à evolução no período, o município apresentou 1,5 ponto ou 29%, já o da região também foi de 1,5 ou 30%, portanto, superior ao do município. O número de escolas avaliadas no período foi ampliado, de quatro para sete escolas. Assim, é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e /ou peculiaridades da região impactem na média IDEB dessa região.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 5 sintetiza as informações da região da Cidade das Crianças, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 5 – Síntese das informações da Região da Cidade das Crianças

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB			
				Municipalizadas via		Educação		Saúde	Assistência Social	Região		Município		
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal					2005	2019	2005	2019	
Cidade da Criança	22.002	54.667	10,21	1 em 1997 1 em 1998 1 em 2018	1 em 1996 1 em 2000	1 em 2005 1 em 2008	7	EM: 17 (05 EF, 01 EF/L, 11 EI) EEI Conveniada: 0 EE: 05	UBS: 04	CRAS: 02	5	6,5	5,2	6,7

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que, quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em um total de 28 e há presença de imigrantes:

“No território observa-se a presença de imigrantes bolivianos que acessam os serviços socioassistenciais. A equipe do CRAS ressalta que nos atendimentos evidencia-se os reflexos da cultura machista desse grupo de imigrantes” (SJRP, 2022d, p. 347). Na Saúde, há 4 equipamentos e, quanto às ações, “Uma característica importante é a procura por atendimento em saúde apenas em situações de emergências, com referência às UPAs” (SJRP, 2022d, p. 337).

Na Educação, dos 22 equipamentos, 17 estão sob supervisão e responsabilidade do município e cinco da estadual. Constata-se que no IDEB de 2019, sete escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 6,5 para a região e, portanto, inferior ao do município. A população aponta que “A Região possui déficit de oferta de vagas e serviços com relação ao atendimento de demandas de crianças e adolescentes em período extraescolar” (SJRP, 2022d, p. 317), pois existe “a falta de vagas em período integral para os filhos (com foco até o ensino fundamental) e consequentemente a dificuldade de inserção dos responsáveis em trabalhos formais em horário comercial como um todo (8:00 as 17:00 horas)” (SJRP, 2022d, p. 317).

Os moradores do bairro do Jardim Belo Horizonte e adjacências, apontam que

tem-se a presença do condomínio fechado Vila Borguese II e a favela Marte (Vila Itália), com aproximadamente 247 famílias vivendo em barracos improvisados. Situação que denota a expressão da desigualdade social no meio habitacional, mas que não se restringe a essas duas situações. O território é constituído por mais de trinta bairros, possui casas de alto padrão e barracos sem infraestrutura básica, construídos com diversos materiais, com situações diversas de saneamento básico (até a sua falta total). Tal característica do território faz com que as ações sejam ampliadas e diversificadas e com necessidade constante de imersão nos locais com acentuada sinalização de vulnerabilidade social, através de visitas semanais e atendimentos *in loco*, como acontece na favela, mas sem perder de foco o acesso dos demais usuários do território (SJRP, 2022d, p. 364).

O documento destaca que uma das principais características da região é “A busca pelo território com um lugar tranquilo apareceu em diversas respostas e categorias elencadas, sendo um marcador importante perante a representação social geral”. (SJRP, 2022d, p.408). Porém, existe a questão da favela Marte (Vila Itália) que acentua a desigualdade social no local, no entanto, já há encaminhamentos avançados para a transformação do local, “o programa de reurbanização da antiga favela da Vila Itália, onde as obras estão em estágio avançado, com a missão de transformar a antiga ocupação em lugar digno, digital e desenvolvido – a proposta inspiradora da denominação 3D.” (SJRP, 2023c, p.1).

Assim, este olhar mais detalhado por região e dentro de cada uma delas, permitirá aos gestores das políticas públicas agilizar as ações mais necessárias e efetivas para a população desse território.

4.1.3.5. Região HB

Figura 20 - Região HB.



Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região do HB possui uma área de “85.706,06 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31) e faz divisa com a região Central, Vila Toninho e Schmitt e, em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente de 70.279, 15%” da população. O índice de extrema pobreza da região HB (SJRP, 2022d, p. 20) é “2,76”, praticamente no mesmo nível ao da Região da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles.

Em 2019, a Região HB contava com seis escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental assim ocorreu: uma escola, no caso a EM Adherbal Abrão dos Santos Prof., foi reorganizada em seu atendimento em 1999 via Portaria nº1626/98 (São Paulo, 1999); uma escola, no caso, a EM Flavio Fasanelli Rodrigues, que foi municipalizada via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e nesta região quatro escolas, no caso, a EM Luiz Jacob Prof.,

EM João Jorge Sabino Dr., EM Alberto Ismael Prof. e EM Daud Jorge Simão, foram municipalizadas via transferência da rede estadual para rede municipal.

Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região. A Tabela 14 apresenta essas informações.

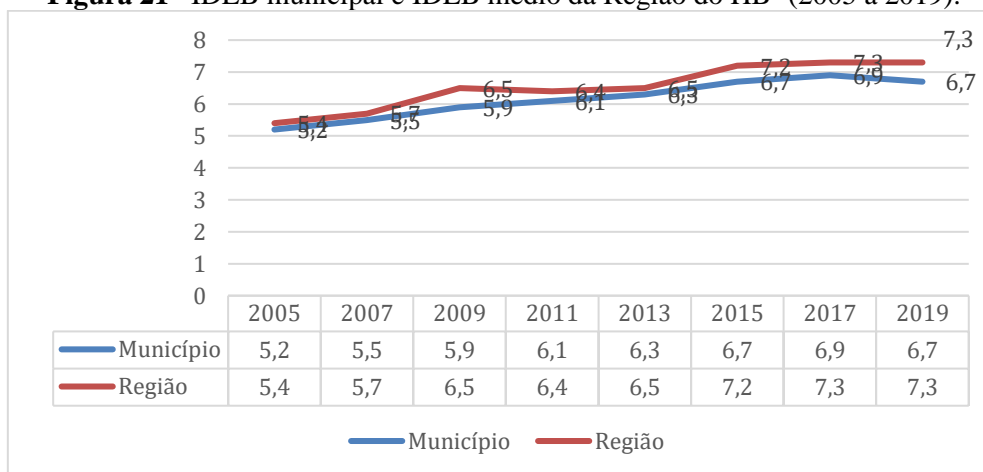
Tabela 14 - IDEB médio dos anos iniciais da Região HB – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	5,4	5,7	6,5	6,4	6,5	7,2	7,3	7,3
Escolas avaliadas	2	3	3	3	4	4	4	6

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram crescimento, porém houve uma retração no ano de 2011 (6,4) e uma estagnação até 2013 de 6,5 em relação ao ano de 2011, em 2015 saltou para 7,2 e estabilizou em 7,3 em 2017 e 2019 com 7,3. A diferença observada entre a média IDEB desde o primeiro resultado em 2005 até o ano de 2019, ou seja, 14 anos, é de 1,9 ponto, o que corresponde a um avanço de 35% na média IDEB. Quanto à média IDEB desta região, em relação ao IDEB do município, no período de 2005 a 2019, a Figura 21 apresenta os valores.

Figura 21 – IDEB municipal e IDEB médio da Região do HB- (2005 a 2019).



Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que a região demonstra resultados superiores ao do município em todas as edições. Quanto à evolução no período, o município apresentou 1,5 ponto ou 29%, e a região 1,9 ponto ou 35%, superior ao do município. O número de escolas

avaliadas na região foi ampliado de dois para seis. Assim, é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e/ou peculiaridades da região impactem em sua média IDEB.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 6 sintetiza as informações da região do HB, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 6 – Síntese das informações da Região do HB

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB			
				Municipalizadas via		Assistência Social		Região		Município				
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal			Educação	Saúde	2005	2019	2005	2019	
					Antes de 2005									2005 a 2019
HB	85.706	70.279	2,76	1 em 1997 1 em 1999 2 em 2018	1 em 1999	1 em 2011	6	EM: 13 (05 EF, 01 EF/I, 07 EI)	UBS: 02	CRAS: 01	5,4	7,3	5,2	6,7
								EEl Conveniada: 02	UPA: 01					
								EE: 05	CAPS: 02 CM: 01					

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que, quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em um total de 27, destes sendo um na Assistência, e no trabalho de suas equipes apontam que “é importante ressaltar que a Região HB possui na sua extensão territorial disparidades socioeconômicas eminentes, tendo bolsões de pobreza concentrados em determinadas áreas” (SJRP, 2022d, p. 426), e ainda que “Nos atendimentos técnicos, o CRAS percebe que as famílias que pagam aluguel têm maior dificuldade para garantir a segurança alimentar, pois o território da Região HB é marcado por aluguéis com valores mais altos do que em outras regiões do município” (SJRP, 2022d, p. 444).

Na Educação há 20 equipamentos, 15 deles estão sob supervisão e responsabilidade do município e apenas cinco da rede estadual. Constata-se que no IDEB de 2019, seis escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 7,3 para a região e, portanto, superior ao do município, e os moradores apontam que “em alguns pontos do território fazendo menção “quanto à insuficiência de contraturno escolar, projetos e escolas de período integral” (SJRP, 2022d, p. 475).

Assim, este olhar mais detalhado por região e dentro de cada uma delas, permitirá aos gestores das políticas públicas agilizar as ações mais necessárias e efetivas para a população desse território.

4.1.3.6. Região Pinheirinho

Figura 22 - Região Pinheirinho.



Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região do Pinheirinho possui uma área de “42.074,58 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31) e faz divisa com a região da Cidade da Criança, Central e Céu, e se alonga para a periferia do município. Em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente é de 52.812, 11%” da população. O índice de extrema pobreza da região Pinheirinho (SJRP, 2022d, p. 20) é “14,83” e é o terceiro maior das regiões, sete vezes superior ao da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles, o que evidencia uma grande desigualdade entre as Regiões. Assim, a cada 100 pessoas, aproximadamente 15 estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, essa região contava com quatro escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: uma escola, no caso a EM Wilson Romano Calil Dr., foi reorganizada em seu atendimento em 1998 via Portaria nº1128/98 (São Paulo, 1998 a); uma escola, no caso, a EM Carmen Nelita Anselmo Vettorazzo Prof.^a, foi municipalizada via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e duas escolas, no caso, a EM Yolanda

Ferreira Vargas Prof^a e EM Riscieri Berto Prof., foram municipalizadas via transferência da rede estadual para rede municipal.

Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes. A Tabela 15 apresenta essas informações.

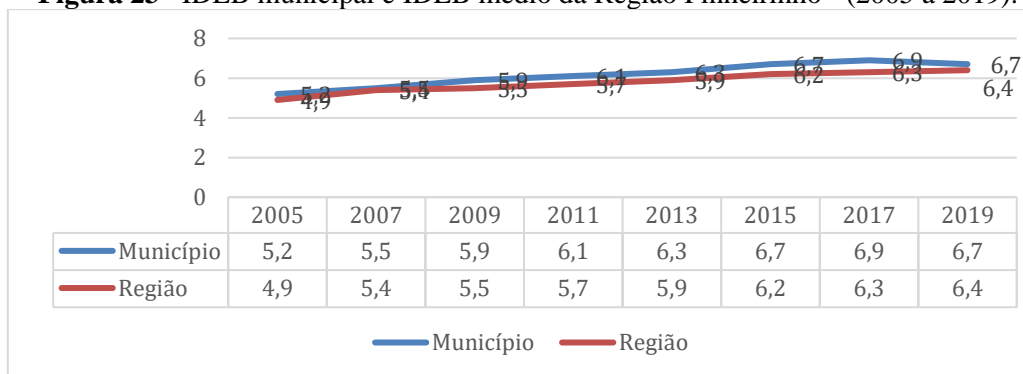
Tabela 15 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Pinheirinho – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	4,9	5,4	5,5	5,7	5,9	6,2	6,3	6,4
Escolas avaliadas	3	3	3	3	4	4	3	4

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento constante no período. Desde o primeiro resultado em 2005 até o ano de 2019, apresentou-se uma evolução de 1,5 ponto ou 30% no período. O número de escolas avaliadas passou de três em 2005 para quatro em 2019. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, no período supracitado, a Figura 23 apresenta os valores.

Figura 23 – IDEB municipal e IDEB médio da Região Pinheirinho - (2005 a 2019).



Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que a região demonstra resultados inferiores ao do município em todas as edições. Quanto à evolução no período, ou seja, 14 anos, o município apresentou 1,5 ponto ou 29%, já o da região também foi de 1,5 ponto ou 30%, demonstrando que a evolução foi superior ao do município. Assim, é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e/ou peculiaridades da região impactem na média local.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 7 sintetiza as informações da região Pinheirinho, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de

Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 7 – Síntese das informações da Região do Pinheirinho

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB					
				Municipalizadas via				Educação	Saúde	Assistência Social	Região		Município			
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal						2005	2019	2005	2019	2005	2019
					Antes de 2005	2005 a 2019										
Pinheirinho	42.075	52.812	14,83	1 em 1997 1 em 1998	1 em 1998	1 em 2011	4	EM: 17 (06 EF, 11 EI)	UBS: 03	CRAS: 02	4,9	6,4	5,2	6,7		
								EEl Conveniada: 02	UPA: 01							
								EE: 04	CEO: 01						CCF: 01	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em um total de 31, sendo que na Educação há 23 equipamentos, 19 deles estão sob supervisão e responsabilidade do município e apenas quatro da rede estadual. Constata-se que no IDEB de 2019, quatro escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 6,4 para a região e, portanto, inferior ao do município. Uma questão a ser trabalhada na região é “de falta de creches e vagas, trazida pelos usuários, que não estão dentro dos critérios prioritários estabelecidos pela Secretaria da Educação” (SJRP, 2022d, p. 522).

As potencialidades e vulnerabilidades apontadas pelos moradores são,

Grande presença de serviços públicos, principalmente relacionados à política de educação, assistência social e saúde; Presença de instituições que prestam serviços à comunidade; Inúmeros pontos comerciais que proporcionam postos de trabalho formais; instituições religiosas que fortalecem as famílias em relação à religiosidade e solidariedade; Entre os moradores mais antigos existem vínculos comunitários fortalecidos que funcionam como rede de apoio; Centro Esportivo do Maria Lúcia que conta com movimentação de famílias envolvidas em atividades esportivas; Parque Ecológico que é procurado para lazer aos finais de semana. Como vulnerabilidades a equipe aponta os seguintes aspectos: O Parque Ecológico necessita de melhorias, como ampliação de brinquedos e quadras, para que o espaço possa ser melhor utilizado, inclusive para atividades das escolas próximas; Falta de propositura em projetos de esporte e cultura durante a semana em horário comercial para ocupação dos espaços (SJRP, 2022d, p. 521-522).

Fica demonstrada a satisfação dos moradores com os equipamentos e serviços públicos e que eles desejam a ampliação de brinquedos e projetos de esportes nos espaços existentes.

Assim, este olhar mais detalhado por região e dentro de cada uma delas, permitirá aos gestores das políticas públicas agilizar as ações mais necessárias e efetivas para a população desse território.

4.1.3.7. Região Represa

Figura 24 - Região Represa.



Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018).

A região da Represa possui uma área de “58.878,42 Km²” (SJRP, 2022d, p.31), faz divisa com a região do Bosque, Talhado, Central, Vila Toninho e Schmitt e, em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente de 48.411, 10%” da população. O índice de extrema pobreza da região Represa (SJRP, 2022d, p. 20) é “2,05”, é o menor do município.

Em 2019, a Região Represa contava com três escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental ocorreu do seguinte modo: uma escola, no caso, a EM Norberto Buzzini, foi reorganizada em seu atendimento em 1998 via Portaria nº1695/97 (São Paulo, 1998 b); uma escola, no caso, a EM Antônio Espada Filho, foi municipalizada via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e a escola EM Guiomar Maia foi municipalizada via transferência da rede estadual para rede municipal.

Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes. A Tabela 16 apresenta essas informações.

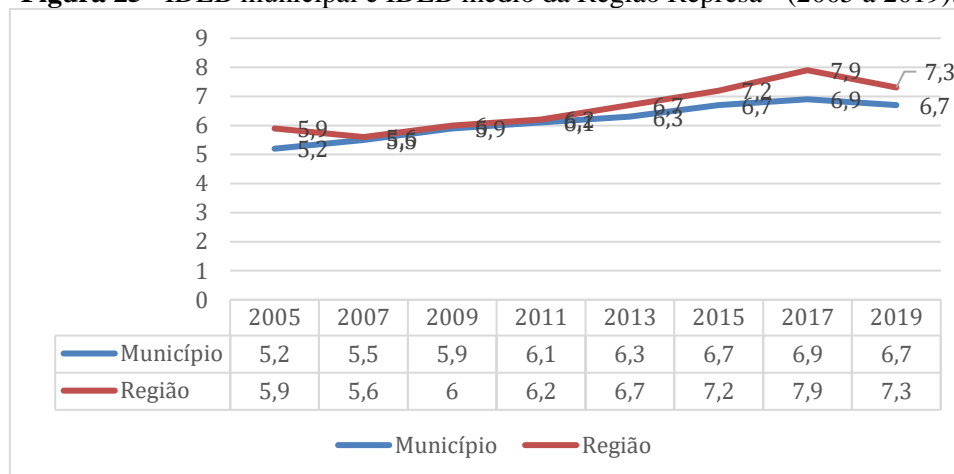
Tabela 16 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Represa – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	5,9	5,6	6	6,2	6,7	7,2	7,9	7,3
Escolas avaliadas	2	2	2	2	3	3	3	3

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram uma redução no ano de 2007 e depois um crescimento contínuo por 10 anos, até o ano de 2017, e recuou no ano de 2019. Desde o primeiro resultado em 2005 até o ano de 2019, apresentou uma evolução de 1,4 ponto ou 24%. O número de escolas passou a ser 3 em 2013, permanecendo até 2019. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município no período de 2005 a 2019, a Figura 25 apresenta os valores.

Figura 25 – IDEB municipal e IDEB médio da Região Represa - (2005 a 2019).



Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que a região demonstra resultados superiores ao do município em todas as edições, no entanto, quanto à evolução no período de 14 anos, o município apresentou 1,5 ponto ou 29%, já o da região foi de 1,4 ponto ou 24%, ou seja, sua evolução foi inferior ao do município. Considerando que a região possui o menor índice de extrema pobreza do município, é possível inferir que a despeito dos fatores elementares, outros fatores e /ou peculiaridades da região impactem na média local.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 8 sintetiza as informações da região da Represa, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 8– Síntese das informações da Região da Represa

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB			
				Municipalizadas via		Assistência Social		Região		Município				
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal			Educação	Saúde	2005	2019	2005	2019	
					Antes de 2005									2005 a 2019
Represa	58.878	48.411	2,05	1 em 1997	1 em 1998	1 em 2011	3	EM: 06 (02 EF, 01 EF/L, 03 EI)	UBS: 02	CRAS: 01	5,9	7,3	5,2	6,7
								EEl Conveniada: 0						
								EE: 01						

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que, quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em um total de 10. Os profissionais da Assistência Social relatam que “Identificou-se a presença de, pelo menos, três etnias ciganas conhecidas no Brasil: Calon, Rom e Sinti. Cada uma com língua e costumes próprios” (SJRP, 2022d, p. 573) e que a região é vista e estigmatizada como “alto desenvolvimento, pelo forte viés comercial e pela intensa atuação do mercado imobiliário de luxo, bem como pela distribuição de renda e infraestrutura mais elevados” (SJRP, 2022d, p. 575). Outro fator é que “A Região da Represa abriga em sua extensão o cartão postal deste município, a Represa Municipal e se destaca-se no âmbito do desenvolvimento socioeconômico” (SJRP, 2022d, p. 595) e que a região “Constitui-se como território com ofertas de políticas públicas sociais, porém com necessidade de maior cobertura de atendimento e acesso em relação às políticas públicas de educação, esporte, cultura e Lazer”. (SJRP, 2022d, p. 595).

Na educação há sete equipamentos, seis deles estão sob supervisão e responsabilidade do município e apenas um da rede estadual. Constatou-se que, no IDEB de 2019, três escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 7,3 para a região e, portanto, superior ao do município. A população desta comunidade “considera a educação importante, no entanto, os adolescentes não chegam a completar o ensino fundamental, pois a grande maioria das famílias considera que a educação e o

ensino devem ser ministrados pelos próprios familiares” (SJRP, 2022d, p. 575), e quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis na região, os moradores possuem,

Percepções: Os participantes pontuaram que houve o aumento em relação às unidades de Educação e Saúde, no território. Ressaltou-se que, embora tenha ocorrido esse aumento, as unidades apresentam dificuldades de atender a totalidade das demandas da população local. Observou-se a concentração de ofertas dos serviços públicos no bairro São Deocleciano (SJRP, 2022d, p. 587).

Os moradores reconhecem a presença de equipamentos e serviços públicos, porém pontuam sobre a sua concentração, além disso, não conseguem atender as demandas dos moradores.

Assim, este olhar mais detalhado por região e dentro de cada uma delas, permitirá aos gestores das políticas públicas agilizar as ações mais necessárias e efetivas para a população desse território.

4.1.3.8. Região Schmitt

Figura 26 - Região Schmitt.



Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região de Schmitt possui uma área de “53.424,05 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31) e faz divisa com a região HB, Represa e Vila Toninho e se alonga pela periferia do município e, em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente é de 15.239, 3%” da população. O índice de extrema pobreza da região Schmitt (SJRP, 2022d, p. 20) é “7,96”, ou seja, é aproximadamente quatro vezes

maior que o da Região da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles, o que evidencia uma desigualdade entre as regiões. Assim, a cada 100 pessoas, aproximadamente, oito estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, a Região de Schmitt contava com duas escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: a EM Vera e a EM Ieda de Seixas Souza foram municipalizadas via ampliação da rede municipal pelo poder público local e nenhuma escola foi municipalizada via transferência da rede estadual para rede municipal.

Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região. A Tabela 17 apresenta essas informações.

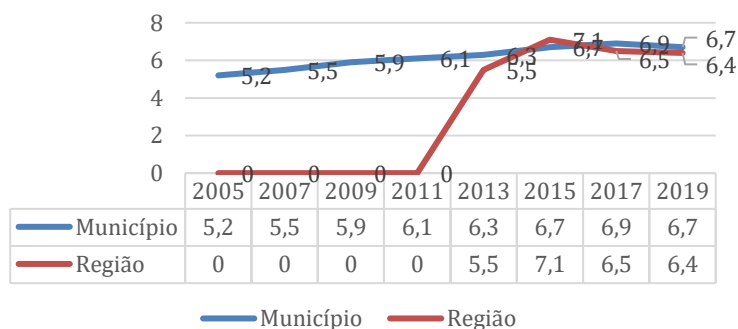
Tabela 17 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Schmitt – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	-	-	-	-	5,5	7,1	6,5	6,4
Escolas avaliadas					2	2	2	2

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento de 2013 para o ano de 2015 e posteriormente duas retrações nos resultados. Desde o primeiro resultado em 2013 até o ano de 2019, ou seja, seis anos, apresentou uma evolução de 0,9 ponto ou 16,4% no período. O número de escolas avaliadas foram duas e permaneceu inalterado. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, no período de 2013 a 2019, a Figura 27 apresenta os valores.

Figura 27 – IDEB municipal e IDEB médio da Região Schmitt - (2005 a 2019).



Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que a região demonstra que os resultados na edição do ano de 2013 foi inferior ao do município, já no ano de 2015 foi superior e nas edições de 2017 e 2019 inferiores. Quanto à evolução no período de 2013 a 2019, o município apresentou 0,4 ponto ou 7%, já o da região foi de 0,9 ponto ou 16,4%, demonstrando que a evolução foi superior à do município. O número de escolas avaliadas foram duas e permaneceu inalterado e é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e/ou peculiaridades impactem na média IDEB da região.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 9 sintetiza as informações da região de Schmitt, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRJ, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRJ, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRJ, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 9 – Síntese das informações da Região de Schmitt

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB					
				Municipalizadas via				Educação	Saúde	Assistência Social	Região		Município			
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal						2005	2019	2005	2019	2005	2019
					Antes de 2005	2005 a 2019										
Schmitt	53.424	15.239	7,96			1 em 2006 1 em 2011	2	EM: 06 (01 EF, 01 EF/L, 04 EI)	UBS: 01	CRAS: 01	5,5	6,4	6,3	6,7		
								EEI Conveniada: 00	CIAPS: 01							
								EE: 01	CAPS: 01							

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região resultam em um total de 11. Consta-se que no IDEB de 2019, duas escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 6,4 para a região e, portanto, inferior ao do município. Sobre as potencialidades da Região, os moradores disseram que

É um território muito potente, há investimento de políticas públicas por meio dos vários equipamentos; tem potencialidades, mas referente à área rural é possível dar mais visibilidade à produção da região; As ações da igreja católica em relação às manifestações culturais são boas e podem melhorar a articulação com a comunidade como um todo; Os equipamentos esportivos existem no território, mas precisam ser melhorados para a utilização da população. A Praça de Esportes, por exemplo, não tem um espaço coberto para a prática esportiva durante o dia (SJRJ, 2022d, p. 648-649).

Porém, é apontado que a região de Schmitt é singular pois

possui uma dimensão territorial bastante extensa, esparsa e heterogênea, cada bairro ou estância apresenta características singulares, o que dificulta a compreensão de sua totalidade, que não pode ser lido ou interpretado a partir da dinâmica de um único bairro (SJRP, 2022d, p. 617).

Isso se confirmou nas entrevistas dos moradores dos bairros e estâncias na região,

Assim, se conclui que as repostas indicam que as usuárias entrevistadas vivenciam o território de forma diferente, em virtude da localidade e dificuldades de acessar serviços básicos, por exemplo: UBSF, CRAS e escolas. Quem reside no distrito e adjacências do bairro Schmitt tende a trazer as potencialidades do território, pois esses têm mais facilidade de acessar os serviços públicos. Já quem reside nas estâncias não visualizam potencialidades, pois o seu cotidiano é marcado pelas ausências e dificuldades de acesso aos serviços ofertados, que são apenas no centro de Schmitt (SJRP, 2022d, p. 636).

Percebe-se a satisfação com os equipamentos e com os serviços públicos no centro de Schmitt, onde há até uma subprefeitura, porém nos demais bairros e estâncias há insatisfação com o transporte público “Situação pior encontra-se na linha que passa pela Estância Nova Veneza, que nem ao menos adentra o território central de Schmitt” (SJRP, 2022d, p. 619) e também “A situação é agravada pela ausência de asfalto e/ou de manutenção nas ruas das estâncias Veneza, Primavera e Santa Catarina” (SJRP, 2022d, p. 636). Outro apontamento é que “Em algumas situações, foram relatadas até mesmo a precária infraestrutura e falta de saneamento básico (Santa Catarina, Santa Luzia e Primavera)” (SJRP, 2022d, p. 636).

Assim, este olhar mais detalhado por região e dentro de cada uma delas, permitirá aos gestores das políticas públicas agilizar as ações mais necessárias e efetivas para a atendimento da população desse território.

4.1.3.9. Região Talhado

Figura 28 - Região Talhado.

Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região de Talhado possui uma área de “66.333,43 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31) e faz divisa com a região do Bosque e Represa, e se alonga para a periferia do município, e em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente de 20.817, 4%” da população. O índice de extrema pobreza da região Talhado (SJRP, 2022d, p. 20) é “14,51” é o quarto maior e é sete vezes superior ao da Região da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles, o que evidencia uma grande desigualdade entre as Regiões. Assim, a cada 100 pessoas, aproximadamente, 15 estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, a Região de Talhado contava com duas escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: uma escola, no caso a EM Joana Casagrande Vinha, foi reorganizada em seu atendimento em 2000 via Portaria nº850/00 (São Paulo, 2000b); uma escola, no caso, a EM Álvaro Luiz Angeloni, foi municipalizada via ampliação da rede municipal no período que compreende de 2005 a 2019 e nesta região nenhuma escola foi municipalizada via transferência da rede estadual para rede municipal.

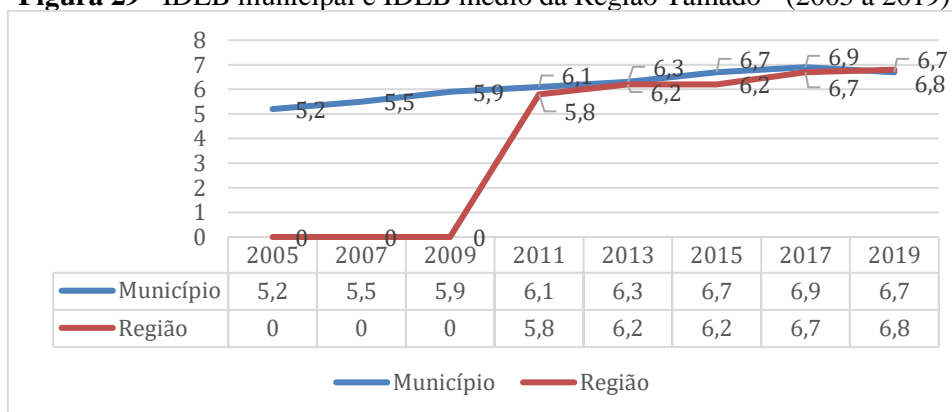
Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais da região dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região, a Tabela 18 apresenta essas informações.

Tabela 18 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Talhado – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	-	-	-	5,8	6,2	6,2	6,7	6,8
Escolas avaliadas				1	1	2	2	2

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento até o ano de 2019, com estagnação em 2015. Desde o primeiro resultado em 2011 até o ano de 2019, ou seja, oito anos, apresentou uma evolução de 1,0 ponto ou 17% no período, nesta região. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, no período supracitado, a Figura 29 apresenta os valores.

Figura 29 – IDEB municipal e IDEB médio da Região Talhado - (2005 a 2019).

Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que a região apresenta que os resultados a partir da edição do ano de 2011 até o ano de 2017 foram inferiores ao do município; já no ano de 2019 foi superior. Quanto à evolução no período de 2011 a 2019, o município apresentou 0,6 ponto ou 10%, já o da região foi de 1,0 ponto ou 17%, demonstrando que a evolução foi superior à do município. O número de escolas avaliadas inicialmente era uma em 2011 e, em 2019, passou a ser duas e é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e/ou peculiaridades da região impactem na média IDEB da região.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 10 sintetiza as informações da região de Talhado, com os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJRP, 2023d), da Secretaria de Educação (SJRP, 2023e), Secretaria de Saúde (SJRP, 2023f) e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Figura 30 - Região Vila Toninho.

Fonte: Adaptado de SIG RIOPRETO (2018)

A região da Vila Toninho possui uma área de “21.283,86 Km²” (SJRP, 2022d, p. 31) e faz divisa com a região Central, HB, Represa e Schmitt e, em relação ao número pessoas, conforme SJRP (2021, p.36), “a estimativa de população residente é de 26.357, 6%” da população. O índice de extrema pobreza da região Vila Toninho (SJRP, 2022d, p. 20) é “11,08”, isto é, 5 vezes superior ao da Região da Represa “2,05” (SJRP, 2022d, p. 20), que é o menor deles, o que evidencia uma grande desigualdade entre as regiões. Assim, a cada 100 pessoas, aproximadamente, 11 estão em contexto de extrema pobreza.

Em 2019, a Região Vila Toninho contava com três escolas e a municipalização de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental nesta região ocorreu do seguinte modo: três escolas, no caso, a EM Cleophas Beltran Silvente Prof., EM Michel Pedro Sawaya Prof. e a EM João José Feris Prof. foram municipalizadas via transferência da rede estadual para rede municipal.

Quanto ao IDEB médio da região, para o seu cálculo foi utilizada a soma do IDEB de cada escola dos anos iniciais, dividindo o resultado pelo número total de escolas dos anos iniciais participantes da região. A Tabela 19 apresenta essas informações.

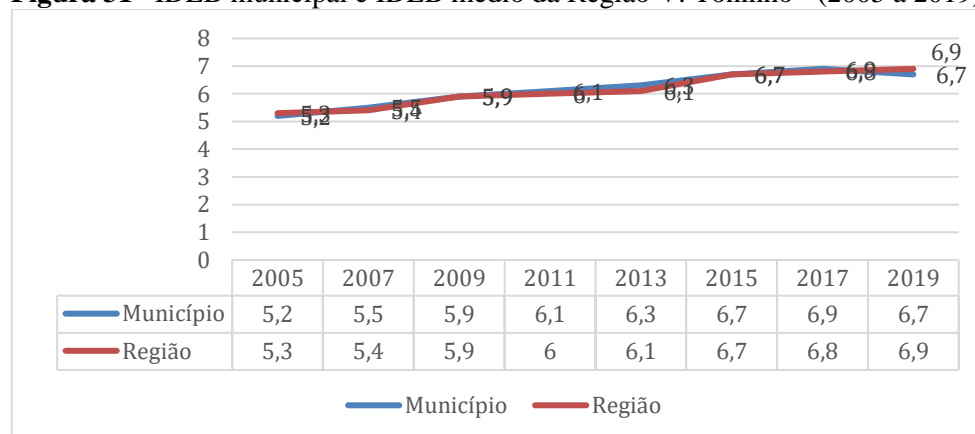
Tabela 19 - IDEB médio dos anos iniciais da Região Vila Toninho – SJRP

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
IDEB	5,3	5,4	5,9	6	6,1	6,7	6,8	6,9
Escolas avaliadas	3	3	3	3	3	3	3	3

Fonte: Autoria própria adaptado de QEDU (2019).

Os resultados do IDEB médio desta região demonstram um crescimento contínuo até o ano de 2019. Desde o primeiro resultado em 2005 até o ano de 2019, ou seja, 14 anos, apresentou-se uma evolução de 1,6 ponto ou 30% no período. Quanto à média IDEB desta região em relação ao IDEB do município, no período supracitado, a Figura 31 apresenta os valores.

Figura 31 –IDEB municipal e IDEB médio da Região V. Toninho - (2005 a 2019).



Fonte: Autoria própria adaptado do QEDU (2019).

Observa-se que na região, os resultados nas edições dos anos de 2005, 2007, 2011, e 2017 foram inferiores ao do município; já no ano de 2009 e 2015, foram iguais ao do município e no ano de 2019 foi superior. Quanto à evolução no período, o município apresentou 1,5 ponto ou 29%, já o da região foi de 1,6 ponto ou 30%, demonstrando que a evolução foi superior à do município. O número de escolas avaliadas foi de 3 em todas as edições e é possível inferir que, a despeito dos elementos citados, outros fatores e/ou peculiaridades da região impactem na média IDEB da região.

Quanto aos equipamentos e serviços públicos disponíveis, o Quadro 11 sintetiza as informações da região da Vila Toninho, contendo os dados relativos aos Equipamentos Sociais da Educação, Saúde e Assistência Social, baseados nos portais da Secretaria de Assistência Social de São José do Rio Preto (SJR, 2023d), da Secretaria de Educação (SJR, 2023e), Secretaria de Saúde (SJR, 2023f), e da Diretoria de Ensino da Região de São José do Rio Preto (São Paulo, 2023b).

Quadro 11 – Síntese das informações da Região da Vila Toninho

Região	Área em Km ²	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Equipamentos Sociais da Região			IDEB			
				Municipalizadas via		Com IDEB em 2019	Educação	Saúde	Assistência Social	Região		Município	
				Transferência da Rede Estadual (1997-2018)	Ampliação da Rede Municipal (2005-2019)					2005	2019	2005	2019
Vila Toninho	21.284	26.357	11,08	2 em 1997 1 em 1998		3	EM: 10 (03 EF, 07 EI) EEI Conveniada: 03 EE: 02	UBS: 02 PS: 01	CRAS: 01	5,3	6,9	5,2	6,7

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que, quanto aos equipamentos sociais da Educação, Saúde e Assistência Social na região, resultam em um total de 19. Os profissionais da Assistência Social relatam que, quanto à potencialidade “O território apresenta uma área industrial, que oferta diversos campos de trabalho e, por se tratar de local próximo às residências, facilita o acesso” (SJRP, 2022d, p. 762) e que “A oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é a maior dentre as regiões do município” (SJRP, 2022d, p. 762). Apesar dos equipamentos e serviços públicos ofertados, há fragilidades apontadas como “a escassa oferta de atividades de lazer e cultura, educação e formação para o mercado de trabalho para adolescentes e jovens tem dificultado as ações de prevenção à violência, uso e tráfico de drogas” (SJRP, 2022d, p. 761). As áreas das estâncias “possuem diversas necessidades, em termos estruturais e de ofertas de políticas públicas, o que faz com que os moradores nem sempre consigam acessar direitos básicos” (SJRP, 2022d, p. 762).

Na Educação há 15 equipamentos, 13 estão sob supervisão e responsabilidade do município e apenas dois da rede estadual. Constata-se que no IDEB de 2019, três escolas municipais participaram dele, alcançando um IDEB médio de 6,9 para a região e, portanto, superior ao do município. Há satisfação dos moradores em relação à educação e “O grupo intersetorial, escolas da rede pública, projetos e serviços da assistência social (como o SCFV), comércio e o IEFA foram destacados como pontos positivos do território” (SJRP, 2022d, p. 768). Desse modo, um olhar mais detalhado da região, possibilitará aos gestores das políticas públicas tomadas de decisões mais efetivas para a atendimento da população.

Ao término da exposição do conjunto de indicadores aqui selecionados das dez regiões administrativas de SJRP, faz-se necessário algumas considerações desse conjunto. Nesse sentido, apresento Quadro 12 com o agrupamento dessas informações seguido de algumas considerações.

Quadro 12: Síntese dos indicadores das dez regiões administrativas de SJRP

Região	Área em Km2	Popul.	IEP	Escolas da Rede Pública Municipal			Com IDEB em 2019	Equipamentos Sociais da Região			IDEB					
				Municipalizadas via		Transferência da Rede Estadual (1997-2018)		Ampliação da Rede Municipal		Educação	Saúde	Assistência Social	Região		Município	
				Antes de 2005	2005 a 2019			2005	2019				2005	2019		
															2005	2019
Bosque	39.667	33.003	16,72	1 em 1997		1 em 2012 1 em 2017	3	EM: 12(03 EF,09 EI) EEI Conveniada: 04 EE: 03	UBS: 02 UPA: 01 CAPS: 01	CRAS: 01	5,1	6,1	5,2	6,7		
Central	21.368	103.196	2,96	3 em 1997 1 em 1998 3 em 1999			7	EM: 33 (07 EF,01 EJA,25 EI) EEI Conveniada: 03 EE: 13	UBS: 05 CA : 05 CAPS: 02	CRAS: 01 CREAS: 02	5,6	7	5,2	6,7		
Céu	26.705	40.192	18,64		1 em 1998	1 em 2005 1 em 2006 1 em 2012 1 em 2016	5	EM: 17 (06 EF, 11 EI) EEI Conveniada: 0 EE: 03	UBS: 04 UPA: 01 CAPS: 01	CRAS: 02	4,4	6	5,2	6,7		
Cidade da Criança	22.002	54.667	10,21	1 em 1997 1 em 1998 1 em 2018	1 em 1996 1 em 2000	1 em 2005 1 em 2008	7	EM: 17 (05 EF,01 EF/I, 11 EI) EEI Conveniada: 0 EE: 05	UBS: 04	CRAS: 02	5	6,5	5,2	6,7		
HB	85.706	70.279	2,76	1 em 1997 1 em 1999 2 em 2018	1 em 1999	1 em 2011	6	EM: 13 (05 EF,01 EF/I, 07 EI) EEI Conveniada: 02 EE: 05	UBS: 02 UPA: 01 CAPS: 02 CM: 01	CRAS: 01	5,4	7,3	5,2	6,7		
Pinheirinho	42.075	52.812	14,83	1 em 1997 1 em 1998	1 em 1998	1 em 2011	4	EM: 17 (06 EF, 11 EI) EEI Conveniada: 02 EE: 04	UBS: 03 UPA: 01 CEO: 01	CRAS: 02 CCF: 01	4,9	6,4	5,2	6,7		
Represa	58.878	48.411	2,05	1 em 1997	1 em 1998	1 em 2011	3	EM: 06 (02 EF, 01 EF/I, 03 EI) EEI Conveniada: 0 EE: 01	UBS: 02	CRAS: 01	5,9	7,3	5,2	6,7		
Schmitt	53.424	15.239	7,96			1 em 2006 1 em 2011	2	EM: 06 (01 EF, 01 EF/I, 04 EI) EEI Conveniada: 00 EE: 01	UBS: 01 CIAPS: 01 CAPS: 01	CRAS: 01	5,5	6,4	6,3	6,7		
Talhado	66.333	20.817	14,51		1 em 2000	1 em 2014	2	EM: 03 (01 EF, 01EF/I, 01 EI) EEI Conveniada: 0 EE: 01	UBS: 02	CRAS: 01	5,8	6,8	6,1	6,7		
Vila Toninho	21.284	26.357	11,08	2 em 1997 1 em 1998			3	EM: 10 (03 EF, 07 EI) EEI Conveniada: 03 EE: 02	UBS: 02 PS: 01	CRAS: 01	5,3	6,9	5,2	6,7		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados das regiões e as características já apresentadas demonstram que o tamanho da área e os formatos delas apresentados nos mapas são muito diferentes, bem como a distribuição ou ocupação da população dentro delas e assim, na perspectiva de territorialidade.

Segundo Haesbaet (2007), a territorialidade incorpora uma dimensão política e se refere também às relações econômicas e culturais. Para Sack (1996, apud Haesbaet, 2007) a territorialidade liga-se estreitamente à forma como as pessoas usam a terra, como se organizam espacialmente e como significam o lugar. O autor afirma que

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte

do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (Sack 1996, p. 219, apud Haesbaet, 2007, p. 22)

Verifica-se que o IEP é bem diferenciado nas regiões, o que pode ser causado tanto pela especulação imobiliária, quanto pela dificuldade de acesso aos equipamentos públicos e localização dos mesmos, mais concentrado em determinadas regiões, como no caso da região central com mais de 60 deles, e, também, onde ocorreu o maior número de escolas municipalizadas via transferência da rede estadual. Ainda de acordo com a síntese, a região de maior índice de extrema pobreza, a região Céu, possui, em termos de equipamentos públicos, menos da metade se comparado à região central e apresentou o menor IDEB médio das 10 regiões, no ano de 2019.

Os dados demonstram que as três regiões com melhor IDEB médio 7 ou superior, em 2019, no caso, a Central, Represa e HB, são as que possuem escolas municipalizadas via transferência da rede estadual, menores índices de extrema pobreza e estão localizadas próximas ao centro da cidade. Além destas, outras quatro regiões foram contempladas com escolas municipalizadas via transferência da rede estadual, no caso, a do Bosque, Cidade das Crianças, Pinheirinho e Vila Toninho e, em 2019, elas apresentaram IDEB médio entre, 6,1 a 6,9, com índice de extrema pobreza, entre 10,21 e 16,72. Outro fato evidenciado é que a vinda das primeiras 18 escolas da rede estadual para o município ocorreu até o ano 1999, tendo participação no IDEB de 2005, ou seja, após este período de seis anos, elas já estavam conformadas e configuradas como rede municipal e a duração dos anos iniciais do ensino fundamental, naquele período, era de quatro anos (1º ao 4º ano), o que sugere que não houve impacto da municipalização via transferência de escolas da rede estadual no índice do IDEB no município. No ano de 2018, três escolas vieram transferidas da rede estadual, elevando o total para 21 escolas nessa categoria. Desse modo, o número de escolas participantes do IDEB, em 2019, foi de 42 escolas.

Diante do conteúdo apresentado no Quadro 12, é perceptível a complexidade para se atingir a almejada melhoria da qualidade educacional expressa no IDEB, ficando evidente que as políticas públicas possuem ampla relação e condicionantes comuns, o que sugere que, para sua efetividade, a necessidade do adensamento do trabalho inter secretarias dentro do município.

4.2. A coleta de dados

Aqui demonstro os passos, definições e estratégias para a seleção dos instrumentos e dos entrevistados em concordância com as normas vigentes e estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Araraquara.

4.2.1. O instrumento de coleta

O instrumento foi elaborado, apresentado e discutido com o orientador. Após foram realizados ajustes, que foram cuidadosamente analisados e debatidos. A escolha se deu devido à importância de os entrevistados terem ocupado o relevante cargo de Secretário Municipal de Educação por mais de um ano e serem detentores de tomada de decisões importantes na política pública da municipalização e do IDEB. Assim, cientes desta responsabilidade, tomou-se a decisão de que a coleta de dados seria feita de modo presencial, escrito e individual, por meio de um questionário composto por 16 questões parcialmente estruturadas, para entrevistas com os ex-secretários de educação. O documento foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA, sendo aprovado sob nº 5.788.078.

4.2.2. O contato com a população

Após a aprovação, membros da população a princípio foram contatados individualmente, via telefone ou e-mail, quando lhes foi dito que estavam sendo convidados(as) para serem participantes de uma pesquisa relacionada a duas políticas educacionais referentes ao 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, no caso a de qualidade da educação expressa nos indicadores do IDEB e a de municipalização das escolas estaduais, nas diversas regiões do município de São José do Rio Preto, desde o ano inicial da municipalização em 1997 até o ano de 2019. Nesse momento, foi comentado sobre as condições do TCLE, o número de questões a serem respondidas e a previsão de tempo para isso que era de 50 minutos. Após a concordância, foi agendada a data da entrevista. Logo em seu início, o primeiro ato foi leitura e a assinatura do TCLE. Tais ações visaram atender às determinações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), quanto às pesquisas que envolvem seres humanos. Após o aceite ao TCLE, o entrevistado obteve o acesso ao questionário, composto por 16 questões.

4.2.3. Definição da amostra

A população a ser entrevistada é composta pelos ex-secretários de educação num total de quatro que ocuparam a função no período de 1997 a 2019, portanto, fez-se necessária a utilização de critérios de seleção. Desse modo, o critério de inclusão utilizado é que o entrevistado tenha sido secretário de educação por no mínimo um ano, no período do início da municipalização no município (1997) até a edição do IDEB no ano de 2019.

Ao aplicar os critérios descritos anteriormente, houve a participação de quatro ex-Secretários Municipais de Educação. O Quadro 13 apresenta todos os ocupantes do cargo no período de 1997 até 2019, com seus respectivos períodos de atuação, exceto os que não o exerceram até o mínimo de um ano no cargo.

Quadro 13: Secretário de Educação de São José do Rio Preto (1997 a 2019).

Ocupante	Início	Término	Fonte	Total
1	23/09/1997	31/12/2000	Portaria nº 4614(SJRP, 1997d) e Portaria nº 6743(SJRP, 2000c)	3 anos e 3 meses
2	01/01/2001	01/10/2001	Portaria nº 6803 (SJRP, 2001c) e Portaria nº 7300 (SJRP, 2001d); Portaria nº 10.008 (SJRP, 2005d);	09 meses
3	05/11/2001	31/12/2008	Portaria nº 7349 (SJRP, 2001e); Portaria nº 9992 (SJRP, 2004c); Portaria nº 10.008 (SJRP, 2005d) e Portaria nº 15.310 (SJRP, 2008c).	7 anos e 2 meses
4	01/01/2009	31/12/2016	Portaria nº 15.354 (SJRP, 2009c); Portaria nº 22.379 (SJRP, 2012d); Portaria nº 22.410 (SJRP, 2013c) e Portaria nº 27.831 (SJRP,	8 anos
5	01/01/2017	25/04/2017	Portaria nº 27.891 (SJRP, 2017d, p.2). Portaria nº 28.464 (SJRP, 2017e, p.1).	05 meses
6	24/04/2017	25/07/2017	Portaria nº 28.478 (SJRP, 2017f) e Portaria nº 29.240 (SJRP, 2017g).	03 meses
7	25/07/2017	31/12/2020	Portaria nº 29.241 (SJRP, 2017h); Portaria nº 30.611 (SJRP, 2018e); Portaria nº 30.612 (SJRP, 2018f) e Portaria nº 34.655 (SJRP, 2020c).	3 anos e 5 meses

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que, no interstício 1º de janeiro de 2001 a 04 de novembro de 2001, o(s) ocupante(s) do cargo não atenderam o requisito mínimo desta pesquisa, ou seja, de ocupar o mínimo de um ano o cargo. O mesmo ocorreu no período de 1º de janeiro de 2017 a 24 de julho de 2017. O secretário com maior tempo no cargo no período estipulado por esta pesquisa (1997 a 2019) permaneceu durante oito anos, logo em seguida o outro ocupante com longa permanência somou sete anos e dois meses, outros dois secretários permaneceram, respectivamente, três anos e cinco meses, e 3 anos e três meses.

4.2.4. As entrevistas

As entrevistas se deram no período de 17 de dezembro de 2022 a 10 de janeiro de 2023. Durante os encontros, era perceptível o prazer dos entrevistados de terem exercido

o cargo público de Secretário de Educação, mesmo com os atropelos, a correria, a cansaça, as pressões e as lutas do dia a dia durante o período em estavam no cargo. Eles contaram seus feitos e os legados deixados em várias políticas públicas na ocasião, sem perder de vista o foco do aluno, sempre ressaltavam que as decisões eram tomadas pensando no melhor para os estudantes e diziam que era gratificante ver crianças aprendendo e se desenvolvendo. Alguns se lembraram ainda do tempo de Conselheiro exercido no Conselho Municipal de Educação, das resoluções e comunicados expedidos, dos concursos realizados, da construção de escolas e criação de vagas, das formações docentes e dos gestores, e o apreço pelos Supervisores de Ensino e equipe técnica da SME. Um deles chegou a expressar “combati um bom combate”, e os demais se diziam confiantes em Deus na condução dos trabalhos na SME. Era notório em suas falas o espírito de liderança de equipe, a grande experiência que tinham na área educacional, em suas carreiras de professores, como supervisores de ensino e em órgãos centrais de universidades que se refletiam nas suas tomadas de decisões na condução da Secretaria de Educação.

Seção 5: Análises das entrevistas

Esta seção tem por finalidade apresentar o conjunto de respostas obtido a partir da realização das entrevistas com os Secretários de Educação de São José do Rio Preto que atendiam as delimitações e critérios estabelecidos para essa pesquisa. O texto está organizado de modo a apresentar as informações apresentadas no TCLE (texto informativo); o texto do item apresentado ao respondente no instrumento de coleta (Apêndice B); objetivo do item e o conjunto de respostas obtido por meio da utilização de um quadro seguido de análises.

5.1. Texto informativo.

O objetivo central dessa entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o IDEB, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) Público-alvo: Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do IDEB de 2019; 2) A entrevista é composta por 16 questões em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente 50 minutos.

As impressões e vivências dos ocupantes do cargo, em diferentes momentos dos contextos históricos e políticos dos governos ao longo de duas décadas, serão importantes para acompanhar e analisar o andamento e a evolução das políticas educacionais implantadas no município de SJRP. Nesse sentido, é que foi pensada a entrevista e o tempo de sua duração, trazendo as visões dos executores e condutores de tais políticas, cada qual no seu tempo de gestão.

5.2. Devolutiva das entrevistas.

Para a elaboração do instrumento de coleta e orientação das análises, foram considerados os agrupamentos apresentados no Quadro 14.

Quadro 14: Agrupamentos dos itens do instrumento de coleta

Itens	Captar
1 e 2	Aproximações e/ou distanciamentos dos entrevistados quanto à sua formação acadêmica e atuação profissional
3,4 e 5	Aproximações e/ou distanciamentos dos entrevistados quanto à municipalização em SJRP
6,7,8,9,10,11 e 12	Aproximações e/ou distanciamentos dos entrevistados quanto ao IDEB em SJRP
13,14,15 e 16	Aproximações e/ou distanciamentos dos entrevistados quanto à possíveis relações entre a municipalização e o IDEB em SJRP
Outros comentários	Outros comentários que o entrevistado julgasse pertinente

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A administração pública brasileira procurou se modernizar nos últimos anos, trazendo a questão da descentralização e passou a buscar atender as demandas sociais da população, elementos presentes aqui na municipalização e, neste sentido, mesmo que por vezes destacados como fatores positivos, eles são entendidos como *accountability*,

A descentralização e a *accountability* social são partes da reforma gerencial, mas devem ser distintas dela. A reforma gerencial, ou a reforma da gestão pública, envolve mais do que a descentralização política: envolve também a descentralização dentro de cada esfera de governo (Bresser-Pereira, 2002, p. 7).

E, alinhado a esta perspectiva, Afonso (2012, p.472) nos mostra que,

Em grande parte dos discursos marcados por este viés político-ideológico, o significado do vocábulo *accountability* indica frequentemente uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de prestação de contas que, pelo menos implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes, as quais, não raras vezes, consubstanciam formas autoritárias de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos.

Diante destas perspectivas, analisaremos as questões de municipalização e do IDEB, dos itens 2 a 16 e as respostas dos entrevistados.

O item 1 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Qual a sua formação acadêmica?” e teve como objetivo identificar a formação acadêmica dos entrevistados. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 15.

Quadro 15: Formação acadêmica dos entrevistados

	Graduação em	Especialização em	Mestrado em	Doutorado em	Outras Informações
E1	Letras/Direito/Educação	X	Letras	Letras	Pós-Doc em Letras
E2	Pedagogia	X	Psicologia experimental	Psicologia experimental	X
E3	Letras - Pedagogia	Comunicação e Linguagem	X	X	X
E4	Pedagogia	Administração Escolar / Administração Pública (Fundap)	Educação – Unesp – Marília	X	X

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A letra X corresponde ao não preenchimento por opção do entrevistado. Quanto à formação dos entrevistados, constata-se que todos são da área Educacional, com graduação em Pedagogia e dois deles também em Letras. Eles avançaram em seus estudos na pós-graduação, sendo que na especialização um cursou comunicação e outro administração escolar/pública. Três passaram a ser mestres nas seguintes áreas: Educação, Letras e Psicologia. Dois chegaram ao Doutorado e um possui Pós Doc. Assim, constata-se que eles objetivaram e evoluíram na formação acadêmica.

O item 2 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Qual a sua atuação profissional?” e teve como objetivo identificar a atuação e experiência profissional dos entrevistados. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 16.

Quadro 16: Atuação profissional dos entrevistados.

	Docente	Tempo	Coordenador pedagógico	Tempo	Vice-Diretor de Escola	Tempo	Diretor de Escola	Tempo	Supervisor de Ensino	Tempo	Secretário Municipal de Educação de SJRP	Tempo	Outras Informações
E1	Sim	Não informou	Sim	Não informou	Não	xx	Sim	4 anos	Sim	2 anos	Sim	3 anos e 3 meses	Professor Titular na UNESP
E2	Sim	5 anos	xx	xx	xx	xx	Sim	12 anos	Sim	4 anos	Sim	8 anos	Aposentada como Supervisora dop Estado e como prof. assistente dra. unesp-ibile.
E3	Sim	16 anos	Sim	22 anos	xx	xx	xx	xx	xx	xx	Sim	3 anos e 6 meses	xx
E4	Sim	20 anos	Sim	4 anos	xx	xx	Sim	10 anos	Sim	10 anos	Sim	7 anos e 3 meses	xx

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

As letras xx representam que eles não atuaram e a expressão “não informou” significa que a opção feita pelo respondente foi não informar. Consta-se uma grande experiência na área educacional dos entrevistados. Além do cargo inicial de docentes na Educação básica, dois exerceram a docência no Ensino Superior. Ocuparam cargos de: Coordenador Pedagógico, no caso três deles, Diretor de Escola três, Supervisor de Ensino três. Assim, verifica-se que eles evoluíram na carreira profissional em outras funções além da sala de aula, ao exercerem os cargos ou funções no que se refere à gestão escolar, ampliando suas vivências e conhecimento na área educacional, permanecendo nesses cargos por no mínimo quatro anos, outros casos por 10 ou 12 anos e um deles chegou a 22 anos.

Dessa forma, o conhecimento teórico é muito importante no trabalho, entretanto, também é necessário saber aplicá-lo no dia a dia, já que a experiência profissional de uma pessoa é valorizada pelas empresas ou órgãos públicos, pois um trabalhador que vivenciou várias experiências profissionais amplia o conhecimento e habilidades sobre as diversas técnicas ou estratégias do campo profissional. Nesta perspectiva, em seus cargos ou postos de trabalhos, passaram a ter contatos com as tendências políticas na década de 1980, como a municipalização,

O processo de municipalização do ensino fundamental não foi apenas antevisto, como desejado pelo legislador constituinte, mas também constou do Relatório final do então deputado Artur da Távola, na Comissão da Família, Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Constituinte de 1987 (Baptista, 2022, p. 8).

E, das novas tendências da avaliação,

A origem do SAEB relaciona-se com demandas do Banco Mundial referentes à necessidade de desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do Projeto Nordeste, segmento Educação, no âmbito do VI Acordo MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD (Brasil, 1988). Tal demanda, aliada ao interesse do MEC em implementar um sistema mais amplo de avaliação da educação, levou a iniciativas que redundaram na criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau SAEP. Já em 1988, houve uma aplicação piloto do SAEP nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, com o intuito de testar a pertinência e adequação de instrumentos e procedimentos. No entanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto, que só pôde deslanchar em 1990, quando a Secretaria Nacional de Educação Básica alocou recursos necessários à viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Bonamino; Franco, 1999, p. 110).

Assim, os profissionais devem estar atentos às tendências e mudanças das políticas públicas no campo profissional, buscar entendimento delas e atuar com efetividade quanto às possibilidades de aplicações.

O item 3 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Quais as principais vantagens da municipalização para a SME-SJRP?” e teve como objetivo captar fatos positivos da municipalização para a SME-SJRP, segundo a opinião dos ex-secretários de educação. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 17.

Quadro 17: Devolutiva do item 3 da entrevista.

E1	Proximidade do Poder perto da comunidade.
	A questão financeira – FUNDEF e 30% recursos para educação recursos próprios.
	Abertura de novos cargos/ agentes administrativos/Coord. Pedagógico/Diretor/ supervisor de ensino.
	Autonomia do Sistema de Ensino – Criação do Sistema de Ensino – Criação dos Conselhos de Educação.
	Cuidados com a merenda escolar/distribuição/preparação e licitação.
	Transporte escolar dos alunos.
	Uniforme Escolar.
	Cursos de Capacitação para funcionários em geral e para o pessoal de magistério.
	Tratamento diferenciado e mais próximo para as crianças com necessidades especiais.
	Abertura de convênios com a Famerp e Faperp.
	Vantagem financeira para os docentes municipalizados.
E2	Expansão da carga horaria para os alunos.
	Proximidade da Rede de Escolar com o poder local.
	Possibilidade do Ensino Integral gerando qualidade de Ensino.
	Realização de concursos do Magistério e a formação continuada dos educadores.
	Decisões políticas mais próximas e o envolvimento com os problemas.
E3	Formação de Equipes de técnicos de Secretarias estruturada e competente.
	Atender toda a demanda de 1º ao 5º ano com a mesma visão e projeto educativo do município.
	Elogios da população em relação a melhoria da qualidade educacional, dos prédios, e da segurança
E4	Proximidade no atendimento da população.
	Descentralização da Administração, mais próximo da população.
	Facilitando a Formação continuada dos professores.
	Manutenção da rede Física (Reforma dos prédios). Aquisição Materiais Pedagógicos e Tecnológicos.
	Atendimento de grande atendimento das crianças com necessidades especiais.
	Unificação da Merenda Escolar.
Complementação Salarial dos professores municipalizados em dinheiro.	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Todos os entrevistados destacaram a vantagem da proximidade da população com o poder local. A municipalização do ensino é uma importante política educacional com

significativos desdobramentos no âmbito da administração pública municipal, pois a administração pública brasileira procurou se modernizar e atender as demandas sociais da população. Nesse sentido, é destacada como fato positivo e entendida como *accountability*, já que “A descentralização envolve geralmente o aumento da participação política ou o uso do controle social ou de mecanismos sociais de *accountability*”. (Bresser-Pereira, 2002, p.14) e, desse modo, chama a atenção de que “Há, portanto, articulações e interfaces complexas e contraditórias entre governança e regulação que são deveras pertinentes em termos analíticos, acima de tudo para quem estuda as políticas educacionais”. (Afonso, 2019, p. 5).

Assim, os entrevistados apontam, quanto à municipalização e o IDEB, que estão associados ao *accountability*, que refletem nas articulações e interfaces de suas decisões e ações ao destacarem: a realização de concursos públicos, capacitação e formação continuada dos profissionais do magistério, cuidados com a merenda escolar, atenção aos alunos com necessidades especiais, a formação de equipes de técnicos de Secretaria estruturada e competente, criação dos Conselhos de Educação e do Sistema de Ensino, a questão financeira com o FUNDEF/FUNDEB e ao relatarem os elogios da população em relação à melhoria da qualidade educacional, dos prédios e da segurança.

O item 4 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Quais as principais desvantagens da municipalização para a SME-SJRP?” e teve como objetivo captar as desvantagens da municipalização para a SME-SJRP, segundo a ótica dos ex-secretários de educação. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 18.

Quadro 18: Devolutiva do item 4 da entrevista.

E1	Conflitos dos Sindicatos com filiação.
	Conflitos entre os profissionais dos sistemas.
E2	Conflitos dos Sindicatos dos profissionais.
	A necessidade manutenção constante dos prédios escolares municipalizados.
E3	Prédios sucateados – Patrimônio Sucateado
	Conflitos dos docentes do Estado e do Município dentro das escolas, pontuação de atribuição de aulas.
E4	Insegurança dos Docentes municipalizados.
	Conflitos na atribuição de aulas, pois o pessoal do Estado contava com mais tempo de casa.
	Reformas e adaptações de algumas escolas.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Todos os entrevistados apontaram para os conflitos com os profissionais do magistério em relação aos sindicatos e a atribuição de aulas, pois, havia insegurança dos professores municipais e dos estaduais quando ambos prestavam serviço nas escolas

transferidas para o município. Outro fato relatado é a questão de que os prédios e patrimônios recebidos da rede estadual estavam sucateados, gerando a necessidade de manutenção constante por parte do município, que assumiu os custos e as responsabilidades técnicas de engenharia das reformas. Isso demonstra que, quando estavam sob a responsabilidade do estado, prédios e demais patrimônios transferidos estavam deteriorados, refletindo o distanciamento do governo estadual, o qual é destacado por Bresser: “Quando as políticas públicas estão sob a responsabilidade do poder do governo central, a *accountability* social é, por definição, precária” (Bresser-Pereira, 2002, p. 14) e, por outro lado, Afonso (2012) traz que “as pessoas estão inseridas num contexto de múltiplas interações, e não se podem abstrair os fatores relacionais e contextuais quando se consideram essas ações. Por isso, segundo o autor, “a responsabilidade é partilhada”. (p.481). Dessa forma, destaca-se a necessidade de uma ação colaborativa e contextualizada, especialmente quando há uma questão de transição de responsabilidade entre esferas governamentais.

O item 5 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de SJRP?” O objetivo da pergunta foi captar se havia, no entendimento dos ex-secretários, relação entre municipalização e melhoria da qualidade de ensino. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 19.

Quadro 19: Devolutiva do item 5 da entrevista.

E1	Sem dúvida, melhorou muito a qualidade do Ensino e a SME recebeu vários planos (prêmios).
	Considera um Sucesso.
	Foi convidado para falar na Câmara dos Deputados em Brasília para Falar desta política em SJRP.
E2	Sim. Demonstrada nos indicadores e nas visitas <i>in loco</i> nas escolas e suas mudanças positivas.
	Criação dos Conselhos de Educação/CAE/ FUNDEB.
	Proximidade das áreas técnicas da SME com as escolas e a constante atuação dos supervisores nas unidades escolares e equipe da SME.
E3	Sim. A melhoria da qualidade da Educação passa pela participação da comunidade na escola.
	Preenchimento dos cargos por concurso públicos.
	Cuidados e manutenção dos prédios escolares.
	Investimento nos Patrimônios e na parte tecnológica.
	Formação continuada dos docentes e Profissionais.
	Resultados do IDEB e das Avaliações internas e externas.
E4	Sim. Inclusive isso pode ser confirmado nos resultados das avaliações externas e nos índices do IDEB
	Havia reconhecimento da comunidade da qualidade de ensino e do encaminhamento da solução dos problemas e da segurança nas escolas com porteiros.
	Formação mais ampla e mais direcionada.
	Realização de Concursos públicos para os profissionais da educação.
	Discussão dos resultados dos alunos pela equipe.
	Alinhamento da equipe técnica da SME com a equipe escolar (Diretores/Coordenadores/Professores e Supervisores.
	Com as diretrizes Educacionais.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que sim, que ocorreu melhoria e destacaram que a SME recebeu vários prêmios, além de sua demonstração nos indicadores das avaliações externas e nas visitas *in loco* nas escolas onde se podia verificar mudanças positivas. Apontam ainda que houve atenção nos cuidados e manutenção dos prédios escolares, investimento nos patrimônios, nos equipamentos tecnológicos e na formação continuada dos docentes. Houve relato que havia reconhecimento da comunidade da qualidade do ensino, do encaminhamento das soluções dos problemas e da segurança nas escolas com porteiros. Assim, elas confirmam a perspectiva de Azanha (1991, p.67) de que

A municipalização do ensino, nessas condições, deve ter um duplo propósito: 1º) mobilizar a sociedade local no sentido de despertar a consciência de suas responsabilidades com relação à escola pública; 2º) pressionar políticos e governos para que a escola pública tenha apoio técnico e financeiro para assumir sua autonomia pela elaboração e execução de seus próprios projetos pedagógicos, capazes de eliminarem deficiências e falhas da instituição.

E, Afonso (2012, p.481) coloca que,

Se a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização não podem nem devem ser desligadas do aprofundamento da própria democracia, não é qualquer conceitualização de *accountability* que pode ser congruente com essa mesma democracia, sobretudo quando for concebida de forma mais avançada (por exemplo, como democracia deliberativa) e como projeto político, cultural e ético mais capaz de fazer face aos desafios do mundo contemporâneo.

Desse modo, a resposta deles foi positiva, ou seja, a municipalização, que ocorreu a partir de 1997 em SJRP e em grande parte dos municípios, embora, no princípio, com pouca participação do povo na tomada de decisão, no decorrer do tempo, reconheceu a melhoria na qualidade da educação. A decisão pela municipalização foi histórica e trouxe consigo boas referências, mas com ações preocupantes, como financiamento, empregos, ampliação de vagas e, ao mesmo tempo, responsabilização, controle e cobrança de resultados.

O item 6 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?” e teve como objetivo identificar a confiança ou não no IDEB para subsidiar políticas públicas. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 20.

Quadro 20: Devolutiva do item 6 da entrevista.

E1	É confiável, porém, mas não deve ser o único instrumento de avaliação.
	Deve contar com a avaliação efetiva dos avaliados
	A avaliação não pode ser meramente punitiva.
E2	Sim, mas limitada por se a ter apenas, a duas vertentes.
	Quanto as políticas podem subsidiar as políticas de saúde e assistência social.
E3	Sim. Deram a possibilidade de acompanhar e intervir no processo Educacional.
	Escolha de livros – Definição de prioridades e estratégias – projetos Pedagógicos.
	Parcerias com outras Secretarias: Saúde, Esporte, Cultura.
E4	Projetos de contraturno.
	Todo índice tem suas limitações. Pode ter havido distorções. Porque, todo indicador se restringe a avaliar aspectos restritos de uma determinada realidade. Ele consegue demonstrar o crescimento de cada escola na divulgação dos resultados.
	Pode subsidiar as políticas públicas e o trabalho escolar desde que haja uma reflexão deste índice.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Os entrevistados afirmam que a avaliação é confiável, porém alertam que ele não deve ser o único instrumento, pois todo índice tem suas limitações, podendo haver distorções, já que todo indicador se restringe a avaliar aspectos restritos de uma

determinada realidade. Os ex-secretários afirmam ainda que o IDEB pode influenciar e direcionar parcerias com outras secretarias municipais que cuidam de saúde, cultura, esportes, por exemplo. Afonso (2012, p.475) aponta que,

do meu ponto de vista, nos anos de 1990, com a centralidade crescente de organizações internacionais, como a OCDE, entramos numa nova fase de desenvolvimento do Estado-avaliador e, neste novo contexto, dezenas de Estados, independentemente das suas orientações político-ideológicas e, em grande medida, acima delas, participam ou interferem ativamente, de formas diversas, na construção de um sistema de avaliação comparada internacional, cujas consequências, mais imediatas, permitem vincular e legitimar muitos discursos e muitas políticas nacionais para a educação e a formação.

Assim, os discursos, os fatores relacionais e as interações devem permear as políticas públicas, bem como é desejável a integração delas.

O item 7 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?” e teve como objetivo captar a importância para o município do cumprimento das metas IDEB. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 21.

Quadro 21: Devolutiva do item 7 da entrevista.

E1	A avaliação é importante, cumprir as prioridades, exige desempenho, mostrando o crescimento e a satisfação dos resultados alcançados na aprendizagem dos alunos.
	Melhoria de auto estima dos profissionais da educação.
E2	Importante, gera comparação do município em relação a outros.
	Favorece a busca do cidadão pelas escolas com melhor índice.
	Favorece um clima positivo no município no cumprimento e superação das metas, com os profissionais (equipe técnica), nas equipes escolares e no meio político.
E3	Crescimento Educacional.
	Reconhecimento do trabalho realizado pelas equipes escolares, subsidiados pela equipe técnica da SME.
	Satisfação da população e dos políticos que estão conduzindo a cidade.
E4	Considerando que é um indicador de qualidade é importantíssimo saber se está atingindo as metas ou não.
	Refletir para saber dos pontos positivos e negativos para o estabelecimento de ações.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Os entrevistados afirmaram que cumprir a meta é importante, pois isso demonstra o crescimento educacional e a satisfação dos resultados alcançados na aprendizagem dos alunos. Eles relatam que os resultados positivos propiciam e favorecem um clima positivo no município pelo cumprimento e superação das metas, para os profissionais, equipes escolares e também no meio político. E conforme Abreu (2010, p.137),

A criação de um indicador nacional era necessária para que se construísse um sistema de *accountability* não somente da política federal de educação, mas de todos os entes federativos, tornando possível a todos os cidadãos acompanhar o desempenho da educação de sua cidade e até mesmo da escola em que seus filhos estão estudando.

O item 8 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?” e teve como objetivo captar as dificuldades para município cumprir as metas IDEB. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 22.

Quadro 22: Devolutiva do item 8 da entrevista.

E1	Prejudicado
E2	Aplicação de Recursos Financeiros para investir na formação dos Docentes, com substitutos nas salas de aula e afastamentos de profissionais para a formação na SME, (compondo a equipe técnica de formação da SME).
	Criar os dispositivos legais para estes afastamentos e estruturação da formação, buscando o apoio do Executivo e legislativo na aprovação destas ações com novas leis e financiamentos.
E3	Incentivos e fortalecimento das novas escolas construídas em bairros periféricos, com a constituição de uma equipe escolar permanente.
	Cobrança constante dos gestores e equipe escolar das escolas com melhores notas.
	Fazer os pais de escolas periféricas participar dos conselhos escolares e da vida escolar do aluno.
E4	Não entendimento da rede da importância da avaliação externa e sistemática.
	Dificuldade da escola mostrar as suas próprias dificuldades.
	Estabelecimento de Ranking pela imprensa e uma parte dos educadores, por desconhecimento da própria construção do IDEB, com o estabelecimento de metas.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A expressão “prejudicado” corresponde à opção feita pelo respondente em não informar. Os principais dificultadores citados foram: recursos financeiros para montar uma equipe de formação na SME-SJRP, incentivos e fortalecimento das equipes escolares em novas escolas em bairros periféricos, visando a uma equipe com maior permanência, dificuldade em fazer os pais participarem da vida escolar do aluno, a relutância da escola mostrar as suas próprias dificuldades e desconhecimento da construção e estabelecimento de metas do IDEB. Afonso (2012, p.476) traz,

Uma vez mais, tudo se resume aos exames e aos seus resultados, indo de encontro a um apelo saudosista de alguns setores interessados no reforço, cada vez mais precoce, da seletividade classista que vigorou noutros tempos na escola pública. Aliás, o próprio sistema de avaliação é instável e fragmentário, não respeitando especificidades, nem evitando efeitos indesejáveis decorrentes das interfaces entre avaliação de escolas, avaliação de professores e avaliação

de alunos. Assim, a tendência avaliacrática nos últimos anos tem sido a de sobrevalorizar os resultados (mensuráveis) da avaliação dos alunos, interferindo redutoramente, de formas várias e nem sempre explícitas, nas outras duas avaliações (das escolas e dos professores).

Fica evidente a necessidade de alinhamento e entendimento de cada tipo de avaliação, as externas, a das escolas e dos professores e, para tanto, requer-se a questão de formação dos profissionais e discussão sobre o tema.

O item 9 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões, e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?” e teve como objetivo captar as facilidades para município em cumprir as metas IDEB (ou não). O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 23.

Quadro 23: Devolutiva do item 9 da entrevista.

E1	Prejudicado
E2	Contar com equipe técnica competente na SME.
	Realizar formação dos docentes e dos gestores escolares.
	Escola de tempo integral na periferia da cidade onde havia maior vulnerabilidade
	Na formação, formação dos gestores, conseguir o alinhamento da equipe técnica e equipe escolar para o atingimento das metas.
E3	Realização de Concursos.
	Fixação da Equipe escolar.
	Formação Continuada de Professores /Coordenadores/ Diretores.
	Acompanhamento dos Resultados das Avaliações pelos técnicos da SME.
	Satisfação e aumento da autoestima.
E4	Estabelecido como política pública de avaliação e aplicada a toda rede de ensino.
	Compreensão do indicador pelos educadores.
	Reconhecimento pelos políticos, inclusive aumentando o investimento na educação.
	Formação continuada para os profissionais da Educação.
	Reflexão nas escolas sobre esses Resultados.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A expressão “prejudicado” corresponde à opção feita pelo respondente em não informar. Os principais facilitadores citados dizem respeito à formação, considerando que, ao conseguir o alinhamento da equipe técnica da secretaria com os gestores escolares, torna-se mais factível o atingimento das metas; fixação da Equipe escolar, realização de concursos e reflexão nas escolas sobre esses resultados do IDEB. Para Afonso (2012, p.472),

A referência frequente à necessidade de implementação de certas formas de *accountability* transformou-se numa panaceia (ou mesmo num fetiche) pelo facto de a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização serem, supostamente, capazes de, por si sós, satisfazer as expectativas de grupos e setores sociais aparentemente desejosos de resolver os défices e problemas de qualidade da educação pública. (p. 472).

Assim, surge a necessidade do reconhecimento também pelos políticos, que deverão atuar nas regras ou leis, possibilitando melhores condições de trabalho e formação dos profissionais de educação, bem como em outros insumos básicos das escolas, garantindo investimentos na educação.

O item 10 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião, quais os principais fatores que contribuem para isso?” O seu objetivo foi o de identificar os fatores e motivos que contribuem para essa diferença na percepção dos entrevistados. O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 24.

Quadro 24: Devolutiva do item 10 da entrevista.

E1	Nível Socioeconômico
	Vulnerabilidade
E2	Regiões pobres e vulneráveis. Outras regiões mais ricas com recursos culturais e equipamentos públicos com maior disponibilidade.
	Região Norte: Alta vulnerabilidade com baixo IDEB, requerendo maior atuação e atividades complementares educacionais e sociais.
	Região Sul que engloba a área cultural. Com escolas bem estruturadas e com instituições e equipamentos culturais e de saúde em maior número (teatro Municipal / Hospitais / Centro de Eventos / Comércio / Shoppings / Parque Ecológico).
E3	Fatores como vulnerabilidade Social.
	As políticas públicas e equipamentos estão localizados em sua maior parte na área central da cidade, e escasso nas periferias com dificuldades financeiras de acessar os equipamentos centrais localizados no centro da cidade.
	Escolas periféricas novas em construção e constituição de equipe permanente gerando vínculo com a comunidade escolar local.
E4	Equipe escolar.
	Experiência do Professor.
	Vulnerabilidade.
	Defasagem Cultural (pois não tem acesso a livros, jornal e equipamentos públicos.)
	Inadequação de metodologias para essas crianças diferentes e não incapazes.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Os principais fatores apontados foram a questão da vulnerabilidade social, as escolas periféricas novas em construção e a dificuldade de constituição de equipe permanente, fato que gera dificuldade no vínculo com a comunidade escolar local. Outro

fator citado foi a inadequação de metodologias para essas crianças que apresentam situações que dificultam a aprendizagem, porém não são incapazes. Estes fatores podem ser contemplados nas perspectivas trazidas por Freitas quando coloca que “Os estudos mostram que 50% a 60% das variáveis que afetam a proficiência dos alunos são externas às escolas. Resta quanto para elas: 40%, 50%? Desse total, 17% a 20% dizem respeito ao professor”. (Freitas, 2013, p. 363) e Afonso (2012, p.477), defende que,

reitero aqui a ideia de uma configuração de *accountability* democraticamente avançada, incluindo a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, pressupondo relações e conexões abertas, problematizáveis e susceptíveis de se aperfeiçoarem ou reconstituírem, e que se legitimem ou se sustentem em valores e princípios essenciais: a cidadania crítica, a participação, o empowerment, o direito à informação, a transparência e a justiça, entre outros.

Desse modo, no município, há regiões pobres e vulneráveis e outras regiões mais ricas com recursos culturais e equipamentos públicos com maior disponibilidade, localizados em sua maior parte na área central da cidade e escasso nas periferias onde reside da população com maiores dificuldades financeiras, o que dificulta o acesso aos equipamentos centrais. Este cenário corrobora com os índices de extrema pobreza apresentado anteriormente nas 10 regiões.

O item 11 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?” e teve como objetivo identificar os benefícios para o município com o cumprimento das metas IDEB. O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 25.

Quadro 25: Devolutiva do item 11 da entrevista.

E1	Harmonia dos resultados
	Satisfação da população
	Melhoria da autoestima dos profissionais
E2	Avaliação positiva pela comunidade e especialmente nos aspectos políticos.
	Cria um clima de confiança da população pelas escolas municipais.
E3	Demonstra a melhoria da qualidade da educação.
	Satisfação do público atendido e dos profissionais envolvidos.
	Ser referência Educacional a nível de Estado e para os municípios do entorno.
E4	Melhoria da real qualidade do Ensino.
	Estabelecimento de políticas e interferência em outros índices, como IDH – Firjan.
	Interfere na auto avaliação da Escola e de cada professor.
	Reconhecimento da comunidade.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Os apontamentos revelam que a satisfação e avaliação positiva pela comunidade, e especialmente nos aspectos políticos, com a demonstração melhoria da qualidade da educação foram os itens mais apontados. Para Afonso (2019, p.7) “o Estado regulador, na medida em que está mais interessado nos resultados do que nos processos, não se distingue, no tocante à avaliação do Estado avaliador” e Freitas (2013) manifesta-se sobre o tema ao afirmar que “Quero dizer também que temos feito críticas à *accountability*, não à avaliação – vamos separar bem. Uma coisa é a cultura de avaliação que defendemos, outra coisa é a cultura de auditoria que a *accountability* traz. São duas coisas diferentes”. (p. 350).

São apontadas também outras estâncias, ao atingir as metas a de se tornar referência educacional com a real melhoria da qualidade do ensino, a nível de Estado e para os municípios do entorno, a contribuição em outros índices, como IDH – Firjan e ainda no estabelecimento de políticas.

O item 12 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?” e teve como objetivo constatar os problemas e reflexões das dificuldades do revés no alcance das metas. O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 26.

Quadro 26: Devolutiva do item 12 da entrevista.

E1	Fica inferiorizada no processo,
	Pressão e cobrança política partidária e da comunidade.
E2	Avaliação negativa da Comunidade e o desgaste político e Jornalístico (Imprensa).
	Que há fragilidade no Sistema Educacional.
E3	Rankings das escolas e dos municípios
	Pressão política partidária e jornalística.
E4	Interfere negativamente na autoestima da escola e dos profissionais da escola.
	Reflete que a escola não está desenvolvendo mudanças positivas na qualidade do Ensino.
	Reflexo nas políticas públicas e avaliação da educação pelas autoridades públicas (Prefeito/Vereadores/Imprensa).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Os apontamentos descrevem como desvantagens, a insatisfação, a avaliação negativa da comunidade, o desgaste político e jornalístico e a fragilidade no sistema

educacional interferem negativamente no clima escolar. Tais apontamentos corroboram que a

avaliação externa baseada em testes estandardizados estaduais e/ou nacionais, explicações privadas para superar défices da escola pública, publicitação dos resultados e *rankings* escolares, responsabilização das escolas, dos gestores, avaliação e responsabilização de professores fortemente conectadas com os resultados académicos dos alunos, entre outros (Afonso, 2012, p. 474).

Além do mais, nisso se verificam questões de *accountability*, conforme coloca Afonso (2012, 480): “Na minha perspectiva, algumas dificuldades têm a ver com a utilização, muitas vezes sincrética e intercambiável, dos conceitos de responsabilidade e de responsabilização, bem como com a representação e usos sociais da ideia de culpa que lhe está associada”.

Fora os apontamentos supracitados, é necessário que a partir desses dados se tenha uma melhor visão a respeito das falhas no ensino e, assim, tome-se as medidas necessárias para melhorar a qualidade da educação, pois são vários os componentes que interferem neles. Será importante repensar o seu projeto pedagógico e demais elementos para definir novas estratégias para reverter os problemas enfrentados, a fim de evitar desperdícios de recursos e esforços, e prejuízos na aprendizagem dos alunos.

O item 13 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?”. e seu objetivo foi conhecer se tais experiências auxiliaram e em que fatores e como ajudaram. O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 27.

Quadro 27: Devolutiva do item 13 da entrevista.

Experiências anteriores		Comentários
E1	Sim	Responsabilização da qualidade era repartida e discutida.
		Acreditava piamente na municipalização, conforme Anísio Teixeira em 1957.
		Autonomia do Secretário e da Secretaria nas decisões.
E2	Sim	Saber que sempre terá oposições políticas e encontrar os caminhos para atingir os objetivos, vencendo esta oposição e elevando a qualidade educacional.
		A experiência anterior levou a implantar uma formação continuada dos profissionais de educação de qualidade prezando a criatividade autônoma, liberdade e a responsabilidade pelas ações.
		Implantação de atividades no contra turno com projetos multidisciplinares usando os espaços escolares e outras instituições (de arte, como por ex: teatro Paulo Moura), projeto Guri e de músicas e ainda esportivos.
E3	Sim	Na avaliação dos dados.
		Direcionamento da formação continuada e de materiais pedagógicos.
		Investimento em concursos públicos.
		Parcerias.
		Desenvolvimento de projetos de recuperação de alunos.
		Investimento em materiais pedagógicos, tecnológicos e patrimoniais.
E4	Sim	Ter tido uma formação dentro da área educacional, com princípios e conceitos claros sobre educação e ações pedagógicas e principalmente a visão do Direito a Educação de qualidade das crianças no ensino público
		Os cargos exercidos de Prof./ Diretor/Supervisor/Assistente técnico, deram uma visão mais clara da realidade do Ensino público, seus avanços e suas limitações.
		Formação voltada para uma equipe de trabalho e as vezes multidisciplinar.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Os entrevistados foram unânimes em afirmarem que sim, que a experiência anterior foi importante. O entrevistado 1 comentou que acreditava piamente na municipalização, assim como Anísio Teixeira em 1957. O entrevistado 2 revelou que a experiência anterior o levou a implantar uma formação continuada e atividades no contraturno. Já o entrevistado 4 revela ter tido uma formação dentro da área educacional, com princípios e conceitos claros sobre educação e ações pedagógicas e, principalmente, a visão do Direito à Educação de qualidade das crianças no ensino público e que os cargos exercidos anteriormente deram uma visão mais clara da realidade do ensino público. Assim, a experiência na área educacional contribuiu e auxiliou nas tomadas de decisões da municipalização e nas estratégias para melhoria do IDEB e, diante deste cenário, “Por mais que possamos concordar ou não com as políticas de avaliação associadas à *accountability*, não está nesta sala e nem na Academia o foco das decisões”. (Freitas, 2013, p.348).

O item 14 apresentou as seguintes questões aos entrevistados: “Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas

obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?”. Seu objetivo foi perceber as ações e reflexos das duas políticas em diferentes momentos e situações ao longo do período. O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 28.

Quadro 28: Devolutiva do item 14 da entrevista.

Escolas municipalizadas		Melhores resultados após a municipalização
E1	18	Sem dúvida
		Ganhavam prêmios
E2	0	Mas considera que as escolas municipalizadas anteriormente, conseguiram bons resultados no IDEB.
E3	3	Sim, é perceptível pelos resultados divulgados.
E4	0	Considerando que houve o atingimento das metas, uma influência positiva.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

As respostas revelam que a passagem das escolas estaduais para a administração municipal ocorreu na gestão de dois respondentes e eles revelam que a melhora é perceptível por meio da análise dos resultados alcançados no IDEB. Os outros dois gestores, embora não tenha ocorrido municipalização de escolas em suas gestões, concordam que as escolas municipalizadas conseguiram bons resultados após ingressarem na rede municipal. Nesta perspectiva,

Nos últimos anos, um dos aspectos mais expressivos dos novos modos de regulação no campo da educação, num número cada vez maior de países, está relacionado à mudança de uma regulação baseada em objetivos definidos a priori para uma regulação fundamentada em resultados (outcomes) — também designada como regulação baseada no conhecimento ou regulação pós-burocrática, de que o Programme for International Student Assessment (Pisa) é o exemplo mais conhecido e com maior impacto (Afonso, 2019, p. 8).

Constata-se nas duas políticas, a atuação do poder central, no sentido de acompanhar as políticas internacionais e modernização da administração pública, na busca de resultados com a regulação e acompanhamento deles.

O item 15 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?”. Seu objetivo foi o de identificar os possíveis ajustes na municipalização. O conjunto de informações obtido é apresentado no Quadro 29.

Quadro 29: Devolutiva do item 15 da entrevista.

Houve acordo?		Comentários
E1	Sim	Ocorreu em 1998
E2	Sim	Embora não houve acordo firmado, isso aconteceu.
E3	Sim	Conforme a demanda foi (sendo) ocorrendo e aumentando alunos do 1º ao 5º ano nas escolas municipais. Concluindo em 2018 com a vinda das 03 últimas escolas municipalizadas.
E4	Sim	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Constata-se que ao responderem, todos afirmam que houve o fechamento de salas na rede estadual e o município foi absorvendo a demanda, como demonstra o entrevistado 3, revelando que “Conforme a demanda foi (sendo) ocorrendo e aumentando alunos do 1º ao 5º ano nas escolas municipais e concluindo em 2018 com a vinda das três últimas escolas municipalizadas”. Afonso (2019, p.2) descreve que,

Ao longo da modernidade histórica (sobretudo depois do Tratado de Vestfália e de outros tratados que reforçaram as pretensões de soberania), o Estado, enquanto aparelho político-administrativo, foi assumindo em vários setores da vida social a função primordial de regulação no contexto nacional.

Desse modo, as iniciativas e determinação legal da união no sentido da municipalização do ensino, vão ocorrendo por meios dos acordos e estratégias da administração estadual e municipal para a vinda de escolas ou alunos.

O item 16 apresentou a seguinte questão aos entrevistados: “As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental e o índice de desenvolvimento da educação básica-IDEA das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais?”. Seu objetivo foi o de identificar as orientações e ações para as escolas e a articulação delas com outras políticas e secretarias. O conjunto de informações obtido está apresentado no Quadro 30.

Quadro 30: Devolutiva do item 16 da entrevista.

Estão ligadas?		Como podem "conversar" com demais políticas públicas municipais?
E1	Sim, sem dúvida.	Fazia reuniões constantes com os demais Secretários do município e funcionários
		Dialogamos com os agentes políticos da cidade e de outros municípios.
		Diante destas reuniões fazia tratativas de políticas com outras políticas das demais secretarias como Saúde e Assistência social.
E2	Sim	Gerava políticas intersetoriais com outras Secretarias, como por exemplo, construção e reformas de escolas (OBRAS), Secretaria de Cultura com atividades nos contraturnos escolares, Saúde com atendimento dos alunos na própria unidade escolar com profissionais da saúde. No planejamento da cidade com a criação de escolas e abertura de novos bairros.
E3	Sim	Estabelecimento de parcerias entre as diversas Secretarias, beneficiando o desenvolvimento dos alunos.
		A construção de novas escolas com a Secretaria de Obras e manutenção dos prédios existentes.
		Realização de concursos com a Secretaria de Administração para a contratação de profissionais.
		Merenda escolar com a Secretaria de Agricultura.
		Parceria com os Projetos das Secretais de Esportes e Cultura.
E4	Sim	É fundamental o trabalho integrado de todas as secretarias, pois a criança não é só da escola é do município. A criança é um ser Físico, Psíquico e Social.
		Desenvolveu projetos com a cultura, Assistência Social, Obras, Esporte, Planejamento.
		Todos devem entender que o mais importante é o munícipe, especialmente as crianças e os jovens.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Os respondentes declararam que as duas políticas estão ligadas. A expressão “conversar” corresponde as vinculações ou elos com as demais políticas. Nesse sentido, destaco o relato do entrevistado 2: “Gerava políticas intersetoriais com outras Secretarias, como, por exemplo, construção e reformas de escolas (OBRAS), Secretaria de Cultura com atividades nos contraturnos escolares, Saúde com atendimento dos alunos na própria unidade escolar com profissionais da saúde. No planejamento da cidade com a criação de escolas e abertura de novos bairros”. O entrevistado 4 afirma que “É fundamental o trabalho integrado de todas as secretarias, pois a criança não é só da escola, é do município”. Notadamente é demonstrada a importância de os gestores de educação buscarem a interação e ações com os gestores de outras pastas para o melhor funcionamento das políticas públicas. Desta forma, estas ações refletem que

A preocupação com a qualidade da Educação, mensurada e creditada por testes avaliativos, marca uma nova era: a era da *accountability* e de propagação de um discurso auspicioso para fins de melhoria no Ensino escolar. Em razão da polissemia do termo, nesse trabalho adota-se uma concepção multidimensional

e crítica da *accountability* educacional, compreendida pela articulação dos pilares da avaliação em larga escala, da responsabilização dos agentes educacionais e da prestação de contas por meio da publicização de resultados (Afonso, 2018). Ademais, tem-se em vista que a *accountability* é acompanhada por consequências, sejam materiais ou simbólicas, na forma de premiação ou punição, que constituem a razão de ser dessa iniciativa.”. (Araújo; Costa; Zientarski, 2023, p. 5).

E para Pederiva (1998, p.17),

O estudo da *accountability* do setor público vincula-se, em sentido amplo, ao conhecimento das informações relevantes para tomar decisões. O governo democrático deveria ser passível de fiscalização para assegurar sua integridade, desempenho e representatividade. Dessa maneira, existe a necessidade de o próprio governo prover informações úteis e relevantes para o exercício da *accountability*.

Diante da publicização de resultados e dados, fica o alerta para o combate às políticas públicas fragmentadas, voltadas para a satisfação de interesses de grupos econômicos, que podem resultar em barganha entre poder político e poder econômico. As políticas públicas, os programas e as atividades governamentais devem buscar a integração entre as diversas áreas e setores do governo, beneficiando a população.

Ao término da entrevista havia a possibilidade de apresentar outros comentários que julgasse pertinente. O conjunto dessas informações é apresentado no Quadro 31.

Quadro 31: Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista.

E1	Sem comentários
E2	Sem comentários
E3	Sem comentários
E4	Achou interessante o trabalho e dará uma boa contribuição com a experiência e no acompanhamento do processo

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O entrevistado 4 relata que este trabalho trará contribuições para futuros gestores municipais e estudiosos da Educação, pois entende que o acompanhamento do processo ao longo de vários anos dará uma boa e nova visão e isto é interessante para a história da educação municipal de SJRP, com relação às políticas públicas que envolveram o ensino fundamental dos anos iniciais, como no caso, a municipalização e o IDEB e ao finalizar as devolutivas dos itens aqui apresentados, trazemos a visão de Afonso (2019, p.9),

Em síntese, entre muitos outros aspectos, tanto os processos de regulação como as formas de governança e os modelos e dispositivos de *accountability* partilham dimensões técnicas e políticas, e será inevitável traduzir isso em relações complexas, e frequentemente contraditórias, e em tensões permanentes que valerá a pena considerar mais demoradamente em futuras análises.

E embora com suas complexidades, as duas políticas trouxeram no seu bojo questões técnicas específicas e dispositivos de *accountability*, como regulação, descentralização, acompanhamento, tensões, contradições e outras, muitas vezes não perceptíveis à época de cada gestão.

Com base no itinerário percorrido, nota-se que as duas políticas públicas em questão apresentam diversas relações entre elas, pois ambas estão vinculadas aos mesmos princípios e direitos da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996, tais como:

- o financiamento da educação e ampliação da oferta de vagas, com acesso e permanência;
- a integração das políticas públicas com outros setores do governo ou entes federados;
- melhores condições no atendimento dos alunos quanto a segurança, com prédios mais adequados e conservados, professores qualificados e com formação continuada em serviço e materiais pedagógicos adequados;
- a Gestão Democrática e participativa;
- a busca da melhoria da qualidade educacional também expressa nas avaliações internas, externas e indicadores.

Em consonância com a necessidade de uma devolutiva ao campo empírico investigado, apresento na Seção 6 uma proposta de formação continuada em serviço, cujo objetivo central é o de compartilhar com os profissionais da SME-SJRP os principais achados dessa pesquisa.

Seção 6: Devolutiva ao campo empírico investigado

Diante do percurso histórico das duas políticas e o mapeamento das 10 regiões do município, no período de 1997 a 2019, a devolutiva se dará em reunião de formação, apresentando os dados e uma perspectiva acadêmica sobre os fatos, o desenvolvimento delas e os principais resultados obtidos. A formação terá como público-alvo, os técnicos de secretarias, supervisores, gestores escolares, secretário de educação e ex-secretários respondentes da pesquisa. Assim, espera-se que estes profissionais ampliem seus conhecimentos sobre estas políticas educacionais e que eles possam reverberar em seu crescimento profissional e, conseqüentemente, na qualidade educacional dos alunos e do município.

6.1. Proposta de formação

Pauta do encontro de formação

Apresentação:

Durante minha pesquisa de Mestrado, procurei historiar e mapear as políticas públicas da municipalização e do IDEB na territorialidade de São José do Rio Preto. A pesquisa realizada poderá ampliar os conhecimentos dos gestores escolares, supervisores, técnicos de secretaria, secretários de educação e fomentar formações continuadas em serviço destes profissionais, bem como contribuir para subsídios das demandas educativas relacionadas ao conhecimento sobre a municipalização e IDEB em outras redes educacionais, visto que a pesquisa demonstrou lacunas sobre o relacionamento destas duas políticas.

Objetivos do Encontro:

- ✓ Conhecer sobre a história da municipalização e do IDEB e seus desdobramentos no Brasil, Estado de São Paulo e em especial em São José do Rio Preto.
- ✓ Compartilhar o que o campo educacional construiu de conhecimento relacionados à municipalização e IDEB.

- ✓ Divulgar entre os participantes os principais resultados da pesquisa.

Conteúdos Principais:

- ✓ A municipalização no município de São José do Rio Preto no período de 1997 a 2019.
- ✓ O IDEB médio das 10 regiões no município de São José do Rio Preto, no período de 2005 a 2019.
- ✓ O que dizem os ex-secretários de educação entrevistados e as relações destas duas políticas no município e suas regiões.
- ✓ Principais apontamentos da pesquisa.

Desenvolvimento do trabalho:

1) Introdução (6')

- ✓ Apresentação pessoal do formador.
- ✓ Apresentação da pauta de formação.

2) Explicação sobre os “conteúdos principais”. (34')

- ✓ Apresentação dos dados da municipalização no município de São José do Rio Preto no período de 1997 a 2019.
- ✓ Apresentação do IDEB médio das 10 regiões no município de São José do Rio Preto, no período de 2005 a 2019.
- ✓ Apresentação do que dizem os ex-secretários de educação entrevistados e as relações destas duas políticas no município e suas regiões.
- ✓ Apresentação dos principais apontamentos da pesquisa.

3) Em grupos pequenos distribuídos conforme as 10 regiões do município, discussão e registro sobre como os participantes perceberam, estas duas políticas no período de 1997 a 2019, e a formação continuada em serviço na rede municipal de ensino do município em relação ao IDEB. (20').

Questões norteadoras para a discussão e registro:

- ✓ Quais os desdobramentos do IDEB e da municipalização, na prática nas regiões?

- ✓ Quais ações são necessárias para ampliação do conhecimento das avaliações externas e do Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB?
- ✓ Como incluir os dados das avaliações externas no processo de avaliação institucional?

4) Socialização das discussões dos grupos através de apresentação de um representante de cada grupo (20').

5) Fechamento realizado pelo formador com uma sistematização do que foi exposto por todos os grupos (10').

6) Apresentação em Power point da experiência da pesquisa sobre os desdobramentos da Municipalização, do IDEB, no município e suas regiões, diante dos resultados encontrados com a Dissertação de Mestrado Profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação – Universidade de Araraquara UNIARA (10').

7) Abertura para perguntas e/ou dúvidas (10').

8) Questionário impresso de Avaliação individual do encontro (10').

Questionário impresso

9) Elaboração de relatório com base nos itens 4 e 8. Esse relatório será enviado para o campo empírico e para a UNIARA.

Canal de contato e divulgação do evento: -e-mail e whatsapp

Público-alvo: Gestores escolares, supervisores, técnicos de secretaria, Secretários de educação.

Quantidade de participantes: 50

Quantidade de participantes por turma: 50

Duração total do encontro de capacitação: 2h

Local: Swift – Escola de Formação de Gestores

Custos para o participante: Não haverá

6.2. Ficha de avaliação

Nome da formação: Mapeando e historiando os indicadores do IDEB e da Municipalização na territorialidade de São Jose do Rio Preto (1997 a 2019).

Data: /202_

ITENS	QUESTÕES – FORMAÇÃO CONTINUADA	RESPOSTAS		
		SIM	PARCIAL	NÃO
1	A Formação Continuada atingiu seu objetivo?			
2	O programa estabelecido foi completamente desenvolvido?			
3	A carga horária foi bem distribuída?			
4	A abordagem teórica foi clara?			
5	A abordagem prática foi suficiente?			
6	As instalações estavam adequadas?			
7	Os recursos foram adequados?			
8	O material apresentado foi satisfatório?			
9	A metodologia utilizada foi motivadora?			
10	Você poderá aplicar os conhecimentos em seu trabalho?			

ESPAÇO PARA JUSTIFICATIVA, OPINIÕES E SUGESTÕES:

ITENS	QUESTÕES – FORMADOR	RESPOSTAS		
		SIM	PARCIAL	NÃO
1	Demonstrou domínio do conteúdo?			
2	A didática de ensino foi motivadora?			
3	Relacionou-se satisfatoriamente com a turma?			
4	Administrou corretamente o tempo?			
5	Conduziu adequadamente as atividades práticas?			

ESPAÇO RESERVADO PARA JUSTIFICATIVA, OPINIÕES E SUGESTÕES:

A proposta de formação continuada em serviço a ser oferecida será importante para gestores, técnicos de secretaria e secretários, pois ela trará um material histórico sobre um período da educação municipal, além de análises sobre a gestão e os desdobramentos no âmbito municipal de duas políticas públicas educacionais implementadas nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental, desde o seu início e percurso até o ano de 2019.

Destaco que muitos dos atuais profissionais são ingressantes nas escolas de ensino fundamental da rede municipal, portanto não vivenciaram a implantação destas políticas e, no caso dos secretários, possuem uma visão de suas ações dentro de um determinado período, carregados dos fatos e contextos daquela ocasião, não abarcando a visão mais ampla de um período estendido. Portanto, para os profissionais em exercício, é importante ter o conhecimento de como surgiram tais políticas e como elas se deram neste período, com suas sustentações legais, os resultados obtidos e os desafios a enfrentar. Espera-se que, com esta visão ampliada, possibilite-se o entendimento da história destas políticas, uma vez que os profissionais em exercício estão dando continuidade ao vivenciá-la nos seus afazeres e, ainda, que com estes conhecimentos, possam identificar-se cada vez mais com a instituição em que trabalham e no desenvolvimento de tais políticas nas suas rotinas cotidianas, propiciando a melhoria da qualidade da educação.

Considerações Finais

Ao iniciar a última etapa desta pesquisa, considero que a palavra historiar no título deste trabalho, foi muito bem-vinda e pertinente, pois agora em outra perspectiva, a acadêmica, fez com que eu revisitasse a minha vivência da prática profissional das políticas públicas aqui abordadas. Desde 1987, ano de meu ingresso na rede estadual de ensino, as mudanças na área educacional foram aceleradas, pois a Constituição Federal de 1988 trouxe novos caminhos educacionais materializados na Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, nas leis de financiamentos da educação e, com a virada de milênio no ano 2000, isso se intensificou sobremaneira, ainda mais com o mundo digital, onde passamos a assistir guerras dentro de casa, o dinheiro de papel se tornou de plástico com os cartões e hoje eles já estão sendo substituído pelo Pix em nossos celulares na palma de nossas mãos. Estas mudanças impactaram na educação. Assim, no ano 2000, ingressei na rede municipal, a qual havia iniciado o processo de municipalização ao final do de 1997 e mais adiante houve a implementação do IDEB, que foram objetos deste trabalho, no qual procurei resgatar a história dessas duas políticas considerando e a territorialidade do município.

Durante a Pandemia, retomei minha vida acadêmica como aluno especial na Unesp de Araraquara, onde uma disciplina estudada abordava as políticas públicas e, com o desejo de aprofundamento, ingressei no Mestrado da Uniara. Durante as aulas, que na ocasião foram remotas devido à situação pandêmica, soube que havia um professor que trabalhava a questão de indicadores educacionais, o qual acabou se tornando no meu orientador. A partir de então, foram realizadas várias leituras e mapeamentos bibliográficos que tratavam destas duas políticas educacionais, do conceito de *accountability* e a realização de entrevistas com ex-secretários municipais de educação. Assim, diante deste novo olhar, agora com uma visão acadêmica mais adensada, apresento as considerações finais.

Quanto ao referencial de análise, o termo *accountability* traz significados de acompanhamento, prestação de contas, fiscalização, controle, regulação e responsabilização. Estes são elementos característicos e presentes nas políticas de municipalização e nos sistemas de avaliações externas que têm se configurado como uma forma de *accountability*, no caso, *accountability* educacional, e expressa nos resultados de indicadores educacionais, como o IDEB. Desse modo, os ocupantes de cargos

públicos, no caso os Secretários Municipais de Educação, são legalmente obrigados a prestar contas de suas ações, inclusive das relacionadas à municipalização e ao IDEB.

Quanto à municipalização, observou-se, a partir de 1997, no estado de São Paulo e em SJRP, forte retração da administração estadual e grande avanço da administração municipal, com a passagem das escolas estaduais para a administração municipal, também conhecido como processo de descentralização. Em 2019, a rede estadual já não tinha mais matrículas de alunos do ensino fundamental nos anos iniciais em SJRP. Tal situação está ancorada na Constituição Federal de 1988, consolidada na LDB de 1996 e impulsionada pelo FUNDEF de 1996 e seu substituto, o FUNDEB de 2007, que interferiram diretamente na destinação de recursos e financiamento da educação.

As entrevistas destacaram que a municipalização foi vantajosa tanto para o município como para os munícipes, pois possibilitou maior número de alunos atendidos e mais recursos financeiros. No entanto, apresentou conflitos entre profissionais da educação nos primeiros anos, aumentou o gasto de recursos financeiros na manutenção dos prédios escolares, realização concursos públicos, licitações de materiais, contratação de pessoal terceirizados e construção de novas escolas. Na medida que o município passou a ter mais recursos financeiros, foram implementados os acompanhamentos dos conselhos, do tribunal de contas, câmara de vereadores e a cobrança da imprensa com a transparência, de controle e prestação de contas, com responsabilização, enfim a *accountability* educacional.

Quanto ao IDEB, destacou-se que tem limitações, necessita de aperfeiçoamento, mas é confiável, que demonstra os avanços na qualidade do ensino do município, mas deve haver reflexões sobre os seus resultados, em todos os níveis administrativos, pois também podem influenciar em outras políticas públicas. Quanto à busca da melhoria da qualidade educacional, as condições e insumos ofertados têm sido importantes, contudo, as condições socioeconômicas e de vulnerabilidade social no município influenciam os resultados do IDEB. Os ex-Secretários Municipais de Educação entrevistados, que a partir de 2005 vivenciaram o IDEB e divulgação de seus resultados, relatam que se sentiam pressionados, pois o não atingimento das metas gerava cobranças da comunidade, da imprensa e dos políticos, com rankings e comparação com outros municípios.

O IDEB vem inspirando as políticas públicas e se observa que o município ao longo de 14 anos apresenta melhorias. No entanto, os dados mostram que a municipalização não impactou nos resultados do IDEB, uma vez que no ano de 2005, as escolas municipalizadas estavam sob as regras e administração municipais no mínimo há

seis anos e no período de 2000 a 2017 nenhuma escola foi municipalizada. Entretanto, surge o alerta para o município, em relação ao cumprimento das metas IDEB, uma vez que a estagnação ou queda em determinadas regiões, reflete nos resultados do município e, portanto, tais regiões e suas escolas deverão ser objetos de atenção e ações estratégicas dos gestores no planejamento das políticas públicas educacionais.

Quanto à municipalização e IDEB em SJRP, verifica-se que ambas partiram do espelhamento das políticas estabelecidas em nível federal e estadual e não da reivindicação popular. Outro fato a ser destacado é que a rede municipal de ensino tinha pouquíssima experiência ao assumir o ensino fundamental e, conseqüentemente, na cultura de avaliação se comparada à rede estadual paulista e, portanto, é natural que houvesse um período de adaptação da máquina pública municipal.

Na questão de participação e melhoria da qualidade do ensino, trazidas por elas, ambas fortaleceram a gestão democrática, com a criação e a participação nos conselhos de Educação e do FUNDEB e a criação do Sistema Municipal de Educação no ano 2000. Ainda no relacionamento das duas políticas, foi possível constatar que houve melhoria nas condições de atendimento dos alunos quanto à segurança, com prédios mais adequados e conservados e a criação do Grupo Gestor Intersetorial, que permite a articulação das políticas públicas como Educação, Saúde e Assistência Social, nas 10 regiões do município.

O objetivo central da pesquisa demonstrou que a municipalização e o IDEB fortaleceram a relação e cooperação entre várias políticas e diretrizes nacionais da educação, e, para tanto, foram estabelecidas parcerias e interfaces com o governo Estadual, Federal, e municipal, com outras secretarias. E assim, exigiu-se dos secretários municipais da educação, a adoção de ações e medidas complexas, como, a articulação de todos os setores quanto à organização da educação relacionados ao controle dos recursos financeiros e humanos, definição de regras, orientação, além das atribuições pedagógicas, como assistência e formação em serviço aos profissionais da educação.

Considerando a pergunta de pesquisa, verifico que os impactos da municipalização foram diferenciados nas regiões do município, com influência do nível sociodemográfico. As relações das duas políticas impulsionaram e auxiliaram a formação e valorização dos profissionais de educação, a informatização e acesso à internet banda larga, a melhoria da infraestrutura básica das escolas e promoveu a articulação das políticas educacionais com outras, fortalecendo as questões pedagógicas, além de promover a melhoria dos indicadores educacionais.

Quanto à hipótese de pesquisa, o estudo revelou que a municipalização e o IDEB possuem estreitas relações e implicações significativas com outras políticas educacionais, como políticas do currículo, financiamento da educação, matrículas, recursos humanos, combate ao analfabetismo, evasão e reprovação, melhoria e expansão física da rede escolar, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência à saúde, dentre outras.

Quanto à contribuição do produto, espera-se que sirva para registro, compreensão, desenvolvimento e reflexões das implantações e desdobramentos destas duas importantes políticas educacionais e relações com as demais políticas no município.

Assim, espera-se que as considerações aqui realizadas possam contribuir para o enriquecimento da área da pesquisa sobre o conhecimento de como se deram as políticas da municipalização e do IDEB no campo empírico investigado e para auxílio e colaboração a outros municípios.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. A. Educação: um novo patamar institucional. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, ed. 87, v. 29, n. 2, p. 130-143, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Qg56GTLRdtwSxvWppDTGWnz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 maio 2023.

ADRIÃO, T. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 79-98, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xGQwwW8NtM8J6yvFYddT79s/?format=pdf&lang=pt..> Acesso em: 21 fev. 2023.

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 471–484, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VPqPJDyyZ5qBRKWVfZfDQ3m/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 abr. 2023.

AFONSO, A. J. Tendências Regulatórias e Impactos nas Desigualdades Educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 40, e0220116, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WWcdhF8SPb69VqjfT3kLMMg/?lang=pt#>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ARELARO, L.R. A municipalização do ensino no estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: **OLIVEIRA, C. et al. Municipalização do ensino no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica**, 1999, p. 61-90.

ALMEIDA, L. C. Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa Em Larga escala: evidências de uma rede. **Educação em Revista**, e233713, v. 36, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XGfdRbfzYmKNKKSbFSN9dRR/?lang=pt> Acesso em: 22 nov. 2022.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 177–194. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PkVXrTbnCJDktQxLZNK7dDj/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ANDREWS, C. W.; VRIES, M. S. Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do Ideb (2005-2009). **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2012, v. 42, n. 147, pp. 826-847. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10/29>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ARAÚJO, G. C. de. A relação entre federalismo e municipalização: desafios para a construção do sistema nacional e articulado de educação no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 1, p. 389–402, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nM9LdyqZMmG67sNFpTJdCfj/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2022

- ARAÚJO, K. H.; COSTA, A. G.; ZIENTARSKI, C. Qual o lugar que as crianças do 2º ano do Ensino Fundamental ocupam na política de *accountability* escolar no estado do Ceará? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 119, p. e0223406, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/cvPYPHPPr9JxXhkM3HFttwmC/?lang=pt#> Acesso em: 21 abr.2023.
- AZANHA, J. M. P. Uma ideia sobre a municipalização do ensino. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 12, p. 61–68, 1991. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/sMQkszQxYYBT6SJvrFLzFFF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- AZEVEDO, J. M. L. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 49–71, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/57qR4WBxvqrBSDRgpSBNvXJ/?lang=pt> Acesso em: 12 jun. 2022.
- BAHIA, Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, **Reforma a Instrução Pública do Estado**. 1925. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134871/15%20-%20Lei%20N.%201.846%2c%20de%2014%20de%20Agosto%20de%201925.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 abr. 2023.
- BAPTISTA, P. F. A política de municipalização do ensino fundamental: limites ao controle de políticas públicas de educação. **Revista Eletrônica da PGE-RJ, [S. l.]**, v. 5, n. 1, 2022. DOI: 10.46818/pge.v5i1.273. Disponível em: <https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/index.php/pge/article/view/273>. Acesso em 06 fev. 2023.
- BARREYRO, G. B. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educar em Revista**, n. 38, p. 175–191, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kJHhSgXgjKC3zx3jWZ6vqQP/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 21 jun. 2023
- BARON, R. O ensino e a aprendizagem da escrita na língua materna: Da transdisciplinaridade ao colonialismo implícito nos gêneros exames de larga escala e avaliações do desempenho da aprendizagem dos alunos nas salas de aula. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 60.1, p. 233-247, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/Xfk8bfnH6wRRgNDsj9wdHLg/?lang=pt> Acesso em: 03 fev. 2023.
- BASSO, F. V.; FERREIRA, R. R.; OLIVEIRA, A. S. Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.30, n.115, p. 501-519, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902436>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/h4wpxfkMkZvSZhXSB8gt7XG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BAUCH, O. L. **Escola de tempo integral no Sistema Municipal de Ensino de São José do Rio Preto: Núcleo da Esperança “Vila Azul” (2012-2016)**. 2018, 178f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, SP. 2018.

Disponível em:

https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4550.pdf Acesso em: 15 fev. 2023.

BAUER, A. Avaliação de Redes de Ensino e Gestão Educacional: aportes teóricos.

Educação & Realidade, v. 44, n. 1, p. e77006, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jNxnX9SqBpxJZjRBVjrPwfx/?lang=pt#> Acesso em: 20 fev.2023

BAUER, A.; ALAVARSE; O. M.; OLIVEIRA, R. P. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-

1382, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508144607>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 fev. 2023.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de

institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132,

1999. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0100-15741999000300005>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/TCDfghNzNbWbgtqW5NMmJ7G/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de

fevereiro de 1891. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso

Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos

e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro. RJ. 1891. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10

fev. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de Setembro de 1946.

Mesa da Assembleia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do

Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts.

218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o

conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar

fiel e inteiramente como neles se contém. Rio de Janeiro, RJ. 1946. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 12

abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de**

1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26

mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2007a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1996a. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Cidades e Estados: São José do Rio Preto**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-do-rio-preto.html>. Acesso em: 08 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP. **Resultados**. 2019a. Disponível em: [resumo_tecnico_do_estado_de_sao_paulo_censo_da_educacao_basica_2019.pdf](https://www.inep.gov.br/resumo_tecnico_do_estado_de_sao_paulo_censo_da_educacao_basica_2019.pdf) (inep.gov.br). Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Educação Básica**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais> Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB)**. 2007b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/Ideb#:~:text=O%20C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20da,m%C3%A9dias%20de%20desempenho%20nas%20avalia%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. – **SAEB / Prova Brasil Metodologia, Estratégias e Resultados**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9276-prova-brasil-metodologia-estrategia-resultado-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019**. 2019b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_sao_paulo_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica (ANRESC/ANEBA/ANA)**. 2016a. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/presente/saeb/137>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, RJ. 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1996c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2007c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga

dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. FNDE - Sobre o PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola. 2016b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/1ccr/pdde.html> Acesso em: 21 jun. 2023

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.795, de 27 de dezembro de 1994. Criar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica com os seguintes objetivos gerais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 20.767-20.768, 28 dez. 1994. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=91&data=28/12/1994&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 55, p. 16-17, 22 mar. 2005. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/Portaria931_NovoSaeb.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 109, p. 17, 10 jun. 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2013/portaria_n_482_07062013_mec_inep_saeb.pdf Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 458, de 5 maio de 2020. Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 85, p. 57, 6 maio 2020c. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2020/legislacao/portaria_n458_05052020.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. Ministério da Educação. Requerimento de Informação nº 664, de 2021, da Comissão Externa Ministério da Educação. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF, 2021.e Ofício nº 1268/21- MEC. Disponível em: [prop_mostrarintegra \(camara.leg.br\)](http://prop_mostrarintegra.camara.leg.br). Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior: Cadastro e-MEC**. 2023a. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. Portaria nº 839, de 26 de maio de 1999. Criar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, com o objetivo geral de monitorar a qualidade do ensino, a equidade e a eficiência do sistema de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1999. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1211980/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-05-1999/pdfView>. Acesso em: 26 abr.2023.

_____. Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho: guia de consulta / coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cme_guiaconsulta.pdf Acesso em: 22 jun. 2023

_____. TESOURO NACIONAL – **Transferências Constitucionais**, 2023b. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::MOSTRA:NO:RP> Acesso em: 18 abr.2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto... Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). v. 53, n. 1 (2002), **Revista do Serviço Público - RSP**, ano 53, n. 1, p. 5-27. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1919/1/2002%20Vol.53%2cn.1%20Bresser.pdf> Acesso em: 24 abr.2023.

CAETANO, E. F. S. A descentralização da educação básica para municípios e estados: realidades e contradições. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 12, n. 1, p. 85–102, 2019. DOI: 10.18554/rt.v0i0.2656. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/2656>. Acesso em: 06 abr. 2023.

CALLEGARI, C. O FUNDEB e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo. São Paulo: **Aquariana, IBSA/ APEOESP**, 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1205753/FUNDEB_SP.pdf Acesso em: 20 jun.2023.

CAMPOS, A.M.A. de. - Escolas isoladas: célula mater da instrução pública do estado de são paulo (1907-1936) **Revista Historiador Número 10**. Ano 10. Março de 2018. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/dez/03anacampos.pdf> Acesso em: 12 maio 2023.

CANCIAN, R. **Assembleia Constituinte – Assembleias surgiram antes da independência americana**. UOL Sociologia. 2018. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/assembleia-constituente-assembleias-surgiram-antes-da-independencia-americana.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CAPELA, M. B. **Política de avaliação da educação básica: implicações do Ideb para a qualidade do ensino na EMEF Profa. Maria Nadir Filgueira Valente, Cametá-PA**. 2018. 239 f. Mestrado em Educação e Cultura Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Cametá Biblioteca Depositária: Biblioteca setorial Campus Cametá-UFP. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6355059. Acesso em: 13 mai. 2022.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de teses e dissertações**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

- CARDOSO, V. **As relações entre o Ideb e os indicadores socioeconômicos dos municípios da região da AMFRI**. 2018, 124 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí Biblioteca Depositária: UNIVALI. 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6459472. Acesso em: 13 mai. 2022.
- CARDOZO, E. N. R. **Escolas de qualidade” da rede pública municipal de educação de Belém/PA segundo o Ideb: que qualidade é esta?** 2018, 160 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém Biblioteca Depositária. 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6451787. Acesso em: 13 mai. 2022.
- CAVALCANTE, J. L. **Plano municipal de educação do município de Itamarati/AM: uma análise da meta 7 e o seu alinhamento com PEE/AM**. 2017, 116 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF. 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5787?mode=full>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- CLARK, J. U. A Primeira República, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano: 1889-1930. *In. HistedBR*. Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP. 2006. Disponível em:
<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/a-primeira-republica-as-escolas-graduadas-e-o-ideario-do-iluminismo-republicano> Acesso em: 01 abr. 2023.
- CHIRINÉA, A. M. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2010. Disponível em:
https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/chirinea_am_me_mar.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.
- CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O Ideb como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 87, p. 461–484, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3FwTBZ79fLPRRwHFfVgmkP/?format=pdf> Acesso em: 16 nov. 2022.
- CNS. Conselho Nacional de Saúde. **Ministério da Saúde**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1267-comissao-do-cns-apresenta-cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquis-a>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- COELHO, M. I. DE M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 59, p. 229–258. 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Z7LQTH3QPZSqfVh9J9PbkNQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 nov. 2022.

COSTA, B. L. D., DUARTE, V. C. (2008). Os efeitos do FUNDEF nas políticas educacionais dos municípios mineiros. **Educação Em Revista**, (48), 143–170. Disponível em: SciELO - Brasil - Os efeitos do FUNDEF nas políticas educacionais dos municípios mineiros Os efeitos do FUNDEF nas políticas educacionais dos municípios mineiros. Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, J. M. A. **A municipalização do ensino via cooperação entre entes federados: um estudo em dois municípios do território do sisal no semi-árido bahiano**. 2008. 164 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, BA, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11791/1/Jean%20Costa.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CROZATTI, J. Variáveis que influenciaram o Ideb do ensino fundamental das redes públicas municipais paulistas em 2017. **Educação e Pesquisa** [online]. 2021, v. 47, e230327. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147230327>. Acesso em: 13 mai. 2022.

DUARTE, N. S. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 343–363. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9rCJD4RtTJm5F8qVYfBc4SM/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ESPINOZA, R. M. *Accountability*. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B. AMABILE, A. E. N. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG. 2012. Cap. 36, p. 16-18. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2012/2012_DICIONARIO_DE_POLITICAS_PUBLICAS_VOL_1.pdf. Acesso em: 23 fev.2023

FARIA, G. **Educação primária em Rio Preto: o processo de municipalização do ensino**. São José do Rio Preto: THS Arantes Editora, 2007.

FERRAROTTO, L. As repercussões das avaliações externas em larga escala na organização do trabalho pedagógico: uma possibilidade de discussão a partir do estágio supervisionado. **Educação em Revista**, v.38, e36707, p. 1-17. Belo Horizonte, MG, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/bcG7fqxT4NZSHfzvDWJyjt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2023.

FIGUEIREDO, D.; CARMO, E.; MAIA, R.; SILVA, L. Os cavalos também caem: Tratado das inconsistências do Ideb. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 552–572, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/7x9tyCtnSPdwJ9fCZwgr9ZF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr.2023.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 965–987. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FREITAS, L. C. DE. Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 348–365, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/V4MXNvFYBPttrhtDP6qMmKDH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20 abr.2023

GADOTTI, M. **Educação Brasileira Contemporânea: Desafios do Ensino Básico**. 1997. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3393/1/FPF_PTPF_01_0416.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

GARCIA, V. E. Federalismo e gestão educativa no Brasil: notas para debate. **Em Aberto**. Brasília, v. 19, n. 75, p. 70-77, 2002. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2571/2309>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GARCIA, T. O. G.; ADRIÃO, T. M. F.; ARELARO, L. R. G. O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna na Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto: Decorrências para a Gestão Educacional. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 123–142, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4011>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GARDENAL, I. Ferramenta mensura impacto pedagógico do uso do computador no ensino de música. **Jornal da Unicamp**. Ed. 459, ANO XXIV – Nº 459. Campinas, SP. 2010. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/abril2010/ju459_pag11.php Acesso em: 23 mar. 2023.

GESQUI, L. C. O Ideb como Parâmetro de Qualidade da Educação Básica no Brasil: algumas preocupações. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 3, p. 88–99, 2016. DOI: 10.18764/2178-2229.v23n3p88-99. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4088/3537> Acesso em: 07 fev. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. - São Paulo: **Atlas**, 2002. Disponível em: https://sgcd.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/gil_como_elaborar_projetos_de_pesquisa_-anto.pdf. Acesso em: 13 de mai. de 2022.

GOHN, M. G. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. **EccoS – Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 23-38, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1535>. Acesso em: 08 abr. 2023.

GOMES, S. C. **Fatores explicativos das diferenças estratégias de municipalização do Ensino Fundamental nos subnacionais do Brasil (1997 -2000)**. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30072008-134133/publico/TESE_SANDRA_CRISTINA_GOMES.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

HAESBAET, R. Território e multiterritorialidade: um debate, **Geografia, Rio de Janeiro**, v 9, n 17, p.19-46, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geografia/article/view/13531/8731> Acesso em:06 jul.2023.

IBILCE. **Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas** – Campus de São José do Rio Preto. 2023. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

IFSP. **Instituto Federal de São Paulo**, Campus de São José do Rio Preto. 2023. Disponível em: <https://sjp.ifsp.edu.br/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

JACOMINI, M. A.; CARNEIRO, S. R. G.; RODRIGUES A. C. C.; SILVA, R. B. B. Padronização, controle e *accountability* na política curricular paulista (2007-2018). **Revista Brasileira de Educação** [Internet], Rio de Janeiro, v. 26, e260074, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782021000100252&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 fev. 2023.

JESUS, R. M. **Jornalismo, literatura e engajamento (manuscrito): direcionando o olhar para as estratégias discursivas praticadas pelo jornal Folha de S. Paulo, durante a cobertura da campanha Diretas já**. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, programa de Pós-graduação em Comunicação. Fortaleza (CE). 2011. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/680>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KANG, T. H. Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, n. 3, p. 573–598, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/JjXGhdJMCRG6gcQ6jGgryVj/?lang=pt#>. Acesso em: 08 abr. 2023.

KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. **Entenda a Teoria de Respostas ao Item (TRI), utilizada no Enem**. Brasília, 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota_tecnica/2011/nota_tecnica_tri.pdf Acesso em: 23 jan. 2023.

LACRUZ, A. J.; AMÉRICO, B. L.; CARNIEL, F. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240002. p. 1-26. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vhnxFSdSRGsDnq3kf8YZ96S/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LAGARES, R.; BEARZI, A. E. Regulação por Resultados e Reconfigurações em Arranjos Institucionais Endereçados ao Governo Democrático da Educação. **Educação em Revista**, v. 39, e36571, p. 1-23. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469836571> Acesso em: 21 abr. 2023.

LEVI, M. L. Municipalização. In: Geraldo Di Giovanni; Marco Aurélio Nogueira. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2ªed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, v. 1, p. 601. 2018.

LEVY, C. Unicamp formula 66 projetos para a área de políticas públicas. **Jornal da Unicamp**. Edição 288. 2005. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/maio2005/ju288pag04.html. Acesso em: 23 mar. 2023.

LIMA, R. Estado Mínimo, o que é? **Politize, 2020**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-minimo/#:~:text=Estado%20M%C3%ADnimo%20nada%20mais%20%C3%A9,privadas%20fun%C3%A7%C3%B5es%20consideradas%20n%C3%A3o%20essenciais.> Acesso em: 22 jun.2023.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M.. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 413–436, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/fyKb65xtFvXhMw3Hhpv9vNk/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022

MALTA, M. **Análise da Política de Avaliação Nacional da Alfabetização**. 2022. 122 f. Doutorado em educação escolar Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Araraquara. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara/SP. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/234378> Acesso em: 21 nov. 2022.

MARTINS, A. M. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 221–238, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4sq8ktwWr6PLzNrKQyv65hz/?lang=pt#>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MELLO, C.C. de. **A política educacional paulista e o processo de municipalização - 1995 -2008: gerencialismo de resultados e patrimonialismo** / Claudia Carnevskis de Mello – São Carlos: UFSCar-Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos,2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2712/5929.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 ago. 2022

MELLO, L. R. **A avaliação de sistema educacional (em larga escala) do Brasil e do Uruguai: relações com *accountability* e com o direito à educação de qualidade**. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, SP. 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/194422/mello_lr_dr_rcla.pdf?sequence=5&isAllowed=y Acesso em: 10 abr. 2023.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. O FUNDEB e a municipalização do ensino fundamental em São Paulo, novo fundo, velhas tendências. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v. 22, n. 41, 2012, p. 145-165. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107362>>. Acesso em: 20 jun.2023.

MINAS GERAIS, **Resolução SEE nº 4584**, de 22 de junho de 2021. Dispõe sobre o projeto Mãos Dadas. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/resolucoes?start=400>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MIRELLA, L. **Rio Preto é a 2ª melhor cidade do país**. Jornal Diário da Região, São José do Rio Preto, SP. 2020. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/riopreto/rio-preto-e-a-2-melhor-cidade-do-pais-1.846550>. Acesso em: 08 mai. 2023.

MORAES, M. G. Z. **O processo de municipalização do ensino em Itirapina: a experiência de uma década**. 2009. 357 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP. 2009. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BCo/UFSCar Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2497/2394.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MORENO, L. **Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica: em análise o IDEB e o IDESP nas ações de intervenções pedagógicas e de gestão**. 2019. 108 f. Mestrado em EDUCAÇÃO ESCOLAR Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara Disponível em : https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7735130. Acesso em: 20 nov. 2022.

NOGUEIRA, C. R. **São José do Rio Preto 1852-1945: apontamentos para a história do grande município paulista**. São Paulo, 1975.

NORMAS LEGAIS. Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN. **Portal Normas Legais**. 2023. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/controle-constitucionalidade-acao-direta-inconstitucionalidade-adin.htm>. Acesso em: 28 abr. 2023.

NEVES, F.M. Ensino Mútuo / Método Mútuo / Método Monitorial. Coleção "navegando pela história da educação brasileira" – 2006. **In. HistedBR**. Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP. 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/ensino-mutuo> Acesso em: 01 abr. 2023.

OLIVEIRA, B. A. **Gestão educacional pós-municipalização: práticas patrimonialistas, poder e outros desafios na ótica dos gestores**. 2011. 113 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BCo/UFSCar. 2011. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2606?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 28 jun. 2022.

OLIVEIRA, L. X. de; FRANÇA-CARVALHO, A. D.; TAVARES, A. M. B. do N. Política de responsabilização escolar (*accountability school*) e formação de professor: cenários e atores na avaliação educacional brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 2049–2065, 2020. DOI:

10.21723/riaee. v15i4.13887. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13887>. Acesso em: 23 jun. 2023.

OLIVEIRA, R.P. A municipalização cumpriu suas promessas de democratização da gestão educacional? Um balanço crítico. **Revista Gestão em Ação**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 99-106, 2003. Disponível em:

http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav6n203_avaliacao.pdf Acesso em: 08 abr. 2023

PASSOS, J. Manifesto dos Pioneiros, marco da defesa da escola pública, universal e laica, faz 90 anos. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz**. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/manifesto-dos-pioneiros-marco-da-defesa-da-escola-publica-universal-e-laica-faz>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PEDERIVA, J.H. *Accountability*, constituição e contabilidade. **Revista de Informação Legislativa**, v. 35, n. 140, p. 17-39, out./dez. 1998. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/etica/images/A_credibilidade_nas_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas/Livros/Constitui%C3%A7%C3%A3o_responsabilidade_e_contabilidade.pdf . Acesso em: 05 maio 2023.

PERBONI, F. **Sistemas de avaliação externa e em larga escala nas redes de educação básica dos estados brasileiros**. 2016. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente), Presidente Prudente/SP. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136441>. Acesso em: 13 mai. 2022.

PEREIRA, D. C. **O negro nas fimbrias da localidade: reflexões a propósito da Educação para as Relações Étnico-Raciais em São José do Rio Preto (SP)**. 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181681?show=full>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PINHEIRO, C. M. **O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o princípio de gestão democrática na Constituição Federal de 1988**. 2015. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, SP. 2015. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124369>. Acesso em: 27 abr. 2023.

QEDU. **São José do Rio Preto**. 2019. Disponível em:

<https://qedu.org.br/municipio/3549805-sao-jose-do-rio-preto/Ideb>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RAMOS, M. N.; SILVA, L.; SILVA, J. B. P.; FILHO, A. J. C. Uma análise longitudinal do Ideb em municípios de médio porte do estado de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e**

Políticas Públicas em Educação, v. 31, n. 118, e0233818, p. 1-22. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/QFQKGrvsZhFdsnM7WHztbFK/?lang=pt#>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Revista Paidéia**. Ribeirão Preto, n. 4, p. 15–30, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RISCAL, J. R.; LUIZ, M. C. **Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala o desempenho de escolas públicas no Brasil**. São Carlos: Editora Pixel. 2016. 161 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49171-gestao-democratica-e-a-analise-de-avaliacoes-larga-escala/file>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTOS, A. F. Administração Pública Brasileira: O Modelo Gerencial e as Ferramentas de Melhoria na Gestão Pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 3, ed. 8, v. 4, p. 1-14. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/o-modelo-gerencial> Acesso em: 23 abr. 2023.

SCIELO - *Scientific electronic library online*. **Coleção da biblioteca**. São Paulo, SP. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SIG RIOPRETO. **Sistema de Informação Geográfica de São José do Rio Preto**. 2018. Disponível em: <https://sig.riopreto.sp.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=a2d1e2a003dd450b8af235748758904b> Acesso em: 02 mai. 2023.

SJRP. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2006**. 2006a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/42199_2006.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2007**. 2007a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/42214_conjuntura_2007.pdf Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2008**. 2008a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/42215_Conjuntura%202008.pdf Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2009**. 2009a. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp->

content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/42216_Conjuntura%202009.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2010.** 2010a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/42217_Conjuntura%202010.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2011.** 2011a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/54537_Conjuntura%202011.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2012.** 2012a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/59836_Conjuntura%202012.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2013.** 2013a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/70316_Conjuntura%202013.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2014.** 2014a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/90618_Conjuntura%202014.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2015.** 2015a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/98838_Conjuntura%202015.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2016.** 2016a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/115185_conjuntura%202016.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2017.** 2017a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/123329_Conjuntura%202017.pdf
Acesso em 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2018.** 2018a. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/132497_Conjuntura%202018-.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2019**. 2019a. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/conjuntura-2019.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2020**. 2020a. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/conjuntura-2020.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021**. 2021a. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/Conjuntura-2021.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. **Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2022**. 2022a. Disponível em: [CONJUNTURA-2022.pdf \(riopreto.sp.gov.br\)](#) Acesso em: 08 mai. 2023.

SJRP. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação nº 02. 2007b**. Fixa normas sobre a implantação do Ensino Fundamental de 09 anos no Sistema Municipal de Ensino de São José do Rio Preto. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1z8172VZW0QmryQrgYuKVDrzGMThIVaS-/view?usp=share_link. Acesso em: 12 fev. 2023.

SJRP. **Decreto Municipal nº 9.353, de 20 de dezembro de 1997**. Ficam criadas as Escolas Municipais. 1997a. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=271294> Acesso em: 03 nov. 2022.

_____. **Decreto Municipal nº 9.775, de 07 de agosto de 1998**. Ficam criadas as Escolas Municipais. 1998a. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=270870>. Acesso em: 03 nov. 2022.

_____. **Decreto Municipal nº 10.058, de 27 de janeiro de 1999**. Ficam criadas as Escolas Municipais. 1999a. Disponível em: [arquivo \(siscam.com.br\)](#). Acesso em: 03 nov. 2022.

_____. **Decreto Municipal nº 10.494, de 11 de dezembro De 1999**. -Institui o Programa de Integração das Creches Municipais à Rede de Ensino Municipal e dá Providências Correlatas. 1999b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-riopreto/decreto/1999/1050/10494/decreto-n-10494-1999-institui-o-programa-de-integracao-das-creches-municipais-a-rede-de-ensino-municipal-e-da-providencias-correlatas?q=10.494%20>. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 12.578 de 20 de outubro de 2004**. Cria Escola Municipal de Ensino Fundamental no "Jardim Simões", localizada na Rua Michel Jacob, s/n, daquele bairro. 2004a. Disponível em: [arquivo \(siscam.com.br\)](#) Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 12.720, de 24 de fevereiro de 2005.** Cria Escola Municipal Jardim Gabriela de ensino fundamental. 2005a. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=267968> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 12.938, de 07 de outubro de 2005.** Cria Escola Municipal de 5ª a 8ª Série no Parque da Cidadania. 2005b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=267752> Acesso em: 18 abr. 2023

_____. **Decreto Municipal nº 13.722, de 09 de outubro de 2007.** Cria Escola Municipal do eldorado. 2007c. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=266969> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.647, de 17 de fevereiro de 2011.** Cria escola municipal no residencial parque da liberdade - ensino fundamental. 2011b. Disponível em: [arquivo \(siscam.com.br\)](https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=267968) Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.783, de 26 de maio de 2011.** Dispõe sobre a administração do “Complexo Swift de Educação e Cultura”. 2011c. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/DecretosMunicipais/15783> Acesso em: 12 mar.2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.932, de 30 de setembro de 2011.** Cria Escola Municipal do "Núcleo da Esperança - Santa Catarina" - Ensino Fundamental. 2011d. Disponível em: [arquivo \(siscam.com.br\)](https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=264757). Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.933, de 30 de setembro de 2011.** Cria Escola Municipal do "Parque Nova Esperança" - Ensino Fundamental. 2011e. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=264757> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.935, de 30 de setembro de 2011.** Cria Escola Municipal do "Núcleo da Esperança - Santa Clara" - Ensino Fundamental. 2011f. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=264755>. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.937, de 30 de setembro de 2011.** Cria Escola Municipal do "Núcleo da Esperança Alvorada - Pousada dos Pássaros" - Ensino Fundamental. 2011g. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/DecretosMunicipais/15937> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.939, de 30 de setembro de 2011.** Cria Escola Municipal do "Núcleo da Esperança - Vila Azul". 2011h. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/Documentos/Documento/202284>. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 15.961 de 06 de outubro de 2011.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação. 2011i. Disponível em:

<https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Decreto-15.961.pdf>
Acesso em: 05 maio 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 17.180, de 22 de outubro de 2014.** Cria Escola Municipal de Ensino Fundamental do Bairro Residencial Lealdade/Amizade. 2014b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=263517> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 17.619, de 18 de outubro de 2016.** Cria Escola Municipal no Bairro Residencial Caetano. 2016b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=338254>. Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 17.844, de 04 de setembro de 2017.** Cria Escola Municipal no bairro Parque Jaguaré. 2017b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=359502> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 17.991, de 7 de março de 2018.** Cria Escolas Municipais objetivando assegurar a continuidade da implantação do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado - Município para Atendimento do Ensino Fundamental. 2018b. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/DecretosMunicipais/17991>. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências.** 2018c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=61122>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. **Decreto Municipal nº 18.475, de 17 de dezembro de 2019.** Altera o Decreto nº 15.961, de 6 de outubro de 2011 e suas alterações, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação. 2019b. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/DecretosMunicipais/18475> Acesso em: 02 jun. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 89, de 10 de julho De 1998.** Cria A Rede De Ensino Fundamental Municipal. 1998b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/1998/8/89/lei-complementar-n-89-1998-cria-a-rede-de-ensino-fundamental-municipal>. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira, Vencimentos e Salários do Magistério Público do Município de São José do Rio Preto e dá outras providências correlatas. 2001a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2001/14/138/lei-complementar-n-138-2001-dispoe-sobre-o-estatuto-plano-de-carreira-vencimentos-e-salarios-do-magisterio-publico-do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-e-da-outras-providencias-correlatas>. Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 340, de 16 de maio de 2011.** Altera dispositivos da lei complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e da lei complementar nº 333, de 10 de fevereiro de 2011, e dá outras providências. 2011j. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2011/34/340/lei-complementar-n-340-2011-altera-dispositivos-da-lei-complementar-n-138-de-28-de-dezembro-de-2001-e-da-lei-complementar-n-333-de-10-de-fevereiro-de-2011-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 abr. 2023

_____. **Lei Complementar nº 365, de 24 de abril de 2012b.** Altera Dispositivos Da Lei Complementar nº104 De 22 De Julho De 1999. 2012b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2012/36/365/lei-complementar-n-365-2012-altera-dispositivos-da-lei-complementar-n-104-de-22-de-julho-de-1999>. Acesso em: 17 abr.2023.

_____. **Lei Complementar nº 474, de 22 de junho de 2015.** Institui o Controle Interno do Poder Executivo. (Revogada pela Lei Complementar nº 705/2023). 2015c Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2015/47/474/lei-complementar-n-474-2015-institui-o-controle-interno-do-poder-executivo> Acesso em: 02 jun.2023.

_____. **Lei Complementar nº 705, de 15 de fevereiro de 2023.** Dispõe sobre o Controle Interno do Poder Executivo. 2023a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2023/70/705/lei-complementar-n-705-2023-dispoe-sobre-o-controle-interno-do-poder-executivo> Acesso em: 02 jun.2023

_____. **Lei Complementar nº 706, de 16 de fevereiro de 2023.** Reajusta e institui novas Tabelas Salariais para o Funcionalismo Público Municipal e dá outras providências. 2023b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-complementar/2023/70/706/lei-complementar-n-706-2023-reajusta-e-institui-novas-tabelas-salariais-para-o-funcionalismo-publico-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 08 abr. 2023.

_____. **Lei Orgânica nº 1, de 03 de abril de 1990.** Dispõe sobre a lei orgânica do município de são José do rio preto, e dá outras providências. 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sao-jose-do-rio-preto-sp> Acesso em: 05 maio 2023.

SJRP. Lei nº 1.825, de 2 de julho de 1974. Fica o Poder Executivo Autorizado a Instituir, Manter e Desenvolver o Ensino Municipal de 1º Grau, Progressivamente e na Medida de sua Capacidade financeira. 1974. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/1974/183/1825/lei-ordinaria-n-1825-1974-fica-o-poder-executivo-autorizado-a-instituir-manter-e-desenvolver-o-ensino-municipal-de-1-grau-progressivamente-e-na-medida-de-sua-capacidade-financeira?q=1825> Acesso em: 30 abr.2023.

_____. **Lei nº 6.481, de 10 de outubro de 1996.** Dispõe sobre O Orçamento Fiscal Do Município De São José Do Rio Preto, Para O Exercício De 1997. 1996. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/1996/649/6481/lei-ordinaria-n-6481-1996-dispoe-sobre-o-orcamento-fiscal>

do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-para-o-exercicio-de-1997. Acesso em: 17 abr. 2023

_____. **Lei nº 6.945, de 22 de dezembro de 1997.** Dispõe Sobre o Orçamento do Município de São José do Rio Preto, para o Exercício de 1998. 1997b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/1997/695/6945/lei-ordinaria-n-6945-1997-dispoe-sobre-o-orcamento-do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-para-o-exercicio-de-1998-r-182400000-00>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 7.030, de 7 de janeiro De 1998.** Dr. José Liberato Ferreira Caboclo, Prefeito Municipal de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei, promulgo a seguinte lei. 1998c. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/SaoJoseDoRioPreto-SP/LeisOrdinarias/7030>. Acesso em: 16 abr. 2023.

_____. **Lei nº 7.345, de 18 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto, para o Exercício de 1999. 1998d. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/1998/735/7345/lei-ordinaria-n-7345-1998-dispoe-sobre-o-orcamento-fiscal-do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-para-o-exercicio-de-1999>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 7.805 De 21 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município para o exercício do ano 2000. 1999c. Disponível em: arquivo (siscam.com.br). Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 8.053 De 04 de setembro de 2000.** Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino e estabelece normas gerais para a sua adequada implantação. 2000a. Disponível em: Lei Ordinária 8053 2000 de São José do Rio Preto SP (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 05 maio 2023.

_____. **Lei nº 8.267 De 19 de Dezembro de 2000.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2001. 2000b. Disponível em: arquivo (siscam.com.br). Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 8.553, de 28 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2002. 2001b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=252053>. Acesso em: 17 abr. 2023

_____. **Lei nº 8.821 De 17 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2003. 2002. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/Documentos/Documento/191704>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 9.151 De 17 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2004. 2003. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=250878>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 9.397 de 23 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2005. 2004b. Disponível em: arquivo (siscam.com.br) Acesso em: 17 abr.2023.

_____. **Lei nº 9.562 de 02 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre o Orçamento Fiscal do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2006. 2005c. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=250056>. Acesso em: 17 abr.2023.

_____. **Lei nº 9.572, de 19 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação. 2005e. Disponível em: Lei Ordinária 9572 2005 de São José do Rio Preto SP (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. **Lei nº 9.784 de 15 de dezembro de 2006.** Estima a receita e fixa a despesa do município de São José do Rio Preto para o exercício de 2007 e dá outras providências. 2006b. Disponível em: arquivo (siscam.com.br). Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 10.019 de 19 de dezembro de 2007.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o exercício de 2008, e dá outras providências. 2007d. Disponível em: arquivo (siscam.com.br). Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 10.529 de 1º de dezembro de 2009.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2010, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=248151>. Acesso em: 17 abr.2023.

_____. **Lei nº 10.845 de 30 de novembro de 2010.** Estima a receita e fixa despesa do Município de São Jose do Rio Preto para o Exercício de 2011, e dá outras providencias. 2010b. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=247525>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.069 de 15 de dezembro de 2011.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2012, e dá outras providências. 2011k. Disponível em: <https://riopreto.siscam.com.br/arquivo?Id=247076>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.274 de 04 de dezembro de 2012.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2013, e dá outras providências. 2012c. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/loa/128464_lei_11274-06.12.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.405 de 28 de novembro de 2013.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2014, e dá outras providências. 2013b. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/loa/128463_lei_11405.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.683 de 19 de dezembro de 2014.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2015, e dá outras providências. 2014c. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/loa/128462_lei_11683.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.767, de 22 de junho de 2015.** Aprovação do Plano Municipal de Educação - PME. 2015b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-sao-jose-do-rio-preto-sp>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. **Lei nº 11.850 de 30 de novembro de 2015.** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2016, e dá outras providências. 2015d. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/loa/102000_lei%2011850-1.pdf. Acesso em: 17 abr.2023.

_____. **Lei nº 12.581 de 20 de dezembro de 2016.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2017, e dá outras providências. 2016c. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/loa/112258_lei_12581.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 12.880 de 21 de dezembro de 2017.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2018, e dá outras providências. 2017c. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/loa/128222_LOA2018%20Lei_n_12880.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 13.064 de 13 de dezembro de 2018.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2019, e dá outras providências. 2018d. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/loa/lei-13064.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 13.369 de 27 de novembro de 2019.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2020, e dá outras providências. 2019c. Disponível em: lei_13369.pdf (riopreto.sp.gov.br) Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 13.684 de 16 de dezembro de 2020.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2021, e dá outras providências. 2020b. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/loa/lei_13684.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei nº 14.046 de 2 de dezembro de 2021.** Estima a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o Exercício de 2022, e dá outras providências.

2021b. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/loa/lei-14046.pdf> Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Lei Municipal nº 6.970, de 30 de dezembro de 1997.** Cria o conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério. 1997c. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/1997/697/6970/lei-ordinaria-n-6970-1997-cria-o-conselho-municipal-de-acompanhamento-e-controle-social-do-fundo-de-manutencao-e-desenvolvimento-do-ensino-fundamental-e-de-valorizacao-do-magisterio>. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. **Lei Municipal nº 9.943, de 31 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização dos profissionais da educação – Conselho FUNDEB. 2007e. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/2007/994/9943/lei-ordinaria-n-9943-2007-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-acompanhamento-e-controle-social-do-fundo-de-manutencao-e-desenvolvimento-da-educacao-basica-e-de-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao-conselho-fundeb>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SJRP. **Portaria nº 4614 de 23 de setembro de 1997.** - Jornal Folha de Rio Preto, 24 de setembro de 1997, p. 07. 1997d. * Fonte Arquivo Público Municipal.

_____. **Portaria nº 6743 de 20 de dezembro de 2000** - Jornal Folha de Rio Preto, 30 de dezembro de 2000. 2000c. *Fonte Arquivo Público Municipal.

_____. **Portaria nº 6803 de 01 de janeiro de 2001** - Jornal Folha de Rio Preto, 03 de janeiro de 2001, p.13. 2001c. *Fonte Arquivo Público Municipal.

_____. **Portaria nº 7300 de 27 de setembro de 2001** - Jornal Folha de Rio Preto, 05 de outubro de 2001, p.12. 2001d. *Fonte Arquivo Público Municipal.

_____. **Portaria nº 7349 de 05 de novembro de 2001.** Jornal Folha de Rio Preto, 08 de novembro de 2001, p.07. 2001e. * Fonte Arquivo Público Municipal

_____. **Portaria nº 9992 de 27 de dezembro de 2004** - Jornal Folha de Rio Preto, 29 de dezembro de 2004, p.09. 2004c. *Fonte Arquivo Público Municipal.

_____. **Portaria nº 10.008 de 31 de janeiro de 2005-** Jornal Folha de Rio Preto, 02 de janeiro de 2005, p. E7. 2005d. *Fonte Arquivo Público Municipal.

_____. **Portaria nº 15.310 de 29 de dezembro de 2008.** 2008c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=9712> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 15.354 de 01 de janeiro de 2009.** 2009c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=9850> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 22.379 de 26 de dezembro de 2012**. 2012d. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=27758> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 22.410 de 01 de janeiro de 2013**. 2013c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=27765> Acesso em 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 27.831 de 27 de dezembro de 2016**. 2016e. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=51161> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 27.891 de 01 de janeiro de 2017**. 2017d. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=51104> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 28.464 de 24 abril de 2017**. 2017e. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=53057> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 28.478 de 24 abril de 2017**. 2017f. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=53057> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 29.240 de 25 de julho de 2017**. 2017g. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=55017> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 29.241 de 25 de julho de 2017**. 2017h. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=55017> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 30.611 de 21 de junho de 2018**. 2018e. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=61023> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 30.612 de 21 de junho de 2018**. 2018f. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=61023> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. **Portaria nº 34.655 de 28 de dezembro de 2020**. 2020c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario!arquivo.action?diario.codPublicacao=76716> Acesso em: 23 maio de 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **4ª Bienal do Livro começa nesta sexta-feira**. 2010c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/2220/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Educação produz primeira coletânea do Programa Ler e Escrever**. 2009d. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/1495/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Escolas da rede municipal de ensino terão lousa digital**. 2009e. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/1703/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Equipe do BNDES conhece o projeto Favela Marte 3D em Rio Preto**. 2023c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/equipe-do-bndes-conhece-o-projeto-favela-marte-3d-em-rio-preto/> Acesso em: 25 maio 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Grupo Gestor Intersetorial**. 2022b. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/intersetorial/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SJRP. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Sobre São José do Rio Preto**. 2022c. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/sobre/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **O Complexo Integrado de Educação, Ciência e Cultura “Dr. Aziz Ab’ Saber”-CIECC**, é uma instituição educativa complementar, vinculada à Secretaria de Educação do Município de São José do Rio Preto. 2017i. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/ciecc/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Regimento interno do Complexo Swift de Educação e Cultura – COMSEC**. 2017j. Disponível em: [Regimento-Interno-Complexo-Swift-de-Educacao-e-Cultura.pdf](https://www.riopreto.sp.gov.br/Regimento-Interno-Complexo-Swift-de-Educacao-e-Cultura.pdf) (riopreto.sp.gov.br) Acesso em: 12 mar. 2023.

_____. Secretaria de Assistência Social. **Diagnóstico socioterritorial de São José do Rio Preto 2021- 2022/** Coordenada Por helena Cristina Rozales da Silva Marangoni; et.al. – São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, 2022d. 811p.;il.,mapas,táb.,fot.,gráfs. Col. Disponível em: [Diagnóstico Geral Finalizado 10.04.pdf](https://www.riopreto.sp.gov.br/Diagnostico-Geral-Finalizado-10.04.pdf) (riopreto.sp.gov.br) Acesso em: 20 maio 2023.

_____. Secretaria de Educação. **Educação realiza o 1º Seminário de Boas Práticas do Ensino Fundamental**. 2016d. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/10279/>Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. Secretaria de Educação. **Orientações Para Organização Escolar**. 2019d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YvXkrpO8Yo9Zow8sVCwJvnM8lsaFGAsa/view>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Secretaria de Educação, **Polo UAB (Universidade Aberta do Brasil) São José do Rio Preto**. 2023f. Disponível em: <https://digital.educacao.riopreto.br/polo-uab-riopreto>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. Secretaria de Educação. **Projeto Educativo e Plano de Trabalho**. 2019e. Disponível em:
<https://drive.google.com/uc?export=download&id=17TZsNDNmdjSlBoGDfkvUriylYkSqYxWH> Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. Secretaria de Educação. **Unidades Escolares**. 2023e. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1YvXkrpO8Yo9Zow8sVCwJvnM8lsaFGAsa/view>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. **Secretaria de Saúde**. 2023f. Disponível em:
<https://saude.riopreto.sp.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei nº 10.638, de 25 de novembro de 2022**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programa na Área da Educação. Disponível em:
<https://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Leis/2022/10638.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Autorização de turmas. **Diário Oficial do Estado – Executivo II**, p. 24. São Paulo, SP. 11 jun. 1997a. Disponível em:
https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1997%2fexecutivo%2520secao%2520ii%2fjunho%2f11%2fpag_0024_8SNKCT8OS278JeDHM3LG2EOHESL.pdf&pagina=24&data=11/06/1997&caderno=Executivo%20II&paginaordenacao=100024. Acesso em: 17 abr. 2023

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894. Aprova o regimento das escolas públicas. **Diário Oficial do Estado**. p. 11105. São Paulo, SP. 1894. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. (Estado). **Decreto nº 30.375, de 13 de setembro de 1989**. Institui o Programa de Municipalização do Ensino Oficial no Estado de São Paulo. 1989. Disponível em: Decreto nº 30.375, de 13 de setembro de 1989 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. (Estado). **Decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995**. Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas. 1995a. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1995/decreto-40473-21.11.1995.html#:~:text=DECRETO%20N.,21%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201995&text=Decreta%3A,do%20ensino%20fundamental%20e%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. (Estado). **Decreto nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996**. Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental. 1996a. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1996/decreto-40673-16.02.1996.html> Acesso em: 07. abr 2023.

_____. FDE - **Caderno de Dados por Município** – Informações e Indicadores Educacionais – 2023a. Disponível em: <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322&AspxAutoDetectCookieSupport=1> Acesso em: 01 jun 2023.

_____. (Estado). **Diretoria de Ensino – Região de São José do Rio Preto** – Escolas. 2023b. Disponível em: <https://desjriopreto.educacao.sp.gov.br/escolas-estaduais/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. (Estado). **Lei nº 9.143, de 09 de Março de 1995**. Estabelece normas para a criação, composição, atribuições e funcionamento de Conselhos Municipais e Regionais de Educação. SP. 1995b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1995/lei-9143-09.03.1995.html#:~:text=Estabelece%20normas%20para%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o,Municipais%20e%20Regionais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. (Estado). Portaria Amaury. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 76. São Paulo, SP. 27 abr. 1996b. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1996%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f27%2fpag_0076_6QTMPJ0UTC OFCeDK9K1M0LCGQ9T.pdf&pagina=76&data=27/04/1996&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10076. Acesso em: 16 abr. 2023.

_____. (Estado). Portaria EM Silvio Benito Martini. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 20. São Paulo, SP. 05 dez. 1998a. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1998%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fdezembro%2f05%2fpag_0020_1LF8VSH UJ8B9CeB4JE4FH4RE18B.pdf&pagina=20&data=05/12/1998&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10020 Acesso em: 20 set. 2023.

_____. (Estado). Portaria EM Wilson Romano Calil Dr. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 20. São Paulo, SP. 05 dez. 1998a. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1998%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fdezembro%2f05%2fpag_0020_1LF8VSH UJ8B9CeB4JE4FH4RE18B.pdf&pagina=20&data=05/12/1998&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10020 Acesso em: 20 set. 2023.

_____. (Estado). Portaria EM Norberto Buzzini. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 14. São Paulo, SP. 18 jun. 1998b. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1998%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fjunho%2f18%2fpag_0014_EFLSI635G83 ATeEPUVKKHf0AEAJ.pdf&pagina=14&data=18/06/1998&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10014 Acesso em: 20 set. 2023

_____. (Estado). Portaria EM Adherbal Abrão dos Santos. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 17. São Paulo, SP. 04 fev. 1999. Disponível em:

http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1999%2fexecutivo%2520secao%2520i%2ffevereiro%2f04%2fpag_0017_FA5UDUV04VVT0e2KILHJU2C91J0.pdf&pagina=17&data=04/02/1999&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10017 Acesso em: 20 set. 2023

_____. (Estado). Portaria EM Roberto Jorge. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 11. São Paulo, SP. 20 abr. 2000a. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2000%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f20%2fpag_0011_3MC91LO061BS8eB4KIGHB73SEHD.pdf&pagina=11&data=20/04/2000&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10011 Acesso em: 20 set. 2023

_____. (Estado). Portaria EM Joana Casagrande Vinha. **Diário Oficial do Estado** – Executivo I, p. 15. São Paulo, SP. 09 ago. 2000b. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2000%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fagosto%2f09%2fpag_0015_88THO78P3NFL0e00TV7BEM5F6MT.pdf&pagina=15&data=09/08/2000&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10015 Acesso em: 20 set. 2023.

_____. (Estado). **Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP)**. 2022. Disponível em: https://rmsjrp.pdui.sp.gov.br/?page_id=127. Acesso em: 02 mai. 2023

SCHNEIDER, M. P., NARDI, E. L. **Accountability em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do estado-avaliador?**. ETD [online]. 2015, vol.17, n.1, pp.58-74. ISSN 1676-2592. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v17n1/1676-2592-etd-17-1-00058.pdf> Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, E. C. M. **A supervisão de ensino no sistema municipal de ensino de São José do Rio Preto/SP (1996 a 2016):** as especificidades da trajetória histórico-político-normativa e o processo de democratização da educação básica. 2018. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, SP. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/180648>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SILVA, V. O processo de municipalização da educação em Rio Preto e a atuação das elites letradas locais: reivindicação em tempos de modernização. **Revista - Journal Interacções**. v. 11 n. 35, p. 41-52, 2015. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/7232>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SOARES, D. J. N.; SOARES, T. E. A.; SANTOS, W. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v. 12, n. 37, p. 912-932, 2020. ISSN 2175-2753. Disponível em: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Revisão Sistemática da Literatura | Soares | Revista Meta: Avaliação (cesgranrio.org.br). Acesso em: 12 abr. 2023.

SOARES, D. J. M.; SOARES, T. E. A.; SANTOS, W. DOS. O algoritmo do Ideb e as metas projetadas para a Educação brasileira: uma análise estatístico-matemática. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233312, jan.

2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/PjCsK4tm53TfqMtLqmYxXFM/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em: 24 jun.2023

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb.

Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903–923. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/JLzr4qdx89rjrNXnydNcvcy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 12, n. 45, p. 925–944, 2004. Disponível em: [contracapa \(scielo.br\)](https://www.scielo.br) Acesso em: 12 nov. 2022.

TAVARES, T. M. Gestão municipal da educação, organização do sistema nacional e regime de colaboração: algumas questões. **Educar em Revista**, n. 22, p. 241–256, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/wvjJC6DPF53TP6Wfn8rJDtq/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 14 nov. 2022

UNILAGO. **União das Faculdades dos Grandes Lagos**. 2023. Disponível em:

<https://unilago.riopreto.br/> Acesso em 21 jun. 2023

UNIP. **Universidade Paulista**. 2023. Disponível em:

<https://www.unip.br/universidade/localidades/sp/sao-jose-do-rio-preto/unip>. Acesso em: 08 mai. 2023.

VARGAS, T. C. **Municipalização da educação: particularidades da gestão local em Araraquara – SP**. 2019. 95 f. Mestrado em Educação Escolar. Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho (Araraquara), Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/SP. 2019. Disponível em: *A gesto da escola: um estudo sobre os impactos dos indicadores educacionais (unesp.br)* Acesso em: 16 nov. 2022.

VARGAS, T. C.; BIZELLI, J. L.; CRUZ, J. A. S. Política de municipalização: avaliação do desempenho escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 869–888, 2020. DOI: 10.21573/vol36n32020.104814. Disponível em: [1678-166X-rbpae-36-3-0869.pdf \(fcc.org.br\)](https://www.fcc.org.br/1678-166X-rbpae-36-3-0869.pdf) Acesso em: 31 jan. 2023.

VIDAL, E. M. GALVÃO, W. N. M.; VIEIRA, S. L.; CHAVES, J. B. Expectativas docentes e aprendizagem: explorando dados do questionário da Prova Brasil 2015.

Educação e Pesquisa, v. 45, e201657 p. 1-20. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/48Hp5HRrM4NFJBxTPKNQkKy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

VILLANI, M.; OLIVEIRA, D. A. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação & Realidade** [online]. 2018, v. 43, n. 4, pp. 1343-1362. Disponível em: 84893. Avaliação Nacional e Internacional1.indd (fcc.org.br) Acesso em: 13 mai. 2022.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 73, p. 769–792, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000500003>. Acesso em: 10 nov. 2022.

APÊNDICE A

Apêndice A: Síntese do mapeamento bibliográfico inicial

N	FONTE	OBJETIVO CENTRAL	RESULTADOS
1	Adrião (2008)	Reorganizar as escolas da rede estadual e a política de municipalização do ensino fundamental mediante a adoção de convênios	O documento que apresentou as diretrizes governamentais para a educação paulista, a reorganização das escolas representaria um dos mecanismos necessários ao aumento da racionalização da rede. Anunciada como uma medida de caráter pedagógico, como foi veiculado pela SEE, a reorganização das escolas visava à diminuição de gastos e de desperdícios do sistema, expressa em um hipotético excessivo número de professores e de salas. Dividiram-se as escolas e os níveis de ensino; quebrou-se, ao meio, a escola de oito anos e pulverizou-se, pelo interior do estado, uma infinidade de arranjos institucionais para garantir a oferta, pelos municípios, do ensino fundamental.
2	Andrews e Vries (2012)	Verificar o impacto da pobreza sobre o IDEB em escolas de ensino fundamental em mais de 5.500 municípios brasileiros, comparando o desempenho de escolas estaduais e municipais	Os resultados mostram que a pobreza tem um forte impacto no desempenho escolar, chegando a explicar até 60% da variação.
3	Capela (2018)	Analisar a política de avaliação da educação básica, tomando o IDEB como parâmetro a partir de seus pressupostos e suas implicações para a qualidade do ensino em uma escola de Cametá, Pará	O IDEB se insere numa política produzida sob os princípios do mercado, possuindo assim um viés predominantemente técnico, focado na maximização dos resultados. O IDEB enquanto uma ação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, enquanto política fortemente influenciada pela classe empresarial do país.
4	Cardoso (2018)	Analisar as relações entre os indicadores socioeconômicos dos municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e o IDEB	O IDEB obtido por escolas e sistemas escolares não são resultados apenas dos esforços da gestão escolar e dos profissionais que atuam na escola, mas de todo um contexto socioeconômico com o qual escola, profissionais e alunos estão envolvidos.
5	Cardozo (2018)	Analisar a qualidade das práticas pedagógicas nas “escolas de qualidade” segundo o IDEB, estabelecendo relação do fluxo e desempenho escolar com essas práticas	Os resultados deste estudo apontam que: a) as políticas de avaliação externa que resultam da reforma do Estado, e o parâmetro de qualidade a ser avaliado na educação básica; b) tem se estabelecido uma competição entre escolas, professores e alunos. c) a responsabilização do professor pelo

			fracasso o sucesso escolar; d) o currículo e o plano de ensino estão submetidos às avaliações externas, pois estas passaram a referenciá-los; e) a adequação da formação docente nem sempre representa elevação dos índices educacionais. f) as práticas pedagógicas que garantem boa taxa do fluxo escolar estão voltadas para o acompanhamento pedagógico ao aluno, parceria com as famílias. g) o compromisso imputa responsabilização dos profissionais da escola pela efetivação da aprendizagem dos alunos.
6	Cavalcante (2017)	Analisar as ações de planejamento para o desencadeamento das estratégias e analisar o alinhamento da Meta 7 entre os planos municipal de Itamarati e o Plano Estadual de Educação do Amazonas, em busca de melhoria na qualidade da educação, no primeiro segmento do ensino fundamental, além de propor ações que levem à melhoria do IDEB	Os problemas detectados na pesquisa foram, principalmente, a falta de formação para os profissionais da educação, dificuldades para análise e leitura dos indicadores educacionais, e ausência do instrumento de gestão democrática e participativa
7	Chirinéa (2010)	Compreender como os resultados subsidiaram a formulação e a implementação de políticas educacionais no contexto do sistema e das unidades escolares investigadas.	No contexto da prática os gestores das escolas investigadas reinterpretam os dados gerados com o IDEB, bem como as políticas instituídas. A pesquisa também demonstrou que o IDEB, embora seja um instrumento significativo para a gestão das escolas e do sistema, não se constitui como o único referencial da qualidade das escolas investigadas, cujo foco está mais no processo do que no resultado.
8	Crozatti (2021)	Identificar as variáveis do contexto educacional das redes do ensino fundamental dos municípios paulistas, as quais têm correlação significativa com o IDEB, do ano de 2017.	Corroboram a literatura nacional e internacional para a figura do professor, sua remuneração e a gestão do processo escolar como os elementos-chave para o desenvolvimento da educação.
9	Martins (2003)	Investigou as características do processo gestor de dois municípios, escolhidos com base nos índices de cobertura do ensino fundamental, nas características de suas políticas de formação continuada e no seu perfil de arrecadação fiscal.	De fato, de acordo com este princípio político, o processo de municipalização em curso parece facilitar a superação dos problemas colocados pelos diferentes níveis da burocracia, bem como o desenvolvimento de experiências alternativas, delimitadas territorialmente e beneficiadas pela proximidade do poder.
10	Mello (2010)	Elencar, a partir da análise dessas medidas ao longo dos anos, bem como por meio de entrevistas com gestores municipais, as expectativas e os resultados efetivos dos municípios que	Como fator positivo pode-se elencar a elevação do IDEB dos municípios entrevistados. Além disso, um dos aspectos favoráveis a municipalização parece ter sido o fato de ter possibilitado

		assinaram o contrato do convênio responsável pela municipalização de suas escolas.	uma revitalização e modernização dos equipamentos escolares.
11	Moraes (2009)	Analisar todo esse processo no período de dez anos, compreender suas contradições, bem como apontar as variáveis que interferem positiva ou negativamente no processo de implantação e desenvolvimento de uma gestão descentralizada.	O trabalho registra a sequência dos atos político-administrativos no contexto das reformas educacionais, trazendo ao debate as consequências que tudo isso representou para o município.
12	Oliveira (2011)	Procurou inventariar as estratégias, bem como o repertório conceitual utilizado pelos gestores para definir seu papel junto à comunidade escolar e junto às secretarias de ensino e de forma a compreender os processos de negociação de significados, identificando as forças que contribuem para a manutenção das representações e as que sugerem possibilidades de mudança.	Embora a gestão educacional tenha modificado seu discurso na busca por uma maior democratização no espaço escolar, o poder continua amalgamado nas práticas e na hierarquia da instituição e nas relações com as instituições superiores. Assim, ainda que uma nova denominação de gestão tenha ocorrido, permanecem as práticas patrimonialistas e clientelistas, muitas vezes, norteadas as ações dos gestores municipais de educação.
13	Perboni (2016)	Analisar as propostas de avaliação externa e em larga escala nos estados brasileiros, mapeando suas principais características, elementos estruturantes e propostas de usos/consequências de seus resultados para definição de políticas públicas, analisando as principais tendências e as singularidades.	Pequena relação entre os partidos no poder e a criação das avaliações próprias, demonstrando que as mesmas se configuram como tendência incorporada às políticas públicas educacionais, com tendência crescente de vinculação de seus resultados à premiação das escolas e bonificação de seus funcionários.
14	Villani e Oliveira (2018)	Analisar o relacionamento entre o Program for International Student Assessment (PISA), desenvolvido pela OCDE e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desenvolvido pelo INEP. Os sistemas educativos atuais estão sujeitos a programas de avaliação estandardizada em nível nacional e internacional. Esse processo é resultado da implementação da Nova Gestão Pública (NGP) que no Brasil começa a ser introduzido a partir dos anos noventa.	A criação do IDEB pelo INEP revela a intenção de participar do jogo da estandardização entre os grandes influentes nesse campo, desenvolvendo um indicador próprio que possa contribuir para um modelo educativo que seja mais harmonizado e comparável. Nos últimos 10 anos, ele influenciou não somente as ações e escolhas de políticas educativas em nível federal, mas também nos estados e municípios. Os dados estatísticos assumem um papel relevante como instrumento do governo da política pública.

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o IDEB, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do IDEB de 2019; 2) **A entrevista** é composta por **dezesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: _____

Especialização em: _____

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

Outras informações: _____

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente: Sim Não **Quantos anos na função/ cargo ()**

Coordenador Pedagógico: Sim Não **Quantos anos na função/ cargo ()**

Vice-diretor de escola: Sim Não **Quantos anos na função/ cargo ()**

Diretor de escola: Sim Não **Quantos anos na função/ cargo ()**

Supervisor de Ensino: Sim Não **Quantos anos na função/ cargo ()**

Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: **Quantos anos na função/ cargo ()**

Outras informações: _____

Observação: Para os itens 3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16 e “Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista” foi oferecido ao entrevistado uma folha de papel sulfite contendo a descrição do item e o restante da folha com linhas para que ele pudesse elaborar seus registros sem a preocupação com o número de linhas.

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP? _____

- 4) **Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?** _____

- 5) **Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?** _____

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

- 6) **O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?** _____

- 7) **Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?** _____

- 8) **Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?** _____

- 9) **Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?** _____

- 10) **O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?** _____

- 11) **Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?** _____

- 12) **Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?** _____

- 13) **Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão? Comente:** _____

- 14) **Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?** _____

15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais? Comente _____

Em relação às políticas públicas:

16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica-IDEA, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais? _____

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

APÊNDICE C: Devolutiva do entrevistado 1

Os registros do entrevistado 1 são apresentados em duas formas. O primeiro por meio dos registros digitados por esse pesquisador e o segundo por meio dos registros originais preenchidos, a pedido dos entrevistados, pelo entrevistador e ao término dos registros cada página foi rubricada pelo entrevistado após leitura e concordância dele quanto ao conteúdo.

Registro digitado pelo pesquisador.

Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o IDEB, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do IDEB de 2019; 2) **A entrevista** é composta por **dezesesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: Letras/Direito/Educação

Especialização em: _____

Mestrado em: Letras

Doutorado em: Letras

Outras informações: Pós-Doc. Letras. Universidades de: Indiana (USA); Konstanz (Alemanha); Stanford (USA) e Harvard (USA).

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Coordenador Pedagógico:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Vice-diretor de escola:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Diretor de escola:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quantos anos na função/ cargo (4)

Supervisor de Ensino: _ Sim Não **Quantos anos na função/ cargo (2)**
Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: **Quantos anos na função/ cargo (3**
anos e 3 meses).

Outras informações: Professor titular da UNESP

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP?

Proximidade do Poder perto da comunidade.
 A questão financeira – FUNDEF e 30% recursos para educação recursos próprios.
 Abertura de novos cargos/ agentes administrativos/Coord. Pedagógico/Diretor/supervisor de ensino.
 Autonomia do Sistema de Ensino – Criação do Sistema de Ensino – Criação dos Conselhos de Educação.
 Cuidados com a merenda escolar/distribuição/preparação e licitação.
 Transporte escolar dos alunos.
 Uniforme Escolar.
 Cursos de Capacitação para funcionários em geral e para o pessoal de magistério.
 Tratamento diferenciado e mais próximo para as crianças com necessidades especiais.
 Abertura de convênios com a Famerp e Faperp.
 Vantagem financeira para os docentes municipalizados.
 Expansão da carga horaria para os alunos.

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?

Conflitos dos Sindicatos com filiação.
 Conflitos entre os profissionais dos sistemas.

5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sem dúvida, melhorou muito a qualidade do Ensino e a SME recebeu vários planos (prêmios).
 Considera um Sucesso.
 Foi convidado para falar na Câmara dos Deputados em Brasília para Falar desta política em SJRP.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

É confiável, porém, mas não deve ser o único instrumento de avaliação. Deve contar com a avaliação efetiva dos avaliados.

A avaliação não pode ser meramente punitiva.

7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

A avaliação é importante, cumprir as prioridades, exige desempenho, mostrando o crescimento e a satisfação dos resultados alcançados na aprendizagem dos alunos. Melhoria de auto estima dos profissionais da educação.

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Prejudicado

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Prejudicado

10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Nível Socioeconômico e Vulnerabilidade

11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Harmonia dos resultados, satisfação da população, melhoria da autoestima dos profissionais.

12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Fica inferiorizada no processo, pressão e cobrança política partidária e da comunidade.

13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Sim

Comente:

Responsabilização da qualidade era repartida e discutida.

Acreditava piamente na municipalização, conforme Anísio Teixeira em 1957.

Autonomia do Secretário e da Secretaria na decisões.

14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

18.

Sem dúvida. Ganhavam Prêmios.

15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Sim

Comente: Ocorreu desde 1998.

Em relação às políticas públicas:

16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica-IDEB, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais?

Sim, sem dúvida.

Fazia reuniões constantes com os demais Secretários do município e funcionários, dialogamos com os agentes políticos da cidade e de outros municípios. Diante destas reuniões fazia tratativas de políticas com outras políticas das demais secretarias como Saúde e Assistência social.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista.

Não houve comentários (registro do pesquisador).

Registros originais preenchidos pelo entrevistado 1.

1

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o Ideb, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do Ideb de 2019; 2) A entrevista é composta por **dezesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) O tempo estimado para sua conclusão é de **aproximadamente quarenta (50) minutos**.

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: Letras / Língua / Educação

Especialização em: _____

Mestrado em: Letras

Doutorado em: Letras

Outras informações: Pós Doc. Letras - UN. INDIANA

Konstanz - Alemanha
Stanford - USA
Harvard - USA

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente: Sim Não Quantos anos na função/ cargo ()

Coordenador Pedagógico: Sim Não Quantos anos na função/ cargo ()

Vice-diretor de escola: Sim Não Quantos anos na função/ cargo ()

Diretor de escola: Sim Não Quantos anos na função/ cargo (4)

Supervisor de Ensino: Sim Não Quantos anos na função/ cargo (2)

Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: Quantos anos na função/ cargo (3) por 3 meses

Outras informações: _____

prof. Titular UNesp.

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP?

- Proximidade do poder perto da comunidade.
- A Questão Financeira - FUNDEF e 30% Recursos próprios.
- Abertura de novos cargos / Agentes Administrativos Coord. Pedagógicas / Músicos / Supervisores de Ensino.
- Autonomia do sistema - criação do sistema de ensino - criação dos Conselhos de Educação
- Cuidados do Mercado Escolar / Distribuição - Reparações a locação.
- Transporte Escolar dos alunos.
- Variáveis Escolares.
- Criação de Coparticipação para funcionários em geral e para o pessoal do magistério.
- Testamento diferenciado e mais próximo para crianças com necessidades especiais.
- Abertura de conteúdos com o famurp e Fapet
- Vantagem financeira para os docentes municipalizados.
- Expansão da carga horária para os alunos.

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?

- Conflitos do sindicato com filiação.
- Conflito entre os profissionais dos sistemas.

[Handwritten signature]

- 5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Seu devido melhorar muito a qualidade do ensino e o SME recebeu vários prêmios. Considero como sucesso. Foi convidado para falar na Câmara do Deputado em Brasília para falar deste política em SJRP.

SH

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

- 6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

É confiável porém não deve ser o único instrumento de avaliação. Deve contar com a avaliação efetiva dos alunos.

A avaliação não pode ser meramente punitiva.

- 7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

A avaliação é importante, cumprir as prioridades, exigir desempenho, monitorar o crescimento e a qualidade do resultado alcançado na aprendizagem dos alunos. Melhorar de auto-estima dos profissionais de educação.

- 8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Rejeitados.

- 9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Rejeitados

SH

- 10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Nível Socioeconômico e Vulnerabilidade.

- 11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Harmonia dos resultados, Satisfação da população / Melhoria de auto-estima dos profissionais

- 12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Fica influenciada no processo, pressão e costumes político partidária e da comunidade.

- 13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim.

Responsabilização da qualidade na rede e descuido.

Acredita plenamente na municipalização, conforme Aurício Teixeira em 1957.

Autonomia do Secretário e da Secretária nas decisões

- 14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

18. Sem dúvida. Ganham pontos.

- 15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente Sim. Ocorreu desde 1998.

5/11

Em relação às políticas públicas:

- 16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica- Ideb, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais?

Sim, sem dúvida. Fazia reuniões constantes com os demais setores do município e funcionários, dialogando com os agentes políticos do estado e com outros municípios. Em parte dessas reuniões fazia trabalhos de políticas com outros setores das demais secretarias como Saúde e Assistência Social.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

[Assinatura]

APÊNDICE D: Devolutiva do entrevistado 2

Os registros do entrevistado 2 são apresentados em duas formas. O primeiro por meio dos registros digitados por esse pesquisador e o segundo por meio dos registros originais preenchidos, a pedido dos entrevistados, pelo entrevistador e ao término dos registros cada página foi rubricada pelo entrevistado após leitura e concordância do mesmo quanto ao conteúdo.

Registro digitado pelo pesquisador.

Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o IDEB, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do IDEB de 2019; 2) **A entrevista** é composta por **dezesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: PEDAGOGIA

Especialização em: _____

Mestrado em: PSICOLOGIA EXPERIMENTAL – USP-SP

Doutorado em: PSICOLOGIA EXPERIMENTAL – USP-SP

Outras informações: PROF. PÓS-GRADUAÇÃO UNESP-MARILIA –
APOSENTADA UNESP- IBILCE

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (5)
Coordenador Pedagógico:	<input type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Vice-diretor de escola:	<input type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Diretor de escola:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (12)
Supervisor de Ensino: _	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (4)

Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: Quantos anos na função/ cargo (8)

Outras informações: DELEGADA DE ENSINO 4 ANOS - CHEFE DO DEP. EDUCAÇÃO UNESP-IBILCE - APOSENTADA COMO SUPERVISORA DE ENSINO DO ESTADO – APOSENTADA COMO PROF. ASSISTENTE Dra. UNESP-IBILCE.

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP?

Proximidade da Rede de Escolar com o poder local.
Possibilidade do Ensino Integral gerando qualidade de Ensino.
Realização de concursos do Magistério e a formação continuada dos educadores.
Decisões políticas mais próximas e o envolvimento com os problemas.
Formação de Equipes de técnicos de Secretarias estruturada e competente.

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?

Conflitos dos Sindicatos dos profissionais.
A necessidade manutenção constante dos prédios escolares municipalizados.

5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sim. Demonstrada nos indicadores e nas visitas in loco nas escolas e suas mudanças positivas.

Criação dos Conselhos de Educação/CAE/ FUNDEB.

Proximidade das áreas técnicas da SME com as escolas e a constante atuação dos supervisores nas unidades escolares e equipe da SME.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

Sim, mas limitada por se a ter apenas, a duas vertentes.
Quanto as políticas pode subsidiar as políticas de saúde e assistência social.

7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Importante, gera comparação do município em relação a outros.
Favorece a busca do cidadão pelas escolas com melhor índice.
Favorece um clima positivo no município no cumprimento e superação das metas, com os profissionais (equipe técnica), nas equipes escolares e no meio político.

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Aplicação de Recursos Financeiros para investir na formação dos Docentes, com substitutos nas salas de aula e afastamentos de profissionais para a formação na SME, (compondo a equipe técnica de formação da SME).

Criar os dispositivos legais para estes afastamentos e estruturação da formação, buscando o apoio do Executivo e legislativo na aprovação destas ações com novas leis e financiamentos.

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Contar com equipe técnica competente na SME.

Realizar formação dos docentes e dos gestores escolares.

Escola de tempo integral na periferia da cidade onde havia maior vulnerabilidade.

Na formação, formação dos gestores, conseguir o alinhamento da equipe técnica e equipe escolar para o atingimento das metas.

10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Regiões pobres e vulneráveis. Outras regiões mais ricas com recursos culturais e equipamentos públicos com maior disponibilidade.

Região Norte: Alta vulnerabilidade com baixo IDEB, requerendo maior atuação e atividades complementares educacionais e sociais.

Região Sul que engloba a área cultural. Com escolas bem estruturadas e com instituições e equipamentos culturais e de saúde em maior número (teatro Municipal / Hospitais / Centro de Eventos / Comércio / Shoppings / Parque Ecológico).

11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Avaliação positiva pela comunidade e especialmente nos aspectos políticos.

Cria um clima de confiança da população pelas escolas municipais.

12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Avaliação negativa da Comunidade e o desgaste político e Jornalístico (Imprensa).

13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim.

Saber que sempre terá oposições políticas e encontrar os caminhos para atingir os objetivos, vencendo esta oposição e elevando a qualidade educacional.

A experiência anterior levou a implantar uma formação continuada dos profissionais de educação de qualidade prezando a criatividade autônoma, liberdade e a responsabilidade pelas ações.

Implantação de atividades no contra turno com projetos multidisciplinares usando os espaços escolares e outras instituições (de arte, como por ex: teatro Paulo Moura), projeto Guri e de músicas e ainda esportivos.

14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

Nenhuma escola no período. Mas considera que as escolas municipalizadas anteriormente, conseguiram bons resultados no IDEB.

15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente - Embora não houve acordo firmado, isso aconteceu.

Em relação às políticas públicas:

16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica- IDEB, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais?

Gerava políticas intersetoriais com outras Secretarias, como por exemplo, construção e reformas de escolas (OBRAS), Secretaria de Cultura com atividades nos contra turnos escolares, Saúde com atendimento dos alunos na própria unidade escolar com profissionais da saúde. No planejamento da cidade com a criação de escolas e abertura de novos bairros.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

Não houve comentários (registro do pesquisador).

Registros originais preenchidos pelo entrevistado 2.

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso do Ideb, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do Ideb de 2019; 2) A entrevista é composta por **dezesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) O tempo estimado para sua conclusão é de **aproximadamente quarenta (50) minutos**.

1) Quanto à sua formação acadêmica:Graduação em: Pedagogia

Especialização em: _____

Mestrado em: Psicologia Experimental / USP-SP.Doutorado em: Psicologia Experimental / USP-SP.Outras informações: Prof. Pós Graduação UNESP-Mauçé
Aposentado UNESP-IBRCE**2) Quanto à sua atuação profissional:**Docente: Sim () Não Quantos anos na função/ cargo (5) anos.

Coordenador Pedagógico: () Sim () Não Quantos anos na função/ cargo ()

Vice-diretor de escola: () Sim () Não Quantos anos na função/ cargo ()

Diretor de escola: Sim () Não Quantos anos na função/ cargo (12) anosSupervisor de Ensino: Sim () Não Quantos anos na função/ cargo (4) anos.Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: Quantos anos na função/ cargo (8) anos.Outras informações: DELEGADA DE ENSINO - 4 anos - chefe do
Dep EDUCAÇÃO UNESP-IBRCEAposentado como Supervisora do Estado
Aposentado como Prof. Assis. Dep UNESP-IBRCE

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP? _____

- > Proximidade de sede escolas com o poder local
- > Possibilidade do Ensino Integral quando qualidade de Ensino.
- > Realização de Concursos do Magistério e a formação continuada do Educadores.
- > Decisões políticas mais próximas e o envolvimento com o problema.
- > Formação de Equipe de técnicos de Secretarias estruturada e coerente.

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP? _____

- Conflito dos Sindicatos dos profissionais.
- A necessidade manutenção constante do prédio escolar municipalizados.

Fine

- 5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sim. Demonstrado nos Indicadores e nos dados in-logs nas escolas e suas mudanças positivas.

→ Criação dos Conselhos de Educação / CAE / FUNSED.

→ Proximidade das áreas técnicas do SME com as escolas e a constante atuação dos supervisores nas unidades escolares e equipe de SME.

F. J. J.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

- 6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

Sim, mas limitado por si a ^{apenas} duas vertentes.

Outras políticas podem subsidiar as políticas de Saúde e Assistência Social.

- 7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

→ Importante, gera comprometimento do município em relação a' metas.

→ favorece a busca do cidadão pelas escolas com melhor índice.

→ favorece um clima positivo no município no cumprimento e superação das metas, com os profissionais (equipe técnica) nas equipes escolares e no nível político.

Fini

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

- Alocação de recursos financeiros para investir na formação dos docentes, com foco maior nas salas de aulas e afastamento de profissionais para a formação na SME (equipe técnica de formação da SME).
- Criação de dispositivos legais para estes afastamentos e estruturação da formação. Buscando o apoio do Executivo e Legislativo na aprovação destas ações com votos leis e financiamentos.

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

- Contar com equipe técnica competente na SME.
- Realizar formação dos docentes e dos Gestores Escolares.
- Escala de Tempo de Tempo na periferia da cidade onde havia maior vulnerabilidade.
- Na formação formação dos Gestores, conseguir o alinhamento da equipe técnica e equipe escolar para atingimento das metas.

Fini

10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Regiões pobres e vulneráveis! As regiões com mais favelas com recursos culturais e equipamentos públicos com maior disponibilidade.

Região West: Alta vulnerabilidade com baixo IDEB requerendo mais atitudes e atividades complementares educacionais e sociais.

Região Sul que engloba a área central, com redes bem estruturadas e com instituições e equipamentos culturais e de saúde, em maior número (Teatro Municipal / Hospitais / Centro de Eventos / Comércio / Shoppings / Praça Esportes).

11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

→ Avaliação positiva pela comunidade e especialmente nos aspectos políticos.

→ Cria um clima de confiança da população pelas redes municipais.

Fein

- 12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Avaliação negativa da comunidade e o desgosto político e social (Impressão)

- 13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim. Saber que sempre terá experiências políticas e encontrar os caminhos para atingir os objetivos visando este objetivo, e elevando a qualidade educacional.

- A experiência anterior levou a implementar uma formação continuada dos Profissionais de Educação de qualidade visando a criatividade, autonomia, liberdade e a responsabilidade pelas ações.

- Implementação de Atividades no contexto com projetos multidisciplinares usando os espaços escolares e outras instituições (de arte, como por ex. Teatro Paulo Mello); projeto Bêbi e de músicas, e ainda esportes.

Fran

- 14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

Nenhuma escola no período. Mas considera que as escolas municipalizadas anteriormente, conseguiram bons resultados no IDEB.

- 15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente Embora não houve acordo firmado, isso aconteceu.

Fra:

Em relação às políticas públicas:

- 16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica-Ideb, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem "conversar" com as demais políticas públicas municipais?

Gerar políticas interseccionais com outros Secretários.
 Como por exemplo: Construção e reforma de escolas (OSAS)
 Secretaria do Trabalho com atividades nos centros
 de ensino, Saúde com a implementação do
 aluno no próprio unidade escolar com profissionais
 de Saúde. No desenvolvimento da cidade com
 a criação de escolas e abertura de novos bairros.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

Fine

APÊNDICE E: Devolutiva do entrevistado 3

Os registros do entrevistado 3 são apresentados em duas formas. O primeiro por meio dos registros digitados por esse pesquisador e o segundo por meio dos registros originais preenchidos, a pedido dos entrevistados, pelo entrevistador e ao término dos registros cada página foi rubricada pelo entrevistado após leitura e concordância do mesmo quanto ao conteúdo.

Registro digitado pelo pesquisador.

Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o IDEB, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do IDEB de 2019; 2) **A entrevista** é composta por **dezesesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: LETRAS - PEDAGOGIA

Especialização em: COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

Outras informações: Chefe do Departamento de Ensino SME-SJRP/ Chefe do CEFOR

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (16)
Coordenador Pedagógico:	<input type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (22)
Vice-diretor de escola:	<input type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Diretor de escola:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Supervisor de Ensino: _	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()

Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: Quantos anos na função/ cargo (3anos e seis meses)

Outras informações:

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP?

Atender toda a demanda de 1º ao 5º ano com a mesma visão e projeto educativo do município.

Elogios da população em relação a melhoria da qualidade educacional, dos prédios, e da segurança

Proximidade no atendimento da população.

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?

Prédios sucateados – Patrimônio Sucateado

Conflitos dos docentes do Estado e do Município dentro das escolas, pontuação de atribuição de aulas.

5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sim. A melhoria da qualidade da Educação passa pela participação da comunidade na escola.

Preenchimento dos cargos por concurso públicos.

Cuidados e manutenção dos prédios escolares.

Investimento nos Patrimônios e na parte tecnológica.

Formação continuada dos docentes e Profissionais.

Resultados do IDEB e das Avaliações internas e externas.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

Sim. Deram a possibilidade de acompanhar e intervir no processo Educacional.

Escolha de livros – Definição de prioridades e estratégias – projetos Pedagógicos.

Parcerias com outras Secretarias: Saúde, Esporte, Cultura.

Projetos de contra turno.

7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Crescimento Educacional.

Reconhecimento do trabalho realizado pelas equipes escolares, subsidiados pela equipe técnica da SME.

Satisfação da população e dos políticos que estão conduzindo a cidade.

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Incentivos e fortalecimento das novas escolas construídas em bairros periféricos, com a constituição de uma equipe escolar permanente.

Cobrança constante dos gestores e equipe escolar das escolas com melhores notas.

Fazer os pais de escolas periféricas participar dos conselhos escolares e da vida escolar do aluno.

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Realização de Concursos.

Fixação da Equipe escolar.

Formação Continuada de Professores /Coordenadores/ Diretores.

Acompanhamento dos Resultados das Avaliações pelos técnicos da SME.

Satisfação e aumento da autoestima.

10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Fatores como vulnerabilidade Social.

As políticas públicas e equipamentos estão localizados em sua maior parte na área central da cidade, e escasso nas periferias com dificuldades financeiras de acessar os equipamentos centrais localizados no centro da cidade.

Escolas periféricas novas em construção e constituição de equipe permanente gerando vínculo com a comunidade escolar local.

11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Demonstra a melhoria da qualidade da educação.

Satisfação do público atendido e dos profissionais envolvidos.

Ser referência Educacional a nível de Estado e para os municípios do entorno.

12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Que há fragilidade no Sistema Educacional.

Rankings das escolas e dos municípios.

Pressão política partidária e jornalística.

13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim.

Na avaliação dos dados.

Direcionamento da formação continuada e de materiais pedagógicos.

Investimento em concursos públicos.

Parcerias.

Desenvolvimento de projetos de recuperação de alunos.

Investimento em materiais pedagógicos, tecnológicos e patrimoniais.

14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

03 escolas. Sim, é perceptível pelos resultados divulgados.

15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos

anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente - Conforme a demanda foi (sendo) ocorrendo e aumentando alunos do 1º ao 5º ano nas escolas municipais. Concluindo em 2018 com a vinda das 03 últimas escolas municipalizadas.

Em relação às políticas públicas:

16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica- IDEB, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais?

Estabelecimento de parcerias entre as diversas Secretarias, beneficiando o desenvolvimento dos alunos.

A construção de novas escolas com a Secretaria de Obras e manutenção dos prédios existentes.

Realização⁰ de concursos com a Secretaria de Administração para a contratação de profissionais.

Merenda escolar com a Secretaria de Agricultura.

Parceria com os Projetos das Secretais de Esportes e Cultura.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

Não houve comentários (registro do pesquisador).

Registros originais preenchidos pelo entrevistado 3.

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o Ideb, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do Ideb de 2019; 2) A entrevista é composta por **dezesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:Graduação em: Letras PedagogiaEspecialização em: Comunicação e LinguagemMestrado em: -Doutorado em: -Outras informações: - chefe Dep. de Ensino / Coord. Pedagogia /
chefe Cefor.**2) Quanto à sua atuação profissional:**Docente: Sim Não Quantos anos na função/ cargo (16)Coordenador Pedagógico: Sim Não Quantos anos na função/ cargo (23)Vice-diretor de escola: Sim Não Quantos anos na função/ cargo ()Diretor de escola: Sim Não Quantos anos na função/ cargo ()Supervisor de Ensino: Sim Não Quantos anos na função/ cargo ()Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: Quantos anos na função/ cargo (3) e 6 meses

Outras informações: _____



Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

- 3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP? Atender toda a demanda de 1º ao 5º ano com a visão e projeto educativo do município.

Objeto da população em relação a melhoria da qualidade educacional, dos prédios físicos, e de segurança.

Proximidade no atendimento da população,

- 4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?

Prédios sucateados - Patrimônio sucatado.

Conflito ^{dos discentes} do Estado, do município dentro das escolas, pontuação de ausência de aulas.

Santa

- 5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sim. A melhoria da qualidade de Educação
foi pelo participação da comunidade na
escola.

- Aumento do Censo por Concurso público.
- Cuidados e manutenção dos prédios escolares.
- Investimento no Patrimônio e no parte
tecnológica.
- Formação continuada dos docentes e profissionais.
- Regulação do IEB e das Ações Internas
e Externas.

Amorim

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB:

- 6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

Sim. Dá uma possibilidade de acompanhar e intervir no processo educacional.
Escolha de livros - definição de prioridades e estratégias - Projetos Pedagógicos.

Parcerias com outras Secretarias: Saúde, Esporte/Cultura.

Projetos de canteiro fecho.

- 7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

- Crescimento Educacional, reconhecimento do Teste realizado pelas Equipes Externas, Subsidiado pelo grupo técnico do SME.

- Satisfação da população e dos políticos que estão conduzindo a cidade.

Sun Costa

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

- Incentivos e fortalecimento das notas construídas em testes periódicos, com a ^{escolas} ~~constituição~~ ^{constituição} ~~de uma~~ ^{equipe} ~~permanente~~.
- Coerência constante dos gestores e equipe escolar das escolas com melhores notas.
- fazer os pais de escolas perifericas participar do conselho escolares e do lado escolar do aluno.

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Realização de concursos.

Fixação da Equipe Escolar

Formação continuada de Professores / Coordenadores / Gestores.

Acompanhamento dos resultados das avaliações pelos gestores da SME.

Satisfação e aumento de autoestima.

San Costa

- 10) O Município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

fatores como vulnerabilidade social. As políticas públicas e equipamentos estão localizados em sua maior parte na área central da cidade, e escasso nas periferias com dificuldades financeiras de acessar os equipamentos centrais localizados no centro da cidade.

Escolas públicas novas em construção e a constituição de equipe docente, gerando vínculo com a comunidade local.

- 11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

- Demonstrar o melhorio da qualidade da educação.
- Satisfação do público atendida e do profissionais envolvidos.
- Ser referência educacional a nível de Estado e para os municípios do interior.

Amorim

12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

- Que há fragilidade no sistema Educacional
- Rankings dos Estados e dos Municípios.
- Pressões políticas partidária e jornalística.

13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim. Na avaliação dos dados. Decisivamente do formação continuada e de matérias pedagógicas. Investimento em concursos públicos. Parcerias. ~~Desenvolvimento~~ desenvolvimento de projetos de recuperação de alunos. Investimento em materiais pedagógicos, tecnológicos e patrimoniais.

Suelata

14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

03 escolas. Sim, o perceptível pelo resultado divulgado.

15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente Conforme a demanda foi ^{ocorrendo e aumentando} (sendo) atendida do 1º ao 5º ano nas escolas municipais concluídas em 2018 com a vinda das 03 últimas escolas municipalizadas.

Saul Costa

Em relação às políticas públicas:

18) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica-Ideb, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem "conversar" com as demais políticas públicas municipais?

Estabelecimento de parcerias entre as diversas secretarias beneficiando o desenvolvimento do aluno.

A construção de novas escolas com secretaria de obras e manutenção dos prédios das existentes.

Realização de concursos com a secretaria de Administração para a contratação de profissionais.

Morando estudar com a secretaria de Agricultura.

Parceria com os órgãos das Secretarias de Esporte e cultura.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

APÊNDICE F: Devolutiva do entrevistado 4

Os registros do entrevistado 4 são apresentados em duas formas. O primeiro por meio dos registros digitados por esse pesquisador e o segundo por meio dos registros originais preenchidos, a pedido dos entrevistados, pelo entrevistador e ao término dos registros cada página foi rubricada pelo entrevistado após leitura e concordância do mesmo quanto ao conteúdo.

Registro digitado pelo pesquisador.

Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o IDEB, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do IDEB de 2019; 2) **A entrevista** é composta por **dezesesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: PEDAGOGIA

Especialização em: ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (FUNDAP)

Mestrado em: EDUCAÇÃO – UNESP - MARÍLIA

Doutorado em: _____

Outras informações: _____

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente:	(X)Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (20)
Coordenador Pedagógico:	(X)Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (4)
Vice-diretor de escola:	()Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Diretor de escola:	(X)Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo (10)

Supervisor de Ensino: _ (X)Sim () Não **Quantos anos na função/ cargo (10)**

Secretário Munic. de Educação de S J R Preto: **Quantos anos na função/ cargo (7 ANOS E 3 MESES)**

Outras informações: **Professor titular da UNESP**

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3)- Quais as principais vantagens para a SME-SJRP?

Descentralização da Administração, mais próximo da população.

Facilitando a Formação continuada dos professores.

Manutenção da rede Física (Reforma dos prédios). Aquisição Materiais Pedagógicos e Tecnológicos.

Atendimento de grande atendimento das crianças com necessidades especiais.

Unificação da Merenda Escolar.

Complementação Salarial dos professores municipalizados em dinheiro.

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP?

Insegurança dos Docentes municipalizados.

Conflitos na atribuição de aulas, pois o pessoal do Estado contava com mais tempo de casa.

Reformas e adaptações de algumas escolas.

5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sim. Inclusive isso pode ser confirmado nos resultados das avaliações externas e nos índices do IDEB.

Havia reconhecimento da comunidade da qualidade de ensino e do encaminhamento da solução dos problemas e da segurança nas escolas com porteiros.

Formação mais ampla e mais direcionada.

Realização de Concursos públicos para os profissionais da educação.

Discussão dos resultados dos alunos pela equipe.

Alinhamento da equipe técnica da SME com a equipe escolar Diretores /Coordenadores/Professores e Supervisores.
Com as diretrizes Educacionais.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

Todo índice tem suas limitações. Pode ter havido distorções. Porque, todo indicador se restringe a avaliar aspectos restritos de uma determinada realidade. Ele consegue demonstrar o crescimento de cada escola na divulgação dos resultados.

Pode subsidiar as políticas públicas e o trabalho escolar desde que haja uma reflexão deste índice.

7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Considerando que é um indicador de qualidade é importantíssimo saber se esta atingindo as metas ou não.

Refletir para saber dos pontos positivos e negativos para o estabelecimento de ações.

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Não entendimento da rede da importância da avaliação externa e sistemática.

Dificuldade da escola mostrar as suas próprias dificuldades.

Estabelecimento de Ranking pela imprensa e uma parte dos educadores, por desconhecimento da própria construção do IDEB, com o estabelecimento de metas.

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Estabelecido como política pública de avaliação e aplicada a toda rede de ensino.

Compreensão do indicador pelos educadores.

Reconhecimento pelos políticos, inclusive aumentando o investimento na educação.

Formação continuada para os profissionais da Educação.

Reflexão nas escolas sobre esses Resultados.

10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Equipe escolar.

Experiência do Professor.

Vulnerabilidade.

Defasagem Cultural (pois não tem acesso a livros, jornal e equipamentos públicos.)

Inadequação de metodologias para essas crianças diferentes e não incapazes.

11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Melhoria da real qualidade do Ensino.

Estabelecimento de políticas e interferência em outros índices, como IDH – Firjan.

Interfere na auto avaliação da Escola e de cada professor.

Reconhecimento da comunidade.

12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

Interfere negativamente na auto estima da escola e dos profissionais da escola.

Reflete que a escola não está desenvolvendo mudanças positivas na qualidade do Ensino.

Reflexo nas políticas públicas e avaliação da educação pelas autoridades públicas (Prefeito/Vereadores/Imprensa).

13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim. Com certeza.

Ter tido uma formação dentro da área educacional, com princípios e conceitos claros sobre educação e ações pedagógicas e principalmente a visão do Direito a Educação de qualidade das crianças no ensino público.

Os cargos exercidos de Prof./ Diretor/Supervisor/Assistente técnico, deram uma visão mais clara da realidade do Ensino público, seus avanços e suas limitações.

Formação voltada para uma equipe de trabalho e as vezes multidisciplinar.

14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

Nenhuma escola. Considerando que houve o atingimento das metas, uma influência positiva.

15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente - Sim.

Em relação às políticas públicas:

16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica- IDEB, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem “conversar” com as demais políticas públicas municipais?

É fundamental o trabalho integrado de todas as secretarias, pois a criança não é só da escola é do município. A criança é um ser Físico, Psíquico e Social.

Desenvolveu projetos com a cultura, Assistência Social, Obras, Esporte, Planejamento.

Todos devem entender que o mais importante é o município, especialmente as crianças e os jovens.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

Achou interessante o trabalho e dará uma boa contribuição, com a experiência e no acompanhamento do processo.

Registros originais preenchidos pelo entrevistado 4.

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista

O objetivo central desta entrevista é o de captar as impressões que os ex-secretários municipais de educação de São José do Rio Preto possuem sobre municipalização e os indicadores de qualidade de ensino gerados a partir das avaliações externas, no caso o Ideb, e possíveis relações dessas políticas educacionais com as demais políticas públicas municipais, considerando: 1) **Público-alvo:** Os ex-Secretários de Educação do Município de São José do Rio Preto que ocuparam o cargo por mínimo um ano, no período do início da municipalização em 1998 até a publicação dos resultados do Ideb de 2019; 2) **A entrevista** é composta por **dezesseis (16) questões** em que o respondente discorrerá sobre elas. 3) **O tempo estimado para sua conclusão é de aproximadamente quarenta (50) minutos.**

1) Quanto à sua formação acadêmica:

Graduação em: Pedagogia
 Especialização em: Administração Escolar / Administração Pública (FUNDAEP)
 Mestrado em: EDUCAÇÃO - UNESP - MARLÍIA
 Doutorado em: —
 Outras informações: —

2) Quanto à sua atuação profissional:

Docente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo <u>(20)</u>
Coordenador Pedagógico:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo <u>(4)</u>
Vice-diretor de escola:	() Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo ()
Diretor de escola:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo <u>(10)</u>
Supervisor de Ensino:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Quantos anos na função/ cargo <u>(10)</u>
Secretário Munic. de Educação de S J R Preto:		Quantos anos na função/ cargo <u>(7)</u> 3 meses
Outras informações:	<u>—</u>	
	<u>—</u>	
	<u>—</u>	
	<u>—</u>	

Em relação a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto:

3) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP? _____

- Descentralização de administrações, mais próximos de populações.
- Facilitando a formação continuada dos professores.
- manutenção física da rede física (Reformas do prédio) ^{Atividades} Materiais Pedagógicos e tecnológicos.
- Atendimento de grande atendimento das crianças desta faixa (etária) e tática.
- Atendimento das expectativas, das crianças e necessidades específicas.
- Unificação de Memória escolar.
- Complementação salarial dos professores municipalizados em dinheiro

4) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP? _____

- Integridade dos docentes municipalizados.
- Conflito no atendimento de aula, pois o pessoal do Estado continua com mais tempo de aula.

Reformas e adoções de algumas escolas.

- 5) Você observa que com a política de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto, ocorreu a melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental de-SJRP?

Sim. Inclusive isso pode ser confirmado nos resultados das avaliações externas e nos índices do IDEB.

Havie reconhecimento de comunidades de qualidade de ensino e do comprometimento de educar dos problemas e do segurança nos estudos com o posturas.

- Formação mais ampla e mais diversificada.
- Realização de concursos públicos para o profissionais de educação.
- Discussão dos resultados dos alunos pela equipe.
- Alinhamento de equipe técnica de SME com a equipe escolar (Diretores/Coordenadores/Professores e Supervisores com as Secretarias Educacionais.



Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

- 6) O IDEB é um indicador de qualidade educacional confiável para subsidiar políticas públicas educacionais e outras políticas públicas?

* Todo índice tem suas limitações. Pode ter
 Havida. distorções.
 Ele é positivo e importante. Pelo primeiro
 vez conseguimos estabelecer critérios mensuráveis
 de qualidade de Educação.

Pode subsidiar as políticas públicas, e o trabalho
 desde que hoje uma reflexão deste
 índice.

↳ Porque, todo indicador se restringe a avaliar
 aspectos restritos de uma determinada realidade.
 Ele consegue demonstrar o crescimento de cada
 escola na divulgação dos resultados.

- 7) Qual a importância para o município de São José do Rio Preto em cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

Considerando que é um indicador de qualidade
 é importantíssimo saber se este atingiu as
 metas ou não. Refletir para saber dos
 pontos positivos e negativos para o estabelecimento
 de ações.

8) Quais os principais dificultadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

- > Não entendimento pelo lado de importância da avaliação externa e sistêmica.
- > Dificuldade de não superar as suas próprias dificuldades.
- > Estabelecimento de ranking pela imprensa e uma parte dos educadores, por desconhecimento do próprio funcionamento do IDEB, com o estabelecimento de metas.

9) Quais os principais facilitadores para a SME-SJRP cumprir as metas IDEB oficialmente estabelecidas?

- > Estabelecido como política pública de Avaliação e aplicada a toda rede de ensino.
- > Comprometida do indicadores pelos Educadores.
- > Reconhecimento pelos políticos inclusive aumentando o investimento na educação.
- > Formação continuada para os profissionais de Educação.
- > Reflexão nas escolas sobre esses resultados.



10) O município de São José do Rio Preto é dividido em várias regiões e o IDEB dessas regiões, em sua maioria, diferem muito em valores absolutos. Em sua opinião quais os principais fatores que contribuem para isso?

Equipe Escolar - Experiência do Professor.
 Vulnerabilidade - Deficiência cultural (depois não tem acesso a livros, jornal e equipamentos públicos);
 Inadequação de metodologias para ^{essas} crianças diferentes e não incapazes.

11) Quais as principais vantagens para a SME-SJRP em cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

- Melhoria ^{real} da qualidade do Ensino.
- Estabelecimento de políticas e interferência em outros índices, como IDH, Fuzam.
- Interfere na autoavaliação do Estado e de cada professor.
- Reconhecimento da Comunidade

12) Quais as principais desvantagens para a SME-SJRP em não cumprir as metas de qualidade oficialmente estabelecidas?

- Interfere negativamente na auto estima do escola e dos profissionais do escola.
- Reflete que a escola não está desenvolvendo mudanças positivas na qualidade do Ensino.
- Reflexo nas práticas pedagógicas e avaliações da educação pelos autoridades Públicas (Prefeitos/ Vereadores/Imprensa).

13) Suas experiências nos cargos anteriores na educação foram importantes para a tomada de decisões na municipalização e nas estratégias para o IDEB do município, durante sua gestão?

Comente: Sim. Com certeza.

Ter tido uma formação dentro do área educacional, com princípios e conceitos claros sobre educação e ações pedagógicas e principalmente a visão do Direito a Educação de qualidade dos cidadãos no ensino público.

Os cargos exercidos de Prof. (Mestr) Supervisor/ Assistente Técnico deram uma visão mais clara de realidade do Ensino Público, seus avanços e suas limitações.

Formação voltado para uma equipe de Trabalho e as vezes multi disciplinar.

- 14) Quantas escolas foram municipalizadas em sua gestão? Você considera que em relação ao IDEB, elas obtiveram melhores resultados após ingressarem na rede municipal?

Nenhuma escola. Considerando que houve o atingimento das metas, houve uma influência positiva.

- 15) Caso não tenha ocorrido a municipalização de escolas em sua gestão, houve algum acordo com a Secretaria Estadual de Educação/ Diretoria de Ensino, no sentido de trazer alunos para a rede municipal ou fechamento de salas dos anos iniciais nas escolas estaduais e transformando-as em escolas para atendimento dos anos finais?

Comente Sim.



Em relação às políticas públicas:

- 16) As políticas de municipalização das escolas estaduais do ensino fundamental em São José do Rio Preto e o índice de desenvolvimento da educação básica-Ideb, das escolas da SME-SJRP estão diretamente ligadas à SME-SJRP. De que modo essas políticas públicas educacionais podem "conversar" com as demais políticas públicas municipais?

É fundamental o trabalho integrado de todas as secretarias, por a educação não é só da escola e do município. A educação é com os Físicos, Psicologia e Saúde.

Desenvolve projetos com a cultura, Assistência Social, OBCAS, Esporte, planejamentos.

Todos devem entender que o mais importante é o município. Especialmente as crianças e os jovens.

Outros comentários do entrevistado ao término da entrevista

Achou interessante o Trabalho e deu uma boa contribuição, com a experiência e no acompanhamento do processo.